

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS / DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISES TEXTUAIS E DISCURSIVAS

LUCIANA IOST VINHAS

DISCURSO, CORPO E LINGUAGEM:
Processos de subjetivação no cárcere feminino

PORTO ALEGRE

2014

LUCIANA IOST VINHAS

DISCURSO, CORPO E LINGUAGEM:

Processos de subjetivação no cárcere feminino

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira

PORTO ALEGRE

2014

CIP - Catalogação na Publicação

Vinhas, Luciana Iost
Discurso, corpo e linguagem: Processos de
subjetivação no cárcere feminino / Luciana Iost
Vinhas. -- 2014.
303 f.

Orientadora: Maria Cristina Leandro Ferreira.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-
Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Discurso. 2. Corpo. 3. Linguagem. 4.
Subjetividade. 5. Penitenciária. I. Ferreira, Maria
Cristina Leandro, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Luciana Iost Vinhas

DISCURSO, CORPO E LINGUAGEM:

Processos de subjetivação no cárcere feminino

Trabalho de conclusão de curso de Doutorado apresentado como requisito para obtenção de título de Doutora em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Aracy Graça Ernst (UCPel)

Profa. Dra. Carme Regina Schons (UPF)

Prof. Dr. Lauro José Siqueira Baldini (UNICAMP)

Dedicatória

a todas as presas

Agradecimentos... Dedicatórias... Ou algo que não consegue ser dito

*À minha orientadora, Profa. Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira,
pela sabedoria e pelo carinho; por todos os ensinamentos e pelo cuidado afetivo;
por ter me conduzido maternalmente ao longo desses anos: incentivando a liberdade,
mostrando os limites.*

*Às nove mulheres entrevistadas na pesquisa,
por terem dividido comigo questões tão pessoais, que me afetaram intimamente;
por me permitirem (tentar) compreender os sentidos de/nas suas vidas en\$eladas.*

*Ao meu marido, Cristian,
pelo amor, respeito e cumplicidade;
por acolher todos os sentimentos que permearam o processo de construção da tese;
por me acompanhar na busca do belo, do bom e da felicidade.*

Agradecimentos, ainda

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS, pela confiança na minha proposta de pesquisa e pela oportunidade de cursar o Doutorado em uma universidade pública, democrática e de qualidade. À Profa. Dra. Ana Zandwais e à Profa. Dra. Solange Mittmann, pela ética e compromisso com a ciência do discurso, pelas aulas instigantes e questionadoras.

À Escola do Serviço Penitenciário do Rio Grande do Sul, pela autorização para a minha entrada no estabelecimento penal, e à equipe da Penitenciária Feminina Madre Pelletier, pela acolhida e atenção quando da realização das entrevistas.

À Profa. Dra. Aracy Graça Ernst e à Profa. Dra. Giovana Ferreira Gonçalves, pelos incentivos, ensinamentos e afetos, os quais determinaram os rumos de minha vida acadêmica e profissional. Ao Dr. Cleber Gibbon Ratto, pela escuta do sofrimento de *ter estado lá*.

À minha mãe, Márcia, e ao meu pai, Joel, pela educação e incentivo ao estudo; por me proporcionarem liberdade na minha busca subjetiva. Ao meu dindo, Gilmar, pelo exemplo de coragem e de perseverança; por sempre me falar o que não pode deixar de ser dito. Aos meus irmãos, Marcelo, Otávio, Enzo e Gabriel, por me ensinarem a viver; por serem meus espelhos, meus amigos, meus pequenos e grandes amores. À minha avó Osveni, ao meu avô Osmar (*in memoriam*) e à minha tia Mirian, pela estrutura familiar, pelos exemplos e pelo constante apoio. À minha dinda, Rose, por se fazer presente na ausência, me dando apoio e segurança. À minha sogra e ao meu sogro, Madelaine e Iran, pelo acolhimento e carinho; pelo conforto e segurança de ser filha mais uma vez.

Às amigas e aos amigos Ana Carolina, Beal, Caroline, Cassiani, Emerson, Helmuth, Marcos S., Renata O., Rozane, Sabrina e Will, pelas doçuras, loucuras e poesias de uma vida sem fronteiras. Ao amigo Matheus, pelo carinho e amizade de primeiro aluno de IC; pela dedicação na realização das transcrições.

À amiga Cristina, sempre inspiradora, pelas reinvenções da vida. À amiga Francine, ao amigo Vinícius e ao afilhado Marcelo, pelos valores compartilhados e pela grande alegria de ser dinda. Às amigas e aos amigos D. Helena, Ariane, Fernanda, Julio, Marco, Marcos P., Tania e Vanessa, pelas descontrações e afetos sempre presentes. Às amigas Letícia e Renata S., pelo carinho e incentivo.

À amiga Zaira, por proporcionar o acesso aos ensinamentos budistas de forma compassiva e amorosa. Ao amigo Flávio, pelos ensinamentos e pela lucidez na escuta de um ser à deriva. Às amigas e aos amigos Ademir, Daniel, Ivana, John, Lélia e Lívia, pelo acolhimento e pela energia compartilhada no CEBB-Pelotas. Ao Lama, por tudo.

Ao Grupo de Pesquisa “Análise do Discurso e Interfaces” (UFRGS), ao Grupo de Pesquisa “Estudos Pecheutianos” (UNIPAMPA) e ao Laboratório de Estudos em Análise do Discurso (UCPel), pelas enriquecedoras e importantes discussões. Aos meus ex-colegas e aos meus ex-alunos da UFFS-Realeza, por terem sido, durante quatro anos, minha família no Sudoeste do Paraná. Aos meus atuais colegas da FURG, pela oportunidade de um recente recomeço...

A uva e o vinho

Um homem dos vinhedos falou, em agonia, ao ouvido de Marcela. Antes de morrer, revelou-lhe seu segredo:

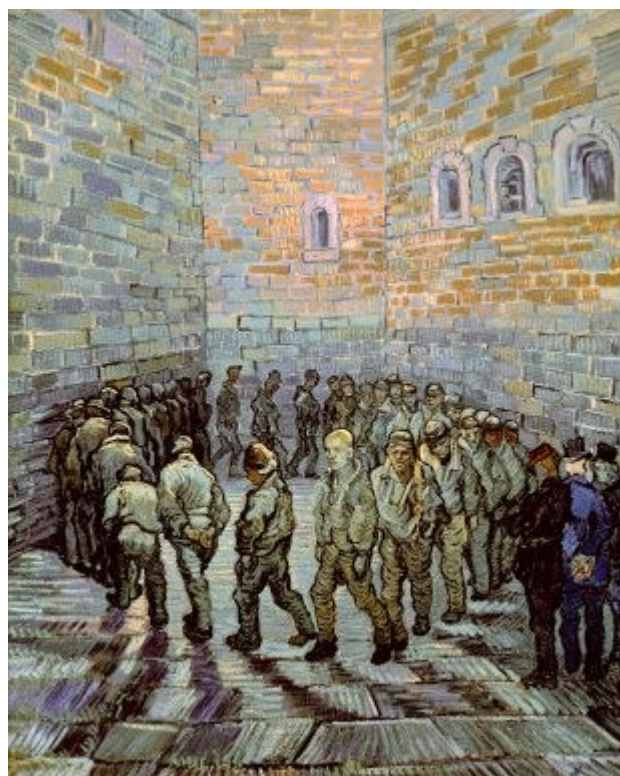
- A uva – sussurrou – é feita de vinho.

Marcela-Pérez-Silva me contou isso, e eu pensei: se a uva é feita de vinho, talvez nós sejamos as palavras que contam o que somos.

Eduardo Galeano



Corredor do Asilo Saint-Paul, em Saint-Rémy
Vincent Van Gogh, 1889



O pátio de exercícios
Vincent Van Gogh, 1890



Imagens sobre Abu Ghraib
Fernando Botero, 2005

RESUMO

Corpo e linguagem, na teoria psicanalítica freudiana, unidos pela pulsão, constituem o indivíduo. A Análise do Discurso, com seu quadro teórico atravessado pela concepção de subjetividade de natureza psicanalítica, necessita, inevitavelmente, refletir sobre os efeitos da relação entre corpo e linguagem no processo de constituição dos sentidos e do sujeito do discurso. Abordando esta questão teórica, a presente tese discute sobre os processos de subjetivação de apenas da Penitenciária Feminina Madre Pelletier. As sequências discursivas descritas e interpretadas são oriundas de entrevistas realizadas com quatro mulheres em regime de privação de liberdade. Compondo o corpo do trabalho, estão elementos advindos do materialismo histórico-dialético para falar sobre o funcionamento da prisão. A linguística formal é convocada para se pensar sobre a concepção de língua e de linguagem na Análise do Discurso, sendo necessário trazer à tona as noções de alíngua e de metáfora. Neste momento, é suscitado um debate sobre a prosódia como materialidade do discurso, possível contribuição da presente tese para se pensar sobre uma prosódia discursiva, posto que a análise se baseia nas falas das apenas entrevistadas. O terceiro momento teórico da tese comporta uma discussão sobre o corpo e a subjetividade, sendo feitas relações entre forma-sujeito e corpo, bem como são apresentados recortes do pensamento de Freud e de Lacan sobre o corpo, além de algumas compreensões oriundas da Análise do Discurso. Uma breve descrição sobre as questões metodológicas que atravessam o trabalho de pesquisa é apresentada no quarto capítulo, para, então, ser oferecida ao leitor uma descrição e análise das 49 sequências discursivas recortadas do arquivo. Chega-se a duas noções propostas para complementar o dispositivo teórico-analítico da AD, a saber, *en\$elamento social e corpolinguagem discursivo*. As sequências são analisadas a partir de duas formações discursivas, a Formação Discursiva da Justiça e a Formação Discursiva da Criminalidade. Os processos de subjetivação são caracterizados por identificações ancoradas em um ritual com falhas, efeito do sujeito que se constitui como corpo, linguagem e história, tripé que constitui o discurso.

Palavras-chave: Discurso. Corpo. Linguagem. Prisão. Sujeito.

RÉSUMÉ

Le corps et le langage, dans la théorie psychanalytique freudienne, unis par la pulsion, constituent l'individu. L'Analyse du Discours, ayant son cadre théorique traversé par la conception de subjectivité de nature psychanalytique, doit inévitablement réfléchir sur les effets du rapport entre corps et langage dans le processus de constitution des sens et du sujet du discours. Tout en approchant cette question théorique, dans cette thèse nous traitons des processus de subjectivation des détenues de la prison de femmes Madre Pelletier. Les séquences discursives décrites et interprétées sont tirées d'entrevues avec quatre femmes en régime de privation de liberté. Composant le corps du travail, il y a des éléments qui découlent du matérialisme historico-dialectique pour traiter du fonctionnement de la prison.

La linguistique formelle aide à réfléchir sur la conception de langue et de langage dans l'Analyse du Discours, ce qui exige la notion de lalangue et de métaphore. De cette façon, un débat se déclenche sur la prosodie en tant que matérialité du discours, contribution possible de cette thèse pour penser à une prosodie discursive, étant donné que l'analyse se repose sur les paroles des détenues interviewées. Le troisième moment théorique implique une discussion sur le corps et la subjectivité, sur les rapports entre forme-sujet et corps, ainsi que des coupures de la pensée de Freud et de Lacan sur le corps, à part certaines interprétations issues de l'Analyse du Discours. Nous présentons au quatrième chapitre une brève description des problèmes méthodologiques qui traversent la recherche, avant une description et une analyse des 49 séquences discursives recoupées. Nous arrivons à deux notions proposées pour compléter le dispositif théorico-analytique de l'AD, à savoir, « *en\$ellement social* » et « *corpo-langage discursif* ». Les séquences sont analysées à partir de deux formations discursives, la Formation Discursive de la Justice et la Formation Discursive de la Criminalité. Les processus de subjectivation se caractérisent par des identifications ancrées dans un rituel avec des défauts, effet du sujet constitué en tant que corps, langage et histoire, trépied qui forme le discours.

Mots-clés : Discours. Corps. Langage. Prison. Sujet.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01	Nó borromeu representando os conceitos que sustentam a tese	07
Imagem 02	Hall da Penitenciária Feminina Madre Pelletier	119
Imagens 03 e 04	Imagens da sala de atendimento onde foram realizadas as entrevistas	124
Imagem 05	Quadro que representa o processo de interpelação ideológica na estrutura social	132
Imagem 06	Imagem que representa a Fita de Moebius	134
Imagem 07	A Formação Discursiva da Justiça	136
Imagem 08	A Formação Discursiva da Criminalidade	137
Imagem 09	Quadro que representa o processo de interpelação ideológica na estrutura social (com a possibilidade de resistência)	138
Imagem 10	Quadro que representa o processo de interpelação ideológica na estrutura social (com a possibilidade de resistência, via corporeidade discursiva)	232

SUMÁRIO

	PARA EFEITO DE INTRODUÇÃO	01
1	PRISÃO E SUBJETIVIDADE	
	... ou: é possível resistir na/à prisão?	11
1.1	“Já vi meninas por respondê pras agenti i í pro castigo”:	
	Ideologia, repressão e transformação em Althusser e Pêcheux	13
1.2	“Isso aqui é uma ES-CO-LA de criminoso”:	
	Foucault sobre a prisão	34
1.3	“Aqui a genti fica como se tivesse enterrado vivo”:	
	Ansart, Haroche, Agamben e Arendt sobre condições (não)humanas e situações de exclusão	48
1.4	“Determinado pelo juiz né... porque a genti reclamô”:	
	Afinal, é possível resistir na/à prisão?	57
2	LÍNGUA(GEM) E SUBJETIVIDADE	
	... ou: é possível pensar em uma prosódia discursiva?	63
2.1	“Eu era vítima de/eu SOU vítima de um assalto”:	
	A língua(gem) em AD	64
2.2	“Não vô dá o meu filho esse é MEU Filho”:	
	Aspectos fonético-fonológicos na materialização dos discursos	78
3	CORPO E SUBJETIVIDADE	
	... ou: qual é a forma-sujeito da contemporaneidade?	86
3.1	“Elis criticam as pessoas... pessoas ho-mos-se-xu-al”:	
	Forma-sujeito, subjetividade e corpo	87
3.2	“Engordei um pouquinho”:	
	Conceitos psicanalíticos e a relação com o corpo	93
3.3	“Tando aqui presa tá com as mãos atadas né... não sabe o que fazê”:	
	O discurso da Análise do Discurso sobre o corpo	107
3.4	“Esse médico aqui se dependesse dele já teria feito umas cinco seis cirurgia”:	
	Corpo e subjetividade na formação social contemporânea	112

4	AS QUESTÕES METODOLÓGICAS	118
4.1	Procedimentos para a entrada na Penitenciária	118
4.2	A Penitenciária Feminina Madre Pelletier	119
4.3	As entrevistas e as apenadas	122
5	DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DO ARQUIVO	128
5.1	A configuração das formações discursivas	130
5.2	“Eu furei minha língua foi com uma agulha de crochê”:	
	a Apenada 01	140
5.3	“Mas eu tenho horror dessa tatuagem”:	
	a Apenada 02	174
5.4	“Eu cheguei à prisão através di um erro da justiça”:	
	a Apenada 03	202
5.5	“Vai pro ar isso... vai pra onde isso aí?”:	
	a Apenada 04	218
5.6	“Só há causa daquilo que falha”	231
	O EFEITO DE FECHAMENTO FINAL	240
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	244
	ANEXOS	255

PARA EFEITO DE INTRODUÇÃO

Nosso propósito, de trabalhar o *corpo como estrutura discursiva* – entre o sujeito e a língua – vai considerar que o mesmo, como materialidade discursiva, encontra na *língua* a sua forma de simbolizar e, assim, falar do *sujeito*. Ainda que isso não seja sempre possível, já que as palavras sempre faltam e o sujeito não chega nunca a se mostrar inteiro. Portanto, para falar do corpo desse lugar de entremeio, é preciso levar em conta que *tudo não se diz, todo não se é...*

(FERREIRA, 2011a, p. 99 [grifos da autora]).

O processo de construção de uma tese de doutorado não é um ritual sem falhas. No caso da presente pesquisa, muitos têm sido os encontros e os desencontros, as angústias e as alegrias que, sem cessar, se inscrevem ao longo do processo de materialização da reflexão. Um dos principais motivos que levaram à instauração de questionamentos foi a própria Análise do Discurso (AD), esse complexo não-lugar¹ das Ciências Humanas, sempre objeto de interpretação.

A Análise do Discurso é complexa porque não se trata somente de uma teoria, tampouco de uma metodologia de análise. Ela se constitui como uma ciência de entremeio, como diz Orlandi (2006a), ou seja, ela se forma nas contradições entre as disciplinas, nos vãos que se estabelecem entre elas, sem ser positiva por seus pressupostos serem discutidos continuamente (ORLANDI, 2004a).

A AD foi se mostrando para mim, gradativamente, como uma dispersão composta por elementos de diferentes campos teóricos, mas, enquanto disciplina, revelou-se com um efeito imaginário de unidade. Apesar desse efeito, a AD não pode ser identificada em nenhum local determinado do interdiscurso, ou seja, esse dispositivo teórico-analítico se singulariza por ser impossível o seu pertencimento a um recorte estabelecido do saber. Considero possível afirmar que é justamente essa sua singularidade o que caracteriza a AD como um espaço de resistência na ciência.

¹ Deve-se explicar que o termo *não-lugar* a que faço referência aqui, apesar de apresentar certa semelhança com a noção de Augé (2012), não pretende aludir à concepção deste autor, o qual parte da perspectiva antropológica. Conforme ele, “se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar” (p. 73). Entendo a Análise do Discurso, bem como o próprio discurso, como presente e, ao mesmo tempo, ausente nos meandros da ciência, com traços identitários estáveis e, também, passíveis de questionamentos. O entremeio ao qual faz referência Orlandi (2006a) representa, no meu entender, essa impossibilidade de a AD se inscrever, por isso ela retorna como algo incompleto, instável e sem um território delimitado.

No entanto, é necessário tomar cuidado quando se tenta caracterizar a Análise do Discurso. A AD, apesar de articular Teoria do Discurso, Linguística, Psicanálise e Materialismo Histórico-Dialético (PÊCHEUX & FUCHS, 1997), não é nenhuma dessas áreas *somente* ou *prioritariamente*. Na verdade, posso me atrever a fazer uma afirmação no estilo de La Palice: *A Análise do Discurso é a Análise do Discurso*. Seu objeto de estudo é o discurso, o qual, contraditoriamente, se aloja em um não-lugar, em um entremeio, assim como a ciência que o analisa. O presente trabalho tem como conceito norteador o conceito de sujeito por focar os processos de subjetivação no cárcere feminino, mas não negligencia as outras noções que fazem parte da caixa de ferramentas teórica que a AD tem à sua disposição. Considerei importante mencionar isso neste primeiro momento, pois essa idéia deverá atravessar toda a pesquisa.

A principal justificativa para o empenho na realização deste estudo em AD está na afirmação de Françoise Gadet no prefácio da obra “Por uma Análise Automática do Discurso”. A autora apresenta quatro fatores que singularizam a Análise do Discurso como disciplina. Um desses fatores “é que ela se apóia sobre o político. Ela nasce na crença em uma visão de intervenção política, porque aparece como portadora de uma crítica ideológica apoiada em uma arma científica, que permitiria um modo de leitura cuja objetividade seria insuspeitável” (GADET, 1997, p. 08). A AD seria um fazer científico (objetivo, portanto) possível de causar intervenções na formação social. Essa é a principal motivação da pesquisa: dar voz a apenadas para que, talvez, possam ser escutadas pelo aparelho prisional. No entanto, nesse processo há falhas, há discurso... há político. Em virtude disso, as esperanças foram, gradativamente, sendo abandonadas, para que, no lugar delas, tomasse posto o *fazer científico*, despido de crenças de imparcialidades e de ilusões de verdade.

Com esse primeiro relato, percebe-se que fui atravessada, na minha posição-sujeito de analista de discurso, pelo processo de produção do presente texto. Um processo que revela a instabilidade do fazer científico, as derivas que levam para caminhos variados, inclusive para o caminho do silêncio (o qual também significa, conforme ORLANDI, 2007b). Agora, sinto ainda mais o silêncio que, em mim, enquanto real da linguagem, significa uma falta, uma falta decorrente da impotência de, com esses sentidos que me afetaram, provavelmente não ter todo o alcance social que eu gostaria que a tese tivesse. Essa é, portanto, a angústia que perpassa a minha pesquisa científica, ainda inacabada, apesar de ilusoriamente pronta.

Esse efeito de fechamento traz à tona todas as reflexões que escaparam, se materializaram, conduziram a outras reflexões, ou, simplesmente, foram esquecidas. Aqui apresento o produto de um processo que ainda está em processo (em mim, um processo sem

fim e, também, sem começo, o qual seguirá significando por tempo indeterminado...). Um desejo que foi, gradativamente, tomando lugar em minha consciência e, inesperadamente, tomou corpo pela linguagem e, também, pelo corpo e pela linguagem daquelas que, segundo o desenvolvido nesta tese, não têm voz na formação social atual, tampouco são vistas: as quatro² apenas³ da Penitenciária Feminina Madre Pelletier⁴.

A fim de começar a abordar o objeto de estudo do presente trabalho, é possível estabelecer relações com as imagens apresentadas na parte inicial do texto. Com os quadros de Vincent Van Gogh (“Corredor do Asilo Saint-Paul”, em Saint-Rémy, 1889; “O pátio de exercícios”, 1890) e de Fernando Botero (imagens sobre Abu Ghraib, 2005), discursos que já fazem parte de nossa memória discursiva referente ao imaginário de prisão são atualizados. Sendo assim, parece que as formações imaginárias, aquelas formações responsáveis por atualizar discursos sobre “representações”⁵, vinculadas a formações discursivas, e, portanto, com forte vínculo ideológico, atualizam discursos que se coadunam ao discurso dominante quando se traz para a consciência a prisão. Isso significa que os processos de subjetivação que envolvem a identificação do sujeito com discursos sobre a prisão fazem trabalhar, prioritariamente, discursos de uma formação discursiva dominante, pois a imagem que se tem dessa instituição é, quase sempre, atravessada por sentimentos de humilhação e de obediência, em um prédio com corredores austeros e pouco espaço de circulação, como pode ser observado nos quadros anteriormente referidos.

² Menciono aqui quatro apenas; no entanto, entrevistei nove mulheres na Penitenciária Feminina Madre Pelletier. Foi necessário fazer esse recorte porque percebi que, no momento da leitura das entrevistas e seleção das falas para descrição e interpretação, as cinco apenas cujas falas não foram aqui analisadas reproduziam, de certo modo, os discursos das outras quatro apenas. Contudo, preciso ressaltar que as cinco apenas formalmente ausentes estão presentes ao longo de todo o texto.

³ Qual seria a melhor designação para fazer referência às mulheres privadas de circularem livremente na sociedade, enclausuradas em um prédio próprio à solidão e ao não-desejo? Nesse conflito, decidi chamar essas mulheres de *apenas*, prioritariamente, apesar de também circularem as designações *presas*, *presidiárias*, *enclausuradas*, *encarceradas* ou *detentas*. Dei preferência para o termo *apenas* porque era o termo empregado pelas servidoras da instituição penal com quem tratei quando da entrada na Penitenciária, ou seja, é o termo empregado juridicamente. Todos os sentidos que são colocados em circulação a partir das designações mencionadas são impossíveis de serem enclausurados em uma palavra. Da mesma forma, poderia ser possível pensar sobre o efeito metafórico entre *cárcere*, *prisão*, *clausura*, *encarceramento*, *masmorra*, *calabouço*, *cadeia*, *instituição penal*, *penitenciária*, *estabelecimento penal*. Não se pode esquecer que o nome do lugar onde foram realizadas as entrevistas é “Penitenciária Feminina Madre Pelletier”, o qual remete a um lugar de penitências. Se é estabelecida uma relação com os outros termos listados, pode-se chegar a *um lugar recluso onde se cumprem penitências*. Importante lembrar que *Penitenciária/penitência* têm relação com o discurso religioso, fazendo referência à ideia de pecado.

⁴ Escolhi entrevistar mulheres em função de ser rara a literatura que verse sobre o assunto. Todavia, mais importante do que uma questão de gênero é a problemática referente aos processos de subjetivação em um espaço de exclusão social.

⁵ É importante dizer que tudo é representação, visto que não existe uma “leitura correta” ou uma realidade *per se* passível de ser capturada. Desse modo, sempre estamos interpretando no nível das formações imaginárias, as quais estão, também, determinadas pelo processo de produção de sentidos e de sujeitos, em uma relação política entre as formações inconscientes (inconsciente) e as formações discursivas (ideologia).

Contudo, esse imaginário que concerne à prisão, existente a partir do lugar discursivo daqueles que não estão presos, estaria em consonância com os discursos das próprias presas sobre a prisão? Para tratar do objeto proposto, esse é um dos questionamentos que atravessará a reflexão. A tese, então, ancora-se em alguns pontos de fixação, a saber, a **prisão**, enquanto parte do Aparelho Repressivo de Estado, amparada pelo funcionamento do Aparelho Ideológico de Estado Jurídico, constitutiva das condições de produção do discurso e, por conseguinte, da materialidade histórica, o **corpo**, adquirindo o estatuto de materialidade corpórea que, juntamente com a **linguagem** (materialidade linguística, outro ponto de ancoragem do trabalho), é entendido como elemento necessário para a constituição da subjetividade, e, finalmente, o **discurso**, compreendido pela perspectiva da Análise do Discurso na tradição de Michel Pêcheux e Eni Orlandi.

A partir da relação entre os quatro elementos citados, a saber, prisão, discurso, corpo e linguagem, é possível a compreensão de como ocorrem os **processos de subjetivação** das quatro apenas entrevistadas. Entendo que o conceito de discurso *atravessa e articula*⁶ os três primeiros conceitos, sendo que, sem essa compreensão, é impossível pensar os processos de subjetivação. Faz-se uma tentativa de materializar formalmente esse pressuposto na estrutura da presente tese, como poderá ser observado a partir das divisões dos capítulos que a constituem.

A fim de nos situarmos no que diz respeito à subjetividade/subjetivação/identificação, é possível adiantar aqui que compreendo *subjetividade*, por não ser composta de forma homogênea, enquanto o conjunto possível dos processos de subjetivação constitutivos de um *sujeito*, de forma que *o sujeito se subjetiva*⁷ quando se inscreve (é inscrito) em uma formação discursiva (compreendida como heterogênea) – reconhecendo que, nessa inscrição, o sujeito pode se deparar com a deriva, com a falha, com o discurso-outro, com aquilo que não pode e não deve ser dito, relacionado àquilo que não pode e não deve se fazer consciente, ou seja, com a censura constitutiva da formação discursiva com a qual se identifica. Assim, os *processos de subjetivação*⁸ dizem respeito às identificações do sujeito a discursos, identificações que colocam em jogo tanto o recalque inconsciente quanto o assujeitamento

⁶ Aqui faço uma referência ao quadro teórico-epistemológico da AD apresentado por Pêcheux & Fuchs (1997). Os autores mencionam que as três regiões do conhecimento científico que constituem o quadro são atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica). Compreendo que o discurso atravessa e articula os conceitos de prisão, corpo e linguagem. Essa relação será mais aprofundada no decorrer da tese.

⁷ Do ponto de vista da Análise do Discurso, o sujeito se subjetiva ao se identificar com discursos, mesmo que essa identificação nunca seja plena em virtude de o real ser constitutivo dos processos de subjetivação, restando sempre algo a não pertencer à subjetivação (representado pela impossibilidade de simbolização).

⁸ Indursky (2013) fala em *processo de subjetivação/identificação*, o que corrobora o entendimento deste estudo.

ideológico, materialmente ligados (PÊCHEUX, 2009a⁹). Na teoria da AD, as identificações são representadas pelas modalidades de subjetivação, as quais funcionam metodologicamente (ZANDWAIS, 2005). São elas: identificação, contraidentificação e desidentificação. O *sujeito* pode ser entendido como o efeito de unidade resultante dos processos de subjetivação, ou seja, trata-se de um construto (ORLANDI, 2007a). O processo de interpelação é afetado pelo real da língua, da história e do sujeito (e, também, do corpo). Como foi dito, as modalidades de subjetivação (PÊCHEUX, 2009a) concernem a uma tentativa de formalizar os processos de subjetivação em três formas de identificação possíveis. Todos esses elementos serão aprofundados nos próximos capítulos.

É importante efetuar, nesse momento, um movimento de retorno àquilo que motivou a realização da pesquisa. Foi através da peça processual *Habeas corpus* que surgiu a inspiração para o desenvolvimento da tese. O *Habeas corpus* diz respeito a um pedido feito através de liminar a fim de permitir ao réu aguardar o julgamento em liberdade, visto ter como base a garantia de liberdade prevista na constituição. Caso o pedido seja concedido, o juiz, através dos antecedentes do réu, compreende que ele não representa perigo para a sociedade. Na língua latina, o significado da expressão é “que tenhas o teu corpo”, sendo usada quando se garante ao preso o direito de andar com o corpo, ou melhor, de *ter* o corpo de volta. Com o *Habeas corpus*, o preso é liberado da penitenciária. Aí percebe-se, portanto, a interdição do Estado sobre o sujeito, pois ele pode retirar o corpo do sujeito e devolvê-lo quando for de seu interesse.

A referida expressão revela um desdobramento do discurso jurídico quanto à concepção de subjetividade. Nesse âmbito, a subjetividade, não só no discurso jurídico, mas, também, nas ciências tradicionais, ainda possui sua concepção vinculada à tradição cartesiana, cuja base está na divisão do *homem* em corpo e alma. Isso significa que o homem *tem* um corpo (o qual ele receberá de volta com o *Habeas corpus*) ao invés de *ser* um corpo. Assim, a dicotomia criada por Descartes subjaz a muitas práticas científicas contemporâneas. Pode-se citar como exemplo a divisão entre psiquiatria e psicologia: de forma muito sucinta, enquanto a primeira tem a autorização para prescrever remédios que atuam no corpo (biológico) do paciente, a segunda se ocupa de tratar elementos da *anima*, através da linguagem. Parece que a prática referente aos distúrbios emocionais e afetivos não abarca a concepção de subjetividade que aqui se tem em mente (por isso buscamos a Psicanálise).

⁹ Em função da diferença teórico-epistemológica existente entre o texto “Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio” e o Anexo III presente nesta obra, a saber, “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”, foi necessário fazer referência a esses textos de forma diferente, apesar de publicados no mesmo volume. O primeiro texto será designado como Pêcheux (2009a), ao passo que o segundo texto será referido como Pêcheux (2009b).

O discurso jurídico embasa-se na concepção de ser humano dividido, e a evidência dessa ideia está na expressão trazida para a discussão. *Habeas corpus* mostra essa cisão: se há a necessidade de acionar a peça processual quando o sujeito é preso, isso significa que, na penitenciária, o sujeito não possui corpo, pois o recebe de volta quando sai da prisão.

A questão do corpo e da subjetividade no funcionamento da peça processual *Habeas corpus*, se relacionada à teoria psicanalítica, expõe a existência de um conflito entre o discurso jurídico e o discurso psicanalítico. Pode ser levantado o seguinte questionamento: ao não ter o corpo (pulsional), essencial para a constituição do sujeito da Psicanálise, que subjetividade é essa que povoa os presídios? Contraditoriamente, parece que o sujeito é desde-já considerado somente como corpo (biológico) pelos aparelhos que o determinam, o que o transformaria em algo próximo do conceito de *vida nua* (AGAMBEN, 2002), sem desejo e sem linguagem, ao entrar na prisão. Pensar sobre isso é a que se dedica a presente proposta. A descrição e a interpretação das falas das apenadas da Penitenciária Feminina Madre Pelletier dará base para se investigar sobre o problema identificado, sendo estabelecidas relações entre subjetividade (corpo, linguagem, história) e a ideologia, pensados a partir dos elementos linguísticos e prosódicos empregados no processo de fazer circular os sentidos.

A expressão jurídica traz à tona uma questão que deve ser relevada no que concerne à subjetividade, visto que, na Psicanálise, o sujeito não é compreendido enquanto separado do corpo (pulsional), ou seja, o conceito freudiano de pulsão revela que a constituição do sujeito não é separada de seu corpo, existindo uma diferença, portanto, entre os seres humanos e as outras espécies animais, dotadas de instinto. Para a Psicanálise, o somático não é desvinculado do psíquico, o que conduz à assunção de que o corpo não pode ser separado da subjetividade. Nesse sentido, são identificados dois entendimentos de corpo e, por conseguinte, dois entendimentos de subjetividade: de um lado, corpo biológico e *indivíduo* (consciente, origem, intencional, individualizado pelo Estado), e, de outro, corpo pulsional e *sujeito* (inconsciente, efeito, não-intencional).

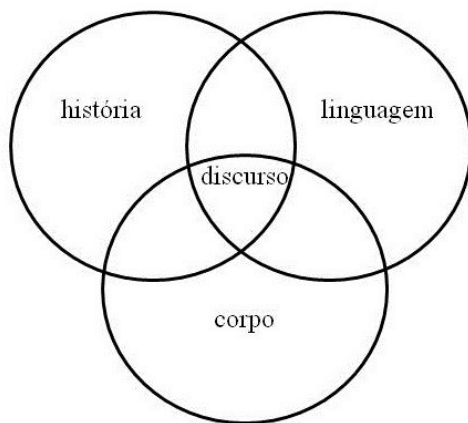
É possível identificar, nesse ponto, a proximidade entre o sujeito da Psicanálise e o dispositivo teórico-analítico da AD. No lugar específico onde entram em conflito o sujeito da Psicanálise e a relação do sujeito com a história está situada a Análise do Discurso. A AD traz, com a reflexão sobre a linguagem por ela promovida, os conceitos para a compreensão de como se constitui a subjetividade das mulheres presidiárias ao serem questionadas sobre o corpo, a liberdade, a prisão. A discussão a ser provocada incide suas preocupações no sujeito, pois o corpo, objeto do estudo, possui ligação direta com a subjetividade (a qual será aqui

considerada, por um efeito metafórico, pela ideia de *corporeidade*¹⁰ *discursivo*). Esse objeto, por ter resistência de palavra, também se revolta, também está saturado de representações.

Tem-se, a partir do exposto, que a pertinência do trabalho também tange à discussão sobre a relação entre corpo e subjetividade em sujeitos privados da posse do corpo (pulsional) e, por conseguinte, privados de serem sujeitos. A partir dos sentidos de suas falas será possível não só refletir sobre a subjetividade para sujeitos destituídos de liberdade, mas, também, suscitar questões que visem a rediscutir a subjetividade na Análise do Discurso, sendo estabelecidas relações com teorias filosóficas que tratem da temática em pauta.

A fim de atingir o **objetivo** de compreender a relação entre corpo, linguagem, discurso e subjetividade a partir de enunciados de mulheres presidiárias, tendo como base teórica a teoria materialista dos sentidos, tomo os conceitos de história, linguagem e corpo para dar sustentação à tese aqui desenvolvida. Na intersecção entre esses três conceitos está o discurso, estabelecendo os enlaces que sustentam a subjetividade, a qual é efeito do discurso, conforme pode ser observado em (01). Essa é a justificativa para os temas dos três capítulos teóricos da tese, a saber, a relação entre prisão e subjetividade, a relação entre linguagem e subjetividade, e a relação entre corpo e subjetividade.

(01) Imagem 01: Nó borromeu representando os conceitos que sustentam a tese.



¹⁰ A designação *corporeidade* é utilizada nos trabalhos desenvolvidos por Nina Leite. Segundo a autora, corporeidade seria “um modo de fazer referência ao estatuto do corpo em Psicanálise e suas consequências para o estudo da linguagem, uma vez que há uma relação de determinação entre a linguagem e as formações do inconsciente” (LEITE, 2003, p. 81). No presente trabalho compreendo *corporeidade* como o corpo pulsional da psicanálise, mas vinculado, como forma material, ao discurso. Sendo assim, devido à diferença conceitual entre a Psicanálise e a AD no que concerne à especificidade do corpo nos diferentes arcabouços teóricos, lançarei mão de uma nova designação, a saber, *corporeidade discursivo*, a partir das reflexões de Ferreira (2011a).

A presença dos três conceitos pode ser justificada a partir da afirmação de Orlandi (2012). Segundo a autora, um dos princípios que norteiam o seu trabalho está ancorado no fato de que, com a questão urbana, “o corpo do sujeito está atado ao corpo da cidade, ao corpo social. E isto é constitutivo, é parte de seu processo de significação e não algo apenas exterior a ele, a ser tomado simplesmente como uma embalagem, um invólucro” (p. 17). Essa afirmação me conduziu a pensar sobre o corpo (não biológico) do sujeito (não individual) atado à Penitenciária e os processos de significação dele constitutivos. Sendo assim, conforme diz a autora, “linguagem, sujeito e história não têm transparência porque têm materialidade. Em sua relação contraditória. E estão afeitos ao funcionamento da ideologia” (op. cit., p. 16).

O presente texto está dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “Prisão e subjetividade... ou: é possível resistir na/à prisão?”, visa à apresentação de pensamentos de autores que tratam sobre a prisão ou sobre questões que a tangenciam. Esses autores são Michel Foucault, Pierre Ansart, Claudine Haroche, Giorgio Agamben e Hannah Arendt. No entanto, primeiramente são trazidas as reflexões de Louis Althusser acerca dos Aparelhos Ideológicos (e Repressivos) de Estado, bem como as leituras de Michel Pêcheux do pensamento althusseriano, com alguns dos principais conceitos que constituem a AD.

“Língua(gem) e subjetividade... ou: é possível pensar em uma prosódia discursiva?” é o título do segundo capítulo. Nele são abordadas, de forma breve, questões referentes à concepção de língua e de linguagem na linguística formal, bem como na própria Análise do Discurso. Além disso, é mencionado que a Psicanálise lacaniana compreende uma relação interdependente entre sujeito, corpo e linguagem, a qual também é objeto de reflexão neste capítulo, abordando-se, em especial, a alíngua (lalíngua). Serão trabalhadas as noções de pré-construído, falha, discurso transversal e materialidade linguística, as quais perfazem o quadro teórico-metodológico da AD, indo-se na direção de uma proposta de prosódia discursiva.

O terceiro capítulo, intitulado “Corpo e subjetividade... ou: a forma-sujeito atual é determinada pelo jurídico e pelo biológico?”, reporta a algumas concepções de corpo. São mencionadas questões referentes ao corpo de diferentes áreas, como o Direito e a Religião, sendo atribuída especial ênfase às concepções da Psicanálise e da própria Análise do Discurso. Com isso, chega-se ao questionamento da forma-sujeito dominante da sociedade contemporânea.

No quarto capítulo, são apresentadas algumas informações sobre os procedimentos metodológicos para a realização da pesquisa no estabelecimento penal. Também são relatadas as características da Penitenciária Feminina Madre Pelletier e alguns dados sobre os momentos de realização das entrevistas e sobre as apenas entrevistadas.

O quinto capítulo da tese traz a descrição e a interpretação do arquivo. São nomeadas as sequências discursivas selecionadas para discussão; a partir delas, são estabelecidas relações com a teoria da AD, em uma dialética entre a interpretação dos recortes e a teoria, sendo apresentadas as formações discursivas que constituem o processo analítico. Também é feito um retorno à teoria, e são trazidas duas propostas de noções para integrarem o corpo teórico-analítico da AD. São elas: *en§elamento social e corpolinguagem discursivo*.

Como poderá ser observado, para os nomes dos subtítulos de cada capítulo foram selecionadas falas das quatro apenadas¹¹. Os subtítulos representam aquilo sobre o qual tratará cada parte da tese, já apresentando um indício de reflexão sobre as materialidades linguístico-prosódicas apresentadas. Objetiva-se, com isso, já operar dialeticamente a escrita da tese.

Além dos cinco capítulos, há a presente introdução (“Para efeito de introdução”), a qual apresenta os objetivos e as motivações da pesquisa, e a conclusão (“O efeito de fechamento final”).

Antes de partirmos para o primeiro capítulo, retomo a seguinte afirmação de Pêcheux (2009a) em “Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio”. Ao mencionar diferenças entre a Linguística estruturalista e os estudos da Análise do Discurso sobre a linguagem, o autor diz que

Ante uma situação sem saída, chega um momento em que se arrisca tudo, passando-se por cima de velhas objeções e contendo o próprio medo. Afinal, a “linguagem está na moda” desde o episódio do estruturalismo filosófico dos anos 60, e, forçosamente, como dissemos, o linguista a quem estamos nos dirigindo já “ouviu falar” sobre essas coisas: ele se lembra, de repente, de que, nos brilhantes trabalhos que ele jamais leu, fala-se com certa frequência de Saussure, e também de Marx, e de Freud; e ele se pergunta se este não seria o momento de ir ver essas coisas mais de perto, vencendo uma certa suspeita com relação aos sagrados monstros filosófico-literários parisienses, e superando seu medo de nada compreender, uma vez que ele tem notícia de que “é muito difícil”, de que não está “ao alcance do primeiro que chegar” (p. 228).

Entendo que a tese aqui apresentada parte de uma tomada de posição frente a uma situação sem saída: ao invés de seguir na reprodução de saberes vinculados à linguística formal, considerados alienantes e idealistas, chegou o momento de se “arriscar tudo” e trilhar o caminho tortuoso, instável, fluido da ciência do discurso. O desafio foi posto. Vamos, agora, entrar na *cadeia discursiva* que enlaça discurso, corpo, linguagem e prisão.

¹¹ Além das falas das quatro apenadas, também estão presentes falas da Apenada 05, representando as mulheres que não constam formalmente na análise do presente trabalho.

CAPÍTULO 1

PRISÃO E SUBJETIVIDADE

... ou: é possível resistir na/à prisão?

A prisão, compreendida, neste primeiro momento, como uma das instituições que constitui a sociedade contemporânea, possui uma identidade bastante controversa e passível de questionamentos. Seu *modus operandi* envolve, dentre outros fatores, o enclausuramento de indivíduos julgados culpados por algum tipo de crime, por um lado, e, por outro, a repetição de comportamentos pelos presos durante o período em que deverão estar alojados no interior deste lugar, a fim de cumprirem suas sentenças. Privação de liberdade e repetição de comportamentos: essa seria a vida a ser vivida por um sujeito preso.

Com base nessas considerações introdutórias sobre o funcionamento da instituição prisional, vários sentidos – oriundos de julgamentos, teorias, reflexões – podem surgir quando começam a ser considerados aspectos mais aprofundados do sistema prisional. Cada um desses sentidos (tanto de uma ótica do conhecimento científico quanto daquela do conhecimento do senso comum) traz consigo avaliações do sistema carcerário acerca da eficácia do método de punição adotado na sociedade contemporânea. No presente capítulo, pretendo versar sobre a prisão a partir do ponto de vista teórico-filosófico de autores especializados no tema, a fim de identificar, em suas reflexões, sentidos que possam ser colocados em circulação pelas mulheres nas entrevistas, importantes para uma análise discursiva dos processos de subjetivação. Isso será constatado no momento da descrição e da interpretação do arquivo.

Apesar de ser uma instituição colocada à margem da sociedade, a prisão possui um papel social de extrema importância. É considerada à margem da sociedade visto que uma parcela considerada pequena da população está nela alocada¹² e, além disso, os prédios das penitenciárias são construídos, na maioria das vezes, em locais afastados dos centros urbanos, sendo necessário mencionar também a estigmatização sofrida por quem é preso. Seu papel

¹² Conforme consta no site da Superintendência dos Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul (SUSEPE-RS), o total da população carcerária do estado em dezembro de 2013 era de 28.124 presos, dos quais 26.390 homens e 1.734 mulheres. Informação disponível em <<http://www.susepe.rs.gov.br/capa.php>>. Acesso em 12 de dezembro de 2013. No mês de maio de 2014, foi realizada nova consulta. Verificou-se um aumento na população carcerária masculina e uma diminuição da população carcerária feminina: 27.280 homens e 1.704 mulheres. No mês de outubro de 2014, os números permaneceram estáveis, com uma diminuição do número de mulheres: 27.282 homens e 1.665 mulheres. O mesmo site foi acessado nos dias 11 de maio de 2014 e 10 de outubro de 2014.

social diz respeito à total exclusão social, por abrigar os indivíduos tidos como inaptos a viver em sociedade, por isso é marginal.

Contraditoriamente, esse papel excludente é confirmado quando se leva em consideração o principal objetivo da prisão, a saber, promover a “ressocialização” dos indivíduos presos, pois, quando saírem desta instituição, eles deverão, com base no discurso jurídico, ser capazes de conviver em sociedade como sujeitos-de-direito. Basta observar duas afirmações presentes em dois documentos publicados pelo Conselho Nacional de Justiça. A primeira consta na Cartilha da Pessoa Presa, documento de 2010: “O Conselho Nacional de Justiça, pelo Projeto Começar de Novo, busca reconstruir o caminho da cidadania e promover ações de reinserção social de presos, egressos do sistema carcerário e de cumpridores de medidas e penas alternativas” (BRASIL, 2010, p. 9). A segunda afirmação pode ser observada na Cartilha da Mulher Encarceirada, publicada em 2011. Nela, é referido que a Cartilha “trata-se de ferramenta voltada para a ressocialização da mulher presa, disponibilizada gratuitamente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)” (BRASIL, 2011, p. 9). Sendo assim, ser preso não significa somente estar sem a liberdade, mas, também, estar excluído da sociedade. A prisão seria a única instituição que não pertence à sociedade *per se*, pois é invisível, reclusa (ou melhor: está inserida em um processo de significação no qual é transformada em invisível e em reclusa); contudo, ela é parte da sociedade. Esta é a contradição dela constitutiva. O que lá acontece não é reconhecido, não é passível de reflexão para a sociedade digna de direito¹³. Então, questiona-se: existiria vida (e resistência) fora da sociedade, em um ambiente de repressão e exclusão, sem direitos¹⁴? E, além disso, existiria resistência à prisão?

Conforme Kiéfer (2007), a prisão é compreendida como “un instrument de répression mais elle est aussi un système d’exclusion. L’appareil pénitentiaire est naturellement violent mais il est aussi un formidable régulateur social. Il n’exclut qu’une partie de la population afin de mieux la gérer, de mieux la réguler¹⁵” (p. 60). O indivíduo condenado à privação de liberdade encontra em seu lugar, no cárcere, a repressão, sendo a prisão reconhecida como espaço de violência (tanto entre os agentes penitenciários e os apenados como, principalmente, entre os próprios apenados), apesar de isso não ser admitido abertamente,

¹³ Saliento aqui a afirmação de J. J. Brochier, da Magazine Littéraire, em entrevista a Michel Foucault publicada na obra “Microfísica do poder”: “Suas revistas referem-se a coisas banais ou banalizadas porque não são vistas. Por exemplo, eu estou impressionado com o fato de que as prisões estão dentro das cidades e que ninguém as vê” (p. 140).

¹⁴ Parte-se do pressuposto de que o sujeito-de-direito seria aquele que se identificaria com a forma-sujeito jurídica (HAROCHE, 1992). Sem essa identificação, o sujeito seria punido pela lei penal através do enclausuramento, deixando de ser, portanto, sujeito-de-direito.

¹⁵ A prisão é compreendida como “um instrumento de repressão, mas também um sistema de exclusão. O aparelho penitenciário é naturalmente violento, mas é também um regulador social formidável. Exclui apenas uma parcela da população para melhor gerenciá-la, melhor regulá-la” (tradução minha).

pois, como se viu, seu objetivo é a ressocialização, o qual, obviamente, não é atingido por meio da violência. Conforme menciona a ex-juíza Maria Lucia Karam, “um mínimo de raciocínio lógico repudia a idéia de se pretender ressocializar alguém afastando-o dessa mesma sociedade à qual se pretende reintegrá-lo¹⁶”. Eis, então, mais um argumento que elimina qualquer possibilidade de ressocialização dentro do espaço da punição penal, legitimada pelo Estado, sendo que a ex-juíza ainda afirma que “os criminosos no sistema penal capitalista são justamente aqueles que não se inserem no mercado de trabalho e consumo. O sistema penal serve como gestão da pobreza”¹⁷.

A afirmação citada de Kiefer ainda revela uma importante faceta desta instituição: ao separar os criminosos (presos) dos inocentes (livres), a prisão passa a regular tanto quem está em seu interior quanto em seu exterior, sendo que a parcela da população nela inserida é mais bem gerenciada para a permanência da delinquência e para a possibilidade de a outra parcela seguir sendo manipulada, com uma ilusão de liberdade. Isso poderá ser observado em seguida, quando forem expostas as reflexões de Althusser e de Foucault sobre a forma como a prisão está inserida na superestrutura (Althusser) e é efeito da regulação via biopoder (Foucault).

O primeiro capítulo da presente reflexão é dedicado a uma avaliação do sistema carcerário. Os pensamentos dos filósofos Louis Althusser, Michel Pêcheux e Michel Foucault, prioritariamente, são tomados como suporte; contudo, também são referidos elementos de alguns textos de Pierre Ansart, Claudine Haroche, Giorgio Agamben e Hannah Arendt, os quais tratam sobre situações de exclusão, humilhação, violência, privação de direitos. No final do capítulo é dedicado um espaço para se pensar sobre as principais questões trazidas à tona por esses pensadores.

1.1 “Já vi meninas por respondê pras agenti i í pro castigo”: Ideologia, repressão e transformação em Althusser e Pêcheux

¹⁶ Na mesma esteira, podemos também citar aqui o depoimento de Marcola à Comissão Especial – Combate à Violência, da Câmara Federal. O depoimento foi retirado de Orlandi (2009): “Não, isso eu não digo, porque NÃO TEM SENTIDO eu dizer que o policial, o fulano ou sicrano é corrupto, sendo que o sistema penitenciário não reabilita ninguém. A partir do momento em que o sistema tiver condição de reabilitar um ser humano vou dizer que é o policial corrupto (...)” (p. 21 [grifos da autora]).

¹⁷ As referidas citações foram extraídas de reportagem da revista Caros Amigos, intitulada “A idéia de um mundo sem grades”, páginas 28 e 29, respectivamente. A reportagem foi publicada na edição número 192, de março de 2013.

O Materialismo Histórico-Dialético, enquanto ciência e filosofia, é embasado em uma concepção de práxis diferenciada daquela anterior às reflexões de Marx. Conforme Vázquez (2011), “a relação entre teoria e práxis é para Marx teórica e prática; prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, molda a atividade do homem, particularmente a atividade revolucionária; teórica, na medida em que esta relação é consciente” (p. 111). Para Marx, a ciência funcionaria não só como mecanismo teórico de observação das realidades do mundo, mas, também, como forma de tomada de consciência e de emancipação humana, visto que, a partir desses movimentos de ordem individual, surgiria uma prática transformadora no seio da sociedade. Por isso é dialética: o conhecimento se transforma em prática, e a prática modifica o conhecimento, em um movimento em espiral. Posiciona-se, portanto, contra a ciência idealista, pois esta faz referência a uma prática científica que afasta a sociedade da reflexão teórica e da tomada de consciência, mantendo o poder na classe dominante.

É pelo caminho da dialética que Michel Pêcheux concebe a Análise do Discurso, por uma perspectiva marxista-leninista. Ao se apoiar na leitura que Althusser faz de Marx, compreende a existência de uma indissociabilidade entre teoria e prática, e a ciência é entendida como uma prática política. Nesse sentido, a reflexão permite que intervenções aconteçam nas práticas sociais, e o efeito dessas práticas deve retornar para a reflexão teórica. Tem-se por base o fato de que a Análise do Discurso trabalha com materialidades (verbais ou não-verbais) que tomam lugar sócio-historicamente.

A AD tenta, portanto, trazer para as práticas a teoria, através de um questionamento constante sobre os processos de naturalização dos sentidos, ocasionando desdobramentos no eixo das repetições dos sentidos. Pensando na linguagem verbal escrita, é como se o dispositivo buscasse provocar, no sentido de “cutucar”, “irritar” o linguístico na busca das contradições constitutivas dos processos de significação. É essa provocação que permitirá a compreensão da constituição do processo de institucionalização dos sentidos. Em função disso, reconhece-se a importância de a Psicanálise e de o Materialismo Histórico-Dialético serem parte do quadro epistemológico da AD: “com Marx e Freud, teorias *científicas* ocupam, repentinamente, *regiões* até então reservadas às formações teóricas da ideologia burguesa” (ALTHUSSER, 1978, p. 75 [grifos do autor]). Retornamos, portanto, àquilo que foi mencionado na introdução deste texto: a AD passa a ser representada como uma posição de resistência na ciência.

Apesar da investida revolucionária da Análise do Discurso, difícil é se desvencilhar dos mecanismos de controle e submissão instaurados a partir do domínio de uma superestrutura jurídico-político-ideológica, porque sempre estamos inseridos na ideologia,

inclusive quando age contra ela mesma. A ideologia em geral não tem história e é eterna¹⁸, ao passo que as ideologias têm uma história própria, a qual é determinada, em última instância, pela luta de classes (ALTHUSSER, 2008). Isso indica que a existência de ideologias (no plural) aponta para a disputa entre, pelo menos, uma ideologia dominante e uma ideologia dominada, ou seja, a presença do outro (a ideologia dominada) no um (a ideologia dominante), e vice-versa. Esse pressuposto funciona teoricamente na AD a partir do conceito de *formação discursiva* (FD). Orlandi (2007b), ao falar sobre esse conceito, refere que “a formação discursiva é heterogênea em relação a ela mesma, pois já evoca por si o “outro” sentido que ela não significa” (p. 21), por isso a contradição é constitutiva dos processos discursivos.

Sobre tal questão, vale trazer a afirmação de Pêcheux (2009c):

Parece ser crucial afastar a idéia, tanto sedutora quanto falsa, de que as ideologias dominadas, por não serem o simples reflexo inverso da ideologia dominante, constituiriam espécies de germes independentes: elas nascem no lugar mesmo da dominação ideológica na forma dessas múltiplas falhas e resistências, cujo estudo discursivo concreto supõe abranger o efeito do real histórico que, no interdiscurso, funciona como a causalidade heterogênea, e, ao mesmo tempo, o efeito do real sintático, que condiciona a estrutura internamente contraditória da sequência intradiscursiva (p. 26).

A partir disso, é possível compreender as contradições constitutivas dos processos de significação, as quais atuarão nos processos de subjetivação. A explicação para a presença do discurso-outro está na tentativa de conter movimentos de revolução, sendo que a própria ideologia dominante precisa que discursos se posicionem contrariamente a ela, de forma que uma revolução nunca aconteça. Em outras palavras, é possível afirmar que sempre existirá um espaço para o discurso-outro, a fim de evitar a repressão total e, com isso, a possibilidade de uma revolução.

Michel Pêcheux, assinando como Thomas Herbert, referiu que “o processo metonímico pode dar conta ao mesmo tempo da inscrição dos sujeitos na estrutura sintática e do *esquecimento dessa inscrição* pelo mesmo mecanismo de identificação do sujeito ao conjunto da estrutura, permitindo a reprodução desta” (HERBERT, 1995, p. 75 [grifos do autor]). Percebe-se aí a atuação do processo de interpelação ideológica. Isso significa que a inscrição remete à instância econômica, à infraestrutura, ao passo que o esquecimento da inscrição faz referência à instância jurídico-político-ideológica, a superestrutura. A inscrição, apesar de ilusoriamente consciente, é, na verdade, ideologicamente determinada, ou seja, sempre se está na ideologia. O autor afirma que “o EGO, isto é, o imaginário no sujeito (lá

¹⁸ Althusser (2008) faz referência ao inconsciente freudiano, o qual é entendido como eterno. Para o autor, a ideologia também seria eterna no mesmo sentido do inconsciente: é onipresente, não tem história.

onde se constitui para o sujeito a relação imaginária com a realidade), não pode reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento ao *Outro*, ou ao *Sujeito*, já que essa subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito *sob a forma da autonomia*” (PÊCHEUX, 2009a, p. 149 [grifos do autor]).

Organizada em aparelhos de Estado, a superestrutura domina as práticas humanas, não tendo o interesse de trazer à consciência o processo de reprodução das relações de produção e das forças produtivas do qual os sujeitos são interpelados a fazerem parte, visto que “as relações de produção capitalistas são as relações de exploração capitalistas” (ALTHUSSER, 2008, p. 64). A tomada de consciência, no sentido marxista¹⁹, é a compreensão de que o papel do sujeito na infraestrutura é alimentar a superestrutura. Esse movimento teórico pode levar à prática, isto é, à subversão da ordem instaurada pela ideologia dominante, a qual, segundo Althusser (2008), aconteceria através dos “maus sujeitos”; estes, “ocasionalmente, provocam a intervenção de um ou outro destacamento do aparelho (repressor) de Estado” (p. 291).

Superestrutura e infraestrutura remetem ao modo de funcionamento do todo da estrutura social, o qual é presente no pensamento de Marx. Louis Althusser, em sua releitura, aprofunda esta questão e engendra o estabelecimento de enlaces entre a (des)estrutura social, a (des)estrutura linguística e a (des)estrutura psíquica por Michel Pêcheux. Em Marx (2008), é possível citar a seguinte afirmação:

Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de “sociedade civil” (p. 47).

As relações jurídicas e as formas de Estado (superestrutura jurídico-político-ideológica) dependem das condições materiais de vida (infraestrutura, base econômica). O modo de funcionamento dessas condições materiais de vida, entendida como sociedade civil, representa o modo de produção de determinada formação social. A partir deste componente filosófico fundamental, as reflexões de Pêcheux vão na direção de buscar, nas condições materiais de vida, a linguagem, enquanto efeito das relações entre superestrutura e infraestrutura (e delas determinante).

Então, na AD, como se pode perceber, tanto o componente filosófico quanto o componente sociológico são oriundos da teoria marxista, na voz do filósofo Louis Althusser.

¹⁹ Tal processo é relativizado por Pêcheux, principalmente nos trabalhos posteriores à publicação do Anexo III da obra “Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio”.

Para tratar sobre o pensamento deste filósofo ligado à corrente de pensamento estruturalista²⁰, acerca dos Aparelhos Ideológicos e Repressivos de Estado, trago à tona, primeiramente, a seguinte passagem de Motta (2012), que resume a forma como a leitura que Althusser faz de Marx foi sendo compreendida com o passar do tempo. Atualmente, o interesse na teoria althusseriana é, principalmente, pela filosofia e pela teoria, e não tanto pelos elementos políticos e militantes.

O pensamento filosófico e político de Louis Althusser, quando emergiu no início dos anos 1960, gerou inúmeras adesões e críticas apaixonadas pela sua leitura inovadora da obra de Karl Marx. Contudo, a partir dos anos 1980, a sua teoria era dada como “morta” e “ultrapassada”, dentro e fora do marxismo, o que resultou num “enterro” de sua teoria praticamente desaparecendo do cenário intelectual. (...) No entanto, em meados dos anos 1990, sobretudo depois da publicação da sua autobiografia *O futuro dura muito tempo*, e de vários textos inéditos, é retomado o interesse pela obra de Louis Althusser, sendo reintroduzido no debate filosófico e político atual (p. 73 [grifos do autor]).

A corrente estruturalista trouxe importantes contribuições para vários campos do conhecimento nos anos 1960 e 1970, especialmente; contudo, depois dos anos 1980, as bases do estruturalismo foram, aos poucos, desfeitas, e Althusser passou a ter a sua obra considerada como ultrapassada. A partir dessa década, os textos de outros pensadores do estruturalismo também foram colocados sob questionamento. Não se deve esquecer, todavia, que Michel Pêcheux explicitou o fato de que ao marxismo althusseriano deveria ser atribuído o papel de eixo constituinte da Análise de Discurso, juntamente com outros campos da ciência. Nessa perspectiva, o marxismo althusseriano pode ser considerado, sim, militante, e essa será a postura adotada no presente trabalho.

O materialismo histórico-dialético, enquanto ciência e filosofia concomitantemente, redefiniu a forma como as relações sócio-históricas eram percebidas, e Althusser trouxe importantes contribuições para o processo de reconfiguração desse quadro do conhecimento. Ao propor uma nova leitura da obra de Marx, o filósofo manteve na gênese de seu trabalho questionamentos acerca do humanismo e do hegelianismo. Os analistas do discurso atribuem

²⁰ Não faz parte dos objetivos do presente trabalho aprofundar questões referentes ao estruturalismo. No entanto, é importante compreender um pouco sobre a natureza dessa corrente em função de as bases da Análise do Discurso estarem ancoradas em obras de pensadores a ela associados (Ferdinand de Saussure, da Linguística; Jacques Lacan, da Psicanálise; e Louis Althusser, da Filosofia, principalmente). Conforme Arruda (2007), um dos principais corolários do estruturalismo foi “a quebra do encanto mágico da supremacia da razão ocidental” (p. i). Em resposta ao racionalismo de Descartes e ao positivismo de Comte, os estruturalistas trouxeram uma opção metodológica que deu conta de diferentes ramos das ciências sociais. Dosse (2007) afirma que “o estruturalismo é, portanto, um movimento de pensamento, uma nova forma de relação com o mundo, muito mais amplo do que um simples método específico para um determinado campo de pesquisa. Esse posicionamento, no entanto, surtirá resultados diferentes conforme os campos de aplicação. (...) Essa grade de leitura, que se pretende unitária, privilegia o signo à custa do sentido, o espaço à do tempo, o objeto à do sujeito, a relação à do conteúdo, a cultura à custa da natureza. Como explica o filósofo das ciências Michel Serres, em 1961, o estruturalismo nutre a ambição de constituir um único e vasto programa de análise, podendo ser aplicado a todos os campos do saber” (p. 12).

grande importância às suas ideias, sempre trazendo para discussão novas práticas de análise que retomem e reconfigurem os seus conceitos.

É importante referir aqui a afirmação de Mالدیدیر, Normand & Robin (1972): “Ce qui distingue le marxisme de tout idéalisme avoué ou honteux c'est le primat de l'infrastructure, étant bien entendu que le terme « primat » exclut d'entrée de jeu une causalité transitive et mécaniste”²¹. A noção de infraestrutura, como será visto mais tarde, é a responsável pela diferença entre marxismo e idealismo, visto que é nela, na unidade entre Forças Produtivas e Relações de Produção (ALTHUSSER, 2008), que se materializam as práticas e se reproduzem as condições de produção. As forças produtivas não só são desenvolvidas pelos homens, como também são constituídas por eles mesmos, encontrando-se no centro das relações que contraem no processo de produção.

Os conceitos que envolvem os Aparelhos de Estado devem ser relevados quando se pensa na prisão. Da mesma forma, a maneira segundo a qual a ideologia atua na produção e reprodução dos saberes por meio dos Aparelhos Ideológicos devem fazer parte da reflexão, pois é fundamental para o entendimento do funcionamento dos processos de subjetivação. Temos, então, que as três teses de Althusser²² são basilares para se pensar sobre os processos de subjetivação no cárcere feminino. São elas: (i) “A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”; (ii) “A ideologia tem uma existência material”; e (iii) “A ideologia interpela os indivíduos como sujeitos”. Essas três teses serão abordadas ao longo da presente seção.

Para Althusser, o homem é assujeitado à ideologia, enquanto indivíduo que se transforma em sujeito através de um processo de interpelação. Este processo é compreendido como o próprio processo de sujeição à História, não se sustentando o conceito de homem enquanto ser *onipotente-transcendente-criador-consciente-de-si* (BALDINI, 2013). Nesse sentido, devo fazer referência ao fato de que, para Althusser, a ideologia está intrinsecamente relacionada à subjetividade (SILVA, 2012). Suas duas teses atestam essa afirmação: (i) *só há prática através de e sob uma ideologia* e (ii) *só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito*. A partir delas, tem-se a formulação central, a saber, *a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos*.

Faz-se necessário, neste momento, abordar a questão da ideologia no pensamento althusseriano. Conforme mencionam Mالدیدیر, Normand & Robin (1972), “C'est montrer

²¹ “O que distingue o marxismo de qualquer idealismo confessado ou vergonhoso é a primazia da infraestrutura, subentendendo-se que o termo “primazia” exclui desde o início a causalidade transitiva e mecanicista” (tradução minha).

²² As três teses estão presentes no artigo “Ideologia e aparelhos ideológicos de estado” (ALTHUSSER, 2008).

que l’Idéologie n’est pas une pure conscience fausse, une pure altérité, mais l’indice d’un problème réel, selon l’expression de L. Althusser la façon dont les hommes vivent leurs rapports à leurs conditions d’existence²³” (p. 131). As mesmas autoras afirmam que ideologias são forças sociais em luta: sistemas e sub-sistemas, comportamentos, fantasmas e imaginários sociais enquanto práticas inscritas nas realidades materiais, nas quais algumas pessoas podem servir mais que outras aos mecanismos da reprodução do assujeitamento ideológico (p. 131). É assim, portanto, que Althusser dá solidez à ideologia, não a compreendendo como uma categoria idealista, mas como uma existência material: as condições de existência dos homens. ■

A ideologia para Althusser não possui uma dimensão negativa, pois não é compreendida enquanto inversões/representações deformadoras da realidade. Conforme Althusser (2008), “em sua deformação necessariamente imaginária, toda ideologia representa não as relações de produção existentes (e as outras relações que delas derivam), mas antes de tudo a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e com as relações delas derivadas” (p. 279). A ideologia possui relação direta com o imaginário, não sendo algo oriundo do exterior, mas, na verdade, situada entre os sujeitos e a realidade, o que conduziria a uma visão de mundo deturpada. A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as relações reais sob as quais vivem (ALTHUSSER, 2008). É nesse sentido que o sujeito se reconhece como “eu”, em função dessa alienação no imaginário, e é, também, nesse sentido que atua o processo de interpelação do indivíduo em sujeito.

A constituição de uma “identidade” está diretamente relacionada ao processo de interpelação ideológica. A identidade se “completa”²⁴ quando o sujeito é capaz de enunciar a partir do lugar do EU. Esse é o sujeito ideológico, vinculado ao sujeito de direito, o qual, segundo Pêcheux (2009a), é “aquele que entra em relação contratual com outros sujeitos de direito; seus iguais” (p. 140), tem a sua identidade dependente da identificação imaginária, ocorrida via interpelação ideológica (processo compreendido tanto como ideológico quanto como jurídico).

O processo de interpelação atua na direção de manter os sujeitos reprodutores das condições de produção vinculadas à ideologia dominante, pois é ela que garante a “harmonia”

²³ “É mostrar que a Ideologia não é uma pura consciência falsa, uma pura alteridade, mas o índice de um problema real, nas palavras de L. Althusser, a maneira como os homens vivem suas relações com suas condições de vida” (tradução minha).

²⁴ O processo de interpelação ideológica visa a garantir a constituição de uma identidade ilusoriamente fixa e completa; contudo, a partir da Teoria da Análise do Discurso, compreendemos que a identidade é, na verdade, momentos de identificação, pois faz parte de um processo capaz de ser transformado em virtude das identificações dos sujeitos, processo passível de falhas.

entre os Aparelhos de Estado (Ideológicos e Repressivo). Com base nisso, é necessário falar sobre o “todo social” do marxismo e a estrutura da sociedade, na qual estão presentes os Aparelhos. Para Althusser, o “todo social” do marxismo é uma estrutura complexa, hierarquizada, historicamente determinada e dinâmica, “refletindo as mediações e transformações abrangentes, mas historicamente mutáveis, da realidade objetiva” (BOTTOMORE, 2001, p. 381). Com essas características, a totalidade marxista se diferencia substancialmente da hegeliana. A hierarquia da estrutura social, constituída por níveis (instâncias), depende dos momentos históricos e, com base nisso, depende também dos lugares que as duas instâncias – ideológica, de um lado, e jurídico-política, de outro – ocupam no modo de produção (DOSSE, 2007). Essas instâncias constituiriam a superestrutura, uma das partes da estrutura. Na superestrutura atuam a instância jurídico-política (o Direito e o Estado) e a instância ideológica (as diferentes ideologias: religiosa, moral, jurídica, política, etc).

A outra parte da estrutura seria a instância econômica, denominada de infraestrutura, ou seja, a ““unidade” das forças produtivas com as relações de produção” (ALTHUSSER, 2008, p. 79), como já foi citado. Conforme Althusser (2008), “as Forças Produtivas de um modo de produção são constituídas pela *unidade* de um jogo complexo e regulamentado” (p. 45 [grifo do autor]), o qual coloca em cena o objeto de trabalho, os instrumentos de produção e os agentes de produção (ou força de trabalho); por outro lado, as relações de produção são “relações de um tipo muito particular que existem (...) nas Sociedades de classes, entre os agentes da produção e outros personagens que não são agentes da produção e, no entanto, intervêm na produção” (p. 51). Trata-se dos detentores dos meios de produção. É importante mencionar que tanto os agentes da exploração e da repressão quanto os operários são interpelados para reproduzirem a ideologia dominante.

Dependendo do modo de produção (escravista, feudal, capitalista, socialista, etc.), a relação entre a “unidade” das forças produtivas com as relações de produção se dá de uma certa maneira. A força de trabalho pertence a um grande número de indivíduos sem meio de produção; desse modo, a utilização da força de trabalho é vendida por um determinado tempo aos proprietários dos meios de produção (ALTHUSSER, 2008). A reprodução da força de trabalho se dá através do salário e, principalmente, pela atuação da escola²⁵.

Sobre essa questão, vale dizer que o modo de extorsão da mais-valia não pode ser separado das condições superestruturais, sendo que são as formas de exploração que

²⁵ Segundo Althusser (2008), esse processo de reprodução acontece, principalmente, pela atuação da Escola, entendida, à sua época, como o mais importante Aparelho Ideológico de Estado. Nesta instituição, os sujeitos aprendem alguns “savoir-faire” e “regras de boas maneiras”.

diferenciam as classes sociais. As características do modo de extorsão da mais-valia necessitam de determinados tipos superestruturais que permitem a reprodução das relações de produção (MALDIDIER, NORMAND & ROBIN, 1972).

A infraestrutura é, para o marxismo, a parte determinante da estrutura social, isto é, trata-se da responsável pela sustentação de toda a estrutura. Tanto na superestrutura quanto na infraestrutura, a categoria da ideologia possui papel fundamental. Em termos marxistas, a totalidade social (a estrutura) é constituída por totalidades parciais (superestrutura e infraestrutura; Aparelhos Ideológicos e Aparelho Repressivo) relacionadas entre si.

Ao adotar uma metáfora para a explicação da proposta, Althusser refere que existiria um edifício que estrutura toda a sociedade. Nele, a base econômica (infraestrutura) teria dois patamares erguidos sobre si, a saber, o ideológico e o jurídico-político (superestrutura). Assim, torna-se mais fácil vislumbrar o porquê de a instância econômica ser a determinante: um edifício não se sustenta sem a sua base. Nesses termos, uma revolução (a subversão da reprodução) só poderia surgir em uma determinada formação social se existisse uma mudança na base econômica.

Em suma, pode ser assegurada a idéia de que, no pensamento althusseriano, a determinação acontece da base (da infraestrutura) em direção aos patamares (à superestrutura). O movimento contrário pode ocorrer através de uma ação de retorno, quando da existência de uma autonomia relativa da superestrutura em relação à base. É assim que a sociedade está estruturada e que as práticas, quaisquer práticas, são determinadas.

No que concerne ao pensamento althusseriano, resta, então, abordar o processo de produção e reprodução das relações de produção. Enquanto o Aparelho Repressivo de Estado (ARE) é, conforme Althusser (2008), o próprio Estado, os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) aludiriam a “um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 2008, p. 264). Repressivo é o Aparelho de Estado que funciona através da violência, sendo que a repressão administrativa pode revestir-se de formas não físicas. O ARE contempla as exigências da prática jurídica, as prisões, a polícia, os tribunais, as forças armadas, o chefe de Estado, o governo e a administração, definindo o Estado como “força de execução e de intervenção repressora” (ALTHUSSER, 2008, p. 260). Já os AIE são instituições, públicas e privadas, responsáveis por regular os sujeitos, e, também, por transformar os indivíduos em sujeitos no processo de interpelação ideológica. É através desse processo, o qual é garantido pelos aparelhos, que a reprodução está materialmente assegurada (COURTINE, 2009).

Apesar de os dois tipos de Aparelho de Estado não serem totalmente ideológicos e privados, de um lado, tampouco repressor e público, de outro, eles são compreendidos como, respectivamente, Aparelhos Ideológicos de Estado e Aparelho Repressivo de Estado, de forma predominante. Além disso, o que caracteriza o Aparelho Ideológico de Estado seria o seu mecanismo de controle, a saber, ideológico, em sua maior parte. Já o Aparelho Repressivo de Estado não só opera através da ideologia, mas, também, através da violência, e tem como modo principal de funcionamento a repressão, inclusive a física, o que não significa dizer que existe aparelho puramente repressivo. A penitenciária seria, para o autor, constituinte do Aparelho Repressivo de Estado, mas que não funciona somente através da violência física. Quanto aos Aparelhos Ideológicos, eles contemplariam as instâncias religiosa, escolar, familiar, jurídica, política, sindical, da informação, cultural, entre outras.

O objetivo, tanto nos AIE como no ARE, é manter a reprodução de “valores”, seja por mecanismos ideológicos ou por mecanismos repressivos. De acordo com Althusser (2008), “a superestrutura mantém com a infra-estrutura a relação específica de *reproduzir* as condições de funcionamento desta última” (p. 185 [grifo do autor]). É por isso que a superestrutura tem como função principal a reprodução de valores produzidos pela instância inferior (a infraestrutura, a instância determinante), e não o contrário. A reprodução acontece, portanto, no âmbito da superestrutura.

Como já foi dito, é importante frisar que esse vínculo superestrutural é determinado pela infraestrutura, a base econômica, de modo que as relações entre os aparelhos de Estado no processo de interpelação do indivíduo em sujeito dependem do nível infraestrutural, existindo a chance de acontecer um retorno da superestrutura para a infraestrutura a partir de uma autonomia relativa que a primeira possui. Tal possibilidade ocasionaria uma transformação nas relações de produção e, por conseguinte, no processo de interpelação ideológica. Conforme menciona Dosse (2007), existiria, no pensamento althusseriano, uma única maneira de alterar a forma como operam a infraestrutura e, por conseguinte, a superestrutura: “a única escapatória para o que poderia muito bem ser um círculo vicioso num sistema fechado, a única maneira de sair desse labirinto, encontra-se portanto, para Althusser, no corte epistemológico, único fio de Ariadne que permite o advento da ciência” (p. 400).

As características citadas acerca do Aparelho Repressivo de Estado, e, mais especificamente, do presídio, revelam que ele funcionaria por meio da repressão, seria público e teria a sua organização centralizada e dirigida por representantes das classes. Considera-se, todavia, que a ideologia também atua no ARE, mas não de forma maciça e predominante. O ARE também é ideológico porque o seu objetivo é o de atuar no processo de interpelação do

sujeito de forma que ele se identifique com a ideologia dominante (ou, pelo contrário, permaneça contra a ideologia, identificado com a criminalidade).

O discurso oficial divulga que a prisão visa à ressocialização dos sujeitos, o que indica um esforço na direção de recrutá-los a se identificarem com a ideologia dominante e se tornarem sujeitos de direito. Contudo, observa-se na prisão uma reprodução da delinquência, o que provoca, discursivamente, o efeito contrário ao da ressocialização. Nesse sentido, o processo de interpelação ideológica (e jurídico-político) ocorre às avessas: a identificação deve ocorrer com o discurso dominado, e não com o discurso dominante, de modo que a ideologia age contra ela mesma, posto que ela não é idêntica a si mesma. Como diz Indursky (2007), a ideologia é “uma unidade dividida em relação a si própria, portanto, não é possível cristalizar a FD [formação discursiva]” (p. 171). Nesse cenário, parece ser de interesse da ideologia que se mantenham as relações de violência presentes na sociedade, cujas bases estão nas contradições que determinam e regulam as práticas sociais.

A prisão pode ser compreendida como uma instância jurídico-política (prioritariamente) e ideológica da superestrutura, da qual participam sujeitos recrutados a se inserirem em um processo de interpelação ideológica vinculado a um discurso autoritário, um discurso da polissemia contida (ORLANDI, 2006b). O aparelho prisional pode (e deve) ser considerado tanto como ideológico como enquanto repressivo, e nele atua a violência simbólica bem como a violência física, ideologicamente velada, por não acontecer de forma direta. Ela sucede de forma a fazer sofrer os corpos que são alocados nas prisões, lugar onde os direitos humanos parecem não ter voz, através de condições de sobrevivência inadequadas, que abrangem desde a alimentação até a higiene pessoal. A superlotação das cadeias é, também, uma forma de violência física, agregada à violência simbólica, posto que o sujeito é levado a se identificar com sentidos de que o lugar dele é ali, naquelas condições, porque cometeu um crime contra as leis da “verdadeira sociedade”, com a “sociedade de direito”, aquela que está fora da prisão. À lei deve-se obedecer; contra a lei não é possível rebelar-se. Tal é a função da instância jurídico-política na reprodução das condições de produção via superestrutura.

É possível perceber o efeito dessa prática nas falas das apenadas. O título da presente seção é constituído por um recorte da fala da Apenada 1 (A1). Ela diz que “já vi meninas por respondê pras agenti i í pro castigo”. Nessa sequência discursiva (SD) podemos perceber a coerção praticada pelo ARE, ocasionada por um “comportamento agressivo” por parte das apenadas. As respostas das meninas, conforme relata A1, dizem respeito a uma discordância entre a determinação das agentes e o comportamento de quem “respondeu”, ou seja, algumas

meninas. Caso reclamem ou discordem das ordens do ARE, são imediatamente punidas através da reclusão total. O castigo consiste em a apenada ser transferida para uma cela onde fica isolada, sem televisão, sem rádio e sem comida “da sacola”, ou seja, só com a comida fornecida pela penitenciária (a comida da sacola é a comida trazida pelas pessoas que visitam as apenadas). No enunciado destacado temos, então, a materialização via linguagem das práticas coercitivas do Aparelho Repressivo de Estado, não sendo autorizada a discordância. Quem age de forma diferente vai para o castigo (mas resiste).

Das contribuições althusserianas, destaco a ideia de *estrutura com dominante*, enquanto *formação social* (no marxismo, era entendido como a *sociedade*, análise da conjuntura histórica, mas o termo *sociedade* era concebido como não científico por Marx). A esse respeito, Bottomore (2001) menciona que “os seres humanos não são os autores ou os sujeitos desse processo [o processo de desenvolvimento histórico com causas estruturais] que, descentrado, não tem sujeito que o acione. São apoios, efeitos, das estruturas e das relações da formação social” (p. 10). Isso significa que, segundo Althusser, as relações de causalidade são estruturais, e essas governam o desenvolvimento histórico, alocando o sujeito em um eterno processo de reprodução das condições de produção.

Pode-se estabelecer, então, uma relação entre o índice de eficácia, a prisão e o sujeito que dela faz parte. De acordo com Althusser (2008), a reprodução das condições de funcionamento da infraestrutura é o papel da superestrutura, e tal é a relação entre esses dois níveis da estrutura social, sendo aqui a superestrutura representada pela prisão. A partir disso, tem-se que a produção das condições de produção acontece na infraestrutura. Parece ser possível, então, pensar em uma abertura maior para a produção/transformação de saberes a partir da própria infraestrutura, onde estariam os indivíduos interpelados em sujeitos, os agentes da produção, cujas práticas materializam a reprodução da força produtiva e das relações de produção. A infraestrutura seria o lugar dos sujeitos aparentemente livres. São considerados sujeitos “aparentemente” livres, pois, na época de Althusser, tudo é ideologia, categoria dentro da qual se movimenta o indivíduo. Apesar de o sujeito ser somente um efeito, um apoio, é a partir dele que se efetuará uma alteração no processo de reprodução, com a instauração de um corte epistemológico. Em Althusser, essa seria a possibilidade de ocorrer uma abertura para a transformação das condições de produção. Pêcheux tornará esse movimento possível ao articular, de forma mais efetiva, a Psicanálise à equação, e compreendendo a contradição como constitutiva deste processo.

Com base nos elementos levantados da filosofia althusseriana, é necessário discutir como o materialismo histórico-dialético se insere no quadro da AD, tendo em vista,

principalmente, os Aparelhos Ideológicos de Estado, o Aparelho Repressivo de Estado e a estrutura do edifício social. Tratarei, pois, do deslocamento provocado por Pêcheux em relação a Althusser. Para Pêcheux & Fuchs (1997), a “região do materialismo histórico que nos diz respeito é a da superestrutura ideológica em sua ligação com o modo de produção que domina a formação social considerada” (p. 165). Em outras palavras, a superestrutura ideológica, ligada ao modo de produção capitalista, caracteriza a sociedade contemporânea, e é sobre esse aspecto que a Análise do Discurso se debruça.

Um dos elementos fundamentais que constituem o pensamento pecheuxtiano diz respeito à materialidade linguística enquanto constitutiva do processo de interpelação ideológica, pois, para Pêcheux (2009a), as ideologias não são ideias, mas, sim, forças materiais: as ideologias não têm origem nos sujeitos porque constituem os indivíduos em sujeitos. Apesar do enfoque na materialidade linguística, a Análise do Discurso enfatiza a necessidade de todas as formas de existência material atuarem como causa e efeito do processo de interpelação. Pêcheux é o responsável por trazer a língua para o debate. Conforme Orlandi (2007a), “ao inscrever-se na língua o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, daí resultando uma forma sujeito histórica. No nosso caso, o sujeito do capitalismo” (p. 11). É em função desse posicionamento que Pêcheux fala em uma *teoria não subjetivista da subjetividade*, assim caracterizada porque o sujeito ideológico não é sempre já-dado. É em função da existência dessa teoria que é possível fundar a teoria (materialista) dos processos discursivos (PÊCHEUX, 2009a, p. 125).

Ressalta-se que, para o filósofo (PÊCHEUX, 2009a), a ideologia não se reproduz de forma geral, igual, homogênea a toda a sociedade, e, ao mesmo tempo, cada classe não possui a sua ideologia. Os Aparelhos Ideológicos de Estado não são entendidos como a expressão da ideologia da classe dominante, pois, na verdade, os AIE são o lugar e o meio de realização da ideologia da classe dominante. Isso significa que eles não são somente instrumentos da classe dominante para reproduzir as relações de produção existentes, pois também são o lugar e as condições das transformações das relações de produção, ou seja, são os AIE que, contraditoriamente, reproduzem e transformam as relações de produção, pois pode ocorrer a falha na infraestrutura. E é nesse sentido que se tornam importantes as noções de *formação ideológica* e de *formação discursiva*. São as formações discursivas que permitem o funcionamento da contradição no seio da estrutura social, pois representam a divisão da ideologia.

Para Pêcheux (2009a), “em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de *formações ideológicas* (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado)” (p.

132 [grifos do autor]). Sendo assim, aí está um ponto importante da reflexão pècheuxtiana: da mesma forma que os AIE, compreendidos enquanto as formações ideológicas, são, por excelência, os lugares da reprodução dos saberes determinados ideologicamente, eles são, também, os lugares da transformação desses saberes. Vale a pena referir que, mesmo sendo o sujeito interpelado pela ideologia dominante, há a possibilidade de não se reproduzir fielmente os saberes colocados em circulação por ela. Não é somente a ideologia o elemento em que seriam efetuadas as reproduções e as transformações dos saberes²⁶ (ou das relações de produção) colocados em circulação em determinada formação social. Atuando juntamente com a ideologia há a instância jurídica, política e econômica (e de ordem inconsciente) que têm efeito no processo de reprodução e transformação das relações de produção.

Para a Análise do Discurso, a ideologia é “o modo particular com que cada sujeito se relaciona com a linguagem e produz, para ele, o seu lugar no interior do complexo de formações ideológicas” (SCHONS & MITTMANN, 2009, p. 301). A relação da ideologia com a linguagem possibilita a emergência do discurso. Para a continuidade desta reflexão, é importante mencionar a relação necessária existente entre ideologia e formações imaginárias, as quais se materializam na linguagem.

As formações ideológicas organizam as ideologias em formações discursivas, sendo que sempre estão em relação de conflito. Já o imaginário, conforme Silva (2012), “é uma evidência produzida pela ideologia à qual o sujeito está vinculado” (p. 73). As representações que os sujeitos fazem de si mesmos, bem como do referente e do interlocutor, por exemplo, são resultado do processo de interpelação ideológica através das formações imaginárias e das formações discursivas.

Os lugares objetivamente definíveis na situação enunciativa são compreendidos discursivamente através do conceito de formações imaginárias. De acordo com Courtine (2009), elas “designam o lugar que o remetente e o destinatário atribuem a si e ao outro” (p. 49). Essa representação está determinada pela filiação discursiva do sujeito, ou seja, formações discursivas e formações imaginárias trabalham conjuntamente, posto que o “imaginário é forjado historicamente” (ERNST, 2007, p. 135). Contudo, Silva (2012) admite que, “apesar de esse processo se calcar na reprodução de representações, há a possibilidade da emergência de uma dimensão criadora, oriunda das falhas na identificação com as formações discursivas” (p. 73). Essa falha na identificação afeta diretamente a atuação das formações

²⁶ Falamos aqui em saberes porque, na Análise do Discurso, as relações de produção podem ser transformadas ou reproduzidas através de uma materialidade, e a materialidade específica da AD, nesse momento da teoria, é a linguagem. A linguagem é entendida como a materialização do discurso, ou melhor, dos saberes colocados em circulação em determinada formação social.

imaginárias, pois representações diferentes das esperadas emergem, e essa diferença pode ser resultante da própria estrutura significativa na qual a representação ganha materialidade, já que é passível de equívoco (SILVA, 2012). Em suma, “as evidências imaginárias materializam-se no simbólico, que, por sua vez, é incompleto devido ao real; são nas lacunas da estrutura que deslocamentos de sentidos emergem e novas imagens surgem” (op. cit., p. 73).

Quanto à interpelação ideológica, vale citar Pêcheux & Fuchs (1997):

a modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar *interpelação*, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a *ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (...) (p. 165-166 [grifos dos autores]).

Michel Pêcheux salienta que a ideologia é uma instância com existência material, articulando-se com o domínio da economia. Essa concepção indica que a ideologia determina os processos de subjetivação, posto que se coloca no entremeio da relação dos sujeitos com suas condições, não sendo, portanto, uma simples inversão da realidade (assim como já havia dito Althusser). O autor se afasta ainda mais do idealismo hegeliano ao mencionar que “as ideologias não são feitas de “idéias” mas de práticas” (PÊCHEUX, 2009a, p. 130), as quais ganham existência pela atuação dos Aparelhos de Estado.

A interpelação promove dois efeitos de evidência: (i) o esquecimento nº 1, tido como a evidência de que o sujeito é a fonte do sentido, ou seja, “o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da FD que o domina” (PÊCHEUX, 2009a, p. 162), relacionado ao inconsciente; e (ii) o esquecimento nº 2, a saber, a evidência de que o sujeito pode controlar os efeitos de sentido através da enunciação, de modo que “todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase” (op. cit., p. 161), considerado pré-consciente. Pêcheux reconhece que não se pode estabelecer uma relação estrita entre o primeiro esquecimento enquanto inconsciente e o segundo esquecimento enquanto pré-consciente, pois toma como base a tópica freudiana, a qual garante que o aparelho psíquico é dinâmico. O próprio Freud propôs uma segunda tópica, na qual constam Id, Ego e Superego no lugar de Inconsciente, Pré-Consciente e Consciente, para retificar uma possível ausência de dinamismo na primeira tópica.

O conceito de formação discursiva em Pêcheux sofreu reformulações ao longo do seu percurso teórico-analítico. Primeiramente concebida como uma “região do interdiscurso”, a formação discursiva possuía um caráter fechado, como se fosse um bloco homogêneo de

discursos organizados, operando em relação de antagonismo com outro bloco homogêneo. Essa concepção estaria diretamente relacionada à ideia de um processo de interpelação ideológica pleno, no qual o sujeito não poderia ousar se rebelar, ou “pensar por si mesmo”, não existindo falhas. Contudo, sabe-se que, com o aprofundamento nas questões discursivas, houve desdobramentos nesta concepção. A formação discursiva não tem, para si, um interdiscurso, posto que o interdiscurso funciona em uma “lógica” da dispersão. As formações discursivas buscam organizar regularidades dos processos discursivos (elas organizam, imaginariamente, uma dispersão), mas as regularidades são calcadas em falhas, por isso o “fechamento” da FD é um efeito da ordem do imaginário.

Há, nas formações ideológicas, mais de uma formação discursiva em um jogo político conflituoso. Esse conflito ocorre em função de existir uma formação discursiva dominante, de onde se materializam os discursos hegemônicos, naturalizados na formação social, e uma (ou mais) formação discursiva dominada. Conforme Pêcheux (2009a), é o conjunto das formações discursivas, em uma relação política, que determina qual é a formação discursiva dominante.

Para a formação discursiva dominante existe uma forma-sujeito, associada diretamente à ideologia dominante, a qual é vinculada ao modo de produção capitalista na formação social contemporânea. A forma-sujeito pode ser interpretada como a forma do assujeitamento do sujeito à ideologia dominante: atualmente, essa forma é a jurídica, a qual se iniciou no fim da Idade Média e visa a um processo de individualização do sujeito; contudo, antes disso, o assujeitamento ocorria via discurso religioso. Nesse sentido, o sujeito ideológico reduplica a forma do sujeito de direito (HAROCHE, 1992), e é ela que estabelece a ilusão de unidade do sujeito, podendo ser vinculada, portanto, aos dois esquecimentos anteriormente citados. A forma-sujeito é o que permite que os indivíduos tenham a forma de sujeitos enquanto uma forma de existência histórica.

Com base em Pêcheux (2009a), a forma-sujeito é a responsável pelo efeito de evidência do interdiscurso no intradiscurso; é ela que, garantindo ao sujeito a sua ilusória liberdade na sua formação social (enquanto forma-sujeito de direito), forja a unidade subjetiva e, por conseguinte, o efeito Munchhausen:

A forma-sujeito (pela qual o “sujeito do discurso” se identifica com a formação discursiva que o constitui) tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, *ela simula o interdiscurso no intradiscurso*, de modo que o interdiscurso *aparece* como o puro “já-dito” do intra-discurso, no qual ele se articula por “co-referência”. Parece-nos, nessas condições, que se pode caracterizar a forma-sujeito como realizando a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso: e unidade (imaginária) do sujeito, sua identidade presente-passada-futura encontra aqui um de seus fundamentos (op. cit., p. 154-155 [grifos do autor]).

Indursky (2000) relaciona os conceitos de forma-sujeito e de formação discursiva, mencionando que a forma-sujeito se fragmenta entre as posições-sujeito, garantindo não só a heterogeneidade da formação discursiva, mas, também, a fragmentação do próprio sujeito. Tal situação pode tanto conduzir para a materialização de saberes tanto parafrástica quanto polissemicamente. Formação discursiva, forma-sujeito e sujeito passam a ser compreendidos como fragmentados, heterogêneos, despojados de seu caráter de unidades, e a identificação não é mais do sujeito com a formação discursiva, mas, na verdade, do sujeito com a posição-sujeito na formação discursiva. Conforme a autora, o sujeito é “dividido entre as diferentes posições de sujeito que sua interpelação ideológica lhe faculta” (INDURSKY, 2000, p. 76).

Desse modo, a impressão do sujeito de que exerce sua livre vontade nada mais é do que um efeito do processo de interpelação ideológica, o qual não é possível de ocorrer sem a determinação das formações ideológicas. É importante lembrar que esse processo não é pleno como colocado no texto de 1975²⁷, com somente duas classes sociais antagonistas em um embate ideológico; na verdade, já se sabe que o processo de interpelação não acontece de forma homogênea, pois o sujeito pode, como disse Indursky (2000), identificar-se com diferentes posições de sujeito dentro de uma mesma formação discursiva (ou, até mesmo, com posições de sujeito em diferentes formações discursivas). Além disso, a compreensão de discurso não atinge somente o âmbito da política, sendo estendida para outras áreas de determinada formação social.

A noção de formação ideológica utilizada por Pêcheux é um lugar de conflito de saberes nas instituições da formação social, e é nas formações discursivas nelas inseridas, a partir de determinada materialidade, que se torna possível a subversão dos saberes dominantes. Desse modo, como já foi mencionado, a noção de formação ideológica, no dispositivo da AD, corresponderia aos aparelhos de Estado, tanto os Aparelhos Ideológicos quanto o Aparelho Repressivo, ou seja, às instituições de determinada formação social. A formação ideológica abriga as formações discursivas; “cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX & FUCHS, 1997, p. 166 [grifos dos autores]).

Apesar do forte papel da ideologia no assujeitamento dos sujeitos, nem sempre esse ritual opera de forma plenamente satisfatória (e é aí que Pêcheux traz uma diferença com relação a Althusser). Consoante Fonseca (2013),

²⁷ O texto de 1975 é “A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas”, escrito por Michel Pêcheux em parceria com Catherine Fuchs.

os rituais falham porque os sujeitos não cabemos nas camisas (como as de grife e de força) que nos solicitam caber. E se não cabemos, há pelo menos dois motivos: 1) a identificação à Forma-Sujeito é apenas uma ilusão necessária à ordem dominante, um mascaramento do lugar dos sujeitos na divisão social do trabalho ou apagamento de suas desigualdades e contradições, mas um apagamento que efetivamente não os apaga, apenas os fantasia; 2) tal identificação (assujeitamento) é social e materialmente perseguida, experimentada, sofrida e enfrentada, produzindo processos de conhecimento e transformação, de modo que há deslocamentos contingentes dos sujeitos, *subjetivação*, resistências sócio-históricas às coerções do ser (p. 50-51 [grifo do autor]).

Com base nisso, tem-se que a transformação das condições de produção é possível, justamente pela existência da falha no processo de interpelação ideológica. É nesse sentido que se torna necessário tratar sobre as modalidades de subjetivação, as quais sofrerão uma retificação no Anexo III da obra “Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio”.

As modalidades discursivas do funcionamento subjetivo representam, aqui, os processos de subjetivação, ou seja, as identificações dos sujeitos com as posições das formações discursivas que os interpelam. Contudo, essa identificação não se dá sem político, sem conflito, e, em função disso, são três as possibilidades de tomada de posição; em outras palavras, há três modos de o sujeito se relacionar com a produção do conhecimento e com a prática do político (INDURSKY, 2005).

A forma como a ideologia captura os sujeitos ao longo de suas histórias não é homogênea, o que significa que as modalidades de subjetivação, representando os processos de subjetivação, operam para o analista do discurso apenas metodologicamente (ZANDWAIS, 2005), a fim de melhor explicar o funcionamento da ideologia no processo de interpelação ideológica (os processos de subjetivação).

Contudo, apresento aqui as três modalidades citadas por Pêcheux tendo em vista a importância que elas possuem no presente trabalho. As explicações de cada uma delas serão citadas conjuntamente, para, em seguida, serem feitas algumas ponderações a respeito. Sendo assim, conforme Pêcheux (2009a):

A primeira modalidade consiste numa superposição (um recobrimento) *entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal*, de modo que a “tomada de posição” do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do “livremente consentido”: essa superposição caracteriza o discurso do “bom sujeito” que reflete espontaneamente o Sujeito (em outros termos: o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é, ele realiza seus efeitos “em plena liberdade”) (p. 199 [grifos do autor]).

A segunda modalidade caracteriza o discurso do “mau sujeito”, discurso no qual o *sujeito da enunciação* “se volta” *contra o sujeito universal* por meio de uma “tomada de posição” que consiste, desta vez, em uma *separação* (distanciamento,

dúvida, questionamento, contestação, revolta...) *com respeito ao que o “sujeito universal” lhe “dá a pensar”*: luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno. (...) Em suma, o sujeito, “mau sujeito”, “mau espírito”, *se contra-identifica* com a formação discursiva que lhe é imposta pelo interdiscurso como determinação exterior de sua interioridade subjetiva, o que produz as formas filosóficas e políticas do *discurso-contra* (isto é, *contradiscurso*), que constitui o ponto central do humanismo (antinatureza, contranatureza etc.) sob suas diversas formas teóricas e políticas, reformistas e esquerdistas (p.199-200 [grifos do autor]).

Isso equivaleria a dizer que a prática de produção dos conhecimentos e a prática política de tipo novo constituída pelo marxismo-leninismo realizam (acarretam ou determinam) *uma dessubjetivação do sujeito*, isto é, promovem um tipo de anulação da forma sujeito, como o sugere atualmente uma certa concepção formalista de “escritura”? *A resposta é não*, a menos que se queira justamente recair no mito teórico e político do “fim das ideologias”. Na realidade, o funcionamento dessa “terceira modalidade” constitui um *trabalho* (transformação-deslocamento) *da forma-sujeito* e não sua pura e simples *anulação*. Em outros termos, esse efeito de desidentificação se realiza paradoxalmente por um *processo subjetivo de apropriação dos conceitos científicos e de identificação com as organizações políticas “de tipo novo”*. A ideologia “eterna” enquanto categoria, isto é, enquanto processo de interpelação dos indivíduos em sujeitos – não desaparece; ao contrário, funciona de certo modo *às avessas*, isto é, *sobre e contra si mesma*, através do “desarranjo-rearranjo” do complexo das formações ideológicas (e das formações discursivas que se encontram intrincadas nesse complexo) (p. 201-202 [grifos do autor]).

Como pode ser observado, as três modalidades operam a partir do funcionamento da ideologia na captura dos sujeitos, ou seja, a partir do processo de interpelação ideológica. Esse processo ocorre através de identificações: o sujeito se identifica com discursos organizados em formações discursivas, inseridas em formações ideológicas, representantes dos Aparelhos Ideológicos de Estado. Na verdade, a identificação não se dá com a forma-sujeito, efeito do desdobramento entre “sujeito da enunciação” e “sujeito universal” da Ideologia, e é esse desdobramento que pode assumir diferentes modalidades (PÊCHEUX, 2009a). Já a interpelação acontece por meio dos Aparelhos, responsáveis por reproduzir a ideologia dominante. A identificação do sujeito deve se dar, então, com a ideologia dominante, pois é para isso que os Aparelhos Ideológicos de Estado trabalham. Enquanto a interpelação almeja um efeito de evidência do sujeito, as modalidades revelam, pelas tomadas de posição frente aos saberes das FDs, a divisão do sujeito (INDURSKY, 2007).

Dependendo da forma como ocorre a interpelação (se “plena” ou conflituosa), o sujeito pode apresentar três adjetivações: (i) o bom sujeito; (ii) o mau sujeito; e (iii) o sujeito revolucionário. No primeiro caso, o sujeito do discurso se sobrepõe ao sujeito universal, o que ocasiona a identificação “plena” do sujeito à forma-sujeito da FD que o interpela. Essa primeira modalidade opera na reprodução dos discursos da ideologia dominante. É quando a

ideologia é bem-sucedida no seu processo de captura dos indivíduos em sujeitos (ZANDWAIS, 2005).

Contudo, há falha no ritual, ou seja, o sujeito pode questionar a evidência de sua identificação com a FD que o determina. É essa a modalidade da contraidentificação, quando o sujeito desafia o processo de interpelação ideológica, como uma forma de resistência à forma-sujeito. Pêcheux (2009a) refere que “a “segunda modalidade” aparece, assim, como o simétrico inverso da primeira” (p. 200). O mau sujeito recusa o que antes era livremente consentido; no entanto, essa recusa se dá no interior da forma-sujeito, e, por conseguinte, no interior da FD. Conforme Indursky (2000), em função disso, acontece “a instauração da diferença e da contradição, não apenas no âmbito da Formação Discursiva, mas também na própria constituição da Forma-Sujeito” (p. 73). A captura, então, não se dá de forma plena. Zandwais (2005) ainda salienta que o sujeito ““desconfia” da eficácia dos saberes do Sujeito universal, embora não os desacredite, e passa a intervir no processo de reformulação dos saberes que o representam, passando a representar-se sob a modalidade de uma posição contraditória no interior da forma-sujeito que o circunscreve” (p. 146-147). É assim que surgem novas posições-sujeito no interior da formação discursiva da Forma-Sujeito.

A terceira modalidade faz a ideologia funcionar às avessas (posto que a ideologia nunca deixa de operar na formação social). A partir da tomada de consciência, possível por intermédio da relação entre prática política e prática científica, ocorre uma saída da forma-sujeito: o sujeito se expulsa da FD que o domina, identificando-se com outra FD. A desidentificação é compreendida, portanto, como um trabalho de desarranjo-rearranjo da Forma-Sujeito dominante. Para Indursky (2000), “o que ocorre é o deslizamento de uma forma de subjetivação para outra, é a desidentificação de uma forma-sujeito e seus saberes e a decorrente identificação com uma outra forma-sujeito e seu domínio de saber” (p. 74).

Pêcheux aborda essas questões a partir da luta de classes. O desafio no presente trabalho é desarranjar-rearranjar esses saberes para compreender os processos de subjetivação de apenas, ou seja, de sujeitos que sofreram a coerção do Aparelho Repressivo de Estado. É, portanto, a partir dessas modalidades que se pensa sobre os processos de subjetivação. Contudo, tal trabalho será realizado nos próximos capítulos, quando será abordado, de forma mais aprofundada, o Anexo III da obra “Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio”.

A partir dessas considerações, percebe-se a prisão como uma borda sócio-histórica, operando enquanto parte do Aparelho Repressivo de Estado; é condições de produção na qual circulam diferentes discursos (diferentes ideologias), cujos efeitos são observados nos

processos de subjetivação. A prisão, enquanto parte da superestrutura jurídico-política, seria o palco para o vínculo entre o sujeito de direito – “aquele que entra em relação contratual com outros sujeitos de direito; seus iguais” (PÊCHEUX, 2009a, p. 140) - e o sujeito ideológico - “aquele que diz ao falar de si mesmo: “Sou eu!”” (PÊCHEUX, 2009a, p. 140).

Para Pêcheux & Fuchs (1997), a figura da interpelação ideológica pode ser compreendida enquanto religiosa e policial, torna tangível a ligação superestrutural existente entre o aparelho repressivo – “o aparelho jurídico-político que distribui-verifica-controla “as identidades”” (PÊCHEUX, 2009a, p. 140) - e os aparelhos ideológicos, isto é, a ligação entre o “sujeito de direito” e o sujeito ideológico. Sabe-se que a ligação superestrutural relatada é determinada, na verdade, pela infraestrutura econômica. Além disso, essa figura da interpelação tem o mérito de “mostrar esse vínculo de uma maneira tal que o teatro da consciência (eu vejo, eu penso, eu falo, eu te vejo, eu te falo etc.) é observado dos bastidores, lá de onde se pode captar que *se fala do* sujeito, que *se fala ao* sujeito, *antes de* que o sujeito possa dizer: “Eu falo”” (PÊCHEUX, 2009a, p. 140 [grifos do autor]). É por isso que o sujeito é dividido pelo inconsciente e interpelado pela ideologia.

A presente seção teve o objetivo de trazer para debate as ideias de Althusser que levaram Pêcheux à reflexão sobre um dispositivo teórico-analítico cujo objeto fosse o discurso, processo sócio-histórico-ideológico que atua na determinação das relações de produção. Aqui o espaço foi reservado para elementos relacionados ao materialismo histórico-dialético, em especial às modalidades de subjetivação, aos Aparelhos Ideológicos de Estado e ao Aparelho Repressivo de Estado, visto que o capítulo almeja uma discussão sobre a relação entre a prisão e o sujeito (interpelado ideologicamente, desde sempre assujeitado à ideologia da classe dominante, mas preso à ilusão de liberdade presente no modo de produção capitalista). Essas relações, na Análise do Discurso, requerem a articulação do próprio conceito de sujeito, compreendido enquanto assujeitado (mas capaz de se rebelar), e o discurso dominante na formação ideológica, ou seja, no Aparelho de Estado.

1.2 “Isso aqui é uma ES-CO-LA de criminoso”: Michel Foucault sobre a prisão

O pensamento de Michel Foucault, consagrado em uma vasta obra, abrange diferentes regiões do conhecimento. Da história à linguística, da psiquiatria à sociologia, as reflexões do autor, sem cessar, causam debates e provocam incontáveis desdobramentos. Essa é a natureza desse filósofo: suas inquietações “fazem explosões” em diferentes áreas da ciência, explosões

essas que ensejam questionamentos nas próprias bases da ciência²⁸. Chamo esse autor para uma discussão sobre a prisão e sobre o corpo²⁹; para tanto, foram estudadas algumas de suas obras mais significativas sobre o tema para se buscar as microrrelações de força estabelecidas entre o criminoso e o poder soberano em diferentes momentos históricos^{30 31}.

Também é relevante destacar algo sobre a relação deste autor com Althusser. De um lado, concebe-se a estrutura social dividida em duas grandes instâncias, a superestrutura e a infraestrutura; de outro, apesar da existência de um poder soberano, as relações de poder estão presentes em todos os níveis, sendo elas existentes também em um nível microfísico, no qual podemos observar as relações cotidianas. Essas são, respectivamente, as principais diferenças concernentes aos pensamentos de Althusser e de Foucault. Conforme Veyne (2011), o poder, para Foucault, “é a capacidade de conduzir não fisicamente os comportamentos alheios, de fazer as pessoas andarem sem colocar os pés e as pernas delas na posição adequada. É a coisa mais cotidiana e mais partilhada (...). Milhões de pequenos poderes formam a trama da sociedade” (p. 167-168). Seria por essa onipresença do poder, então, que haveria liberdade em toda parte.

É importante estabelecer uma diferença entre duas fases reconhecidas nos estudos de Foucault: a arqueológica e a genealógica. No presente texto, tem-se como base o momento genealógico da obra de Foucault, posto que faz aparecer uma teia de microrrelações de força com efeitos locais e globais, sendo analisadas as práticas de objetivação e de sujeição nas relações de poder.

Refletir sobre o pensamento de Foucault requer o reconhecimento de que o próprio Foucault foi o maior leitor de suas obras. Isso significa que os seus textos acabavam incitando-o a repensar os conceitos por ele mesmo desenvolvidos. A “vontade de verdade” de Foucault passa, inevitavelmente, por uma questão ética, visto que não se acomodou e sempre se posicionou como um questionador, eternamente inquieto. Essa “vontade de verdade” também atravessa o fazer científico de Michel Pêcheux.

A primeira obra da sua fase genealógica a ser aqui discutida é “A verdade e as formas jurídicas”, resultado de conferências ocorridas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de

²⁸ Reconheço a importância dos trabalhos de Foucault para o presente debate; no entanto, é preciso mencionar que não objetivo me ancorar na sua concepção de subjetividade, reinterpretada por ele mesmo em diferentes momentos de sua obra. A presente reflexão tem por base a concepção de subjetividade psicanalítica (afetada pelo gesto de leitura da *Análise do Discurso*), diferente daquela de Foucault.

²⁹ Conforme Courtine (2011), é graças a Foucault, principalmente, que se deve o enraizamento ou estabelecimento do corpo nas Ciências Humanas.

³⁰ Deve-se mencionar que, devido às grandes contribuições de Foucault sobre o tema aqui abordado, foi necessário dedicar um espaço maior do capítulo à exposição do seu pensamento.

³¹ É em virtude dessas questões que, na presente seção, não utilizarei a designação *sujeito*, mas *indivíduo e homem*.

Janeiro no ano de 1973. Nela, Foucault principia suas reflexões ao expor que as formas novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento estão diretamente relacionadas às práticas sociais, sendo a prática judiciária uma delas. É por meio das práticas judiciárias que a sociedade definiu tipos de subjetividade, formas de saber e relações entre o homem e a verdade. São as condições políticas e econômicas que formam os sujeitos de conhecimento e as relações de verdade.

Um dos pontos centrais debatidos por Foucault é a formação da sociedade capitalista. Com ela, surgiu a instituição prisional, no início do século XIX, e foram consolidados os controles políticos e sociais, pelo final deste século. Também está a esse processo associada a constituição do sujeito de direito (submisso a um poder judiciário e a um poder político), iniciada no feudalismo, quando aconteceu a transição do poder da religião para o direito, constituído em torno da verdade.

Muito antes disso, no meio ou final do século XII, na Alta Idade Média, aparece a noção de infração, não entendida como um dano cometido por um indivíduo contra outro indivíduo, mas, na verdade, trata-se de “uma ofensa ou lesão de um indivíduo à ordem, ao Estado, à lei, à sociedade, à soberania, ao soberano” (FOUCAULT, 2003, p. 66). Essa noção surge com o inquérito, existindo, então, uma ligação entre a infração, relacionada ao estado, e o inquérito, o qual possui uma conotação religiosa. Lei e religião, lesar o soberano e cometer um pecado, estão unidos por volta do século XII.

A sociedade contemporânea merece o nome de sociedade disciplinar, a qual surge no final do século XVIII e início do século XIX, agindo-se, agora, na virtualidade dos crimes, na precaução, sendo instaurado um controle ao nível do que os indivíduos podem fazer, e não tanto do que eles fizeram. Então, passa-se de quatro tipos de punição – a deportação, o trabalho forçado, a humilhação e a pena de talião – para o aprisionamento. A prisão surge, nessa época, como uma instituição de fato. No sistema penal dos séculos XVII e XVIII, a prisão existia enquanto punição.

Ainda sobre o surgimento da prisão, Foucault refere que ele tem por base as *lettres de cachet*, mecanismos através dos quais os indivíduos podiam reportar-se ao rei solicitando a punição de um outro membro da sociedade por este ter cometido algum tipo de crime relacionado à moral, a condutas religiosas consideradas perigosas ou a dissidentes e conflitos de trabalho. Se a *lettre de cachet* fosse punitiva, o indivíduo seria preso.

No fim do século XVIII, em virtude de uma nova distribuição espacial e social da riqueza industrial e agrícola, foi necessária a implantação de novos controles sociais. Quanto à questão da riqueza, ao tomar a forma de propriedades e mobilizar a polícia para proteger

docas, entrepostos, armazéns e estoques (em Londres), e, também, ao serem multiplicadas as pequenas propriedades de terra, sendo elas divididas e delimitadas (na Inglaterra e na França), foram aparecendo mecanismos de controle situados no nível mais baixo da população. Assim ocorre, segundo Foucault, a origem da sociedade disciplinar.

No entanto, essa instituição não pode estar somente na mão do poder judiciário; a polícia e as instituições de vigilância agem conjuntamente, para a vigilância e para a correção, respectivamente. Fazem parte do rol das instituições de vigilância as instituições psicológicas, psiquiátricas, criminológicas, médicas e pedagógicas. A arquitetura na qual está ancorado o funcionamento dessas instituições é o panóptico, modelo programado por Jeremy Bentham, e entendido como “uma forma de arquitetura que permite um tipo de poder do espírito sobre o espírito; uma espécie de instituição que deve valer para escolas, hospitais, prisões, casas de correção, hospícios, fábricas, etc” (FOUCAULT, 2003, p. 86-87). Com o panoptismo, passa-se do inquérito (junção da lei com a religião) para o exame, um tipo de reatualização de um acontecimento por meio de testemunhos (entendidos como junção da lei e da ciência). Essa forma de saber acaba originando não as ciências de observação, surgidas com o inquérito, mas as ciências humanas.

Sobre o surgimento do panoptismo, Foucault menciona a existência de uma contradição. Antes de aparecer, formou-se uma teoria do Direito Penal; essa teoria legalista opõe-se ao panoptismo na medida em que a vigilância promovida pelo modelo individualiza o autor do ato, sem considerar a natureza jurídica, pois esta vigilância está no nível do que se é e do que se pode fazer, ao invés de ser no nível do que se faz. Foucault (2005) ainda afirma que

O panoptismo é um dos traços característicos da nossa sociedade. É uma forma de poder que se exerce sobre os indivíduos em forma de vigilância individual e contínua, em forma de controle de punição e recompensa e em forma de correção, isto é, de formação e transformação dos indivíduos em função de certas normas. Este tríplice aspecto do panoptismo – vigilância, controle e correção – parece ser uma dimensão fundamental e característica das relações de poder que existem em nossa sociedade (p. 103).

Desse modo, “a reclusão do século XIX é uma combinação de controle moral e social, nascido na Inglaterra, com a instituição propriamente francesa e estatal da reclusão em um local, em um edifício, em uma instituição, em uma arquitetura” (FOUCAULT, 2005, p. 102). Essa reclusão não tem por objetivo excluir os indivíduos, como aquela do século XVIII, mas fixá-los a um aparelho de normatização dos homens, ou seja, aparelhos de produção, formação, reformação ou correção de produtores.

As instituições de arquitetura panóptica, também chamadas por Foucault de instituições de sequestro, visam a controlar o tempo dos indivíduos. Duas de suas funções podem ser citadas, a saber, a extração da totalidade do tempo e o controle dos corpos. Isso significa que, para o seu funcionamento, deve existir uma disciplina geral da existência.

Foucault elenca quatro razões do controle da existência dos indivíduos. A primeira concerne a controlar, formar e valorizar o corpo do indivíduo segundo determinado sistema: o corpo “deve ser formado, reformado, corrigido, o que deve adquirir aptidões, receber um certo número de qualidades, qualificar-se como corpo capaz de trabalhar” (FOUCAULT, 2003, p. 119). A segunda razão diz respeito à transformação dos corpos dos homens em força de trabalho, correspondente à função de transformação do tempo em tempo de trabalho. Um terceiro ponto elencado por Foucault faz menção à criação de um novo tipo de poder, polimorfo e polivalente; econômico, judiciário e político; o qual envolve um julgamento no tribunal e uma observação por um micro-tribunal, constituído pelos guardiões e pelo diretor da prisão. A quarta razão do controle da existência dos indivíduos seria relacionada a um poder epistemológico, objetivando “extrair dos indivíduos um saber e extrair um saber sobre estes indivíduos submetidos ao olhar e já controlados por esses diferentes poderes” (FOUCAULT, 2003, p. 121). A partir disso, surgiria um outro saber: um saber sobre os indivíduos e suas classificações, psiquiátrico, psicológico, criminológico.

A prisão, tida como instituição de sequestro, e, portanto, promotora da transformação da vida dos homens em força produtiva, possui uma função exemplar, e não econômica, penal ou corretiva. A seguinte afirmação de Foucault (2003) resume a lógica de funcionamento da prisão.

Que o tempo da vida se torne tempo de trabalho, que o tempo de trabalho se torne força de trabalho, que a força de trabalho se torne força produtiva; tudo isto é possível pelo jogo de uma série de instituições que esquematicamente, globalmente, as define como instituições de sequestro. Parece-me que, quando interrogamos de perto estas instituições de sequestro encontramos sempre, qualquer que seja seu ponto de inserção, seu ponto de aplicação particular, um tipo de invólucro geral, um grande mecanismo de transformação: como fazer do tempo e do corpo dos homens, da vida dos homens, algo que seja força produtiva. É este conjunto de mecanismo que é assegurado pelo sequestro (p. 122).

No sistema capitalista que se iniciou no século XIX, o homem é fixado ao trabalho a partir de técnicas através das quais o corpo e o tempo se tornam força de trabalho e tempo de trabalho, respectivamente, transformados em sobre-lucro. O sobre-lucro se origina de um sub-poder, ou seja, de um poder político que fixa os homens a um aparelho de produção, um conjunto de pequenos poderes, situados em um nível mais baixo.

“A verdade e as formas jurídicas” foi um preâmbulo para a obra “Vigiar e punir”, publicada em 1975. Conforme salienta Kiéfer (2007), se, atualmente, é normal aprisionar um delinquente, esta obra de Foucault mostra que isso não é verdade. “*Surveiller et punir* est une généalogie de la société disciplinaire où les relations de pouvoir et de savoir se soutiennent et se consolident mutuellement³²” (KIÉFER, 2007, p. 13), ou seja, disciplina, poder e saber caminham juntos no processo de objetivação e sujeição dos indivíduos em diferentes instituições de sequestro e, também, no seio da própria sociedade, posto que o poder atua desde sempre com dispositivos que mudam periodicamente, dependendo das condições sócio-históricas.

Em “Vigiar e punir”, um dos elementos principais salientado por Foucault no que concerne ao funcionamento da prisão diz respeito à sua função de vigilância. O surgimento da prisão como instituição trouxe consigo uma base de controle das almas; passa-se, portanto, da repressão penal pela punição do corpo, como espetáculo, para a observação da alma. Há, assim, um deslocamento da percepção diária para a consciência abstrata. Não se trata somente de uma violência física, mas, também, de uma violência simbólica, sendo que a violência física aconteceria de forma indireta, através do enclausuramento em uma cela cujo interior abriga mais corpos do que o possível. Tais são as maneiras pelas quais acontece a repressão na prisão.

Sem o sofrimento físico na prisão, o corpo deixa de ser tocado na punição para ser observado capilarmente. O corpo que fora uma vez *marcado, recortado, queimado, aniquilado* passa a ser o corpo do prisioneiro como “ponto de aplicação do poder de punir e como objeto do que ainda hoje se chama a ciência penitenciária” (op.cit., p. 213). O autor ainda afirma que “o castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos” (FOUCAULT, 2005, p. 14). Isso significa que, ao ser preso, o indivíduo é punido ao deixar de ser o “sujeito de direito”; ele passa a ser excluído da sociedade, sendo fixado a uma instituição de sequestro.

Na passagem da punição no corpo para a punição na alma, há a transferência do domínio do discurso religioso para o discurso jurídico. Os suplícios, os quais deixaram de existir entre 1830 e 1848, são ligados ao discurso religioso – a punição do corpo é da ordem da religião.

Por outro lado, no discurso jurídico, o qual passa a dominar as penas a partir do século XIX, o corpo deve ser intocado. Nesse discurso, um bem ou um direito são tomados do

³² “*Vigiar e punir* é uma genealogia da sociedade disciplinar, onde as relações de poder e de saber se apoiam e se consolidam mutuamente” (tradução minha).

indivíduo. Contudo, formas indiretas de punição do corpo acompanham as penalidades, tais como a redução alimentar, a privação sexual, a expiação física e a masmorra, o que indica a permanência de certos tipos de sofrimento físico. Nesse sistema, não são mais os crimes que são julgados, mas as almas dos criminosos. No entanto, apesar de castigos violentos não serem aplicados e do aparente predomínio da vigilância em um sistema pudico de observação, na base da estrutura penal está (só) o corpo³³. Foucault aborda um tratamento diferenciado, com base em uma biopolítica, ao invés da repressão no corpo.

Nesse sentido, fala-se no corpo enquanto preso a um sistema de sujeição, como força de produção, investido por relações de poder e de dominação, lembrando que, para Foucault, o poder é entendido, conforme Passos (2008), como um “exercício ou como um jogo de forças instável e permanente” (p. 09), essencial à vida. A submissão do corpo é resultado de mecanismos de ordem física, sem serem violentos, entendidos dentro de uma tecnologia política do corpo. A tecnologia política do corpo, a qual originou as punições em geral e a prisão, seria correspondente à atuação dos aparelhos e instituições através de uma microfísica do poder, de uma disciplina.

Foucault (2005) fala de uma “genealogia da alma moderna”:

Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em torno, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos – de uma maneira mais geral sobre os que são vigiados, treinados e corrigidos, sobre os loucos as crianças os escolares, os colonizados, sobre os que são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a existência (p. 28).

A alma, enquanto produção do poder exercido naqueles que são punidos, seria o local da instauração da punição. Chama-se a atenção para a impossibilidade de resistência por aqueles que estão presos, posto que a repressão se dá nesse objeto construído pela vigilância (a alma). Ao contrário do que acontecia quando da não existência das prisões, o condenado podia resistir, ou seja, o suplício ao qual o condenado era submetido caracterizava-se pela possibilidade de resistência, de luta contra a determinação do soberano, e esse fato estava ao alcance de todos os que participavam desses rituais.

A contradição da instituição penal está justamente na sua presença-ausência no seio da sociedade: é como se ela não existisse, pois não faz parte dos cenários das cidades, e, ao mesmo tempo, é parte da sociedade. Quem está fora da prisão não vê o que se passa dentro dela, pois o silenciamento das penas pelo enclausuramento faz parte do funcionamento do

³³ Na presente tese, defendemos a ideia de que a subjetividade está associada à forma-sujeito de direito (além de toda a reflexão que se faz pelo viés psicanalítico). Desse modo, se o sujeito tem os seus direitos suspensos na prisão, o que resta dentro desse espaço de punição é somente o corpo biológico.

controle e da vigilância, tanto dos presos quanto dos “livres”. A liberdade daqueles que não estão presos é, também, controlada através, principalmente, das diferentes instituições de sequestro que são instaladas na sociedade, mas sem terem o objetivo da repressão. Parte do exercício do poder está no apagamento dos suplícios penitenciários, instalando no seio da sociedade a imagem de uma ilusória liberdade.

Birman (2006) lembra que o capitalismo se constituiu com base nas instituições disciplinares, posto que objetivavam manter o “exército de reserva dos trabalhadores”. Os momentos de crise do capital refletiam um aumento da população das instituições penais e psiquiátricas, as quais “cuidavam” dos indivíduos para devolvê-los ao trabalho quando propício fosse. Desse modo, “as instituições disciplinares eram as responsáveis pela manutenção e cuidado do exército de reserva dos trabalhadores, pelo controle social que assim realizavam” (op.cit., p. 292). É por isso que as disciplinas primavam pelo controle da qualidade social, pois a qualidade de vida da população garantia a riqueza do Estado. Daí surgiu a distinção entre o “normal” e o “anormal”, dentre os quais estavam os delinquentes e os criminosos. Sobre tal assunto, vale trazer a citação de Birman (2006):

depreende-se disso que, nos períodos de crise social e de desemprego, se produz o incremento do mal-estar psíquico das populações concernidas, que, fragilizadas pela sua subsistência e duvidando de seu valor como subjetividades, acabam por perder o equilíbrio de sua economia psíquica. Em decorrência disso, as perturbações psíquicas, a delinquência, a violência e a criminalidade se incrementam marcadamente nesses contextos sociais, de forma que as individualidades aqui concernidas passaram a ser reguladas pelas disciplinas psiquiátrica e prisional. Tudo isso para manter o funcionamento da ordem social, é claro, pela mediação dessas instituições de controle social (p. 292).

Esse controle, então, acontece com toda a população através de uma biopolítica, a qual se ocupa “da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida em que elas se tornaram preocupações políticas” (REVEL, 2005, p. 26). Birman (2006) diz que o conceito de biopolítica “se inscreve nas mais diversas políticas de Estado e nas mais diferentes plataformas dos movimentos sociais, em todo o mundo” (p. 255). Em outras palavras, a biopolítica atua em toda a sociedade, e não somente sobre aqueles que estão submissos a uma instituição de sequestro. Ela tem o objetivo de normalizar as individualidades através do instrumento da biologia, sendo a medicina o seu espaço de operacionalização, disseminação e catalisação no espaço social (BIRMAN, 2006), e essa ciência é fundamental para que seja possível realizar a gestão dos corpos no espaço urbano. No lugar da salvação, presente no discurso religioso quando do domínio social pelo poder soberano, passou a existir a cura pela medicalização. Em função disso, conforme relata Birman (2006), tomou lugar a “dessacralização do mundo por meio da regulação pelo

discurso da medicina. Para isso, essa se fez intervencionista, articulando os registros do saber e do poder, para promover a gestão efetiva dos viventes no espaço social” (p. 264)³⁴.

Antes do surgimento das prisões, no século XVIII, eram aplicados, portanto, os suplícios, os quais eram entendidos como arte quantitativa do sofrimento, calculados com regras detalhadas: eles eram destinados somente às penas mais sérias. Caso contrário, aconteceria a multa ou o banimento, principalmente. O suplício devia trazer à tona a verdade do crime e, nessa lógica, os gemidos e os gritos correspondiam à justiça sendo feita. É através do corpo supliciado que se obtinha a verdade, e o sofrimento oriundo da tortura serve para medir a punição e instruir.

A punição dos corpos, nessa época, acontecia via suplício em função da predominância do discurso religioso, ao passo que, a partir do estabelecimento da instituição prisional como local de punição da alma, a vigilância e a norma passaram a vigorar vinculadas ao discurso jurídico. Além disso, houve uma outra ruptura: passou-se de uma “simbólica do sangue” para uma “analítica da sexualidade”. Foucault traz essa reflexão em “História da sexualidade I: a vontade de saber”: o sangue é associado à morte, à transgressão, ao simbólico, à soberania, enquanto a sexualidade está ao lado da norma, do saber, da vida, do sentido, das disciplinas e das regulamentações (FOUCAULT, 2007, p. 161). Já é possível, portanto, estabelecer relações entre a disciplina e regulação dos corpos, de um lado, e entre a biopolítica e o controle das populações, de outro, através do sexo, conforme ainda será discutido.

Quanto ao discurso religioso e sua relação com a punição, pode-se dizer que, apesar da prática desses rituais, logo os suplícios começaram a ser rejeitados, sendo necessária a punição no lugar da vingança. O homem vai sendo configurado como objeto de correção e de transformação de uma ciência. Esse movimento, no entanto, não é somente levando em consideração a humanidade dos condenados; Foucault (2005) menciona que

na verdade, a passagem de uma criminalidade de sangue para uma criminalidade de fraude faz parte de todo um mecanismo complexo, onde figuram o desenvolvimento da produção, o aumento das riquezas, uma valorização jurídica e moral maior das relações de propriedade, métodos de vigilância mais rigorosos, um policiamento mais estreito da população, técnicas mais bem ajustadas de descoberta, de captura, de informação: o deslocamento das práticas ilegais é correlato de uma extensão e de um afinamento das práticas punitivas (p. 66).

O direito de punir passa a ser justificado por uma defesa da sociedade, ao invés de ser a vingança do soberano. A punição é diferenciada, buscando tratar o condenado

³⁴ No capítulo 3, item 3.4, será feita uma discussão mais consistente acerca dos elementos levantados por Birman (2006), pois o autor aborda questões relevantes para a reflexão sobre corpo e subjetividade.

humanamente, mas no objetivo de impedir novos crimes, o que promove um direcionamento do cálculo da pena na direção da probabilidade de ocorrência da criminalidade. Assim, a intenção é, conforme Foucault (2005), “dar ao poder de punir um instrumento econômico, eficaz, generalizável por todo o corpo social, que possa codificar todos os comportamentos e consequentemente reduzir todo o domínio difuso das ilegalidades” (p. 79). A pena funciona no seu papel de representação ao invés de sua realidade corpórea, pois, para o não-criminoso, a ideia do delito trará consigo a punição.

Foucault insere em sua reflexão o conceito de *corpo dócil*, o qual reflete a união de um corpo manipulável a um corpo analisável. Esse corpo dócil pode ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado (FOUCAULT, 2005, p. 118), e as técnicas que instauram essas ações de controle minucioso dos corpos possuem uma escala infinitesimal através de uma coerção ininterrupta. O método responsável por esse controle são as disciplinas, compreendidas como formas gerais de dominação, como “uma anatomia política do detalhe” (op. cit., p. 120), “uma tecnologia específica de poder” (op. cit., p. 161), “uma “anatomia” do poder” (op. cit., p. 177), as quais são parte do biopoder.

Trata-se, portanto, de uma modalidade de exercício de poder, não identificável diretamente com uma instituição determinada, que abriga instrumentos, técnicas, procedimentos, níveis de aplicação, alvos, assegurando uma “distribuição infinitesimal das relações de poder” (op. cit., p. 177). Consoante Passos (2008), ao invés de um poder de tipo repressivo há, nas sociedades modernas, um poder atuante, de tipo disciplinar, o qual “opera por meio de estratégias, táticas e técnicas sutis de adestramento: uma conformação física, política e moral dos corpos” (p. 12). O poder disciplinar, em oposição ao poder soberano, opera através da norma, a fim de disciplinar os corpos.

No nível microfísico da prisão, a disciplina regula os comportamentos (anátomo-política do corpo humano); no nível da população, a regulação se dá pelo biopoder (biopolítica da população). Foucault aborda mais detalhadamente esses níveis na obra “História da Sexualidade I: a vontade de saber”. Importante mencionar, todavia, que, tanto no nível do biopoder quanto no nível da disciplina, diferentes corpos atuam: “o corpo vivente, o corpo individual, o corpo social e a população se converteram no verdadeiro objeto da política moderna” (CASTRO, 2009, p. 90).

A domesticação dos indivíduos, a fim de transformá-los em corpos dóceis, dá-se, principalmente, pelo controle do tempo e pelo exercício da força. O objetivo da disciplina passa a ser não só o de fragmentar os corpos através do controle do tempo, mas, também, o de compor forças no intuito de um aparelho eficiente ser obtido (FOUCAULT, 2005, p. 138).

Essas ações do poder disciplinar acontecem, portanto, em prol de um adestramento dos corpos³⁵.

Ainda em “Vigiar e Punir”, em capítulo específico sobre o panóptico de Jeremy Bentham, Foucault apresenta as características do panoptismo (o qual já havia sido apresentado na obra “A verdade e as formas jurídicas”). São elas: observação ininterrupta à plena luz, reconhecimento imediato, enclausuramento dos indivíduos, invisibilidade do observador (função exercida por qualquer pessoa), visibilidade total do observado, aperfeiçoamento do exercício do poder, fabricação cuidadosa de indivíduos úteis conforme uma tática das forças e dos corpos, e crescimento da docilidade e da utilidade de todos os elementos do sistema.

Esse laboratório de poder é acionado na substituição da relação de soberania por relações de disciplina, culminando na livre circulação dos mecanismos de disciplina entre os indivíduos de uma sociedade. Isso acontece porque, na máquina panóptica, são os indivíduos que renovam os efeitos de um poder direto e físico, enquanto instrumentos, engrenagens que exercem esse poder uns sobre os outros. Os efeitos de poder se instauram nos próprios indivíduos, enquanto objetos. É por meio dos horários, dos treinamentos coletivos, dos exercícios, da vigilância global e minuciosa, que se extraem dos corpos o máximo de tempo e de forças (op. cit., p. 181).

No âmbito de toda a sociedade, o panóptico é difundido, transformando-se em uma função generalizada em prol da organização do poder. Os objetivos são de “aumentar a produção, desenvolver a economia, espalhar a instrução, elevar o nível da moral pública; fazer crescer e multiplicar” (op. cit., p. 172).

Foucault não separa o crescimento da economia capitalista do poder disciplinar. A acumulação do capital, de um lado, e a acumulação de homens, de outro, processos inseparáveis, foram alcançados por uma tecnologia da sujeição. O autor revela que “não teria sido possível resolver o problema da acumulação de homens sem o crescimento de um aparelho de produção capaz ao mesmo tempo de mantê-los e de utilizá-los” (op. cit., p. 182). Por conseguinte, o acúmulo de homens acelera a acumulação de capital.

Várias críticas feitas às prisões e a seus métodos, realizadas de 1820 a 1845, são elencadas: (i) a taxa de criminalidade não diminui com as prisões, tampouco a quantidade de crimes; (ii) grande parte dos condenados já havia sido presa previamente; (iii) a prisão é considerada uma fábrica de delinquentes em virtude da vida que levam enquanto

³⁵ Conforme será discutido no item 1.3, o filósofo Giorgio Agamben fala sobre a *vida nua*: uma vida indigna de ser vivida, pois trata, em especial, dos campos de concentração. Suas reflexões têm como base as premissas foucaultianas.

encarcerados, com limitações violentas e abuso de poder; (iv) a organização de um meio de delinquentes passa a ser possível na prisão; (v) as condições dos libertados os conduz a reincidências; e (vi) a família do detento, na miséria, fabrica mais delinquentes. Ao pensar sobre esses elementos conclui-se que “palavra por palavra, de um século a outro, as mesmas proposições fundamentais se repetem” (FOUCAULT, 2005, p. 225).

Com base nos elementos expostos referentes à obra “Vigiar e Punir”, a transformação da maneira de punir a partir do século XIX trouxe efeitos na história geral do corpo. Consoante Castro (2009), “a substituição do suplício pela prisão é a substituição do corpo marcado pelo corpo dirigido, cujo tempo é medido e suas forças ordenadas para o trabalho” (p. 343). Outro efeito dessa substituição é a emergência de métodos de assepsia: a criminologia, a eugenia, a exclusão dos “degenerados” (FOUCAULT, 2006). Nesse contexto, a medicina, ciência da normalidade do corpo, encontrou na prática penal amplo campo de atuação. Criminologia e direito penal passam a depender dos saberes da psiquiatria, posto que somente aos anormais é permitida a entrada no presídio (e nos asilos psiquiátricos), sendo necessária a normalização desses sujeitos. Nesse sentido, podemos chegar à afirmação de que ser sujeito de direito significa, portanto, “ser normal”.

Com base nisso, retornamos à questão levantada no início do presente capítulo: como fomentar a ressocialização dos presos se, na prisão, o mais importante é controlar o tempo dos corpos e promover o trabalho? A transformação dos indivíduos em corpos dóceis e úteis, obedientes e produtivos, já é ausente de qualquer tentativa de se pensar sobre a subjetivação dos indivíduos, posto que se busca exatamente o oposto disso.

Em “História da Sexualidade I: a vontade de saber”, Foucault (2007) segue desenvolvendo reflexões que versam sobre elementos concernentes ao poder. O último capítulo dessa obra é aquele que traz mais contribuições para a presente exposição. Foucault lembra que, quando da não existência das prisões, a punição acontecia pela apreensão da vida, e o soberano tinha o direito de suprimi-la; já a partir da época clássica, o poder era exercido no sentido de produzir forças, ao invés de suprimi-las.

Ao tratar sobre essa produção de forças em detrimento da destruição de forças, o autor versa sobre uma transformação com relação ao direito de morte, pois, com a mudança, passa-se de um poder que mata para um poder que gere a vida. Com isso, as guerras revelam sua contradição: mata-se (e morre-se) para evitar a morte do corpo social, como se pode observar na citação que segue.

O poder de expor uma população à morte geral é o inverso do poder de garantir a outra sua permanência em vida. O princípio: poder matar para poder viver, que sustentava a tática dos combates, tornou-se princípio de estratégia entre Estados;

mas a existência em questão já não é aquela – jurídica – da soberania, é outra – biológica – de uma população. Se o genocídio é, de fato, o sonho dos poderes modernos, não é por uma volta, atualmente, ao velho direito de matar; mas é porque o poder se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços da população (FOUCAULT, 2007, p. 149-150).

Essa alteração revela uma diferença na forma como age o poder. Ele busca gerenciar a vida: se a morte acontece, é por uma falha do poder. Esse poder se embasa em dois princípios para o seu desenvolvimento: (i) o corpo como máquina, adestrado através de procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas; e (ii) o corpo-espécie, regulado por uma biopolítica da população. Os princípios são, portanto, as disciplinas do corpo (anatômicas e individualizantes), desenvolvidas no Exército ou nas escolas, por exemplo, e as regulações da população (biológicas e especificantes), desenvolvidas pela demografia, tabulação das riquezas, estimativa da relação entre recursos e habitantes, etc., através do biopoder. Ambos os princípios constituem uma tecnologia de duas faces.

Foucault (2007), com isso, fala em biopolítica: “o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana; não é que a vida tenha sido exaustivamente integrada em técnicas que a dominem e gerem; ela lhes escapa continuamente” (p. 156). A vida do homem é uma questão política, e o gerenciamento dessa vida se dá pelo controle dos corpos (categorizados e hierarquizados). Com isso, instaura-se, no século XIX, um poder normalizador, efeito de uma tecnologia de poder centrada na vida.

Nesse contexto, o sexo ganha um lugar de destaque, pois está, de acordo com Foucault (2007), na articulação entre o corpo máquina (“adestramento, intensificação e distribuição das forças, ajustamento e economia das energias”, p. 158) e o corpo-espécie (regulação das populações). De um lado, há a vigilância infinitesimal no corpo individual; de outro, medidas maciças no corpo social. O autor refere que “o sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. Servimo-nos dele como matriz das disciplinas e como princípio das regulações. É por isso que, no século XIX, a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes” (FOUCAULT, 2007, p. 159).

A partir da diminuição da punição através dos suplícios e, conseqüentemente, do surgimento da punição através da vigilância, aconteceu também outro movimento de extrema importância: passou-se de uma simbólica do sangue para uma analítica da sexualidade, conforme já mencionado. Isso significa que, anteriormente, o sangue era um elemento determinante nos mecanismos do poder, posto que se falava em *derramar o sangue*, *ter um certo sangue*, *ser do mesmo sangue*. No entanto, com a transformação citada, o importante é a

norma, o saber, a vida, o sentido, a disciplina, a regulamentação. Assim, tem-se o dispositivo da sexualidade. Através dele e de seu funcionamento, o sexo, nada mais do que um ponto ideal, é tido como necessário. Com isso, criou-se o desejo do sexo, “o sexo” como desejável.

Quanto à definição de *dispositivo*³⁶, é interessante trazer à tona a obra de Agamben (2007), a qual visa a trazer esclarecimentos sobre a noção, visto que ela não possui uma definição claramente estabelecida por Foucault. Sabe-se que a palavra *dispositivo* é um termo que começa a ser empregado por Foucault a partir dos anos sessenta, quando passa a tratar da governabilidade.

Três pontos essenciais para a compreensão da noção são mencionados por Agamben (2007): (i) trata-se de uma rede que articula um conjunto heterogêneo que contempla todas as coisas, a saber, discursos, instituições, edifícios, leis, medidas policiais, proposições filosóficas; (ii) possui, sempre, uma função estratégica concreta e se inscreve em uma relação de poder; e (iii) resulta do cruzamento das relações de poder e de saber. O termo, então, diz respeito a um conjunto de práticas e mecanismos discursivos e não discursivos, jurídicos, técnicos e militares que produzem subjetividades.

Finalizando a presente seção, falarei brevemente sobre a obra “Microfísica do poder”, compilação de textos e entrevistas organizada por Roberto Machado o qual, na introdução da obra, define microfísica do poder como um deslocamento do espaço de análise e como um nível em que a análise se efetua. Esses dois aspectos são intimamente ligados, “na medida em que a consideração do poder em suas extremidades, a atenção a suas formas locais, a seus últimos lineamentos tem como correlato a investigação dos procedimentos técnicos de poder que realizam um controle detalhado, minucioso do corpo” (MACHADO, Roberto, 2006, p. XII), o qual pode ocorrer pela observação de gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos.

Muito do que foi tratado em “Vigiar e Punir” é retomado em “Microfísica do poder”. Cabe salientar alguns aspectos acerca da prisão, do corpo e do dispositivo, presentes em diferentes capítulos da obra.

Quanto à prisão, Foucault reafirma que a transformação da punição através dos suplícios para a punição por meio da vigilância foi um fator positivo, pois se revelou mais eficaz e mais rentável. Além disso, atribuiu ao novo tipo de exercício de poder instaurado a

³⁶ Para Courtine (2011), o dispositivo de Foucault significa “un ensemble hétérogène d’institutions et de lois, de choses et d’idées, d’actes et de pratiques, de paroles et de textes, de dit et de non-dit” (p. 25), isto é, “um conjunto heterogêneo de instituições e de leis, de coisas e de ideias, de atos e de práticas, de palavras e de textos, de ditos e de não-ditos” (tradução minha).

partir da Revolução Francesa, com a expulsão da corte e do rei, o papel de agentes dessa transformação na forma de punir.

Foucault destaca que a prisão, desde a sua constituição, sempre esteve relacionada a um projeto de transformação dos indivíduos. Apesar de se pensar que a prisão seja um local onde são depositados os delinquentes, “desde 1820 se constata que a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para fabricar novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade” (FOUCAULT, 2006, p. 131-132). A prisão é onde se fabricam delinquentes, onde indivíduos são transformados em delinquentes ou têm a sua identidade reafirmada. É nesse sentido que foi trazida a fala da primeira apenada entrevistada para compor o título da presente seção. A apenada diz: “Isso aqui é uma ES-COLA de criminoso”. Atentando para as questões prosódicas envolvendo a materialização do discurso da apenada, tal enunciado será objeto de análise no capítulo dedicado à descrição e à interpretação do arquivo (capítulo 5).

Apesar disso, os juízes seguem justificando as punições através de vereditos que ensejam a transformação dos indivíduos. Essas constatações vão na mesma direção dos discursos veiculados pelas Cartilhas do Governo Federal (Cartilha da Pessoa Presa e Cartilha da Mulher Encarceirada); apesar de o objetivo ser a ressocialização dos presos, a prática desse discurso se dispersa quando da inserção do indivíduo na prisão. Lá não lhes é garantido nenhum direito, e não lhes é respeitada nenhuma necessidade individual. São todos tratados como delinquentes.

O conceito de dispositivo também é debatido na obra “Microfísica do poder”. A principal questão trazida por Foucault diz respeito à própria definição da noção, a qual vai ao encontro daquilo afirmado por Agamben (2007). Foucault (2006) assim o define:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações, arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (p. 244).

De forma sucinta, Veyne (2011) refere que “o dispositivo é menos o determinismo que nos produz do que o obstáculo contra o qual reagem ou não reagem nosso pensamento e nossa liberdade” (p. 169); “o dispositivo é menos um limite imposto à iniciativa dos sujeitos do que o obstáculo contra o qual ela se manifesta” (p. 170). O dispositivo é caracterizado pela circulação de alguns ditos e o recalçamento de outros de acordo com o momento sócio-histórico e com o regime político da sociedade. Na contemporaneidade, a biopolítica, pelo

controle das populações, e a disciplina, pelo controle dos indivíduos, determinam os comportamentos dos indivíduos, visto que é essa a forma como o dispositivo permite o exercício do poder. O corpo, mais especificamente o corpo preso, é aquele que recebe o extremo do exercício do poder, passando a ser objeto de uma instituição que não lhe garante a atuação de nenhuma lei.

1.3 “Aqui a genti fica como se tivesse enterrado vivo”: Ansart, Haroche, Agamben e Arendt sobre condições (não)humanas e situações de exclusão

A instituição prisional e os sujeitos que nela estão inseridos têm entre si estabelecida uma relação tanto ideológica quanto repressiva. Essa assunção significa que o trabalho aqui desenvolvido se vincula à linha filosófica althusseriana, já que o autor propôs a organização de aparelhos, dentre eles o Aparelho Repressivo de Estado, em uma superestrutura, a qual determina a infraestrutura. Na verdade, a base desta reflexão está na releitura que Pêcheux faz dos textos de Althusser.

Apesar de o texto ser (prioritariamente) baseado em Pêcheux, em função do dispositivo teórico-analítico de análise dos discursos, é importante estabelecer uma reflexão vinculada a saberes de outros pensadores de outras áreas. É por isso que Foucault foi trazido para debate. Na presente seção, as reflexões de Pierre Ansart, Claudine Haroche, Giorgio Agamben e Hannah Arendt farão parte da exposição, por tratarem, também, dos efeitos resultantes da exclusão nos processos de subjetivação.

É em função desses efeitos que foi selecionada a fala “Aqui a genti fica como se tivesse enterrado vivo” para nomear esta parte do primeiro capítulo. A segunda apenas entrevistada, ao comentar sobre como se sentia na prisão, revela que sua vida parou. É como se estivesse morta em vida, e essa contradição materializada na fala desta mulher vai ao encontro dos pensamentos dos autores trazidos para esta seção, por abordarem a humilhação, a dessubjetivação, a vida nua (que não vale a pena ser vivida) e a banalização do mal. Todos esses temas tangenciam o sentimento de estar enterrada viva compartilhado pela apenas. Apesar de os autores não tratarem especificamente sobre a situação de privação de liberdade na formação social capitalista, é importante trazer os pontos nos quais suas reflexões poderão contribuir para o desenvolvimento desta pesquisa.

Vale a pena, primeiramente, levantar alguns elementos delineados pelo filósofo e sociólogo Pierre Ansart acerca da humilhação, compreendida como “importante elemento instituinte e estruturador das relações de poder no mundo moderno” (MARSON & NAXARA, 2005, p. 10). As humilhações políticas seriam uma das experiências da impotência, posto que se tratam de situações nas quais não existe a possibilidade de o agente que sofre a influência da humilhação se revoltar contra o autor da mesma.

Ansart (2005) elenca dois níveis complementares de análise para a humilhação. O primeiro deles diz respeito à situação em que se opõem um ator (individual ou coletivo) que exerce uma influência, de um lado, e um agente que sofre a influência, de outro lado, o qual não tem ação frente à situação na qual foi colocado. O segundo nível diz respeito a um sofrimento, pois se trata de um desrespeito, de uma ferida no amor próprio, de uma desvalorização da auto-imagem. O autor traz, ainda, as três formas de humilhação política observadas na história recente: (i) as humilhações radicalmente destrutivas; (ii) as humilhações superadas; e (iii) as humilhações instrumentalizadas.

É importante mencionar aqui algo retratado acerca da humilhação destrutiva, visto que parece se coadunar com o pensamento de Foucault quanto ao exercício do poder. A humilhação destrutiva se dá, prioritariamente, através da violência simbólica, isto é, não há humilhação no corpo, a qual acaba por construir a docilidade. Isso indica a simples repetição de padrões comportamentais pelos sujeitos em situação de humilhação, destituindo-os de uma posição de resistência frente ao exercício do poder, e, também, a ausência de memórias relacionadas aos motivos pelos quais foi julgado preso e condenado. Conforme Ansart (2005),

A criação de situações de humilhação, a prática da humilhação é, portanto, uma arma do poder instalado, uma arma estratégica que visa à perfeita docilidade do cidadão. A história do movimento que conduziu à ascensão do regime totalitário nos mostra que a prática da humilhação generalizada, combinada às ameaças policiais, se impôs, conseguindo em particular aniquilar a pessoa, negá-la, para que suas próprias reações naturais fossem destruídas. (...) O acúmulo de humilhações chega a destruir a pessoa e a suprimir a questão do sentido de sua existência (p. 18).

Retratando um conto de Alexander Soljenitsin, Ansart (2005) diz que “existe um estado limite para a humilhação, um poder inerente às práticas humilhantes que podem ir além do projeto de calar a expressão da resistência e podem reduzir o cidadão a uma espécie de funcionamento mecânico que o destitui de identidade” (p. 18). Nesse ponto, o autor coloca a transformação do cidadão em uma ausência, pois não existe a possibilidade de resistência no caso dos sujeitos humilhados.

A segunda forma de humilhação política mencionada por Ansart diz respeito aos momentos históricos em que aconteceram revoltas, recusas da humilhação. Já a terceira forma

concerne à utilização dos sentimentos de humilhação com o objetivo da dominação política, a qual representa o oposto da segunda forma de humilhação.

Desse modo, a humilhação passa a ser um tema importante para se pensar sobre a relação entre superestrutura e infraestrutura, pois inexisteria a resistência na infraestrutura pela impotência instaurada através da humilhação. Surge, então, o seguinte questionamento: se a impotência, resultado da humilhação, determina uma vida sem resistência, existindo somente uma mecanicidade, como podem ser caracterizados os processos de subjetivação dos sujeitos presos? As considerações do autor apontam para a humilhação como promotora de uma vida nula, uma vida que tem o sentido de existência suprimido de si.

Para Pierre Ansart, o poder se instaura a partir de práticas humilhantes, as quais destituem o sujeito de saber, de liberdade, de autoestima. Isso significa que o sujeito é transformado em um corpo que responde a estímulos, um corpo mecânico, sem identidade e, portanto, sem possibilidade de resistência.

A pesquisadora francesa Claudine Haroche possui algumas reflexões referentes à relação entre o indivíduo e o Estado, bem como à condição de humilhação, resultante da forma como se dá a relação citada. Em sua obra “Fazer dizer, querer dizer”, Haroche (1992) assume que “o poder, o Estado, o direito, coagem o sujeito, insinuam-se nele de forma discreta; todos tornam-se claros processos que derivam de uma técnica particular de poder que Foucault, em um dos últimos textos, designa como sendo de “governo pela individualização”” (p. 21).

No entendimento da autora, a individualização, alcançada através da “exigência de clareza, de desambiguação, de determinação, de perfeita legibilidade” (HAROCHE, 1992, p. 22) passa a ser o processo de alienação da contemporaneidade. Trata-se de um mecanismo coercitivo, imposto ao indivíduo pelo Estado, o qual impossibilita a resistência e a revolta do indivíduo. Essa individualização leva à humilhação, ou melhor, esse isolamento imposto ao indivíduo nas sociedades democráticas conduz à repetibilidade e à intensidade da humilhação (HAROCHE, 2005). Existe, portanto, uma individualização ocorrida através da gramática e do discurso, levando a uma responsabilização do sujeito pelo que diz (o sujeito de direito). Esse sujeito da ordem jurídica responde por si, sendo, portanto, transformado pelo Estado em um homem uniforme e mensurável, ou seja, individualizado.

Essa é a forma-sujeito de direito da contemporaneidade, segundo a autora. Percebe-se, assim, o diálogo existente entre as duas reflexões de Haroche (1992, 2005). A

individualização incitada pelo Estado ao sujeito de direito da sociedade contemporânea acarreta na humilhação e na dessubjetivização do sujeito, na sua corporeificação, visto que “a humilhação reside no fato de se estar reduzido ao eu e, conseqüentemente, ao corpo” (HAROCHE, 2005, p. 43). Ser sujeito é ser somente corpo uno e mensurável, capaz de ser humilhado, mas de não ter consciência de sua humilhação (ele somente consegue senti-la). Tal é a estratégia ideológica das sociedades de consumo.

À ideia relacionada à desambiguação e à perfeita legibilidade se associa o que a autora refere quanto à gramática, a qual, segundo ela, divide: (i) o dito e o não dito; (ii) o explícito e o implícito; e (iii) o completo e o incompleto (HAROCHE, 1992). A partir deste pressuposto, outras diferenças foram sendo observadas a partir da divisão das ciências humanas, sendo que são duas as concepções de subjetividade com diferentes sentidos a elas associados, as quais possuem relação com o que foi mencionado sobre a gramática: (i) subjetividade como interioridade inapreensível e indizível, inefável; e (ii) subjetividade como exposição de comportamentos observáveis, com a exigência de literalidade, de transparência e de desambiguação do enunciado, ou seja, como objetividade das formas explícitas.

Haroche (1992) ainda afirma que “o ideal da gramática seria assim um ideal de completude que participa de um ideal do sujeito mestre de suas palavras, para constituí-lo em definitivo em sujeito jurídico” (p. 13). Esse é o ponto que mais chama a atenção no trabalho de Haroche: a autora desenvolve uma reflexão sobre o processo de determinação feito, primeiramente, pela religião e, em seguida, pelo direito. Esse processo se dá através da gramática e do sujeito, onde se observam os efeitos dessas duas determinações, atualmente tidas como prioritariamente jurídicas. Tem-se, portanto, o efeito de práticas de linguagem nos processos de subjetivação, vinculados diretamente ao sujeito jurídico.

Birman (2008), na apresentação do livro “A condição sensível” de Claudine Haroche, resume as principais conclusões da autora. O capitalismo, segundo ele, tem impedido a tomada de consciência e a simbolização dos sentimentos, o que conduz ao entendimento dos sentimentos como sensações, ou seja, são da ordem do corpo. A subjetividade passa a ser corporificada. Segundo ele, “o sensível adquire autonomia como sensação, algo inédito até há pouco tempo, já que se mantinha regulado pelos códigos e rituais da consideração e da deferência” (p. 16).

Tal é a premissa principal do pensamento de Haroche: a humilhação reduz o sujeito a corpo, individualizando-o, e esse processo é característico da sociedade de consumo, dita democrática, possível pela forma-sujeito de direito. Conforme a autora, a passividade na qual o indivíduo é alocado conduz à humilhação, à impotência, não encontrando mais sentido na

sociedade, tampouco em si mesmo. Sendo assim, a sociedade contemporânea “desvaloriza os indivíduos, sua singularidade, sua criatividade e imaginação, a pessoa em cada um; ela entrava e destrói a subjetividade na medida que interdita toda capacidade psíquica que demande um tempo necessário à reflexão, à relação consigo mesmo, à consciência de si” (HAROCHE, 2005, p. 32-33). Se, de acordo com Haroche, o sujeito de direito é dessubjetivado, ou seja, é individualizado e corporificado, o que se poderia pensar sobre o sujeito preso, o qual tem o corpo retirado de si quando entra na prisão (conforme a peça processual *Habeas corpus*)?

Desse modo, a autora Claudine Haroche considera a instauração do poder pelo processo de individualização – a transformação do sujeito em indivíduo, em corpo. Tal processo possibilita a humilhação, ao passo que aniquila a resistência. A humilhação, produto da individualização conduz ao sentimento não simbolizado, pois é da ordem das sensações (do corpo).

Giorgio Agamben é um pensador que deu luz a conceitos importantes no campo da filosofia, tais como ‘*Homo sacer*’ e ‘vida nua’. O conceito de vida nua é entendido como a transformação da totalidade da vida em objeto de gerenciamento pelo estado, e reflete a categoria foucaultiana de biopolítica ou biopoder. A vida nua seria a vida natural não politizada.

É através de reflexões sobre os campos de extermínio que Agamben justifica a vida nua. Ele refere que existia na sociedade uma distinção entre uma vida considerada digna (*bíos*) e outra indigna (*zoé*) de ser vivida, esta sendo aplicada aos judeus. As designações são oriundas das duas palavras existentes na língua grega para fazer referência a vida. À *zoé*, ou seja, ao simples ato de viver, aproxima-se a categoria do *Homo sacer*³⁷ – o sujeito da vida nua, aquele que podia ser morto impunemente, mas que, ao mesmo tempo, não devia ser sacrificado conforme as normas prescritas pelo rito, por isso a vida nua é a “vida *matável* e *insacrificável* do *homo sacer*” (AGAMBEN, 2010, p. 16 [grifos do autor]). Trata-se de um indivíduo descartado, sem significado, no limiar da animalidade.

³⁷ *Homo sacer* (homem sagrado) é um termo empregado para designar uma personagem da lei romana: trata-se de uma pessoa sem nenhum direito civil, a qual pode ser morta por qualquer cidadão, desde que não seja em nenhum ritual religioso. Conforme Garcia (2008), “ao incluir essa vida humana marcada pela forma da exclusão na ordem jurídica, a enigmática figura do Direito Romano revelava a chave dos direitos, das liberdades formais e da soberania assim como dos códigos do poder político. Com isso queriam significar os romanos o que havia por trás do processo semeado de conflitos através do qual os direitos e liberdades formais foram estabelecidos; o *homo sacer* poderá ser morto sem que sua eliminação física seja ocasião para inculpação, nem rituais” (p. 114 [grifos do autor]).

Desse modo, os judeus não eram sujeitos, pois eram extirpados de cidadania. Para Foucault, a vida natural, por ser usada pelo poder estatal como mecanismo de controle, passa a ser incluída não mais na política, mas na biopolítica, a qual permitiu o desenfreio do desenvolvimento do capitalismo (op. cit.). Aí está, então, a relação entre Agamben e Foucault: o processo referido é entendido como a politização da vida nua, ou seja, a vida que não merece ser vivida, o corpo sem subjetividade, enquanto parte de um estado político por excelência.

O exercício do biopoder nos campos de concentração é corroborado por questões materiais: os nomes dos presos são substituídos por números; a roupa que vestem fica padronizada; os corpos daqueles indivíduos são submetidos a uma disciplina perturbadora (mecanismos também aplicados na instituição prisional). Esse corpo biopolítico, como nomeia Agamben (2010), nada mais é do que o corpo biológico como estratégia do poder estatal. Sendo assim,

vida nua na esfera política constitui o núcleo originário – ainda que encoberto – do poder soberano. *Pode-se dizer, aliás, que a produção de um corpo biopolítico seja a contribuição original do poder soberano.* A biopolítica é, nesse sentido, pelo menos tão antiga quanto a exceção soberana. Colocando a vida biológica no centro de seus cálculos, o Estado moderno não faz mais, portanto, do que reconduzir à luz o vínculo secreto que une o poder à vida nua (AGAMBEN, 2010, p. 14 [grifos do autor]).

A política passa a ser biopolítica, isto é, consoante Agamben (2010), “a crescente implicação da vida natural do homem nos mecanismos e cálculos do poder” (p. 116). Isso se justifica, pois essa vida nua passa a ser incorporada na política enquanto objeto calculável e manipulável, conforme o pensamento de Foucault. Além disso, o filósofo salienta que o viver e o não viver tornam-se indistinguíveis pela ação da biopolítica, sendo o *Homo sacer* objeto do poder soberano.

Além do acima exposto, Agamben (2004) também traz uma reflexão referente ao estado de exceção, o qual tem íntimo elo com a vida nua e com o *Homo sacer*. Para o autor, o estado de exceção é compreendido como “estrutura original em que o direito inclui em si o vivente por meio de sua própria suspensão” (p. 14). Isso significa que, na sociedade contemporânea, o sujeito, ou melhor, o vivente (enquanto vida nua, cuja justificativa está no objetivo puro e simples da sobrevivência), é suspenso, tornando-se objeto do poder soberano. Essa suspensão (ou assujeitamento) é oriunda da identificação do sujeito aos mecanismos de controle dos corpos e de apagamento da subjetividade, da vida que vale a pena ser vivida.

Depois de realizar uma reflexão sobre a noção de dispositivo de Foucault, Agamben (2007) traz uma outra concepção sobre o termo. Ele diz que chama de dispositivo:

tout ce qui a, d'une manière ou d'une autre, la capacité de capturer, d'orienter, de déterminer, d'intercepter, de modeler, de contrôler et d'assurer les gestes, les conduites, les opinions et les discours des êtres vivants. Pas seulement les prisons donc, les asiles, le *panoptikon*, les écoles, la confession, les usines, les disciplines, les mesures juridiques, dont l'articulation avec le pouvoir est en un sens évidente, mais aussi, le stylo, l'écriture, la littérature, la philosophie, l'agriculture, la cigarette, la navigation, les ordinateurs, les téléphones portables et, pourquoi pas, le langage lui-même, peut-être le plus ancien dispositif dans lequel, plusieurs milliers d'années déjà, un primate, probablement incapable de se rendre compte des conséquences qui l'attendaient, eut l'inconscience de se faire prendre³⁸ (p. 30-32).

Nesse sentido, o autor afirma a existência de duas classes: aquela dos seres vivos e a dos dispositivos. Os sujeitos estariam situados entre as duas classes, e são concebidos como o que resulta da relação do corpo a corpo entre os seres vivos e os dispositivos (AGAMBEN, 2007). O autor refere que em um mesmo indivíduo podem ter lugar diferentes processos de subjetivação, e, “au développement infini des dispositifs de notre temps correspond un développement tout aussi infini des processus de subjectivation³⁹” (p. 32). A fase atual do capitalismo seria, assim, uma acumulação e proliferação gigantesca de dispositivos; os seres humanos se enraízam enquanto tais pelos dispositivos, diferenciando-se dos animais.

Giorgio Agamben defende que o poder se instaura pela biopolítica, seguindo os passos de Foucault, e acrescenta que há sujeitos cuja vida tem valor e sujeitos cuja vida não é digna de ser vivida. O poder se instaura na redução da subjetividade a corpos suspensos, obedientes ao poder soberano. A resistência fica, então, impossibilitada, pois os sujeitos, entendidos como meros corpos coordenados pelo estado de exceção, não são passíveis de mudança de posição, ou seja, não passam a ser vidas dignas de serem vividas pela resistência à posição imposta pelo poder soberano.

Passamos, por fim, às reflexões desenvolvidas por Hannah Arendt no que diz respeito à “banalidade do mal”, pensamento oriundo do relato desenvolvido por ela sobre o julgamento de Adolf Otto Eichmann, um dos principais responsáveis pela morte de milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial. O relato diz respeito à cobertura que Arendt fez

³⁸ “Tudo o que tem, de uma maneira ou de outra, a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, moldar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos de seres vivos. Não somente as prisões, portanto, os asilos, o panóptico, as escolas, a confissão, as fábricas, as disciplinas, as medidas legais, cuja articulação com o poder é, em certo sentido, evidente, mas também, a caneta, a escrita, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e, por que não, a linguagem em si, talvez o dispositivo mais antigo, no qual há milhares de anos, um primata, provavelmente incapaz de se perceber as consequências que o esperavam, teve a inconsciência de ser apanhado” (tradução minha).

³⁹ “Ao desenvolvimento infinito dos dispositivos do nosso tempo corresponde um desenvolvimento também infinito dos processos de subjetivação” (tradução minha).

do processo de Eichmann em Jerusalém, em 1961, para a revista *The New Yorker*. Conforme será observado mais tarde, pode ser feita uma relação entre a “banalidade do mal”, mencionada por Arendt, e a modalidade da “plena identificação”, presente na *Análise do Discurso*. Por enquanto, será dedicado um espaço para abordar os elementos que levaram Arendt a considerar Eichmann não um monstro, mas, sim, um funcionário mediano.

Na mesma obra, também é importante destacar a relevância das reflexões de Arendt sobre direitos humanos, posto que a soberania do Estado frente aos sujeitos deve ser questionada. No Estado totalitário alemão era autorizado o extermínio de homens, mulheres e crianças caso fossem judeus, e Eichmann era um funcionário que cumpria com as ordens do Estado. Nesse sentido, relacionando com o objeto de estudo da presente tese, pergunta-se: será que o Estado tem, realmente, o direito de privar os sujeitos de liberdade? Ou, antes disso, será que o Estado tinha o direito de penalizar os sujeitos através dos suplícios? A forma de punição mudou uma vez, e o que garante que não poderá mudar novamente?

Adolf Eichmann era tido como um instrumento sem falhas. A guerra começou efetivamente em setembro de 1939, e, em outubro de 1941 (quando Hitler suspendeu todas as emigrações de judeus), após várias promoções, Eichmann atingiu o posto de tenente-coronel. Era considerado perito na questão judaica, autoridade em emigração e evacuação. Após o fim da guerra, fugiu para a Argentina, onde foi encontrado para, então, ser julgado em Jerusalém. Eichmann foi acusado de crimes contra o povo judeu, crimes contra a humanidade e crimes de guerra, declarando-se, a cada uma das acusações, como *inocente, no sentido da acusação*.

Arendt (1999) menciona que Eichmann, “para o sistema legal nazista então existente, não fizera nada errado; de que aquelas acusações não constituíam crimes, mas “atos de Estado”, sobre os quais nenhum outro Estado tinha jurisdição” (p. 32-33). Além disso, segundo seu advogado, Dr. Servatius, Eichmann cometeu atos pelos quais seria condecorado se vencesse e, do mesmo modo, seria preso se perdesse. Caso tivesse recebido a ordem de matar o próprio pai, Eichmann a cumpriria. A única acusação possível, no seu caso, seria a de *ajudar e assistir* à aniquilação dos judeus.

Desse modo, reiteramos a afirmação de que Eichmann era, sim, um instrumento sem falhas, e é isso o que Hannah Arendt aborda em sua obra. Ser um instrumento sem falhas significa cumprir com todas as ordens e respeitar as leis, mesmo que sejam as leis do regime totalitário. Eichmann, o burocrata do mal (fazendo referência ao título *a banalidade do mal*), só sentia sua consciência pesar quando não cumpria com as ordens que lhe eram impostas.

O caso Eichmann traz à tona o poder do Estado (representado por Eichmann e por seus superiores) no extermínio dos judeus, de um lado, e a forma como Eichmann se submete aos

deveres que o Estado lhe impõe, de outro. Quanto à primeira situação, se analisada de forma objetiva, seria possível dizer que Eichmann (e os outros homens de confiança de Hitler) estava sendo fiel ao Estado, devendo-se questionar, sim, como o Estado totalitário constrói sua soberania e passa a ser inquestionável. Conforme Arendt (1999), os campos de concentração eram chamados em termos de “administração”, enquanto os campos de extermínio eram chamados em termos de “economia”. O extermínio de judeus fora designado oficialmente como “Solução Final”. Todas essas nomenclaturas específicas do Estado alemão eram objeto de orgulho para Eichmann.

Arendt (1999) diz que, “se o que Eichmann cometeu foram atos de Estado, então nenhum de seus superiores, muito menos Hitler, chefe de Estado, poderia ser julgado por qualquer corte” (p. 108-109). Aí está a delicadeza do julgamento de Eichmann, além do fato de seus crimes não constarem em nenhum código penal. A obediência cega às ordens (ou, como falava, *obediência cadavérica*) era efeito de um processo de assujeitamento pleno, posto que o maior objetivo de Eichmann era se promover na hierarquia do Estado alemão.

Quanto à questão referente à forma como Eichmann respeitava e cumpria as ordens do Estado alemão, Arendt (1999) menciona que, durante o julgamento em Jerusalém, “quanto mais se ouvia Eichmann, mais óbvio ficava que sua incapacidade de falar estava intimamente relacionada com sua incapacidade de *pensar*, ou seja, de pensar sob o ponto de vista de outra pessoa” (p. 62 [grifo da autora]). Essa afirmação deverá ser levada em consideração no momento de ser feita uma articulação com a modalidade da plena identificação da Análise do Discurso.

Consoante Arendt, tratar as pessoas como seres descartáveis não passa por uma avaliação de direitos humanos, posto que estava executando ordens. A autora toca justamente nessa questão, ao dizer que a cidadania diz respeito ao direito a ter direitos. Os judeus, durante o período da Segunda Guerra Mundial, tiveram a cidadania confiscada, e se transformaram em objetos de poder do Estado totalitário, do qual Eichmann fazia parte. O crime contra a humanidade de Eichmann (genocídio do povo judeu) vai de encontro àquilo considerado como cidadania, a qual envolve o direito à diversidade. Poderia esse confisco da cidadania pelo Estado alemão ser comparado, de alguma forma, à situação de privação de liberdade nas prisões?

1.4 “Determinado pelo juiz né... porque a genti reclamô”: Afinal, é possível resistir na/à prisão?

Segue-me

Presidiário, busca-me na solidão da tua cela
e eu te levarei no caminho da recuperação e da Paz.
Estou encostado a ti. Procura-me com o coração
daquele salteador condenado, a quem perdoei todos os crimes
pela força do arrependimento e esperança da salvação.
Chama por mim. Ouvirei o teu clamor.
Tomarei nas minhas, tuas mãos armadas e farei de ti
um trabalhador pacífico da terra.
Segue-me.

Estou ao teu lado, sou tua sombra.
Abrirei os cárceres do teu espírito,
encherei de luz, não só tua cela escura,
senão, também, a cela escura do teu entendimento.
Segue-me.

Jovem, eu te livrarei do vício do fracasso.
Da droga destruidora e te farei direito,
Pelos caminhos entortados.
Segue-me.

Cora Coralina (1889-1985)
Poetisa Goiana

A parte final do presente capítulo concerne à retomada de algumas questões nele discutidas, consideradas fundamentais para o desenvolvimento do trabalho. De uma forma sucinta, relacionarei as ideias dos autores sobre a prisão à proposta desta pesquisa, pensando em como essas ideias podem contribuir não só para a pesquisa, mas, também, para a própria teoria com a qual trabalho.

Para abrir esta seção, trouxe um poema de Cora Coralina que trata, como se pôde ver, sobre a prisão. O poema está presente na quinta página de ambas as Cartilhas publicadas pelo Conselho Nacional de Justiça. Vale ressaltar os objetivos de cada um dos documentos. Na Cartilha da Mulher Encarceirada, busca-se “esclarecer os direitos e deveres das mulheres encarceradas, com informações claras e diretas sobre garantias constitucionais, prerrogativas legais e administrativas” (BRASIL, 2011, p. 9). Já na Cartilha da Pessoa Presa, supostamente destinada aos homens presos, dois são os objetivos expostos na apresentação do documento: (i) “reconstruir o caminho da cidadania e promover ações de reinserção social de presos, egressos do sistema carcerário e de cumpridores de medidas e penas alternativas”; e (ii)

“auxiliá-lo [o preso] a entender quais são seus direitos, deveres e garantias” (BRASIL, 2010, p. 09).

Vale lembrar que essas publicações foram promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça, destinada aos indivíduos inseridos em prisões. Trata-se, portanto, de um órgão ligado à instância jurídico-política da superestrutura, ou seja, ao Aparelho Repressivo de Estado, o qual, por meio da coerção, objetiva manter o sujeito vinculado à Lei.

Interessante observar o fato de o primeiro texto a compor as Cartilhas ser o poema de Cora Coralina. Em um primeiro momento, o que chama mais a atenção do leitor é o próprio título do poema: “Segue-me”. O leitor (“a pessoa presa” ou “a mulher encarcerada”) deve seguir a quem? Por quê?

O leitor sabe que, se ele “seguir” o eu-lírico, deverá encontrar a recuperação e a Paz; ele deve arrepender-se para ter os seus crimes perdoados; ele deve entregar suas mãos armadas para que elas sejam transformadas nas mãos de um trabalhador pacífico; ele terá a luz na sua cela e, também, esclarecimentos; ele terá o vício e o fracasso afastados de si. Tais são as justificativas para que o leitor “siga” o eu-lírico, o qual pode ser compreendido como uma figura celestial, religiosa, dotada de luz e de compaixão. Em outras palavras, parece que o eu-lírico é Deus. Desse modo, o texto traz em sua materialidade elementos do discurso religioso, sendo nele o lugar onde o preso encontrará a Paz, o perdão, a vida de um trabalhador. O que pode e deve ser dito na instituição prisional é, então, atravessado pelo discurso religioso. Parece que a interpelação do indivíduo em sujeito, a fim de que o sujeito se identifique com a formação discursiva da Justiça, se dá por meio do discurso religioso.

Interessante a associação realizada pelos autores das Cartilhas entre o discurso jurídico e o discurso religioso e literário. Parece que a forma como a instância jurídico-política escolheu para interpelar os sujeitos presos foi através da religião, dissolvida em um texto literário, mas presente em um momento anterior ao texto propriamente dito (as Cartilhas). Com base em Orlandi (2006b), há três tipos de discursos: o discurso autoritário (polissemia contida), o discurso lúdico (polissemia aberta) e o discurso polêmico (polissemia controlada). Quando o poema de Cora Coralina é incorporado nas Cartilhas, ocorre uma tentativa de se garantir ao apenado ou à apenada uma abertura para a polissemia, *como se* o sujeito preso tivesse a liberdade de escolher seguir o eu-lírico. Tanto o discurso jurídico quanto o discurso religioso podem ser considerados como discursos autoritários, ao passo que o discurso literário seria caracterizado como discurso lúdico. É por meio dessa heterogeneidade de efeitos de sentido que emerge da inserção do poema nas Cartilhas que se dá margem para a

ressignificação do texto literário como discurso autoritário, responsável por conter os sentidos, por recalá-los.

É dessa forma que o texto literário, saturado de elementos de ordem religiosa, revela o discurso do Aparelho Repressivo de Estado: se o sujeito seguir as ordens expostas na Cartilha (conhecendo os seus direitos e cumprindo com os seus deveres), ele alcançará tudo aquilo que foi prometido pelo eu-lírico. Mais uma vez, busca-se a ligação entre Estado e religião (cristianismo) para garantir a eficácia do processo de interpelação. O Sujeito, portanto, subjaz aos processos discursivos vinculados à materialidade linguística, confirmando que ambos os discursos (jurídico e religioso) estão vinculados ao discurso autoritário: no discurso jurídico, o sujeito (outro) está às sombras da Lei (Outro), ao passo que, no discurso religioso, o sujeito está às sombras de Deus (Outro), sendo o castigo constitutivo de ambos os discursos.

O poema traz, então, elementos constituintes do discurso da instituição prisional. No entanto, além de se discutir brevemente sobre o poema, a fim de trazer algumas considerações sobre os sujeitos presos e a relação deles com o Aparelho Repressivo de Estado, algumas considerações devem ser feitas sobre os pensamentos dos autores discutidos no presente capítulo. Primeiramente, é possível trazer para debate a filosofia althusseriana no que tange aos Aparelhos de Estado. O resgate das ideias de Althusser trouxe um importante ponto que deve ser retomado: a infraestrutura determina a superestrutura.

Deve ser dada especial atenção a esse ponto, pois, na releitura que Michel Pêcheux faz do materialismo histórico-dialético althusseriano, os Aparelhos Ideológicos de Estado seriam materializados pela noção de formação ideológica. No dispositivo da Análise do Discurso, as formações ideológicas organizam os saberes das instituições, sendo que, para cada instituição, há saberes contraditórios, por isso a necessidade de existirem formações discursivas. Elas têm o papel de causar o efeito de delimitação dos grupos de saberes entre os quais há maior identificação (e menor contradição).

A ideia de que a infraestrutura é a determinante indica que no nível das práticas discursivas está a fonte da produção dos saberes. As formações ideológicas e as formações discursivas são responsáveis pela reprodução dos saberes, ou seja, nenhuma transformação ocorrerá a partir dessas duas instâncias. Desse modo, somente a partir da prática é que alguma transformação poderá acontecer na ordem do discurso; em outras palavras, no presente trabalho, é na fala das presidiárias que será possível perceber contradições, conflitos, tensões, subversões. A superestrutura buscará manter as relações de dominação já existentes, mesmo que, em determinados momentos, aconteçam lapsos que possam levar a questionamentos da estrutura.

Com base nisso, parece ser possível pensar em uma abertura maior para a produção e a transformação de saberes a partir da própria infraestrutura, onde estariam os indivíduos interpelados em sujeitos e se ritualizariam as práticas das quais eles fazem parte. É em função desse pressuposto que é trazida a seguinte citação de Pêcheux (2011b):

As proposições de Althusser sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado, que procuram dar continuidade a determinadas colocações de Gramsci a respeito do conceito de hegemonia e da proximidade invisível do Estado no cotidiano, formam uma ajuda valiosa nessa direção, se ela for interpretada de tal forma que os processos de reprodução ideológicos *também* sejam abordados como local de *resistência múltipla*. Um local no qual surge o imprevisível contínuo, porque cada ritual ideológico continuamente se depara com rejeições e atos falhos de todos os tipos, que interrompem a perpetuação das reproduções (p. 115 [grifos do autor]).

A prisão pode e deve, portanto, ser compreendida como um local de resistência múltipla, apesar de ser atravessada pela repressão. Teoricamente, no que tange aos pensamentos de Foucault, Ansart, Haroche e Agamben, interpreta-se que a prisão se constitui como uma instituição na qual a possibilidade de subversão dos sentidos é praticamente nula e impossível de se manifestar por uma linguagem compreendida como homogênea, vinculada ao discurso jurídico, no qual todos os sentidos são evidentes e a linguagem não é passível de outra interpretação além daquela da Lei. O sujeito tem seus direitos suspensos e é considerado um corpo cujo tempo e força de trabalho são objetos do Estado.

Contudo, remontando a Pêcheux, apesar dessas teorizações sobre a prisão, ainda resta a possibilidade de deriva e de ruptura. Como será visto nas análises, as apenas encontram, nas brechas constitutivas do Aparelho Repressivo, possibilidades de despistar o Aparelho. As apenas conseguiriam, então, resistir à prisão? E, da mesma forma, conseguiriam resistir na prisão? A base de tais questionamentos diz respeito aos processos de subjetivação: resistir à prisão significa se contraidentificar ou se desidentificar aos saberes vinculados à instância jurídico-político-ideológica; resistir na prisão traz à tona uma resistência não necessariamente vinculada a uma contraidentificação ou a uma desidentificação à formação discursiva jurídica, mas, na verdade, à forma como a coerção funciona na dessubjetivação dos sujeitos.

Na citação referida no título da presente seção há uma resistência que provocou uma alteração na superestrutura. As apenas reclamaram sobre o fato de que podiam frequentar pouco o pátio. Durante determinado período, quase não pegavam sol. Depois de reclamarem sobre isso, o juiz determinou que, durante o horário do almoço, fosse liberado o acesso ao pátio. Desse modo, é possível, sim, alterar a instância jurídico-política, principalmente quando tangem aos Direitos Humanos.

Sobre o pensamento de Foucault, um questionamento pode ser feito: será que as questões por ele abordadas acerca das prisões podem ser aplicadas à realidade do sistema carcerário brasileiro? Um elemento bastante significativo que emerge ao se pensar sobre as prisões brasileiras é o discurso religioso. Como foi observado no poema de Cora Coralina, parece que a religião possui uma posição de discurso dominante no interior da prisão. Outras ligações entre o discurso religioso e o aparelho prisional podem ser observadas em diferentes registros acerca da vida na prisão, tais como documentários ou notícias de jornal. Muitas são as histórias de presidiários que encontram em alguma religião acolhimento necessário para suportar a vida na prisão, e fazem com que essa religião os acompanhe quando se encontram em liberdade. Seria esse um mecanismo ideológico para que os indivíduos presos tenham seus comportamentos controlados dentro da instituição prisional?

Nas pesquisas em Análise do Discurso, ainda são considerados pertinentes os ensinamentos de Althusser, mesmo que ele não se firme na “microfísica” das relações sociais; no entanto, pode-se dizer que, na última fase do dispositivo desenvolvido por Michel Pêcheux, através da interlocução estabelecida com o historiador Michel De Certeau (1994), foi possível pensar sobre os pequenos eventos do cotidiano – eventos comuns, ordinários da convivência humana – enquanto atuantes no processo de constituição, formulação e circulação dos sentidos (ORLANDI, 2005). Seria através dessas pequenas práticas de linguagem do dia-a-dia do sujeito que surgiriam as possibilidades de ruptura e, também, a manutenção da reprodução dos saberes.

Althusser menciona que os sujeitos são aparentemente livres, visto que são interpelados em sujeito pela ideologia e dela não são excluídos. Da mesma forma, Foucault entende que não se pode escapar das relações de poder. Os autores, no entanto, diferem em outras questões. Conforme Veyne (2011), “o pensamento não nasce inteiramente por si mesmo e deve ser explicado por meio de outra coisa que não por si mesmo, por meio do discurso e do dispositivo para Foucault, por meio das estruturas para os estruturalistas” (p. 173). Ele ainda refere que o *a priori* histórico, no entendimento de Foucault, é menos estrutura do que dispersão – ao contrário do que pensam os estruturalistas. Apesar dessa distinção que se faz entre Foucault e os estruturalistas, pode-se dizer que há algo que torna possível as assimilações que eram (e ainda são) feitas entre eles: o estruturalismo impulsionou o surgimento de ideias novas (VEYNE, 2011). Uma delas é a própria Análise do Discurso.

Os autores selecionados para compor o presente capítulo apresentam alguns pensamentos muito semelhantes. De uma forma geral, pode-se dizer que a afirmação de Kiéfer (2007) perpassa algumas teorizações: “L’abolition forcée de la pudeur et de l’intimité

font parties des servitudes quotidiennes qui déshumanisent la personne et la dépouillent de sa vie privée. Les détenus réclament la dignité qui est due à tout homme. Leurs revoltes sont des résistances au pouvoir de la prison et à l'autorité de la détention⁴⁰ (p. 79). Isso significa que é possível resistir na prisão; todavia, a resistência ocorre na tentativa de se ter os mesmos direitos de humanização daqueles que estão fora da prisão, como, por exemplo, o acesso ao pátio reclamado pelas apenadas.

A ausência de todo direito é, para Kíéfer (2007), a mais séria repressão, além da fome, da superlotação e do tédio. Tudo depende da justiça, pois os presos não podem se defender perante ela. Em nome da Lei, o indivíduo é preso, mas, uma vez na prisão, ele não é mais submetido à Lei dos indivíduos “livres”. Os direitos da prisão existem, mas são aqueles minimamente aceitáveis para a sobrevivência dos presos.

⁴⁰ “A abolição forçada do pudor e da intimidade faz parte das servidões diárias que desumanizam a pessoa e a despojam de sua vida privada. Os presos exigem a dignidade que é devida a todos os homens. Suas revoltas são resistências ao poder da prisão e à autoridade da detenção” (tradução minha).

CAPÍTULO 2

LÍNGUA(GEM) E SUBJETIVIDADE

... ou: é possível pensar em uma prosódia discursiva?

As fitas da polícia que estou citando foram ouvidas na corte durante a décima das 121 sessões, no nono dia dos quase nove meses que durou o julgamento. Nada do que o acusado [Adolf Eichmann] dizia, na voz curiosamente desencarnada que saía do gravador – duplamente desencarnada porque o corpo que era dono da voz estava presente, mas também aparente e estranhamente desencarnado através das grossas paredes de vidro que o cercavam –, foi negado por ele ou pela defesa.

(ARENDR, 1999, p. 105).

O julgamento a que Hannah Arendt faz referência na epígrafe do presente capítulo é o julgamento de Adolf Eichmann, o qual foi objeto de discussão no capítulo anterior. Arendt chama a atenção para a voz de Eichmann, considerada *curiosamente desencarnada*. Mais do que isso: a voz era duplamente desencarnada, pois o seu corpo também parecia desencarnado. Eichmann estava de corpo presente; Eichmann estava “morto”.

Decidi começar esta parte da tese com a citação de Arendt em função de a autora abordar a voz de Eichmann enquanto afetada por um desencarne. Pareceu muito propício iniciar o capítulo desta forma, posto que esse desencarne a que ela alude possui íntima relação com a proposta que aqui se desenvolverá. Uma voz que é curiosamente desencarnada, de um sujeito considerado um funcionário perfeito, “plenamente” assujeitado à ideologia totalitária alemã. Esse assujeitamento pleno teria como efeito uma voz desencarnada? A voz desencarnada seria uma metáfora, ou seja, seria um sintoma que representa outra “coisa”?

Vários desdobramentos podem ser feitos a partir da citação de Arendt: Eichmann estava morto, mas tinha um corpo, pois o próprio corpo, assim como a própria voz, estavam desencarnados. Corpo e voz... corpo e linguagem: a própria constituição do sujeito. Um sujeito duplamente desencarnado (sem corpo e sem linguagem) é um sujeito dessubjetivado (é um sujeito plenamente assujeitado). Daí a importância de considerarmos não só o corpo na constituição da subjetividade, mas, também, a linguagem. Contudo, as análises calcadas na Análise do Discurso buscam na materialidade linguística os elementos para significar os processos discursivos. O que se pretende com a presente discussão é não só buscar a materialidade linguística *per se*, mas, também, escutar as vozes das mulheres entrevistadas,

atentando para a materialidade prosódica e os seus efeitos de sentido. No som da linguagem podemos identificar a materialização do duplo atravessamento a que o sujeito está submetido: o assujeitamento ideológico e o recalque inconsciente. No corpo e na voz de Eichmann somatizavam-se os efeitos de um sujeito morto em vida; um sujeito-de-direito no sentido pleno do termo.

O presente capítulo traz uma reflexão sobre a língua e a linguagem na Análise do Discurso, e objetiva trazer questões para refletir sobre como a prosódia se configura enquanto elemento material que constitui os sujeitos e os sentidos. Para isso, dois eixos serão abordados: (i) a língua(gem) em AD, quando será feita uma revisão das noções de língua e de linguagem no dispositivo, comparando-a com as teorias linguísticas formais; e (ii) os aspectos fonético-fonológicos na constituição dos discursos, momento em que procurarei refletir sobre como a prosódia se relaciona teoricamente com a AD, destacando a possibilidade de análise dessa materialidade em *corpora* discursivos.

2.1 “Eu era vítima de/eu SOU vítima de um assalto”: Língua(gem) em AD

Nesta seção, são estabelecidas as diferenças entre a compreensão dos conceitos de língua e de linguagem tanto no Formalismo (pensando no Estruturalismo Saussuriano, posto que é a Linguística Estruturalista que dá as bases para as reflexões de Michel Pêcheux e, também, de Jacques Lacan, na Psicanálise) quanto na Análise do Discurso. Em seguida, abordarei a semântica discursiva e sua caixa de ferramentas, tratando sobre os principais conceitos da AD que articulam, principalmente, ideologia e língua(gem). Também serão discutidos elementos oriundos da virada psicanalítica, operada no dispositivo da Análise do Discurso depois de 1978, sendo introduzida a falha como constitutiva do processo de interpelação ideológica, a qual ganha existência material.

Sendo assim, em um primeiro momento, é necessário falar sobre a designação *língua(gem)* adotada nesta tese a fim de provocar uma reflexão sobre os conceitos de língua e de linguagem, os quais não são ausentes na perspectiva discursiva, e ganham nela um estatuto diferenciado em virtude do quadro teórico-epistemológico que constrói o dispositivo. Ao se falar em *língua(gem)*, articulam-se duas formas de existência material, as quais, por sua vez, são a concretude da ideologia. A língua pode ser compreendida como a materialidade linguística propriamente dita, também considerada uma linguagem: por isso *língua(gem)*. A

linguagem, então, seria toda forma de existência material que não necessariamente é verbal, podendo ser, também, não-verbal.

Quanto a isso, é importante retomar o que diz Pêcheux (2011a) sobre a materialidade discursiva. Para o autor, ela deve ser entendida como “nível de existência sócio-histórica, que não é nem a língua, nem a literatura, nem mesmo as “mentalidades” de uma época, mas que remete às condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos...) em uma conjuntura histórica dada” (p. 152). A materialidade linguístico-prosódica que será enfocada na presente tese faz referência à materialidade discursiva enquanto essas condições verbais de existência dos objetos em uma conjuntura histórica dada (e o trabalho do analista do discurso é identificar essas condições a partir da materialidade linguística). Ainda corroborando este ponto, vale trazer a citação de Pêcheux (1981): “la question théorique des *matérialités discursives* surgit précisément de ce qui, entre l’histoire, la langue et l’inconscient, résulte comme hétérogénéité irréductible: un ressassement de paroles entendues, rapportées ou transcrites, un fourmillement d’écrits citant des paroles, et d’autres écrits⁴¹” (p. 10 [grifos do autor]).

Para a tese é fundamental que se faça referência à materialidade verbal pela designação *língua(gem)* em função de a prosódia ser compreendida como parte da materialidade sob análise, posto que não seria considerada uma materialidade verbal. Língua e linguagem são, portanto, materialidades simbólicas (significantes), e serão assim referidas no presente trabalho.

Aqui, portanto, a compreensão que se tem de língua e de linguagem abrange, de um lado, uma materialidade verbal, e, de outro, uma materialidade não necessariamente verbal. A designação *língua(gem)* é utilizada para fazer referência à materialidade que compõe o arquivo deste trabalho, posto que é verbal (língua) e é não-verbal (prosódia). Contudo, essa diferença é superficial, e requer desdobramentos. É por isso que chamo para a reflexão as concepções de língua e de linguagem de Ferdinand de Saussure, pois, inevitavelmente, o Estruturalismo linguístico se faz presente quando esses dois conceitos são trazidos à tona. Isso nos ajudará a compreender melhor as concepções de língua e de linguagem enquanto conceitos fundamentais para o dispositivo da Análise do Discurso.

Nesse sentido, é necessário enfatizar que, apesar de assumirmos uma diferença entre língua e linguagem, não estamos tomando os dois conceitos como equivalentes àqueles postulados por Saussure (2001). Enquanto Saussure compreende que a língua diz respeito ao

⁴¹ “a questão teórica das *materialidades discursivas* surgiu precisamente do que, entre a história, a língua e o inconsciente, resulta como heterogeneidade irreduzível: uma repetição de palavras ouvidas, relatadas ou transcritas, um formigamento de escritos que citam palavras e outros escritos” (tradução minha).

social, como um sistema estruturado de acordo com a morfologia, a sintaxe, a semântica e a fonologia, no qual operam signos que ganham valor por negatividade, a língua da Análise do Discurso é conceituada diferentemente. Por não considerar que a exterioridade influencia no sistema, Saussure (2001) não compreende o sujeito como parte do processo, o qual é tomado como uma evidência. Ao contrário, o que faz Pêcheux (2009a) é caminhar da evidência (lógico-linguística) do sujeito “até o que permite pensar a “*forma-sujeito*” (e, especificamente, o “sujeito do discurso”) como um efeito determinado do processo sem sujeito” (p. 74 [grifos do autor]).

A Linguística de Saussure tem o objetivo de garantir os limites de seu objeto de estudo e se constituir enquanto ciência; situa-se, portanto, em um universo logicamente estabilizado. A língua é homogênea, por isso é social; é um sistema fechado e estável. A compreensão de Pêcheux sobre a língua vai de encontro a essa logicidade necessária para a ciência, pois a língua é lugar de equívoco e, em função disso, não comporta uma autonomia total. Na AD, a língua deve ser representada como ordem, e não como organização: “a ordem para nós não é o ordenamento imposto, mas a forma material. Interessa ao analista não a classificação mas o funcionamento” (ORLANDI, 2004a, p. 45).

Por materializar o discurso, a língua (enquanto um sistema) funciona atendendo a uma demanda ideológica, sendo o discurso constitutivo da língua. Mais tarde, os estudos em AD começaram a incorporar não só os elementos linguísticos como materialidades da ideologia, mas, também, os elementos de ordem não-verbal, pois todas as formas de existência material são materializações da ideologia.

No Estruturalismo, os significados e os significantes existem dentro do sistema linguístico, não sendo estabelecida nenhuma relação com a exterioridade desse sistema psíquico, mas social. O conceito de valor, eixo que sustenta as reflexões de Saussure, funciona somente dentro do sistema. De acordo com o valor linguístico, um signo se define por relações de oposição aos outros signos que compõem o sistema, ou seja, as definições se dão por negatividade. Tanto o significante de um signo quanto o seu significado dependem dos significantes e dos significados dos outros signos linguísticos, não sendo considerada a exterioridade nesse processo. Para Pêcheux, ocorre justamente o contrário: os sentidos são estabelecidos a partir da historicidade, e não por uma relação de negação aos outros do sistema. Pêcheux (2009a) critica essa forma matemática de os sentidos dos enunciados serem determinados, tanto na semântica estruturalista quanto na gerativa.

Há, no entendimento de Ferreira (2011a), algumas consequências da passagem de uma forma linguística (Linguística Formal) para uma forma material (Semântica Discursiva), as quais são listadas pela autora.

a) a língua deixa de ser considerada um sistema integralmente autônomo, para ser aceita como relativamente autônoma; b) o sistema linguístico não é concebido como algo abstrato e fechado, mas sim um sistema passível de perturbações, rupturas e mal-entendidos; c) os fatos linguísticos descritos com problemas não ficam de fora do sistema, à margem da língua, e passam a ser incorporados como nucleares, em vez de periféricos; d) abandonam-se as concepções muito difundidas, em certa época, de língua enquanto código, ou então, instrumento de comunicação ideologicamente neutro; e) a língua passa a ser trabalhada como lugar material de realização dos processos discursivos, de onde se manifestam os sentidos (p. 91).

Pêcheux (1997) critica a gramática gerativa quando diz que ela supunha “um tipo de locutor neutralizado. Conforme o autor, esse locutor seria “ligado à normalidade universal dos “enunciados canônicos”, em que a posição das classes de equivalência (por exemplo: sujeito animado + objeto inanimado) é *a priori* fixada como uma propriedade da língua” (p. 73 [grifos do autor]).

É essencial considerar que, no Formalismo, a língua é tida como *transparente*, ao passo que, na Análise do Discurso, ela é compreendida como *opaca*. Essa diferença revela duas formas de compreender o processo de constituição dos significados, de um lado, e dos sentidos, de outro. A transparência traz à tona uma relação de constituição prévia dos significados, pois já são previstos dentro do sistema. Entre a palavra e o significado existe uma relação direta, transparente, que naturaliza os sentidos e os toma como evidentes, sempre já-lá. Para a AD, esse efeito de evidência é tido como parte do funcionamento da ideologia. A AD compreende que não há uma determinação semântica interior ao sistema; é necessário, então, abordar uma relação de opacidade, garantindo à materialidade sob análise a possibilidade de o sentido ser aquele não previsto pelo sistema, pois depende da história, do sujeito e da ideologia. É por isso que a língua é aberta e as interpretações são sempre variadas. Conforme Ferreira (1996), é como se houvesse duas tendências: uma “terapêutica”, cujo objetivo é cristalizar o sentido legítimo das palavras (considerando somente o sistema linguístico), e outra, baseada nos processos discursivos, “que admite “surpreender a linguagem” e (des)construir os sentidos” (p. 44).

Como ainda veremos neste capítulo, além dos elementos aqui levantados, também é necessário considerar a língua relacionada ao equívoco, ao nonsense, à deriva, aos deslocamentos, às transgressões... Essa discussão ocorrerá quando considerarmos a relação entre *língua(gem)* e subjetividade de forma mais aprofundada, a partir de elementos oriundos da Psicanálise, principalmente. Vale trazer, por enquanto, a afirmação de Ferreira (1996), a

qual lança algumas questões para nosso posterior debate: “a perspectiva de que a língua comporta em seu interior um espaço para as falhas, as brechas, o impossível valida e legitima a tese de que o equívoco é estruturante” (p. 46). O equívoco é tomado como estruturante justamente por não ser a língua na AD considerada como um sistema fechado, mas, pelo contrário, por ser aberta e, em função disso, ser constituída pela falta: um furo que permite a materialização de discursos não previstos pela ideologia (nem pelo próprio sistema).

A citação de Pêcheux (2009a) reporta às diferenças existentes entre as concepções de língua da AD e do Formalismo a que estamos fazendo referência:

O sistema da *língua* é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso*: a língua se apresenta, assim, como a *base* comum de *processos* discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela na medida em que, como mostramos mais acima, os processos ideológicos simulam os processos científicos (p. 81 [grifos do autor]).

A língua, portanto, possui leis internas que são comuns a revolucionários e a reacionários, a materialistas e a idealistas, etc. Contudo, as mesmas leis internas, as mesmas palavras, fazem funcionar o processo de interpelação ideológica de formas diferentes: os revolucionários e os reacionários têm acesso à mesma base linguística (os mesmos textos, as mesmas palavras, as mesmas leis internas), mas os processos discursivos não são os mesmos para eles, o que aponta para identificações com os saberes de diferentes formações discursivas.

Para a compreensão da forma como a Análise do Discurso concebe o sentido, apresento algumas afirmações que abordam essa concepção na teoria: (i) o sentido, para existir, precisa de uma materialidade; (ii) a materialidade que faz circular o sentido é opaca; (iii) a materialidade (verbal ou não verbal), em função da opacidade decorrente dos processos discursivos, nunca terá um sentido único, pois a formulação traz elementos da constituição; (iv) os elementos da constituição serão interpretados de acordo com a forma como o sujeito se subjetiva, de forma ideológica e inconsciente; e (v) o sentido não existe previamente e não é pronto, apesar de aparecer como “evidente” e “natural” para o sujeito, efeito do processo de interpelação ideológica.

Precisamos agora retomar o processo de constituição, formulação e circulação dos sentidos conforme conceituado por Orlandi (2005), calcado nas ideias de Courtine (2009). Para a autora, esses são os três momentos (de igual relevância) que fazem parte dos processos

de produção do discurso (e dos sentidos). A seguir, ela resume os postulados de Courtine (2009):

o interdiscurso (constituição: dimensão vertical, estratificada) determina o intradiscurso (formulação: dimensão horizontal, eu diria, o da linearização do dizer). Todo dizer (intradiscurso, dimensão horizontal, formulação) se faz num ponto em que (se) atravessa o (do) interdiscurso (memória, dimensão vertical estratificada, constituição) (p. 11).

Segundo a autora, não se pode deixar de levar em consideração nenhum dos três eixos que compõem o processo de produção do discurso, pois “os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam” (op. cit., p. 12). A formulação tem relação com o intradiscurso (o eixo da formulação do dizer, da materialização da linguagem), ao passo que a constituição reflete a noção de interdiscurso (todos os saberes que podem ser ditos). O eixo da constituição determina o eixo da formulação; em outras palavras, o eixo de tudo o que pode ser dito estabelece o que é dito. No entanto, entre formulação e constituição existem as formações discursivas e ideológicas, que organizam esse conjunto de saberes e colocam à disposição dos sujeitos somente alguns saberes que podem e devem ser ditos dependendo do lugar social que ocupam. Em outras palavras, o interdiscurso⁴² libera aos sujeitos tudo o que pode ser dito, ao passo que as formações discursivas, em suas relações de dominância, oferecem ao sujeito tudo o que pode *e deve* ser dito.

Enquanto a constituição (eixo vertical) diz respeito às condições de produção amplas, ou seja, às condições sócio-histórico-ideológicas, a formulação (eixo horizontal) concerne às condições de produção estritas, ao contexto imediato de produção. Para Courtine (2009), o interdiscurso (constituição) tem relação com o *tempo longo de uma memória*, ao passo que o intradiscurso (formulação⁴³) diz respeito ao *tempo curto da atualidade de uma enunciação*. Já a circulação, última parte do processo de produção dos discursos, é referente a determinada conjuntura.

A constituição do discurso, onde acontece a relação entre sujeito e discurso, ocorre a partir da memória do dizer⁴⁴, do interdiscurso. Orlandi (2005) define o interdiscurso como “o conjunto de dizeres já ditos e esquecidos que determinam o que dizemos, sustentando a possibilidade mesma do dizer” (p. 59), sendo, portanto, o eixo vertical onde estão todos os dizeres já ditos. A constituição (memória) é determinante da formulação (atualidade).

⁴² Conforme Orlandi (2007b), “no interdiscurso não há lugar para o sujeito” (p. 157). É por isso que é nas formações discursivas que o sujeito se subjetiva.

⁴³ A formulação diz respeito à linguagem, e pode envolver diferentes materialidades, não somente a linguística.

⁴⁴ A autora Eni Orlandi não faz uma distinção entre as noções de *interdiscurso* e *memória discursiva*. Apesar de reconhecermos uma diferença entre as duas noções, no presente trabalho optei por trabalhar somente com o conceito de interdiscurso, conforme será observado na descrição e interpretação do arquivo (Capítulo 5).

Ainda sobre o interdiscurso, temos a afirmação de Pêcheux (2009a), que propõe compreendê-lo como “esse “todo complexo com dominante” das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que, como dissemos, caracteriza o complexo das formações ideológicas” (p. 149). Então, o interdiscurso concerne ao conjunto de saberes desiguais e contraditórios que são liberados aos sujeitos para serem colocados em circulação. No entanto, não é qualquer saber que pode ser dito: às formações ideológicas e às formações discursivas cabe a organização desses saberes e a execução do processo de interpelação ideológica.

As formações discursivas, na definição bastante reproduzida de Michel Pêcheux, são *aquilo que pode e deve ser dito*. Para Courtine (2009), o assujeitamento do sujeito (ideológico) do discurso ocorre no interior de uma formação discursiva; pode-se dizer, então, que é na formação discursiva que o sujeito (do discurso) se subjetiva. Pêcheux (2009c) refere que a formação discursiva é entendida por Courtine como “constitutivamente perseguida por seu outro: a contradição motriz não resulta do choque de “*corpora contrastados*”, cada um veiculando a homogeneidade dos antagonistas, mas desse efeito de sobredeterminação pelo qual a alteridade o afeta” (p. 24 [grifo do autor]).

A formação discursiva não pode, portanto, ser compreendida como homogênea, posto que é *perseguida por seu outro*. A FD não é homogênea porque é invadida por discursos provenientes de outros lugares, e esses discursos se disfarçam na forma de pré-construídos e de discursos transversos. É importante lembrar aqui o que é mencionado para Cazarin (2010). A autora revela que a configuração da formação discursiva depende do olhar do analista, operando como um princípio de organização metodológica oriundo de uma interpretação. A impossibilidade de completude da formação discursiva é efeito tanto da contradição constitutiva do jogo entre as formações discursivas (e no seu “interior”) quanto do efeito do olhar analítico, que não escapa à interpretação.

Ainda sobre o interdiscurso, é necessário refletir sobre os conceitos diretamente a ele relacionados, a saber, o pré-construído e o discurso transversal, os quais constituem suas duas modalidades de funcionamento. Conforme Pêcheux (2009a), esses dois efeitos são determinados materialmente na estrutura do interdiscurso. O interdiscurso, portanto, possui uma dupla forma, representada por esses dois efeitos. Eles são re-inscritos no discurso do sujeito enquanto traços daquilo que o determina (op. cit).

Para Courtine (2009), o interdiscurso enquanto pré-construído “fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita” (p. 154). Trata-se de algo que está fora da formação discursiva, e

intervém nela como se sempre estivesse lá. Já Pêcheux (2009a) diz que o pré-construído “corresponde ao “sempre já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade (o “mundo das coisas”)” (p. 151). O conceito, criado por Paul Henry (1992), remete, então, a uma construção anterior, sendo possível considerá-lo como o impensado que pré-existe ao sujeito, relacionado ao efeito de evidência, como se algo sempre se encontrasse onde está. Courtine & Marandin (1981) assim o definem:

Objet construit et repérable, lié à la présence dans l'intradiscours d'une séquence discursive d'une formulation saturée (Henry, 1975; 96-97) ou d'un encaissement syntaxique (Pêcheux, 75; 88); renvoyant au fait que “ça parle avant, ailleurs et indépendamment” du sujet qui énonce et à l'effet d'évidence dans lequel le sujet énonciateur découvre les objets qu'il s'approprie dans la formulation. Une condition de possibilité de l'énonçable, donc⁴⁵ (p. 16).

Já o interdiscurso enquanto discurso transverso (articulação), conforme Courtine (2009), “atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo *interdiscurso enquanto pré-construído*” (p. 154 [grifos do autor]), ou seja, ele atravessa e conecta entre si os objetos dos quais a enunciação de uma sequência discursiva se apropria, dando coerência ao fio do discurso (op. cit.)⁴⁶. Pêcheux (2009a) menciona que o discurso transverso é o funcionamento da articulação, correspondendo, “ao mesmo tempo, a: “como dissemos” (evocação intradiscursiva); “como todo mundo sabe” (retorno do Universal no sujeito); e “como todo mundo pode ver” (universalidade implícita de toda situação “humana”)” (p. 159).

Na concepção de *língua(gem)* da Análise do Discurso há, ainda, que se considerar a abertura constitutiva deste conceito, posto que *tudo não se diz e todo não se é* (FERREIRA, 2011a). Essa abertura tem relação com a *alíngua* e com o real da língua, como será discutido. Nesse sentido, Pêcheux (2006), na obra “O Discurso: Estrutura ou Acontecimento”, evidencia a diferença instituída pela AD através da seguinte afirmação: “a pesquisa linguística começaria assim a se deslocar da obsessão da ambiguidade (entendida como lógica do ou... ou”) para abordar o próprio da língua através do equívoco, da elipse, da falta, etc...” (p. 50).

Para tratar sobre o ponto levantado, trago, primeiramente, a fala de Rickes (2002). Segundo a autora, a linguagem “é, antes, a morada da falta que habita o sujeito, falta de uma

⁴⁵ “Objeto construído e visível, vinculado à presença no intradiscurso de uma sequência discursiva de uma formulação saturada (Henry, 1975; 96-97) ou de uma recursividade sintática (Pêcheux, 75, 88); referindo-se ao fato de que “se refere antes, alhures e independentemente” ao sujeito que enuncia e ao efeito de evidência em que o sujeito enunciador descobre os objetos dos quais se apropria na formulação. Uma condição de possibilidade do enunciável, portanto” (tradução minha).

⁴⁶ De acordo com Courtine (2009), “se o funcionamento do interdiscurso como pré-construído foi estudado essencialmente a partir do encaixe das nominalizações no intradiscurso, seu funcionamento como discurso transverso deu lugar a trabalhos (HENRY, 1975; PÊCHEUX, 1975) concernentes às orações relativas” (p. 75).

completude que é motor do desejo. Também a linguagem é tributária dessa falta, ou melhor, justamente por estar ela em falta, o sujeito, como seu efeito, constitui-se marcado pela incompletude” (p. 57). Quando tratamos da subjetividade em Análise do Discurso, temos em mente um sujeito incompleto, movido pelo desejo de uma completude. O sujeito é afetado tanto por esse desejo quanto pelas determinações sócio-histórico-ideológicas da formação social na qual está inserido. É a linguagem (e o corpo) que possibilitarão a materialização da relação entre ideologia, de um lado, e inconsciente, de outro.

Como já foi dito nesta tese, a teoria da subjetividade de natureza psicanalítica atravessa o quadro teórico da Análise do Discurso. É, portanto, indispensável refletir sobre como a materialidade linguística é afetada pela concepção de sujeito psicanalítico, e é a partir da afirmação de Rickes que podemos iniciar a discussão. A materialidade linguística materializa o discurso, e, por sua vez, a ideologia; no entanto, essa materialidade é *morada da falta que habita o sujeito* e, assim, materializa a falta, algo da ordem da subjetividade. Essa falta só se materializa porque o sujeito é um ser-em-falta... o sujeito não é completo (*todo não se é*) e, como efeito dessa incompletude do sujeito, a linguagem também não poderia sê-lo (*tudo não se diz*), existindo sempre um resto do real por simbolizar. É a partir das marcas linguístico-prosódicas que podemos vislumbrar essa incompletude através, principalmente, do equívoco.

Segundo Ferreira (1996), quando se fala em equívoco é necessário levar em consideração “que a incompletude é a própria condição de existência da linguagem e que, portanto, não se pode pretender dizer *tudo*. Sobra sempre um espaço para o não-dito, para a *falta*, onde se dão os deslizamentos, as rupturas que fazem e desfazem sentidos” (p. 43 [grifos da autora]). Na mesma esteira, Ernst (2007) assinala que as formulações equívocas “jogam com outros sentidos que não os institucionalizados, tanto no nível do código linguístico quanto no nível das convenções sociais” (p. 143). O equívoco é, desse modo, da ordem do não previsível na regularidade das formações discursivas (aquilo que *pode* e *deve* ser dito, produzindo, automaticamente, o que não pode e não deve ser dito, ou seja, o interdito); é um fato estrutural implicado pela ordem do simbólico (PÊCHEUX, 2006), evidenciando que todo ritual possui falhas, e todo sujeito é sempre possível de tornar-se outro.

É então que Gadet & Pêcheux (2004) teorizam sobre o equívoco, dizendo se tratar do “ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história” (p. 64). Em outras palavras, o encontro entre o real da língua – o impossível linguístico – e o real da história – a contradição – instaura o equívoco, e essa irrupção afeta o real da história. Daí a importância de se considerar o real da língua e o real da

história como efeitos da incompletude que constitui a subjetividade. É necessário, então, compreender a distinção entre *equivoco* e *falha*, proposta por Barbaei (2011): “a falha é sempre significativa, constituída pela ordem do simbólico, tendo a língua o seu lugar de materialização, de irrupção. Já o equívoco é a inscrição da falha da língua na história, mostrando, portanto, o funcionamento da ideologia e do inconsciente” (p. 380). Parece, sob meu ponto de vista, que toda falha causa um efeito na história, pois a língua inexiste separada da história; se for considerada assim, a falha acarreta, inevitavelmente, o equívoco.

Vale a pena inserir nesta reflexão o que diz Lacan (2007) sobre este ponto. Segundo o autor, a falha

não está condicionada unicamente pelo acaso: com efeito, o que a psicanálise nos ensina é que uma falha jamais se produz por acaso. Há, por trás de todo lapso, para chamá-lo por seu nome, uma finalidade significativa. Se há um inconsciente, a falha tende a querer exprimir alguma coisa, que não é somente o que o sujeito sabe, uma vez que o sujeito reside nessa divisão mesma que representei em outros tempos pela relação de um significante com outro significante (p. 144).

Trazemos para a discussão algo que compreendemos aqui como da ordem do equívoco, a saber, o enunciado que compõe o título desta subseção. A Apenada 03, depois de questionada sobre o motivo pelo qual estava presa, responde: “eu era vítima de/eu SOU vítima de um assalto⁴⁷”. A correção feita pela apenada na linearidade da sua fala (uma correção *online*) faz referência a algo que não poderia ter sido dito: *eu era vítima de*. É tentador, para o analista do discurso, completar a sentença com *eu era vítima de... mas não sou mais*. A falha que ocorre na oralidade, decorrente do emprego do tempo verbal (o pretérito imperfeito do indicativo foi substituído pelo pretérito perfeito do indicativo, como um efeito metafórico que faz claudicar o processo de interpelação ideológica), provoca uma diferença na forma como a apenada se subjetiva. Essa diferença aponta tanto para o real da língua (aquilo que é impossível de ser dito) quanto para o real da história (fazendo romper no intradiscurso uma contradição, oriunda do fato de ser ou de não ser vítima de um assalto). É aí que se instaura, portanto, o equívoco, revelando algo sobre o processo de subjetivação e de constituição do sentido. Tal equívoco pode ser relacionado como o que menciona Pêcheux (1990): “através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o “não está”, o “não está mais”, o “ainda não está” e o “nunca estará” da percepção imediata” (p. 08).

⁴⁷ Podemos lembrar aqui da diferença estabelecida por Benveniste (2005) entre *discurso* (subjetivo) e *história* (objetivo). A *história*, narrativa dos acontecimentos passados, utiliza as formas de terceira pessoa e os tempos *passé simple*, imperfeito e mais-que-perfeito; o discurso, por sua vez, emprega todas as formas pessoais do verbo e todos os tempos são possíveis, exceto o *passé simple*. Parece que, quando se corrige, a apenada busca, através do esquecimento nº 2, instaurar o efeito de sentido de tensão, provocando na interlocutora a construção de sua imagem como vítima e não como criminosa, o que ocasiona a substituição.

É assim que Pêcheux (1990) aprofunda mais elementos acerca do real da língua:

O real da língua não é costurado nas suas margens como uma língua lógica: ele é cortado por falhas, atestadas pela existência do lapso, do *Witz* e das séries associativas que o desestratificam sem apagá-lo. O não-idêntico que aí se manifesta pressupõe a *alíngua*, enquanto lugar em que se realiza o retorno do idêntico sob outras formas; a repetição do significante na *alíngua* não coincide com o espaço do repetível e que é próprio à língua, mas ela o fundamenta e, com ele, o equívoco que afeta esse espaço: o que faz com que, em toda língua, um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro, através da homofonia, da homossemia, da metáfora, dos deslizamentos do lapso e do jogo de palavras, e do bom relacionamento entre os efeitos discursivos (p. 55 [grifos do autor]).

Falar em equívoco requer que se fale de *alíngua* (também denominada de *lalangue* ou *lalíngua*), pois o equívoco é introduzido na língua pela *lalíngua* (BALDINI, 2012). A *alíngua* faz o inconsciente, pois é a língua materna, ou melhor, “sua figuração mais direta é a língua materna” (MILNER, 1987, p. 15). O sujeito se constitui a partir do Outro, e, em determinado momento de sua vida, não existe separação entre o bebê e o Outro materno. A *alíngua* representa o Outro materno, ou seja, o próprio bebê, e a *lalangue* é assim denominada por fazer referência à lalação, ao balbúcio da criança no início de sua vida. Conforme Lacan (1978, apud GÓIS et al., 2009),

Je fais lalangue parce que ça veut dire lalala, la lallation, à savoir que c’est un fait que très tôt l’être humain fait des lallations, comme ça, il n’y a qu’à voir un bébé, l’entendre, et que peu à peu il y a une personne, la mère, qui est exactement la même chose que lalangue, à part que c’est quelqu’un d’incarné, qui lui transmet lalangue⁴⁸ (p. 01).

Sobre a *lalangue*, vale, ainda, afirmar que se trata de uma forma de satisfação que não depende da significação (GÓIS et al., 2009). A *lalangue* representa uma relação de motivação existente entre significante e significado. Assim, no que tange ao princípio da arbitrariedade do signo linguístico (SAUSSURE, 2001), surge o questionamento: seria essa relação de motivação o que engendra a diferença entre *lalangue* e a língua efeito da castração simbólica, uma língua cujos signos possuem significantes e significados sem relação de motivação entre eles? A *lalangue* operaria, portanto, como algo motivado pelo desejo, ao invés de arbitrário. Nesse caso, o significado, para Lacan, dependeria do desejo.

De acordo com Soler (2010), “*alíngua* é o nível a-estrutural do aparelho verbal, ao passo que a linguagem e o discurso são ordenações” (p. 15-17). A *alíngua* é o avesso da língua: enquanto a língua é completa e lógica, a *alíngua* possui como característica principal as falhas oriundas do impossível da língua, do real da língua. Se o inconsciente é feito de

⁴⁸ “Eu faço a *alíngua* porque significa lalala, a lalação, pois o fato é que desde muito cedo o ser humano produz lalações, assim, é só ver um bebê, ouvi-lo, e gradualmente, há uma pessoa, a mãe, que é exatamente a mesma coisa que a *alíngua*, exceto que é alguém encarnado que lhe transmite a *alíngua*” (tradução minha).

alíngua, o sujeito também o é, atravessando a forma como se constitui (inclusive o seu corpo), pois o corpo é atravessado de alíngua. Seria a alíngua um efeito da pulsão, ligando o corpo à linguagem?

O real resiste à simbolização, mas não significa que não deixe na língua (e no corpo) as suas marcas. Morales (2005), retomando o que diz Pêcheux na citação acima referida, menciona que “*alíngua* confere à *língua* um outro estatuto: o de não todo, já que nela algo falta. Trata-se da falta que se reconhece no equívoco, ou seja, um jogo que escapa ao sujeito: lapso, ato falho ou chiste” (p. 220 [grifos da autora]). No caso da fala da Apenada 03, a falha diz respeito à incompletude do sujeito e da língua. É sobre isso que falam Gadet & Pêcheux (2004) quando mencionam o Édipo linguístico, isto é, “o Édipo linguístico corresponde ao fato de que *toda a língua* não pode ser dita, em qualquer língua que seja” (p. 52 [grifos dos autores]).

Há algo que falha, então, e o que falha tem origem em uma falta que estrutura o sujeito. Se a falha é relacionada aos de processos subjetivação, afirma-se que a contraidentificação e a desidentificação evidenciam a falha no ritual, considerada, conforme Indursky (2007), “uma falha na interpelação do sujeito, ou seja: é porque o ritual é sujeito a falhas que o sujeito pode se contra-identificar com os saberes de sua formação discursiva e passar a questioná-los” (p. 171). A autora continua dizendo que a falha também pode fazer com que o sujeito passe a se identificar com outra formação discursiva, caracterizando o processo de desidentificação. Para Pêcheux (1990), a falha no ritual tem relação direta com a metáfora, o que pode ocasionar movimentações nos processos de subjetivação.

Levar até as últimas consequências a interpelação ideológica como *ritual* supõe o reconhecimento de que não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura: “uma palavra por outra” é uma definição (um pouco restritiva) da metáfora, mas é também o ponto em que um ritual chega a se quebrar no lapso ou no ato falho (p. 17 [grifo do autor]).

Relacionado a isso e citando Pêcheux novamente, trago uma referência do texto “Metáfora e interdiscurso”, no qual o autor explica a relação entre interdiscurso, formação discursiva e metáfora na citação que segue:

O interdiscurso, longe de ser efeito integrador da discursividade, torna-se desde então seu princípio de funcionamento: é *porque* os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (metaforizados) de uma sequência pertencente a *uma outra* formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente (PÊCHEUX, 2011a, p. 158 [grifos do autor]).

A causa, então, não está na formação discursiva, mas no nonsense (PÊCHEUX, 2009a). A relação entre sentido e nonsense do sujeito dividido funciona como uma pulsação,

característica da subjetividade e do processo de constituição do sentido, e os traços inconscientes do significante permanecem latentes, podendo sempre emergir do nonsense para o intradiscurso. É assim, portanto, possível relacionar a subjetividade às falhas do ritual de interpelação ideológica: as falhas materializam questionamentos do sujeito sobre a sua própria constituição, pois passa a reconhecer a não homogeneidade da forma como se subjetiva. Esse reconhecimento aponta para a relação nonsense-sentido. Conforme Pêcheux (2009b), “o sentido” é produzido no “*non-sens*” pelo deslizamento sem origem do significante, de onde a instauração do primado da metáfora sobre o sentido” (p. 277 [grifo do autor]), ou seja, o sentido somente pode ser produzido a partir do efeito metafórico (uma coisa por outra), um significante por outro significante. É no nonsense que a interpelação se agarra (PÊCHEUX, 2009b). Quando do nonsense emerge um significante não previsto através de um ato falho, por exemplo, existe a possibilidade de deriva. E, assim, Pêcheux (2009b) complementa seu pensamento: “mas é indispensável acrescentar imediatamente que *esse deslizamento não desaparece sem deixar traços* no sujeito-ego da “forma-sujeito” ideológica, identificada com a evidência do sentido” (p. 277 [grifos do autor]).

Há, dessa forma, um efeito provocado pelo sujeito no processo de interpelação ideológica: “Pêcheux passa a pensar a interpelação como um ritual com falhas, retorno do nonsense no sentido, o inconsciente como “*a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpelação o captura*” (Pêcheux, 1978, p. 300)” (BALDINI & SOUZA, 2012, p. 74). O inconsciente estruturado como uma linguagem, composto por significantes, está desprendido de um sentido (seria a alíngua puro efeito metafórico, puro significante, já que o inconsciente é feito de alíngua?). O significante é a parte do signo linguístico representante da imagem acústica, ou seja, dos fonemas que constituem determinado signo, sendo a sua contraparte o significado (o conceito do signo)⁴⁹. Não há conceitos no inconsciente, e, quando o nonsense (a ausência de sentido) presente no inconsciente irrompe no intradiscurso através, por exemplo, de um equívoco – também manifestado prosodicamente – este equívoco está desligado de uma formação discursiva. O significante é lugar de nonsense, portanto.

⁴⁹ Conforme Baldini (2012), “alíngua, portanto, produz como efeito a impossibilidade de fechamento da língua, pois permite o jogo incessante entre os significantes, o primado das relações *in absentia* sobre as relações *in praesentia*” (p. 69). Impossível não relacionar esta afirmação à diferença entre sintagma e paradigma proposta por Saussure (2001). Quando Saussure fala sobre as relações *in absentia*, trata do paradigma (o eixo da seleção), ao passo que as relações *in praesentia* dizem respeito ao sintagma (o eixo das combinações). Da mesma forma, temos, na Análise do Discurso, o eixo vertical (o interdiscurso) e o eixo horizontal (o intradiscurso). Nesse sentido, o eixo vertical produz o efeito metafórico, e é a partir dele que a falha pode se materializar no eixo horizontal, intradiscursoalmente, nas combinações (des)organizadas (a)linguisticamente. A relação entre interdiscurso e efeito metafórico pode conduzir ao equívoco pelo viés da alíngua.

Vale aqui a inserção de um comentário sobre a relação entre linguagem e o inconsciente, a fim de continuar na discussão sobre nonsense e sentido. Quando fala sobre o inconsciente para Freud, Lacan (2008a) diz que “o inconsciente se manifesta sempre como o que vacila num corte do sujeito – donde ressurgem um achado que Freud assimila ao desejo” (p. 34). Freud afirma que o sujeito aparece nesses vacilos, quando um significante censurado ultrapassa a barreira inconsciente/consciente e vem à tona, na forma de uma *intenção estranha* (MILNER, 1987). No entendimento de Lacan, o sujeito é o intervalo entre significantes de uma cadeia, aparece como uma pulsação, sendo que o inconsciente “permanece um discurso divorciado do consciente e do envolvimento subjetivo – o discurso do Outro – mesmo quando ele interrompe o discurso do eu que está baseado em um falso sentido de *self*” (MILNER, 1987, p. 63-64 [grifo do autor]). É assim que Lacan (1998a) diz, amparado em Freud, que “está claro que todo ato falho é um discurso bem-sucedido, ou até formulado com graça, e que, no lapso, é a mordada que gira em torno da fala, e justamente pelo quadrante necessário para que um bom entendedor encontre ali sua meia palavra” (p. 269).

Uma coisa por outra... quando uma coisa se depara com o intervalo entre uma coisa e outra (o sujeito) emerge o lapso, como resultado do efeito metafórico. É importante, então, trazer para a reflexão algumas considerações sobre a metáfora, posto que é intimamente ligada à concepção de sujeito da Psicanálise de Jacques Lacan. A metáfora é, etimologicamente, definida como *transferência*. Lacan faz uso dessa figura de linguagem para se referir ao processo de condensação presente nos sonhos, conforme proposto por Freud. No entanto, Lacan vai mais longe: ele diz que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, sendo constituído por significantes. O sujeito é efeito do intervalo entre os significantes que se substituem em uma cadeia metafórica (S1 e S2), e nenhum significante é suficiente para representar o sujeito. É por isso que a causa do sujeito, o objeto *a*, resta nesta equação, sendo o sujeito lacaniano “melhor definido como um furo (*não no discurso ou em outras atividades mas entre um significante e outro, isto é, o forjamento de uma ligação entre dois significantes*). A especificidade de seu sujeito deriva do trabalho sobre o significante” (FINK, 1998, p. 221 [grifos do autor]).

A prisão do sujeito à rede de significantes condena o sentido a ser “o efeito de uma relação no elemento do Significante” (PÊCHEUX, 2009a, p. 239). Essa relação foi denominada por Lacan como metáfora, a qual consiste, para a Psicanálise, “em designar alguma coisa por meio do nome de uma outra coisa. Ela é a substituição de significantes. A metáfora mostra que os significados extraem sua coerência da rede dos significantes, o que

demonstra a supremacia do significante” (MORALES, 2002, p. 41). A metáfora se cria, conforme Lacan (1998b), “entre dois significantes dos quais um substitui o outro, assumindo seu lugar na cadeia significante, enquanto o significante oculto permanece presente em sua conexão (metonímica) com o resto da cadeia” (p. 507).

A importância da metáfora para a Análise do Discurso está na base do processo de constituição do sentido e do sujeito, concomitantemente. As palavras, expressões e proposições somente significam quando relacionadas a uma formação discursiva de onde recebem seus sentidos; no entanto, Pêcheux (2009a) afirma que “o sentido é sempre uma palavra, expressão ou uma proposição *por* uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição” (p. 239-240 [grifo do autor]), e essa transferência é chamada pelo autor como metáfora. O processo de constituição do sentido e do sujeito depende da metáfora, a qual permite o confronto entre os elementos significantes e o revestimento destes por um determinado sentido. O sentido (e o sujeito) só existem, portanto, pelo confronto, pelo efeito metafórico, sendo a formação discursiva o lugar mais ou menos provisório das relações de metáfora, posto que, por a falta fazer parte desse processo (e por o intervalo entre os significantes preencherem um espaço através da ausência) os deslocamentos – via metáfora – são sempre possíveis de tomar lugar.

Pela psicanálise, a construção da significação é inconsciente porque escapa ao controle do sujeito. Na AD, esta construção escapa ao domínio total do sujeito dividido a uma ordem interna da língua e à ordem da história, que funciona independentemente do sujeito. Além disso, deve-se considerar uma ordem diferenciada – a (des)ordem do corpo – a qual será escopo da discussão final da presente tese, devendo-se tomar como relevantes a linguagem, a ideologia e o corpo no processo de constituição do sujeito e do sentido, chegando-se, dessa forma, àquilo que será denominado como *corpolingagem discursivo*.

2.2 “Não vô dá o meu filho esse é MEU Filho⁵⁰”: Aspectos fonético-fonológicos na materialização dos discursos

Para aprofundar o debate sobre a relação entre a Análise de Discurso (AD) e a materialidade prosódica, vale referir que um dos pressupostos básicos do dispositivo é que “se as ideologias têm uma “existência material”, o discursivo será considerado como um de seus

⁵⁰ O recorte foi extraído da fala da Apenada 05, a qual representa as apenadas que não tiveram suas falas descritas e interpretadas no presente trabalho.

aspectos materiais” (COURTINE, 2009, p. 72), isto é, a ideologia se materializa no discurso. Por sua vez, a linguagem materializa o discurso, sendo que o responsável por colocar o discurso em movimento é o sujeito.

Outro conceito fundamental para a teoria, como já foi mencionado anteriormente, é o interdiscurso, onde estão presentes todos os saberes, o “complexo com dominante das formações discursivas” (PÊCHEUX, 2009a). Ele abriga diferentes formações ideológicas, cuja materialização se dá pelas instituições. Como disse Pêcheux (2009a), nessas formações ideológicas estão presentes diferentes formações discursivas compondo um quadro de saberes possíveis de circular nas instituições. Justamente por existir mais de uma formação ideológica e mais de uma formação discursiva, os saberes do interdiscurso a elas vinculados podem estar em conflito, ou seja, a contradição pode emergir na relação entre essas formações. Esse jogo de forças se dá pela contradição como forma de produção, reprodução e transformação dos discursos. Assim é a maneira como a história age no processo de produção dos discursos.

A contradição determina a existência de uma tensão entre os saberes, materializados na linguagem pelos sujeitos. Então, torna-se importante relacionar as noções de interdiscurso e de intradiscurso. Conforme aponta Courtine (2009), os processos de interpelação acontecem na relação entre o interdiscurso de uma formação discursiva e o intradiscurso de uma sequência discursiva, e é na relação entre esses dois eixos que ocorre a articulação entre discurso e língua. Sobre isso, vale trazer a afirmação de Indursky (2003): “nesse ponto de encontro de uma memória (o interdiscurso) com uma atualidade (o intradiscurso) instaura-se o *efeito de memória*: os sentidos são rememorados, atualizados, re-significados” (p. 103 [grifos da autora]).

Na relação entre a estrutura vertical (INDURSKY, 2003), onde estão os saberes que podem e devem ser atualizados, e a estrutura horizontal, o intradiscurso, os discursos são atualizados, e esse ponto de encontro entre uma memória com uma atualidade é o acontecimento. Isso significa que os saberes presentes no interdiscurso são retomados no momento da emergência da estrutura horizontal, quando os sentidos passam a circular no fio do discurso. Nessa horizontalidade, segundo Ferreira (1999), a sintaxe operaria papel essencial no acesso ao acontecimento discursivo. Tal ponderação aponta para a deriva como parte desse processo: através da sintaxe ocorreria a materialização da emergência do inesperado, da deriva.

Lembramos do Anexo III da obra “Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio” de Pêcheux (2009b): não há ritual sem falhas. Na constituição, formulação e circulação dos sentidos (ORLANDI, 2005), não existe controle, pois a linguagem, por ser

opaca, não prevê a manutenção dos sentidos. Isso significa que o sentido sempre pode ser outro. A linguagem, em toda a sua imperfeição e desorganização, abre espaços para o imprevisível. No ritual de apropriação dessa materialidade com falhas, todo o processo de constituição dos sentidos (e dos sujeitos) também falha. É a falha, tanto como *gap* da linguagem quanto como imprevisão de sentidos, que possibilita a transformação.

Tal aspecto da Análise do Discurso encontra raiz na obra “Discurso: estrutura ou acontecimento”. Nela, Pêcheux (2006) afirma que “todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso” (p. 53).

A partir da afirmação de Pêcheux é importante, para o presente trabalho, refletir sobre uma possibilidade de deriva – uma deriva relacionada à voz. Destaco, pois, que ela pode ocorrer através de diferentes materialidades, não só léxico-sintaticamente determinadas. Muitas reflexões têm sido feitas em torno de materialidades outras a partir das quais o discurso poderia ser analisado, já que uma das bases da Análise do Discurso é a filosofia da práxis. Boa parte desses estudos visa a agregar as imagens; no entanto, parece que ainda há lugar para se pensar sobre algo próprio da oralidade, sem a qual a constituição do sujeito estaria afetada. Trata-se da materialidade prosódica, compreendendo-a como constituinte linguístico acima da linearidade da sentença, apreensível somente na oralidade.

Parece que da prosódia ecoa a possibilidade de emergência de outro tipo de relação com a ideologia e com o inconsciente. Trata-se de uma relação extremamente instável, imprevisível, que poderia trazer à tona sentidos que não podem (e não devem) circular a partir de uma sequência léxico-sintaticamente descritível. Os recursos prosódicos empregados pelo sujeito trazem à tona o caráter de incompletude da linguagem.

Orlandi (2005), ao falar sobre a pontuação, pensa sobre alguns elementos importantes que podem fazer parte da reflexão sobre a materialidade prosódica. A autora refere que “locus de tensão entre a formulação (atualidade) e a constituição (memória), a pontuação denuncia o movimento contínuo do texto entre Unidade e Dispersão (E. Orlandi, 1988), entre paráfrase e polissemia (E. Orlandi, 1983)” (p. 111). A pontuação, assim como a sintaxe para Ferreira (1999), teria a tarefa de materializar a emergência do acontecimento (o qual, segundo meu entendimento, pode ser tanto enunciativo como discursivo), rompendo com o eixo da repetibilidade dos saberes.

Além disso, afirma-se que diferentes recursos de pontuação empregados na tecitura do texto evidenciam a atuação do esquecimento nº 2, ou seja, o sujeito tem a ilusão de controlar

os processos enunciativos e, como se fosse possível, o texto teria uma unidade coerente e completa, pronta para ser acessada por outro interlocutor que a interpretará assim como o sujeito o previu.

O pensamento sobre a prosódia leva ao questionamento sobre a relação entre o imaginário e o real. O efeito causado pelo esquecimento nº 2 também acontece na materialidade prosódica. Isso pode ser observado, por exemplo, no discurso político. Nele, os sujeitos aplicam uma força entonacional maior em determinados elementos linguísticos, na tentativa de controlar o sentido. Sobre essa temática, Piovezani (2009), cujo estudo versa sobre o discurso político-eleitoral televisivo como um tipo de fala pública, menciona que “a voz do político profissional é, ao mesmo tempo, o fragmento sonoro de uma subjetividade e o coro institucional de vozes que o sustenta” (p. 356).

O sujeito do discurso político precisa, no enlace entre o político e o linguístico, adequar o volume de sua voz, pois isso poderá acarretar em diferentes efeitos de sentido (PIOVEZANI, 2009). No entanto, apesar desse esforço do sujeito, em função de a linguagem não ser completa e ser aberta para o equívoco, essas mesmas tentativas de controle do sentido pela prosódia podem resultar em deslizos que evidenciam a contradição e dão abertura para a circulação de outros sentidos. Sabemos que o real da língua é o impossível; no entanto, o sujeito, por se compreender como fonte do sentido (esquecimento nº 1), tem a ilusão de que poderá alcançá-lo. A linguagem oral traz um elemento importante para essa tentativa de alcançar o real, de alcançar sentidos que não podem e não devem ser ditos, estando, talvez, relacionada àquilo que Lacan denominou *lalangue*, essencialmente *oral*.

Sendo assim, além de se encontrar um elo entre o imaginário e o real, pode-se tecer alguns comentários sobre a relação entre o simbólico e o real a partir da prosódia. Para isso, é importante mencionar Ferreira (1999). A autora, ao tratar sobre a sintaxe, diz que seria possível jogar nela “com o plano do imaginário (ao nível da organização da língua) e com o plano do simbólico (ao nível da ordem do discurso). Isto é: tanto se pode brincar *com* as regras (dentro do seu ordenamento estabelecido), quanto se pode brincar *sobre* elas (buscando subvertê-las)” (p. 64 [grifos da autora]).

Todo esse jogo está sempre ocorrendo por uma tentativa inconsciente do sujeito de ir ao encontro do impossível, daquilo que provocará a ruptura no eixo das repetições mantido pela ideologia. A prosódia parece ser um lugar onde se pode brincar com as regras e provocar deslocamentos. Ao invés de se instaurar a polissemia no eixo sintagmático, seria possível, então, trazer a subversão através do nível prosódico.

Parece que, por esse ponto de vista, a relação entre ideologia e inconsciente acontece de outra forma no que tange à prosódia. Tal pensamento vai ao encontro do proposto por Souza, P. (2009), cujo estudo objetiva “tocar a voz como dimensão subjacente ao discurso, contraparte temporal e material da enunciação que possibilita a aparição do sujeito” (p. 15). O autor ainda menciona que entende a “voz como acontecimento enunciativo que se singulariza no limiar de uma discursividade” (op. cit., p. 15). É devido a isso que se admite uma diferença na relação entre a ideologia e o inconsciente, ou seja, ela acontece pela singularização: seria possível a voz funcionar como um intervalo entre significantes, chegando-se ao sujeito? Ou será que a voz funciona como outro significante? Retomamos, assim, as palavras de Piovezani (2009), quando diz que a voz é fragmento de uma subjetividade e da instituição: assujeitamento e resistência convivem na voz como materialidade (da ideologia e do desejo), e abrem mais espaço para a emergência da singularidade.

A singularidade pode ser entendida com base no postulado por Souza, P. (2013), em seu estudo mais recente acerca da relação entre subjetividade e voz:

O procedimento analítico pressuposto aqui conduz a seccionar a superfície discursiva, de modo a individualizar seus elementos materiais constituintes, entre os quais se destacam a linguagem, o inconsciente e a ideologia. Se esses últimos – inconsciente e ideologia –, conforme elucida Eni Orlandi, estão materialmente articulados mediante a linguagem; e se a base material do discurso está na enunciação, conforme postula Pêcheux, arrisco-me a ultrapassar a linha sintática da plataforma enunciativa e depreender nela a voz como gesto que advém antes, na qualidade do singular, e faz o jogo da linguagem no discurso. Ai está: no intervalo entre a língua e o discurso, o drama se interpõe e indica o que, na voz, irrompe como gesto a significar, como sinalização da voz convertida em dêixis do sujeito (p. 179).

A voz como dêixis do sujeito... se o sujeito lacaniano é o intervalo entre significantes, parece que a afirmação de Souza, P. (2013) se relaciona à pergunta acima levantada: Seria possível a voz funcionar como um intervalo entre significantes, chegando-se ao sujeito? O autor analisa a voz de cantoras a fim de “investigar o modo pelo qual o cantante é interpelado em sujeito, através do uso que faz da voz ao cantar” (p. 176). Para ele, a voz apresenta um resto (objeto *a*?) que indica a atuação de outro processo discursivo. Os traços acústicos e prosódicos conduzem a questionamentos a respeito do sujeito. O autor utiliza um software de análise acústica chamado Praat⁵¹ em seu estudo.

As transcrições presentes neste trabalho não foram realizadas com o auxílio da inteligência artificial. Contudo, não se pode negar a forma como o discurso é materializado pela prosódia: um dos exemplos que podem ser citados é referente às entonações. A Apenas

⁵¹ O software citado, de amplo uso em estudos de fonética e de fonologia, não foi utilizado nesta reflexão. Como será observado mais tarde, as falas das apenas foram transcritas de forma a se marcar graficamente as variações prosódicas presentes nas suas falas. É possível, contudo, que as falas das apenas sejam rodadas no referido programa em estudos futuros, dependendo de seus objetivos.

05, por exemplo, decidiu engravidar; contudo, depois de um tempo, decidiu que tentaria abortar. Fez vários procedimentos para conseguir o aborto, mas nenhum deles deu certo. Decidiu, então, dar a criança; todavia, depois de a criança nascer, quando a viu, mudou de ideia. Na nossa conversa, produziu o seguinte enunciado: “não vô dá o meu filho esse é MEU Filho”. Conforme pode ser observado na transcrição, o item lexical MEU e a primeira sílaba da palavra Filho estão em letras maiúsculas, o que significa que a entonação foi maior nesses elementos linguísticos. Intradiscursivamente é possível perceber a atuação do inconsciente e da ideologia no enunciado? O eixo da formulação dá conta de explicar o efeito da prosódia no processo de circulação dos sentidos?

A prosódia, atuando acima do segmento, apesar de não linearizável, também revela como o sujeito se subjetiva. Ao atribuir maior entonação aos elementos assinalados anteriormente, a apenas busca, através do esquecimento número 2, produzir efeitos de sentido no interlocutor que conduzam à interpretação de que havia mudado de ideia, e não entregaria o filho para nenhum estranho. MEU, enfatizado dessa forma, traz à tona efeitos de sentido relacionados à maternidade, de forma que MEU Filho aciona saberes relacionados ao fato de que quem deu à luz à criança foi ela mesma, portanto o filho era dela, e ninguém, juridicamente, poderia retirá-lo de si. O sujeito, individualizado pelo Estado, reconhece-se como tal e faz reverberar, ecoar, discursivamente os efeitos dessa posição.

Torna-se importante tratar um pouco mais sobre os aspectos que estruturam a parte fonético-fonológica da língua(gem). Em primeiro lugar, vale dizer que, como não estamos considerando a divisão saussuriana entre língua e fala, não seria condizente com o presente estudo falar somente em “aspectos fonológicos da linguagem”, visto que essa assunção conduziria a uma base estruturalista sobre a compreensão da língua. Apesar de se pensar em “estrutura” ao se referir à base linguística, essa estrutura é passível de falhas, e não diz respeito somente a um nível abstrato e social. Pensar a prosódia como materialidade significativa significa considerá-la em sua manifestação oral, compondo um enunciado único e irrepetível, por isso ela é compreendida como um componente fonético-fonológico das possibilidades de materialização do discurso.

Sendo assim, temos como princípio, na presente reflexão, que os discursos podem ser retomados tanto em sua materialidade linear como em sua materialidade suprasegmental, ou seja, em um nível prosódico, acima da linearidade. Isso significa que não só discursos podem ser atualizados-lembrados-esquecidos-recalcados a partir da prosódia, mas, também, podem acontecer deslocamentos por ela. Assim como o léxico e a sintaxe, a prosódia, enquanto nível

suprasegmental da linguagem verbal, situada acima da linearidade da sentença, aponta para a deriva.

Dorow (2002), ao analisar a prosódia no discurso do tribunal do júri, percebe uma relação com a ironia, e menciona que “a ironia assinala o ritmo de um outro dizer, através do qual se instaura um novo significado que não está dito, mas que está implícito” (p. 69), e foi através do acento secundário que ela desenvolveu a sua análise.

Para finalizar esta discussão, vale a pena retomar uma alusão à prosódia feita por Michel Pêcheux no texto “O discurso: estrutura ou acontecimento”. No primeiro capítulo deste texto, quando Pêcheux faz uma análise sobre o enunciado *On a gagné*, o autor realiza uma relação, conforme Orlandi (2012),

do som no discurso político e no esporte, que, distintos, se misturam. Temos diferentes entonações produzindo um deslocamento que reverte em materialidades significantes diferentes (ritmo, música): do político para o futebol. São sons diferentes. Mas neste e em outros textos não deixará de remeter à língua as condições materiais de base para o desenvolvimento dos processos discursivos (p. 14).

Apesar de Pêcheux não deixar de remeter à língua como *condições materiais de base para o desenvolvimento dos processos discursivos*, como disse Orlandi, não se pode negar a influência da prosódia no estabelecimento dos efeitos de sentido entre interlocutores, ou seja, no discurso. Apesar de a materialidade linguística ser fundamental para o trabalho com o discurso, a prosódia é, também, uma materialidade significante, e, como tal, significa, reproduzindo discursos e/ou produzindo derivas. Parece que a prosódia seria a materialidade que mais se aproxima ao real da língua; na prosódia pode emergir algo que aponta para o real, em mais uma tentativa do sujeito de dissimular a ordem do equívoco. Desse modo, a prosódia pode se constitui como lugar de resistência, um espaço próprio para o sujeito.

É por isso que devemos reconsiderar a afirmação de Pêcheux (1990) sobre as resistências, conforme transcrito abaixo:

não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litâneas ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar; alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras... (p. 17).

Além de tudo o que o autor coloca, é necessário trazer as entonações, as pausas, os prolongamentos de vogal (para citar algumas das possibilidades de desarranjo prosódico para suscitar a resistência). Esses elementos podem ser inferidos das reticências utilizadas por Pêcheux em seu texto, as quais remetem a algo que não foi dito e que pode funcionar

discursivamente como lugares de resistência. Conforme Fink (1998), “o discurso truncado e as palavras combinadas trazem-nos mais perto da “matéria” da linguagem do que as frases bem articuladas, e funcionam como um tipo de ponte entre o simbólico e o real” (p. 48), e esse entendimento aproxima a prosódia da resistência, justamente por articular o simbólico ao real.

Michel Pêcheux, na abertura do colóquio *Matérialités discursives*, afirma: “ce qui, à un moment donné, fait irruption dans l’espace de la répétition discursive, ce qui y vire ou bascule, ne résulte pas de n’importe quelle brisure, torsion ou retournement⁵²” (PÊCHEUX, 1981, p. 13), por isso os efeitos discursivos emergem de uma materialidade específica. Pensar sobre novas materialidades exige deslocamentos de fronteiras entre as disciplinas; porém, esses deslocamentos não operam fora de uma relação com a história, por isso não podem ser quaisquer.

Por não conseguir *enxergar* a materialidade com a qual trabalha, seu esforço em tirar da evidência o processo de produção dos sentidos acaba sendo dependente de vários retornos à voz, cujos ecos significam diferentemente a cada escuta. Isso só é possível por não se considerar a audibilidade do arquivo como fechada, mas sempre aberta para um retorno, para uma nova escuta. Com o auxílio da fonologia prosódica, há a possibilidade, como se viu, de representar os recursos empregados na voz. Basta escutá-los (e ouvi-los).

A fim de encerrar esta seção, trazemos o exemplo do próprio Jacques Lacan para refletir ainda um pouco mais sobre a relação entre prosódia e arquivo. Roudinesco (2006) revela que “a obra de Lacan é oral e, durante vinte e seis anos, foi enunciada através de uma palavra viva, ao longo de todo o famoso Seminário” (p. 23). A partir de 1973, Jacques-Alain Miller passou a fazer a transcrição das conferências. Isso significa que todos os seminários proferidos por Jacques Lacan não foram por ele materializados na escrita, mas na oralidade. E isso significa.

⁵² “O que, em determinado momento, irrompe no espaço da repetição discursiva, o que vira ou se balança, não resulta de qualquer ruptura, torção ou giro” (tradução minha).

CAPÍTULO 3

CORPO E SUBJETIVIDADE

... ou: qual é a forma-sujeito da contemporaneidade?

Ao tratar sobre o corpo, pretendo, com o presente capítulo, colocar em circulação diferentes sentidos, oriundos de regiões do conhecimento consideradas mais próximas epistemologicamente da Análise do Discurso. Busco respaldo em Ferreira (2011a) para justificar a importância desta seção. A autora menciona que “uma investigação sobre o corpo, não como objeto empírico, físico, mas como ente teórico e metodológico, demanda uma abertura para outras áreas de saber, a servirem como diferentes paradigmas da complexidade do objeto desejado” (p. 99).

Ao longo da escrita do capítulo, foi-se percebendo a necessidade de relacionar o corpo à subjetividade. Isso foi assim considerado tendo em vista que a Psicanálise não compreende o corpo enquanto separado da subjetividade, e é essa a teoria na qual a Análise do Discurso se ampara para a sua reflexão sobre o sujeito. Sendo assim, é relevante mencionar que o corpo do qual trato aqui não é o corpo biológico, empírico, orgânico, de modo que o cartesianismo clássico que versa sobre a separação entre corpo e alma não é aqui abordado. Essa divisão é a base do processo de interpelação ligado ao discurso da ideologia dominante no que diz respeito aos sujeitos em situação de privação de liberdade, como foi visto no primeiro capítulo. Refletiremos sobre a subjetividade desvinculada de uma divisão redutora, ligada ao racionalismo e ao ego pleno. Ancoro essa afirmação em Pêcheux (2006a): “o efeito subversivo da trilogia Marx-Freud-Saussure foi um desafio intelectual engajando a promessa de uma revolução cultural, que coloca em causa as evidências da ordem humana como estritamente bio-social” (p. 45).

O capítulo está organizado em quatro seções. Os temas estudados em cada seção são: (i) considerações sobre forma-sujeito, subjetividade e corpo; (ii) conceitos psicanalíticos e a relação com o corpo e a subjetividade; (iii) o discurso da Análise do Discurso sobre o corpo; e (iv) corpo e subjetividade na formação social contemporânea, quando será feita a tentativa de responder ao questionamento colocado no título do capítulo: qual é a forma-sujeito da contemporaneidade?

3.1 “Elis criticam as pessoas... pessoas ho-mos-se-xu-al”: Forma-sujeito, subjetividade e corpo

O início desta exposição sobre concepções de corpo (e de subjetividade) aborda o discurso católico, compreendido enquanto discurso religioso dominante, e os efeitos dessa dominação na formação social contemporânea. Isso significa que, dentre os discursos relacionados ao campo religioso, podemos destacar a formação discursiva cristã católica enquanto aquela que ocupa a posição de maior destaque. Justifica-se isso em função de o efeito de sentido estabelecido a partir das suas práticas discursivas, ou seja, das formas de materialização da prática política no domínio do simbólico da linguagem (ZANDWAIS, 2005, p. 145), não só possuir um grande poder de interpelação como, também, adquire um papel bastante relevante na estrutura social. Isso tem por base o Estado de Cristandade estabelecido no Império Romano, o qual tem efeitos até hoje nas civilizações ocidentais.

Antes de falar sobre tal questão, farei um retorno sócio-histórico, observando a mudança ocorrida entre a forma-sujeito religiosa e a forma-sujeito de direito⁵³. Até a Revolução Francesa, a formação ideológica religiosa, com a formação discursiva da Igreja católica na posição dominante, era o aparelho superestrutural por excelência; depois disso, passou-se para a era da determinação dos sujeitos através do discurso jurídico e, com isso, a uma forma-sujeito de direito, vinculada à ideologia capitalista, o que seria interpretado como um acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 2006a).

De acordo com Ernst (1991),

a emergência do sujeito de direito responsável por suas ações, ao qual a história foi atribuindo direitos e deveres, está diretamente vinculada à emergência do Estado, pois com o enfraquecimento do poder religioso frente ao poder do Estado, instaura-se uma política de subjetividade. Assim, o sujeito religioso, totalmente submisso à ideologia cristã, cedeu lugar ao sujeito-de-direito, imposto pelas modificações econômicas do séc. XIII – passou-se de uma economia rural de subsistência a uma economia artesanal e urbana – que trouxeram em seu bojo a idéia de lucro. O comércio sedentarizou-se, ocorreu o progresso da instrução e da comunicação escrita com o conseqüente avanço do aparelho jurídico, uma vez que os artesãos, mercadores e camponeses começaram a reivindicar seus direitos e liberdades. Todavia, a ideologia jurídica, que se estabeleceu, instalou uma ambigüidade no sujeito, pois, concomitantemente, percebe-se, ele, como ser único, senhor e responsável e é percebido como parte de uma massa uniforme de sujeitos assujeitados, que se iludem achando que são iguais (p. 17).

⁵³ O sujeito-de-direito, conforme Silva (2012), sofre continuamente processos sociais de humilhação. Vale acrescentar ainda o que diz Orlandi (2006c) sobre o conceito, a saber, “a forma-histórica do sujeito moderno é a forma capitalista caracterizada como sujeito jurídico, com seus direitos e deveres e sua livre circulação social. As formas de individuação do sujeito, pelo Estado, estabelecidas pelas instituições, resultam em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade” (p. 21).

A Revolução Francesa inaugurou a mudança da sociedade religiosa para a sociedade de direito. O próprio Althusser (2008) aborda essa transformação pelo viés dos Aparelho de Estado: o autor menciona que os objetivos da Revolução Francesa concernem à destruição parcial do antigo ARE, à substituição do antigo ARE por outro, à “transferência do poder de Estado da aristocracia feudal para a burguesia capitalista-comercial” (p. 270) e ao ataque à Igreja, considerado o principal AIE. Em função disso, aconteceu a “constituição civil do clero, a confiscação dos Bens da Igreja e a criação de novos aparelhos ideológicos de Estado para substituir o aparelho ideológico de Estado religioso no desempenho de seu papel dominante” (p. 270).

Houve, então, uma transformação na forma como os indivíduos interpretavam as relações humanas e o mundo: passou-se do teocentrismo para o logocentrismo. Além disso, a forma de punição dos sujeitos que iam contra as leis de Deus era o suplício (a punição no corpo), ao passo que, na sociedade de direito, a criminalidade passou a ser punida pela privação da liberdade e pela vigilância (a punição na alma). Dessas diferenças decorrem concepções de corpo e de subjetividade incompatíveis, as quais devem ser melhor investigadas. Aqui será abordada a concepção de corpo no catolicismo; a concepção de corpo para o discurso jurídico já se fez presente no primeiro capítulo da tese, posto que está articulada à existência das prisões, registrada, principalmente, por Michel Foucault.

São esses dois discursos sobre o corpo que analisarei nesse primeiro momento: o discurso religioso católico, o qual segue produzindo efeitos na forma como o sujeito se subjetiva, e o discurso jurídico (discutido no Capítulo 1), em função de serem associados à forma-sujeito em dois momentos sócio-históricos diferentes.

O discurso religioso da Bíblia é entendido, muitas vezes, como um saber naturalizado. Contudo, apesar de as idéias referentes ao corpo, à alma e à carne terem sido as dominantes durante muito tempo, aconteceu uma mudança com o início do capitalismo. Conforme Orlandi (1990), “o amor a Deus, pelo qual o poder assegura a submissão do homem medieval, é substituído nas sociedades capitalistas pelo amor à pátria, dever do cidadão” (p. 55). Sendo assim, os suportes da autoridade são, na Idade Média, o amor (do poder religioso) e, depois da Revolução Francesa, a crença (do poder político).

De acordo com Malinowski, Normand & Robin (1972), antes da dominação pelo discurso religioso, acontecia a dominação pelo discurso político: transferiu-se o cenário de Atenas a Roma. No entanto, a determinação em última instância sempre será a econômica, independentemente da formação social considerada.

Marx (1996) é chamado para a discussão das autoras quando elas tratam sobre as formações sociais e as formas de dominação. Em sua obra “O Capital”, ao abordar a relação entre base econômica da sociedade e superestrutura jurídica e política, Marx não deixa de mencionar o papel preponderante da economia enquanto base real que sustenta a superestrutura, sendo esta “determinadas formas sociais de consciência” (p. 206). Nesse sentido, o processo da vida social, política e intelectual seria determinado pelo modo de produção da vida material (o que ainda é determinante em Althusser). Essa determinação seria verdadeira para aquele momento e, também, para a contemporaneidade, mas não poderia ser assim considerada na Idade Média em virtude da dominação do catolicismo, tampouco para Roma e Atenas, sob o domínio da política.

Contudo, Marx (1996) ainda refere que “a Idade Média não podia viver do catolicismo nem o mundo antigo da política. A forma e o modo como eles ganhavam a vida explica, ao contrário, por que lá a política, aqui o catolicismo, desempenhava o papel principal” (p. 209). Por trás dessas duas formas de dominação existia a propriedade fundiária. A política e o catolicismo seriam as formas pré-capitalistas dessas formações sociais anteriores à forma capitalista.

A partir disso, é necessário versar sobre o conceito de formação social, para logo associá-lo ao objetivo desta seção e, também, de todo o capítulo. Uma primeira ocorrência dessa expressão acontece em Marx, mas, segundo Bottomore (2001), ela foi raramente empregada por ele, sendo-lhe mais comum a utilização da palavra “sociedade”. Ainda afirma que formação social diz respeito a dois fenômenos, a saber, a tipos de sociedade (feudal, burguesa ou capitalista) e a qualquer sociedade particular (a França moderna ou a Roma Antiga, por exemplo), e a “expressão pode ter certo valor na medida em que revela explicitamente a idéia presente no conceito marxista de sociedade de que os elementos econômicos e sociais estão interligados e articulados numa estrutura; mas não faz referência aos elementos ideológicos” (p. 159).

Com base nas questões acima referidas, é possível abordar a concepção de corpo que circula(va) no catolicismo. Começemos observando o Gênesis:

E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; e domine sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre o gado, e sobre toda a terra, e sobre todo o réptil que se move sobre a terra.
E criou Deus o homem à sua imagem: à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou.
E Deus os abençoou, e Deus lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a; e dominai sobre os peixes do mar e sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que se move sobre a terra (Gênesis 1:26-28)⁵⁴.

⁵⁴ Texto extraído do site <<http://www.bibliaonline.com.br/>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2012.

“Genesis” é o primeiro livro da primeira parte da Bíblia, O Antigo Testamento. Nessa parte, narra-se a forma como o mundo foi criado e a Terra ocupada, ao passo que, no Novo Testamento (a segunda parte da Bíblia), fala-se sobre o cristianismo após a morte de Jesus. O Novo Testamento foi sendo escrito na medida em que o cristianismo era difundido.

Tem-se na Bíblia um “discurso fundador”: o mundo, os seres do mundo, os céus, a Terra, o homem e a mulher surgem a partir dos eventos nela narrados, sendo todos esses elementos criados por Deus. Relata-se como esses eventos aconteceram a partir dos desejos de um “ser”⁵⁵ cuja imagem é igual à do ser humano. Associamos, então, imagem e semelhança ao corpo, isto é, nesse momento o corpo englobaria somente aquilo que se vê. Seria essa, então, a primeira referência feita ao corpo (enquanto imagem), vinculada ao discurso religioso cristão católico.

Além dessa passagem, vale lembrar do momento da criação da mulher a partir de uma costela de Adão: “ao perceber Adão solitário por não encontrar um par entre os animais, Deus forma de sua costela uma criatura viva diferente: a mulher. Então, eis que temos a instauração do diferente na figura de Eva: *do um, do mesmo surgiu o outro, o diferente*” (MACHADO, Rosely, 2006, p. 10 [grifos da autora]). Ainda neste cenário, Adão é introduzido ao pecado através da desobediência de Eva à ordem divina, influenciada por uma serpente, ficando o homem excluído do paraíso. Apesar disso, o homem pode ter esperança de libertação.

No Antigo Testamento, carne e corpo possuem somente uma designação: *basar* (LÉON-DUFOUR, 1992). No entanto, essa designação única merece uma breve explanação. Ao contrário do que afirma Léon-Dufour (1992), em pesquisa feita no site⁵⁶ de Dom Henrique Soares da Costa, bispo de Aracaju, consta que *basar* somente diz respeito a *carne*. *Basar* significaria o corpo inteiro, a pessoa toda, o homem total e vivo, ao invés de ser somente uma parte do homem. É dito que “o homem não tem carne: ele é carne”.

Em uma análise mais atenta, notamos que não existe contradição entre os pensamentos de Léon-Dufour e de Dom Henrique da Costa. *Basar* fazendo referência a corpo e a carne, por um lado, e *basar* designando a carne, por outro, colocam em circulação os mesmos sentidos, posto que, conforme o bispo, a carne *basar* é entendida como o corpo inteiro. Com isso, temos harmonia entre as considerações de ambas as fontes, as quais não compreendem que existe uma separação entre corpo e alma, pois a carne faz referência ao “homem frágil” como um todo. No entanto, no Novo Testamento observaremos uma contradição.

⁵⁵ As aspas foram colocadas aqui por ficar a incerteza sobre como fazer referência a Deus.

⁵⁶ Explicação disponível em <<http://www.domhenrique.com.br/index.php/perguntasdo-internauta/741-ressurreicao-da-carne>>. Acesso em 14 de fevereiro de 2013.

Na segunda parte da Bíblia, o Novo Testamento, a concepção é diferente. Conforme consta no dicionário de Léon-Dufour (1992), “enquanto no AT [Antigo Testamento] carne e corpo são designados por um termo só (*basar*), no grego do NT [Novo Testamento] podem ser distinguidos por duas palavras diferentes: *sarx* e *soma*” (p. 180). A necessidade de serem empregadas duas formas diferentes para designar carne e corpo indica uma possível ressignificação desses termos em relação ao Antigo Testamento, não sendo mais entendidos como um corpo inteiro, mas como corpo e alma. A língua grega, ao fazer a distinção, traz uma separação própria da civilização grega.

No entanto, para Dom Feliciano, o pensamento grego não condiz com os ensinamentos da sagrada escritura. Para ele, ao falar na ressurreição de Jesus, o Novo Testamento não trata da ressurreição do corpo, mas, na verdade, da ressurreição do corpo e da alma. O homem, então, não seria formado por partes, sendo uma espiritual e a outra material, pois isso é próprio do pensamento grego. Conforme Dom Feliciano, “no pensamento bíblico o homem é um todo com várias dimensões, vários aspectos, mas não são partes. Assim, eu sou meu corpo, eu sou minha alma... e é todo o meu ser que ressuscitará e estará para sempre com o Senhor”. É por isso que a crença na doutrina da reencarnação seria um absurdo, na sua opinião, pois o que existiria, na verdade, é a ressurreição do homem todo, da carne (corpo e alma).

No dicionário de Léon-Dufour (1992) os sentidos atribuídos a carne são diferentes. Enquanto Dom Feliciano pensa que a carne é o corpo e a alma do homem, Léon-Dufour trata da carne como lugar do pecado, como o caráter perecível do homem: “a carne, habitada pelo Pecado (Rm 7,20), passou a dominar o corpo. Daí em diante existe um “corpo de pecado” (6,6), exatamente como existe uma “carne de pecado” (8,3); o pecado pode dominar o corpo (6,16), tanto que também o corpo leva à morte (7,24)” (p. 180).

Temos duas idéias referentes a corpo, alma e carne no Novo Testamento. Segundo consta no dicionário de Léon-Dufour, esses três elementos são diferentes entre si. A carne é o lugar do pecado, a qual passou a dominar o corpo, sendo que corpo diz respeito à ordem material, enquanto a alma concerne à ordem espiritual. O bispo Dom Feliciano discorda disso, alegando que o homem é um só, corpo e alma, e, ambos, constituem a carne. Ele usa esse argumento para negar a existência da reencarnação, pois corpo e alma seriam indissociáveis. Independentemente dessas duas concepções referentes ao corpo no pensamento religioso do catolicismo, é possível observar a existência de mais de uma designação com relação às noções que englobam essa área temática, o que indica uma cisão. No próprio Novo

Testamento encontramos respaldo para esse argumento na passagem extraída da primeira epístola de São Paulo à igreja em Coríntio.

Semeia-se corpo natural, ressuscitará corpo espiritual. Se há corpo natural, há também corpo espiritual.

Assim está também escrito: O primeiro homem, Adão, foi feito em alma vivente; o último Adão em espírito vivificante (1 Coríntios 15:44-45).

Apesar de Dom Feliciano mencionar que não existe uma diferença entre uma parte espiritual e outra material do homem, nota-se que, no Novo Testamento, a ideia parece ser outra. O Novo Testamento está, portanto, embasado no pensamento grego, criticado por Dom Feliciano, o qual reflete, inclusive, nas reflexões de Descartes.

O pensamento católico com relação ao corpo é, muitas vezes, relacionado ao pecado, ao proibido e ao medo da sexualidade. Esses sentidos são colocados em circulação por alguns católicos e, talvez por serem de um campo semântico considerado “forte” por muitos, acabam sendo aqueles que ocupam a posição dominante dentre os diversos saberes que são permitidos dentro da formação discursiva católica.

Ainda sobre o corpo no Novo Testamento, é necessário fazer referência ao corpo como templo do Espírito Santo, presente em texto de São Paulo aos Coríntios. No Capítulo 6, está assim colocado do versículo 12 ao 20.

12 Todas as coisas me são lícitas, mas nem todas as coisas convêm. Todas as coisas me são lícitas, mas eu não me deixarei dominar por nenhuma.

13 Os alimentos são para o estômago e o estômago para os alimentos; Deus, porém, aniquilará tanto um como os outros. Mas o corpo não é para fornicação, senão para o Senhor, e o Senhor para o corpo.

14 Ora, Deus, que também ressuscitou o Senhor, nos ressuscitará a nós pelo seu poder.

15 Não sabeis vós que os vossos corpos são membros de Cristo? Tomarei, pois, os membros de Cristo, e os farei membros de uma meretriz? Não, por certo.

16 Ou não sabeis que o que se ajunta com a meretriz, faz-se um corpo com ela? Porque serão, disse, dois numa só carne.

17 Mas o que se ajunta com o Senhor é um mesmo espírito.

18 Fugi da fornicação. Todo o pecado que o homem comete é fora do corpo; mas o que fornicar peca contra o seu próprio corpo.

19 Ou não sabeis que o vosso corpo é o templo do Espírito Santo, que habita em vós, proveniente de Deus, e que não sois de vós mesmos?

20 Porque fostes comprados por bom preço; glorificai, pois, a Deus no vosso corpo, e no vosso espírito, os quais pertencem a Deus.⁵⁷

Segundo consta no Novo Testamento, então, o corpo não existe para que os homens fornicem, pois o corpo é para o Senhor. Os corpos são os membros de Cristo e, em função disso, o homem deve tratá-lo de forma pura, com vocação à castidade, conforme é colocado até o Capítulo 8. Fornicar é, pois, pecar contra o próprio corpo. O corpo não é do próprio

⁵⁷ O texto foi extraído do site Bíblia Online. Disponível em <<https://www.bibliaonline.com.br/acf/1co/6>>. Acesso em 24 de setembro de 2014.

homem, mas, na verdade, é o templo do Espírito Santo, e é por isso que a fornicção é censurada. Dessa forma, três elementos são apresentados sobre o corpo: (i) os homens são membros do corpo de Cristo; (ii) o corpo do homem é do Senhor; e (iii) o corpo do homem é templo.

O título desta seção tem relação com o corpo do cristianismo. A Apenada 05 mencionou que era homossexual e que gostava de fazer sexo; apesar disso, ia aos cultos da Igreja Evangélica. Nessa contradição se percebe a divisão da apenada, e a forma como a religião, enquanto um Aparelho Ideológico de Estado, atua no processo de interpelação. O corpo é compreendido, no catolicismo, como lugar de incidência do pecado, sendo que é inculcada uma culpa nos sujeitos, por se constituir como discurso autoritário. A Apenada 05, homossexual, critica o posicionamento da Igreja, e diz que não a frequenta em função de eles não aceitarem a homossexualidade. Só passaria, então, a frequentar a Igreja quando passasse a sentir atração por homens.

3.2 “Engordei um pouquinho”: Conceitos psicanalíticos e a relação com o corpo

Os trabalhos de Sigmund Freud, responsáveis pelo surgimento e pela consolidação da Psicanálise, tiveram inspiração em alguns fenômenos observados por ele em seus pacientes e compartilhados com Josef Breuer, também médico e amigo de Freud. Foi com Breuer que Freud discutiu o caso de Bertha Pappenheim, a famosa Anna O., cujos sintomas levaram ao diagnóstico da histeria e à constatação da interdependência entre somático e psíquico na compreensão das patologias investigadas. Abordarei aqui um pouco sobre a concepção da subjetividade na teoria psicanalítica freudo-laciana, pela sua relevância na constituição da AD, tentando enfatizar a relação entre subjetividade e corpo, essencial para essa perspectiva teórica. A importância da presença da Psicanálise no quadro teórico-epistemológico da AD tem, para Baldini & Mariani (2013), um efeito singular: “a psicanálise figura de maneira distinta dos demais campos atravessando-os (para modificá-los?) com sua teoria da constituição da subjetividade” (p. 104). Essa colocação é feita com base no exposto em Pêcheux & Fuchs (1997): a teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica) atravessa as três regiões do conhecimento científico articuladas no quadro da AD.

É necessário, nesse primeiro momento, abordar três conceitos da teoria freudiana, os quais implicam diretamente na concepção de corpo e de subjetividade da psicanálise. São eles: fantasma, inconsciente e pulsão, investigados, principalmente, em três textos, a saber,

“Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905), “O inconsciente” (1915) e “Os instintos e seus destinos” (1915), respectivamente (BIRMAN, 2006).

No texto “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, os “três ensaios” dizem respeito a (i) as aberrações sexuais; (ii) a sexualidade infantil; e (iii) as transformações da puberdade. No primeiro tópico abordado por Freud, diferentes questões são investigadas concernentes às aberrações sexuais, as quais envolvem desvios que dizem respeito tanto ao objeto sexual, compreendido como a pessoa de quem provém a atração sexual, quanto ao alvo sexual, o qual diz respeito à ação, ou seja, à “união dos genitais no ato designado como coito, que leva à descarga da tensão sexual e à extinção temporária da pulsão sexual” (FREUD, 1996, p. 141). Nesse momento, Freud coloca um elemento de extrema importância para a constituição do *indivíduo*: as moções sexuais, as quais atuam na criança desde muito cedo.

Freud (1996) revela que a investigação psicanalítica é o único meio de se obter informações sobre a vida sexual dos psiconeuróticos. Sua ênfase é nos histéricos, afirmando que seria possível eliminar os sintomas histéricos ao considerá-los como substitutos de processos investidos de afeto, os quais foram recalcados. A psicanálise conseguiria passar à consciência esses processos, o que significaria a eliminação dos sintomas. Os sintomas histéricos são formados pela renúncia ao sexual e, ao mesmo tempo, por uma necessidade sexual desmedida, significando que as aspirações libidinosas acabam se transformando em sintomas.

É apresentada uma definição de pulsão quando Freud (1996) trata da pulsão sexual dos neuróticos. Segundo ele, a pulsão seria apenas o “representante psíquico de uma fonte endossomática de estimulação que flui continuamente, para diferenciá-la do “estímulo”, que é produzido por excitações isoladas vindas de fora. Pulsão, portanto, é um dos conceitos da delimitação entre o anímico e o físico” (p. 159).

É importante trazer à tona o caráter psíquico da pulsão, cuja fonte é de ordem endossomática, contínua, que depende da ligação entre o anímico e o físico. Também deve-se mencionar a pulsão como o elo entre os processos psíquicos e somáticos, os quais podem ocasionar os sintomas, como no caso dos processos histéricos.

Freud segue tratando desse ponto ao versar sobre a sexualidade infantil, o segundo dos três ensaios, pois tem como premissa básica o fato de que as manifestações sexuais da infância possuem os traços essenciais da pulsão sexual. As impressões da infância esquecidas/recalcadas deixaram marcas determinantes para o desenvolvimento posterior. É por isso que estabelece uma relação entre a amnésia infantil e a histérica, a qual opera através do recalçamento de traços anímicos que deixaram de estar disponíveis para a consciência.

A vida sexual infantil é compreendida como essencialmente autoerótica, ou seja, o objeto sexual é o próprio corpo; no entanto, o final do desenvolvimento sexual aponta para uma vida sexual mencionada como “normal”, sendo o prazer obtido através da função reprodutora. É na puberdade que acontece a determinação da configuração definitiva da vida sexual (FREUD, 1996).

O terceiro ensaio é dedicado às transformações na puberdade, quando é mencionado o conceito de libido: “uma força quantitativamente variável que poderia medir os processos e transformações ocorrentes no âmbito da excitação sexual” (p. 205). Quando Freud trata do ponto de vista econômico que constitui o aparelho psíquico, discutido no texto “O inconsciente”, ele trata da libido como um investimento.

Ainda sobre os Três ensaios é importante abordar as representações, as quais orientam a compreensão do conceito de fantasma. Freud (1996) menciona que seria na esfera da representação “que se consuma inicialmente a escolha do objeto, e a vida sexual do jovem em processo de amadurecimento não dispõe de outro espaço que não o das fantasias, ou seja, o das representações não destinadas a concretizar-se. Nessas fantasias, as inclinações infantis voltam a emergir em todos os seres humanos” (p. 213-214). São as fantasias, então, representações impossíveis de se materializarem, coadunando-se com a interpretação de Roudinesco & Plon (1998), para quem a fantasia tem relação com a vida imaginária do sujeito, ou seja, a forma como ele representa para si mesmo a sua história. Esse conceito é extremamente importante, pois está vinculado aos desejos inconscientes.

No segundo texto aqui selecionado para discussão, “Os instintos e seus destinos”, podemos perceber, primeiramente, uma diferença de tradução. O termo *Trieb*, traduzido, na publicação de 1996, como *pulsão*, foi substituído por *instinto* na publicação de 2010. Sendo assim, essa dupla designação pode causar um conflito teórico. Seguiremos, contudo, nomeando *Trieb* como *pulsão*, posto que *instinto* seria referente a *Instinkt*, relacionado ao comportamento animal. Além disso, o texto possui diferentes títulos em português, pois também já foi chamado “As pulsões e suas vicissitudes” e “Pulsões e destinos das pulsões” (ROUDINESCO & PLON, 1998; LAPLANCHE & PONTALIS, 2001). O nome em alemão é *Trieb und Tribschicksale*.

Neste texto, Freud afirma que as atividades do aparelho psíquico são determinadas pelo princípio do prazer. Também coloca o conceito de pulsão: “o “instinto” nos parece como um conceito-limite entre o somático e o psíquico, como o representante psíquico dos estímulos oriundos do interior do corpo e que atingem a alma, como uma medida do trabalho imposto à psique por sua ligação com o corpo” (FREUD, 2010a, p. 57). As pulsões são

divididas em dois grupos de pulsões: pulsões do Eu (de autoconservação) e pulsões sexuais (originados de fontes orgânicas).

Elia (1995) traz outras definições que podem auxiliar na compreensão do conceito de pulsão: (i) “exigência de trabalho feita ao psiquismo em decorrência de sua ligação com o corpo” (p. 17); (ii) conceito-limite que designa “algo que não é *nem somático nem psíquico*, algo que é, precisamente, de uma outra ordem” (p. 50 [grifos do autor]); (iii) “A pulsão não prescreve comportamentos, muito menos fixos e invariáveis, mas constitui-se como uma *medida de exigência de trabalho feita ao psiquismo em consequência de sua ligação com o corpo*” (p. 17 [grifos do autor]); (iv) “não há sujeito para quem a pulsão não se coloque como *exigência de trabalho*, não há sujeito, a rigor, se não houver pulsão” (p. 47 [grifos do autor]); (v) a pulsão se distingue do instinto por ela não ter objeto específico, adequado nem pré-determinado (p. 47); e (vi) “parcialmente satisfeita, e portanto parcialmente insatisfeita por força de estrutura, a pulsão é infinitamente relançada à sua busca de satisfação através de um objeto, sempre vicário” (p. 48).

Seguimos trazendo mais algumas definições de pulsão devido à grande relevância desse conceito para o presente trabalho. Laplanche & Pontalis (2001) caracterizam-na como o “processo dinâmico que consiste numa pressão ou força (carga energética, fator de motricidade) que faz o organismo tender para um objetivo” (p. 394). A pulsão não só tem uma força, como também possui um alvo (a satisfação), um objeto (o meio de a pulsão atingir seu alvo, altamente variável) e uma fonte (um processo somático representado no psiquismo pela pulsão).

As pulsões podem ter diferentes destinos, como afirma o próprio título do texto de Freud. Esses destinos podem ser a inversão, a reversão para a própria pessoa, o recalque e a sublimação, e eles consistem no fato de que “*os impulsos instintuais são submetidos às influências das três grandes polaridades que governam a vida psíquica*. Dessas três polaridades, pode-se designar a da atividade-passividade como a *biológica*, a do Eu-mundo exterior como a *real*, e por fim a de prazer-desprazer como a *econômica*” (FREUD, 2010a, p. 80-81 [grifos do autor]). Há, portanto, três instâncias para a vida psíquica: a biológica, a real e a econômica, as quais são governadas por polaridades.

Também é importante mencionar aqui que, mais tarde, em “Além do princípio do prazer”, Freud substitui a oposição pulsões sexuais *versus* pulsões do eu pela oposição entre pulsões de vida *versus* pulsões de morte. Segundo Chemama & Vandermersch (2007), a pulsão de morte é “uma tendência geral dos organismos não apenas de reduzir a excitação vital interna, mas também, por esse motivo, retornar a um estado primitivo inorganizado, ou,

em outros termos, à morte primordial” (p. 323). São as pulsões de morte que conduziram Lacan à sua reflexão sobre o Real.

“O inconsciente” é o terceiro texto de Freud a ser aqui abordado. O autor começa ressaltando o conceito de repressão, o qual compreende o impedimento de a idéia que representa a pulsão se tornar consciente. Sendo assim, o reprimido está presente no inconsciente, mas esta instância não é somente constituída por aquilo que foi reprimido.

Algo que merece ser destacado diz respeito à relação entre elementos conscientes e inconscientes. Freud (2010b) afirma que “os dados da consciência têm muitas lacunas; tanto em pessoas sadias como em doentes verificam-se com frequência atos psíquicos que pressupõem, para sua explicação, outros atos, de que a consciência não dá testemunho (p. 101)”. Desse modo, a consciência apenas abrange um conteúdo mínimo, e a maior parte do conhecimento consciente encontra-se em estado de latência.

A noção de inconsciente não permanece inalterada nos anos subsequentes. Na verdade, Freud opera uma transformação tão grande que exige uma nova tópica, diferente daquela que abrigava os sistemas Inconsciente (Ics), Pré-Consciente (Psc) e Consciente (Cs). Em 1920, é proposta a segunda tópica, na qual coexistem Isso, Eu e Supereu. Nela, inconsciente passa a ser um adjetivo que caracteriza, principalmente, o Isso, mas, também, o Eu e o Supereu.

No entanto, em 1915, a instância do inconsciente era compreendida como o sistema no qual estavam abrigados os “representantes-representações”, isto é, “uma espécie de representantes das pulsões, baseados em traços mnemônicos. Esses conteúdos, fantasias e roteiros em que as pulsões estão fixadas buscam permanentemente descarregar-se de seus investimentos pulsionais, sob a forma de “moções de desejo”” (ROUDINESCO & PLON, 1998, p. 375). A pulsão, portanto, possui íntima relação com o sistema inconsciente. Está situada na fronteira entre o somático e o psíquico e nunca pode passar à consciência. Sua existência no inconsciente se dá através dos seus representantes, “dispostas em fantasias, histórias imaginárias em que a pulsão se fixa e que podemos conceber como verdadeiras inclinações do desejo” (LAPLANCHE & PONTALIS, 2001, p. 236).

É importante mencionar as fases pelas quais passa um ato psíquico na determinação de seu estado consciente ou inconsciente. É operado, entre as instâncias, um exame, ou seja, uma censura da primeira fase (Ics) para a segunda fase (Psc-Cs). Se o ato psíquico não consegue passar por esse exame, ele retorna ao Inconsciente enquanto reprimido, e lá deve permanecer. Caso seja aprovado para se inserir no segundo sistema, ele passa a ser capaz de consciência, sem, necessariamente, ser consciente sem maior resistência. No caso das neuroses de transferência, por exemplo, a repressão não aceita a tradução em palavras, de modo que a

representação não verbalizada continua no inconsciente enquanto algo reprimido. Dessa forma, a representação não foi aprovada pela censura Ics-Pcs, o que ocasiona, inevitavelmente, a formação de sintomas pela falta de palavras.

Há algumas diferenças elencadas por Freud ao tratar das representações conscientes e inconscientes. São elas: (i) as duas representações não são diferentes registros do mesmo conteúdo em diferentes locais psíquicos; (ii) elas não são diferentes condições funcionais de investimento no mesmo local; (iii) a representação consciente diz respeito à representação da coisa e da palavra a ela correspondente, ao passo que a representação inconsciente é concernente à representação da coisa; e (iv) enquanto Ics possui os investimentos de coisas dos objetos, Pcs “surge quando essa representação da coisa é sobreinvestida mediante a ligação com as representações verbais que lhe correspondem” (FREUD, 2010b, p. 147).

Elia (1995) define o inconsciente como “organização simbólica constituída através do recalçamento cuja realidade é sexual” (p. 86), o que se coaduna com o pensamento freudiano de que é impossível conceber a subjetividade (o indivíduo) enquanto separado do corpo, pois o que motiva a vida psíquica são as pulsões, as quais relacionam o somático ao psíquico. Corpo é subjetividade, então. Como se pode observar na neurose de transferência, ainda é atribuído essencial papel para a linguagem enquanto elemento dos sistemas Pcs-Cs que liberariam a representação da pulsão de ser reprimida e transformada em sintoma. Subjetividade deve estar relacionada ao corpo e à linguagem, independentemente de ser considerada a primeira ou a segunda tópica freudiana.

Com base nas análises dos três textos de Freud quanto à relação entre corpo e linguagem, pode-se perceber que a linguagem sempre se fez presente no escritos de Freud. Ele chegou à conclusão de que ambos eram indissociáveis na compreensão da subjetividade ao pensar sobre os sonhos e os sintomas histéricos, principais elementos nos quais se ancorou para o desenvolvimento de sua *raspagem de chaminé*⁵⁸. O mais importante a ser considerado a partir desses dois elementos é o vital diálogo que eles estabelecem com o corpo. Os sonhos, por um lado, são elaborados por diferentes materiais, a saber, os estímulos psíquicos, os estímulos somáticos e os restos diurnos; a histeria, por outro, tem seus sintomas (somáticos) oriundos do sofrimento psíquico, ao invés de serem ocasionados pela realidade biológica do corpo. As histéricas expressavam no corpo o que ninguém ousava dizer (KEHL⁵⁹).

⁵⁸ Anna O. chamou a técnica empregada por Freud de “raspagem de chaminé” (chimney sweeping) e “cura pela palavra” (talking cure) (ARRIVÉ, 2001).

⁵⁹ O texto de Maria Rita Kehl a que se faz referência concerne a uma palestra da autora em um evento. No entanto, não foi possível localizar as outras informações necessárias para a referência bibliográfica, pois não se tem o ano em que essa palestra ocorreu, tampouco o lugar. Sabe-se que o título do texto é “O sintoma no laço social contemporâneo”.

Essa necessidade de manifestar elementos de ordem psíquica no corpo condiz com comportamentos de castidade, pudor, recato e frigidez sexual, nascidos da cultura burguesa, a partir do pensamento de Jean-Jacques Rousseau. Esse autor alegava que a virilidade dos homens é sustentada pelo recato das mulheres (KEHL). A histeria, efeito desses comportamentos femininos, surge como um sintoma social do século XIX.

Freud, com os estudos sobre a histeria, revelou que a subjetividade se constrói em uma dialética entre somático e psíquico, não sendo o corpo reduzido ao biológico. Corpo e linguagem se ligam pela pulsão, sendo, então, impossível de se dicotomizar a constituição do sujeito. A fim de se atingir uma cura para transtornos psicológicos, deve existir, na clínica, um elo entre o corpo e a linguagem, cujos efeitos terão reflexo na direção da energia pulsional.

Ainda sobre o pensamento freudiano, é necessário referir o conceito de falo, compreendido como o significante da falta, o qual introduz a dimensão simbólica da castração, sendo considerado uma presença-ausente, “uma incompletude radical e estrutural do sujeito em relação ao sexo” (ELIA, 1995, p. 62-63), o que inscreve a ordem do sexual no registro da parcialidade, possibilitando a entrada da operação de submissão do sujeito a essa condição estrutural do inconsciente, a saber, a castração. Isso é retomado por Lacan quando fala que não há relação sexual e, também, quando remonta ao objeto *a* como efeito da castração.

Finalizando a reflexão sobre os pressupostos freudianos, é interessante trazer a citação de Fernandes (2003) sobre o corpo para Freud:

Se o corpo que a construção teórica de Freud anuncia não se confunde com o organismo biológico, objeto de estudo e intervenção da medicina, ele se apresenta, ao mesmo tempo, como o palco onde se desenrola o complexo jogo das relações entre o psíquico e o somático, e como personagem integrante da trama dessas relações. (...) Essa dupla inscrição se evidenciaria no conceito de pulsão, o conceito-limite entre o psíquico e o somático, ao colocar o corpo ao mesmo tempo como fonte da pulsão e como finalidade, lugar ou meio da satisfação pulsional. Assim, a teoria freudiana permitiria colocar em evidência que o somático, isto é, o conjunto das funções orgânicas em movimento, habita um corpo que é também o lugar da realização de um desejo inconsciente (p. 33-34).

Deve-se relevar nesta discussão o papel que a alteridade possui na constituição do corpo como realização de um desejo inconsciente. O outro, através da linguagem, transforma o corpo biológico em corpo erógeno, habitado pela linguagem. Sendo assim, “é o investimento libidinal no corpo da criança, realizado por esse outro maternal, que, ao torná-lo erógeno, permite-lhe o acesso à simbolização” (FERNANDES, 2003, p. 91).

Na presente seção, ainda cabe dedicarmos um espaço para a concepção de subjetividade na teoria lacaniana e, principalmente, para a forma como o corpo se insere nessa perspectiva, constituindo a subjetividade. Antes disso, no entanto, vale versar um pouco sobre a forma como o pensamento deste pensador é constituído, e isso será abordado a partir de dois momentos distintos de sua construção.

Esses dois momentos têm relação com os três registros que constituem o aparelho psíquico de acordo com o seu entendimento. Para Lacan, o aparelho psíquico é feito de Imaginário, Simbólico e Real. Segundo Roudinesco & Plon (1998), a tópica lacaniana se desenvolve a partir de duas organizações sucessivas: em um primeiro momento, a primazia foi dada ao Simbólico (1953-1970), para, em seguida, ser focado o registro do Real (1970-1978), sendo feita uma inversão na ordem dos registros de S.R.I. para R.S.I⁶⁰. Os registros servem como base para três entendimentos diferentes para o corpo no pensamento lacaniano, os quais são complementares: “do ponto de vista do Imaginário, o corpo como imagem, do ponto de vista do Simbólico, o corpo marcado pelo significante e do ponto de vista do Real, o corpo articulado ao gozo” (CUKIERT, 2004, p. 226).

Lacan foi fiel a Freud, principalmente na terceira fase de suas reflexões. Em um primeiro momento, mais especificamente até o Seminário 1 (LACAN, 2009), os três registros – Imaginário, Real e Simbólico – eram entendidos como possuidores de uma certa independência, existindo mais ênfase no Imaginário (a elaboração sobre o Estádio do Espelho evidencia isso). Em seguida, Lacan altera esse quadro ao assumir a necessidade de os registros possuírem uma relação mais articulada. Aí é dado privilégio ao Simbólico, sendo o significante aquilo que constitui o sujeito. A estrutura da linguagem seria, então, o modelo da estrutura do inconsciente. Nesse momento, o Real é aquilo que resistiria à simbolização, ficando como resto, fora do signo. Aí está, então, o sujeito barrado, castrado, efeito metafórico, sempre na impossibilidade de significar tudo o que o desejo se lhe exige.

Quando da primeira fase, Lacan fala que o sujeito se constitui além dos limites do corpo, pois a sua constituição é dependente do social. Em outras palavras, a identidade do sujeito está fora de si mesmo. O Imaginário é, então, compreendido como o registro da alienação, da identificação. Há, nesse momento (Estádio do Espelho), a importância da imagem, sendo que a alienação na imagem diz respeito ao ego, e é por meio dessa alienação que ele se constitui. Segundo Fernandes (2003), “é Lacan quem vai desenvolver mais tarde essa abordagem do ego e do corpo em seu famoso ensaio sobre o estágio do espelho. Nesse

⁶⁰ Outros autores, como Cesarotto & Leite (2001), falam em três momentos distintos: a primazia do Imaginário (1936-1953), a primazia do Simbólico (1953-1956) e a primazia do Real (1976-1980).

texto, ele considera a assunção da imagem especular como fundadora da instância do ego” (p. 85).

O corpo é fragmentado, e o ego tenta transformá-lo em uma unidade. Para Lacan, em sua primeira fase, o sujeito é, de um lado, alienado, e, de outro, o corpo real, o qual está em pedaços, despedaçado. O corpo fragmentado ganha uma unidade através da linguagem do Outro materno, sendo constituído como o efeito do desejo da mãe. O corpo, primeira imagem, é efeito do Outro, e é a partir desse efeito de completude instaurado pela linguagem materna que o sujeito se entende como imaginariamente completo, capaz de controlar o seu corpo.

A fase do espelho é um momento decisivo na constituição do sujeito, pois, ao se identificar com a sua própria imagem no espelho, tornam-se possíveis as outras identificações. Essa primeira identificação é compreendida como imaginária, visto que o reconhecimento se dá com uma cópia de si mesmo, “com uma imagem que não é ele mesmo, mas que lhe permite reconhecer-se” (MORALES, 2002, p. 42). A função materna (representada pela língua materna) opera um papel essencial na identificação do sujeito: é o Outro primordial. Segundo Fink (1998), o Outro é a língua materna, ou melhor, a “língua do Outro materno”, ou seja, “são o discurso e os desejos dos outros a nossa volta, na medida em que estes são internalizados. Por “internalizados” não quero sugerir que eles se tornam nossos; ao contrário, não obstante internalizados, eles permanecem corpos estranhos em certo sentido” (p. 28).

Ferreira (2011a) resume a forma como o corpo é compreendido enquanto imaginário:

Esse estágio inicial, proposto pelo estágio do espelho, ressalta a importância da imagem do corpo com a prevalência do registro do *Imaginário*. É o momento no qual o *eu* se constrói a partir do *outro*. O corpo em sua perspectiva imaginária surge como matriz fundante do sujeito. A criança inicialmente é o desejo da mãe, um desejo alienado no desejo do outro. É através do outro que a criança aprende a se reconhecer, especialmente pela *imagem* que lhe é devolvida pelo semelhante. Seu desejo assim como seu corpo são projetados e alienados no outro. É o primeiro reconhecimento de sua totalidade através do espelho, a antecipação imaginária de um corpo unificado, que permite à criança ultrapassar a fase pré-especular do corpo “aos pedaços” (p. 96 [grifos da autora]).

O corpo do Imaginário diz respeito, portanto, à imagem do próprio corpo sendo constituída a partir do Outro; já o corpo do Simbólico é escrito com significantes, sendo efeito de linguagem. Para Fink (1998), os sentidos das diferentes partes do corpo são dados pela sociedade e pelas figuras paternas, sendo inscritas no sujeito como um terceiro elemento, o qual, segundo Morales (2002), “rompe com essa completude imaginária [fusão imaginária entre a mãe e a criança] e possibilita ao bebê a ascensão ao mundo simbólico, o mundo da linguagem. Essa cisão funda o sujeito do inconsciente, marcado pela falta” (p. 62). A natureza

animal dos bebês é morta pela letra, sendo que a fisiologia dá lugar ao significante (FINK, 1998).

O enfoque inicial de Lacan em sua releitura de Freud foram os textos relacionados à linguagem: “Interpretação dos sonhos”, “Psicopatologia da vida cotidiana” e “Os chistes e sua relação com o inconsciente”. Parecia que os sintomas e as palavras tinham alguma associação, no entender de Lacan. Para Freud, os sintomas poderiam ser considerados palavras presas em um corpo.

A linguagem está presente mesmo antes de a criança nascer, operando um papel fundamental na sua existência. A ligação da criança com a sua imagem depende de elementos linguísticos, situando-a no universo simbólico, pois a relação com a imagem será estruturada pela linguagem.

Quando o eu especular se transforma em eu social, passamos a pensar sobre os efeitos do Simbólico na subjetividade, e o inconsciente passa a ser considerado enquanto estruturado como uma linguagem, como diz Lacan. O inconsciente, se entendido como Outro, pode ser compreendido como “o lugar do *tesouro dos significantes*, um lugar, portanto, onde os significantes se encontram, sincronicamente articulados e em oposição, movendo-se na cadeia com a ausência de S1” (MORALES, 2002, p. 110 [grifos da autora]).

Para Lacan, a relação entre significante e significado não é transparente. Em função do valor linguístico, um significante conduz para outro significante, assim como um significado conduz para outro significado. Em outras palavras, um significante é o que o outro não é, assim como um significado é o que o outro não é, sendo que a significação depende das relações internas ao sistema. Existe, nessa cadeia, uma descontinuidade, o que garante uma falha entre os significantes.

A criança, depois de afetada pelo Outro materno, é vítima da inserção de um terceiro elemento, ou seja, da figura paterna, a responsável pela castração. Quando deixa de ser objeto de desejo da mãe, a criança aceita a castração simbólica ao se identificar com a lei paterna. O que resta dessa equação é o objeto *a* (objeto causa do desejo, o desejo impossível), o qual ocupa o lugar de algo que foi sacrificado para que o sujeito pudesse falar, situando-se entre o S1 e o S2 (entre o corpo e o domínio). É o objeto *a* que causa a divisão do sujeito, barrado pela presença da linguagem. Em função do desejo, o sujeito procurará, sem cessar, o objeto perdido que o castrou, tornando-o incompleto, esburacado. Sobre o corpo simbólico, então, Ferreira (2011a) refere que “a saída para essa alienação presente no *corpo imaginário* é a entrada no *Simbólico*, por onde se dá o advento do sujeito do próprio desejo (não mais o da

mãe). (...) O corpo simbólico é marcado pelo *significante* e articulado numa estrutura linguística, onde irá se dar a relação entre fala-linguagem-corpo (p. 96-97 [grifos da autora]).

O corpo humano é pulsional na perspectiva da Psicanálise: é corpo do desejo, materializando a relação entre somático e psíquico através da energia pulsional, sempre parcial. O que resta a ser simbolizado pode, portanto, se fazer presente no corpo do sujeito, um corpo que não é só uma unidade imaginária, mas a morada do desejo. É aí que pode se inscrever a tatuagem. Conforme Lacan (2008a), “o entalhe tem muito bem a função de ser para o Outro, de lá situar o sujeito, marcando seu lugar no campo das relações do grupo, entre cada um e todos os outros. E, ao mesmo tempo, ela tem, de maneira evidente, uma função erótica, de que todos aqueles que abordaram sua realidade se aperceberam” (p. 201-202). Se existe função erótica, é porque existe falta: uma falta que jamais será preenchida.

Chegamos, então, à diferença promovida por Jacques Lacan na concepção de sujeito de seus últimos trabalhos, com o enfoque no registro do Real, cuja base está na consideração do corpo na constituição da subjetividade. Lacan (2008b) opera um deslocamento no seio da teoria psicanalítica ao trazer o conceito de *ser falante*, o qual não é somente ser de linguagem (\$), mas, também, é ser de corpo (gozoso e falante).

Como foi dito, na segunda fase de elaboração, marcada pelo Seminário 20, Lacan (2008b) atribui maior importância ao Real, e o corpo é *reincorporado* às reflexões de ordem psicanalítica. Com ele surgem dois conceitos: a *alíngua* (*lalangue*) e o *ser falante* (*parlêtre*). Além disso, o Real é reconfigurado, bem como a própria estrutura da subjetividade. A estrutura do sujeito muda ao se atribuir ao Real mais consistência e relevância. A estrutura psíquica passa a ser uma topologia: o nó borromeano. A articulação dos três anéis revela que, na tentativa de um anel se desvencilhar da estrutura, toda ela se desmancha.

O Real passa a não mais ser o impossível; trata-se, agora, do lugar do gozo, lugar do corpo (por isso a relação com a pulsão de morte de Freud). Ocorre, nessas considerações de Lacan, o retorno da satisfação pulsional na base da Psicanálise. Pensando nisso, Soler (2010) traz a noção de *corpo falante*, e diz que a virada lacaniana “desloca o campo da linguagem do Simbólico para o Real, pois o corpo do qual se trata não é o do estágio do espelho, o corpo da imagem, da forma. É o corpo substância que “se goza” e se situa no espaço da vida. Entra-se, pois, no capítulo da função e da incidência da fala sobre a substância viva” (p. 11)⁶¹.

⁶¹ Apesar de a presente seção ser dedicada à teoria lacaniana, vale inserir aqui um corte para versar sobre a subjetividade na Análise do Discurso, buscando estabelecer algumas relações. Na AD, em um primeiro momento, tem-se o sujeito-estrutura, suporte, servo assujeitado dos discursos. Ele é gradativamente conduzido ao conceito de sujeito barrado, capaz de identificações, contraidentificações e desidentificações. Surge, em seguida, o sujeito inserido em um ritual com falhas, povoado por lapsos e atos falhos, os quais permeiam o processo de interpelação ideológica. O *ser falante* de Lacan se aproxima mais ao terceiro entendimento da

Corpo e Real possuem, portanto, uma relação de dependência. Conforme Soler (2010), ““o real é o impossível”, entendido como impossível de se inscrever numa arquitetura significativa ou formal” (p. 67). É em função de não se inscrever em uma arquitetura significativa ou formal que nós nos *deparamos com ele, damos de encontro com ele, o encontramos* (PÊCHEUX, 2006).

Esse impossível de se inscrever é sustentado pelo corpo, recortado pelo desejo. O Real se configura como efeito do simbólico, “como aquilo que o simbólico expulsa para adquirir consistência” (BALDINI & MARIENI, 2013, p. 112). Para Fink (1998), por sua vez, existiriam dois tipos de Real: um Real anterior à simbolização (Real 1) e um Real posterior à simbolização (Real 2). Para o autor, remetendo a Lacan, a ordem simbólica “*corta a fachada plana do real, criando divisões, lacunas e entidades distintas e elimina o real, isto é, puxa ou suga para dentro dos símbolos usados para descrevê-lo, e desse modo o aniquila*” (op. cit., p. 44 [grifo do autor]). O real seria o corpo da criança antes do Simbólico, quando o seu corpo ainda não foi escrito com significantes e não domina totalmente os esfínteres. Com base nisso, Fink (1998) continua afirmando que o real é “*aquilo que ainda não foi simbolizado, resta ser simbolizado, ou até resiste à simbolização; pode perfeitamente existir “lado a lado” e a despeito da considerável habilidade linguística de um falante*” (p. 44 [grifos do autor]).

Sobre a relação entre corpo e Real, ainda resta falar sobre os sintomas e sobre as tatuagens. Quanto aos sintomas, abordo, primeiramente, o fato de que eles podem ser compreendidos como a expressão da inseparabilidade entre o corpo e a linguagem. Maria Rita Kehl menciona que, para Lacan, o sintoma seria a forma de emergência da singularidade do sujeito, e não o desejo. A autora afirma que “o desejo não é singular, não se pode ao menos dizer que seja um desejo **do** sujeito, ele se constitui **entre** o sujeito e o Outro. O desejo não tem originalidade nenhuma. A singularidade do sujeito está na solução sintomática que ele criou – e aí, sim, existe um grau de invenção individual” (p. 05 [grifos da autora]).

Além da dimensão individual proposta por Lacan, ou seja, “aquilo que se repete, independentemente da vontade dos sujeitos” (KEHL, p. 02), há outras duas dimensões para o sintoma. Uma delas é, também, lacaniana, a qual diz respeito ao sintoma como meio de gozo, posto que “se goza lá onde não se pode simbolizar” (p. 04), sendo, portanto, da ordem do real. Já a outra dimensão para o sintoma é freudiana, e concerne a uma “solução de compromisso entre aquilo que é da ordem da expressão de um desejo, de um recalque” (p. 01). Essa proposição é, como foi visto, refutada por Lacan quando ele diz que o desejo é construído

concepção de sujeito da AD, pois os lapsos podem acontecer no real do corpo (e isso é discurso). A terceira fase da Análise do Discurso e a terceira fase da Psicanálise lacaniana, no que concerne à subjetividade, parecem se coadunar, portanto.

entre o sujeito e o Outro, não sendo, portanto, singular e individual. Já “o sintoma como meio de gozo é o modo como o real se impõe. No laço social, tudo que a cultura não possibilita simbolizar, vai emergir em ato” (KEHL, p. 04).

Isso é levantado por Birman (2006), quando o autor menciona que estamos, na sociedade contemporânea, presenciando momentos de *passagem ao ato* ao invés de *acting-out*, uma diferença estabelecida na Psicanálise. Enquanto no *acting out* (conversão histérica) estão presentes processos de simbolização, isso não acontece na *passagem ao ato* (estresse, produções psicossomáticas e pânico). Desse modo, o impossibilitado de ser simbolizado surgirá em ato, que pode envolver a violência e o uso de drogas, por exemplo. O momento atual é o da ausência da simbolização, o que leva à (quase) inexistência da conversão histérica, pois tudo passa ao ato.

Lacan (1998a) revela que a metáfora tem papel importante na construção do sintoma. Diz que a metáfora é “sinônima do deslocamento simbólico empregado no sintoma” (p. 261) e a forma como a metáfora se constitui é a mesma do sintoma. Segundo o autor, “entre o significante enigmático do trauma sexual e o termo que ele vem substituir numa cadeia significante atual passa a centelha que fixa num sintoma – metáfora em que a carne ou a função são tomadas como elemento significante (LACAN, 1998b, p. 522). O sujeito grita através do seu sintoma em função da verdade do que o desejo foi na sua história (LACAN, op. cit.).

Lembramos, assim, do enunciado referido no título da presente seção. Quando perguntei se o seu corpo tinha sofrido alguma alteração desde a sua entrada na prisão, a Apenada 03 respondeu: “engordei um pouquinho”. O mesmo aconteceu com as Apenadas 01 e 02. A única que não teve alterações no peso foi a Apenada 04, mas disse que sempre foi magra e nunca comeu muito, mas percebia que as outras mulheres engordavam depois de passarem para o regime de privação de liberdade. Podemos compreender o fato de as mulheres engordarem na prisão através de uma dimensão do real do corpo, posto que o aumento de peso pode existir como um sintoma, uma metáfora de algo não simbolizado, o qual se manifestou como um fenômeno do corpo, do corpo de gozo. O sintoma pode ser compreendido como um modo de gozar (SOLER, 2010). Sendo assim, “no sintoma, os significantes, aqueles que deciframos, são significantes que tomaram corpo, que são gozados pela via de sua encarnação” (op. cit., p. 13).

Também é possível abordar o corpo real pela perspectiva das tatuagens. Para Costa (2003), as tatuagens podem ser interpretadas como a necessidade de produzir traços no real, sendo que a tatuagem pode individualizar o sujeito como, também, coletivizá-lo. Soler (2010)

também faz a mesma relação, dizendo que as marcas de pertencimento a um conjunto também são inseparáveis das propriedades libidinais. No caso da tatuagem, ela “identifica e ao mesmo tempo situa como objeto erótico” (op. cit., p. 75). Costa (2003) ainda afirma que as tatuagens, assim como os piercings e as escarificações, são formas de fazer bordas, situando as fronteiras corporais, sendo que o homem sempre sente a necessidade de recortar as bordas do seu corpo ao longo da história. Para a autora, “esse recorte tem a ver com a erotização e sua necessidade de suporte no Outro. As bordas são o que constituem a nossa relação com o ambiente, com o outro e com a realidade. De bordas se compõe o nosso olhar – são as bordas que fazem com que possamos ver” (p. 17). Parece que aí podemos identificar as relações entre os três registros lacanianos e seus efeitos nos corpos dos sujeitos.

Em suma, o corpo (do) real é assim especificado por Ferreira (2011a):

é a parte que não foi simbolizada, que não foi marcada pelo significante. Seria, por esse entendimento, o momento pré-simbólico, anterior às palavras. Na teoria laciana, esse corpo pensado a partir do impulso da energia do inconsciente é o corpo gozoso, “pura energia psíquica, da qual o corpo orgânico seria apenas a caixa de ressonância” (Nasio, 1993, p. 37). O corpo nessa ordem do real costuma ser considerado como uma metonímia da castração, já que aqui é o lugar da falta, que é estruturante. O corpo, então, além de ser afetado pelo atravessamento da linguagem, além de *falar*, ele *goza*. Ou seja, o corpo não pode ser pensado apenas como simbolizado (p. 97 [grifos da autora]).

Para encerrar esta seção, trago um ponto importante da teoria laciana concernente à diferença entre estrutura e causação. A estrutura é o nível de funcionamento automático da cadeia significante (o automatismo da repetição), enquanto a causação é “*aquilo que interrompe o funcionamento tranquilo desse automatismo, a saber, a causa*. Trabalhando isolada, a cadeia significante parece não necessitar de um sujeito ou de um objeto; mas, quase apesar de si mesma, ela produz um objeto e subjulga um sujeito” (FINK, 1998, p. 51 [grifos do autor]). Aí pode ser feita uma relação entre os registros do Simbólico e do Real: enquanto o Simbólico abrange a cadeia significante, e essa cadeia adquire um funcionamento automático, o Real se restringe à causa, a algo que não pode ser controlado e não é automatizado, e pode, a qualquer momento, romper com o automatismo da cadeia e se fazer presente⁶².

3.3 “Tando aqui presa tá com as mãos atadas né... não sabe o que fazê”: O discurso da Análise do Discurso sobre o corpo

⁶² Considerarei importante trazer esta diferença, pois pode ser feita alguma relação entre *causa* e *estrutura* com *acontecimento* e *estrutura* (PÊCHEUX, 2006).

É possível afirmar que ainda são poucos os estudos que articulam Análise do Discurso e corpo. De um modo geral, a tendência dos autores que têm o corpo como objeto de estudo é considerá-lo como uma materialidade, a qual dá concretude para elementos de ordem inconsciente e ideológica, assim como faz a língua. Essa concepção pode ser percebida em reflexões sobre a dança (ORLANDI, 2012), tatuagens e piercings (BALDINI & SOUZA, 2012; ORLANDI, 2004b, 2006c) e o corpo oriental (HASHIGUTI, 2009), bem como em reflexões teóricas sobre o corpo na AD (FERREIRA, 2011a, 2013). São esses estudos que servirão de base para a presente seção.

Quanto às tatuagens e aos piercings, Orlandi (2004b) refere que o corpo poderia ser visto como um texto, ou seja, “o corpo é o lugar material em que acontece a significação, lugar de inscrição, manifestação do grafismo. Pintura. Texto” (p. 121), sendo que o piercing, especificamente, é considerado como talhe de significação da própria carne. Tanto a tatuagem quanto o piercing seriam gestos de interpretação postos no próprio corpo, os quais significariam como uma pintura, um grafismo. Esses textos são por ela compreendidos como “diferentes modos de o sujeito (se) viver o social” (op.cit., p. 122), parte do espaço urbano.

Conforme Orlandi (2006c), o corpo é uma materialidade significante, e a tatuagem seria uma forma de inscrição (metáforas), modo diferenciado através do qual o sujeito se individualiza, objetivando a constituição de outra forma sujeito.

Além disso, Orlandi (2004b) ainda menciona que o piercing e a tatuagem seriam uma forma de metaforização do próprio sujeito em busca de uma unidade, no mesmo sentido de que o texto possui um começo, um meio e um fim imaginários. Essas duas inscrições simbólicas no corpo seriam tentativas de realizar uma pontuação, um fechamento impossível, na inacessibilidade de algo interior pela vontade de transparência (ilusória). Orlandi (2004b) também menciona dois aspectos discursivos importantes no que tange ao piercing e à tatuagem: “de um lado, a tentativa (vã) de enquadrar o corpo em seus limites, de outro, agora voltado para fora, o da denúncia de um mal estar simbólico em seu confronto com o político, uma forma de reivindicação” (p. 124). O corpo se transforma em denúncia de que o confronto simbólico com o político está colocando problemas. A tatuagem e o piercing seriam, de certo modo, equivalentes à publicidade e às pichações. É um excesso do sujeito no sujeito: “transbordamento de um excesso de linguagem o tempo todo visível sobre o sujeito, que passa à necessidade de um excesso de marcas visíveis em si mesmo” (op. cit, p. 126).

É nesse sentido que a autora coloca a seguinte questão: “a escrita na pele atinge o processo de constituição de sentidos? Se atinge, estamos diante de uma falha no ritual

ideológico e temos assim a possibilidade de um furo no modo de individualização do sujeito moderno. Se não, estamos apenas diante de mais uma variável da tecnologia da escrita” (ORLANDI, 2006c, p. 29). Esta questão se coloca importante no presente trabalho, posto que é necessário estabelecer relações entre a fala das presidiárias e possíveis falhas no ritual de interpelação ideológica. Uma das formas como essa falha pode se materializar é através das tatuagens e dos piercings, como escritas da resistência.

Orlandi (2012) também coloca questões sobre o corpo em texto mais recente, no qual aborda a relação entre corpo e dança. Nele, concebe o corpo como materialidade do sujeito, não esquecendo da atuação da ideologia como determinante no processo de significação do corpo do sujeito, posto que a carne passa a ser corpo através de um processo de simbolização, o qual toma lugar ideologicamente. Ainda neste estudo, mais uma vez é feita uma ligação entre o corpo do sujeito e o corpo da cidade.

Os corpos são compreendidos como formulações dos sujeitos, sendo necessária a relação entre sujeito, corpo, linguagem e sociedade para compreendê-los. Deve ser considerado, então, que os corpos são atravessados de discursividade, sendo tanto o corpo da linguagem quanto o corpo do sujeito opacos, entendidos como

efeitos de sentidos constituídos pelo confronto simbólico com o político em um processo de memória que tem sua forma e funciona ideologicamente. O que redundaria em dizer que, assim como as nossas palavras, nosso corpo já vem sendo significado, antes mesmo que não o tenhamos, conscientemente, significado (ORLANDI, 2012, p. 25).

É nesse sentido que a ideologia deve ser articulada às formações imaginárias: a imagem que é feita de determinado corpo (oriental ou ocidental, por exemplo), é determinada ideologicamente. Contudo, apesar do processo de interpelação ideológica, sempre há a possibilidade de o sentido ser outro em função da incompletude, da falha no ritual, sendo outros sentidos mobilizados no processo de significação do corpo.

Também tratando sobre tatuagens, Baldini & Souza (2012) entendem que a tatuagem “constitui sentidos pela produção de furo no modo de individuação; ela é a prova de falhas no ritual de evocação do sujeito em indivíduo” (p. 69-70). A concepção de modo de individuação é aquela de Orlandi (2006c), qual seja, o modo como o Estado individua o sujeito através de seus aparelhos, o qual opera em conjunto com o processo de assujeitamento, compreendido como a entrada do sujeito no simbólico via interpelação pela ideologia.

Baldini & Souza (2012) admitem que o corpo é vivido pelo ser falante como parte de sua subjetividade, sendo que, no caso das tatuagens, o corpo opera como um suporte de um discurso. Discursivamente, o corpo materializa tanto a falta quanto o excesso de sentido e, nos

espaços da vida social, ele assume posição contraditória. Interpreto que essa contradição pode ser compreendida como o efeito da castração, ou seja, “seguindo com Lacan, a letra inscrita no corpo mata o real (o real do corpo) que havia antes da letra, antes das palavras, antes da linguagem, delimitando apenas vestígios do real no corpo” (op. cit., p. 73). Esses vestígios entram em contradição com a determinação via ideologia. Para os autores, então, o real do corpo é postulado como aquilo que foi objeto da castração, aquilo que é anterior à simbolização.

As tatuagens, essas marcações do corpo, possuem, para os autores, as seguintes características: (i) balizamentos das trilhas da vida social, como palco do drama social; (ii) códigos da vida cultural; (iii) ciframento das formações discursivas do sujeito; (iv) as marcas da inscrição da letra no corpo; (v) “os significantes relacionados entre si pela cola do sentido e inscritos no corpo, dando vida à ideologia, organismo transformado em signo pela inscrição do significante” (op. cit., p. 75). Nesse sentido, é possível perceber a relação entre corpo, linguagem, discurso e sociedade no postulado por Baldini & Souza (2012).

Para eles, “discurso é sujeito e sujeito é corpo” (op. cit., p. 77). No entanto, não se trata de um corpo completo e sem furos. A interpretação dos autores é justamente no sentido contrário. Por ser incompleto, lugar de falha, a tatuagem pode ser compreendida como aquilo que escapa, dando conta do real, e, ao invés de o furo ser tapado, ele é exposto. Ao tentar preencher esses furos através das tatuagens, o sujeito acaba entrando em contato com sua singularidade, ocasionando em resistência do sujeito (ao invés da interpelação sem falhas).

A tatuagem, então, atinge o processo de constituição dos sentidos (respondendo ao questionamento posto por Orlandi, 2006c). Para os autores, “se a tatuagem é uma escritura de si na forma de inscrição, o indivíduo ao se tatuar, busca a diferença, ser sujeito de si mesmo, uma autoria de si, contra todas as tecnologias que o ameaçam de pasteurização, essa assinatura de si na própria pele é uma marca visível de processos de subjetivação” (BALDINI & SOUZA, 2012, p. 86). O corpo tatuado pode se transformar em um lugar de submissão ou, por outro lado, pode ser uma cidadela do sujeito.

Hashiguti (2009) aborda a questão do corpo através dos efeitos do corpo japonês no olhar do outro, ou seja, prefere a perspectiva das formações imaginárias: o corpo “é forma material que ganha sentido pelo olhar” (p. 161), sendo o olhar compreendido como um gesto de interpretação. A autora refere que, por um lado, o corpo funciona como condição de produção, determinando os sentidos; por outro lado, o corpo é determinado pela memória discursiva e por outras condições de produção.

O sujeito, portanto, é sujeito de corporalidade. O sujeito está sempre oferecendo material para interpretação, pois seu corpo funciona como uma materialidade significante. Desse modo, o corpo como forma material possui três dimensões: (i) a dimensão real ou biofísica, ou seja, a estrutura do corpo, materialidades que se apresentam primeiramente à significação para o outro; (ii) a dimensão simbólica, qual seja, os sentidos que lhe são atribuídos por gestos de interpretação na história e, também, a memória discursiva constituindo-o; e (iii) a dimensão imaginária, significando para o sujeito uma unidade identitária (HASHIGUTI, 2009).

Outra questão importante levantada pela autora diz respeito à relação entre corpo e espaço. Na esteira de Orlandi (2004b), Hashiguti (2009) indica que o corpo significa na dependência do espaço no qual está inserido, sendo que “cada espaço determina quais corpos podem e devem estar ali, como devem agir e se apresentar” (p. 166), sendo as posições discursivas determinadas pelo espaço e pelo corpo.

Hashiguti (2009) encerra a sua reflexão referindo que o corpo discursivo, efeito das três dimensões acima referidas, é o “corpo espacializado, falado, olhado, de opacidade e contradição, impossível de ser apreendido discursivamente em uma totalidade lógica, tal qual a língua. Corpo de marcas e gestos que posicionam em lugares de fala e gestos, que cria identificações e determina sentidos” (p. 167).

Tratando o corpo como corpo discursivo, a saber “*o corpo como materialidade discursiva que se constrói pelo discurso, se configura em torno de limites e se submete à irrupção da falta que lhe é constitutiva*” (p. 95 [grifos da autora]), Ferreira (2011a) o contrapõe ao corpo empírico, biológico, orgânico. Em texto mais recente, a autora faz referência a três dimensões a partir das quais o analista se depara com o corpo discursivo (FERREIRA, 2013). São elas: o corpo como lugar de observação do sujeito, o corpo como objeto e o corpo como ferramenta.

Quanto à primeira dimensão, vale a pena trazer ainda outra reflexão da autora, na qual ela trata da relação entre arquivo e corpo. Ferreira (2011b) estende a compreensão de arquivo como lugar de observatório para “o corpo como lugar de visualização do sujeito e da cultura que o constitui. O corpo que olha e que se expõe ao olhar do outro. O corpo que se expõe e que busca se tornar inescrutável, inapreensível” (p. 177). Nesse sentido, faço uma rápida alusão a Carnevale (2011). Esta autora refere que o inconsciente seria o arquivo do corpo falante. Como foi visto, o corpo falante (SOLER, 2010) entra na Psicanálise como ser falante, e ele possui, portanto, ligação com o real, o real como sendo o mistério do corpo falante (conforme Lacan). Seria possível, então, estabelecer relações lógicas entre a fala de Ferreira

(2011b) e a de Carnevale (2011) através do conceito de real do corpo, o qual não pode ser compreendido isolado do inconsciente: (i) no corpo observa-se o sujeito; (ii) o sujeito é determinado pelo inconsciente; (iii) o inconsciente é o arquivo do sujeito; (iv) logo, concluímos que *o corpo é lugar do inconsciente*, e isso é possível através do conceito de pulsão.

Quanto à noção de real do corpo, para Ferreira (2011a), o corpo que fala e o corpo que falta levariam à relevância desta noção. O real do corpo atuaria junto com o real da língua (a falha) e com o real do sujeito (o inconsciente). Nesse sentido, o real do corpo seria compreendido como “*o que sempre falta, o que retorna, o que resiste a ser simbolizado, o impossível que sem cessar subsiste*” (p. 95 [grifos da autora]).

A banda de Moebius pode representar o entrelaçamento e a interdependência entre corpo e palavra: há efeitos do corpo na palavra, bem como há efeitos da palavra no corpo. Corpo e palavra são estruturas, juntamente com o discurso e o sujeito. Essas quatro noções possuem um furo constitutivo, o que lhes permite a emergência das falhas no ritual de interpelação ideológica. O furo é o que possibilita a resistência (FERREIRA, 2011a).

A compreensão sobre o corpo no presente trabalho vai ao encontro das propostas acima referidas. No entanto, será feito um deslocamento, em função da íntima relação com a teoria psicanalítica. Corpo não só pode ser compreendido como materialidade discursiva, mas, também, como a própria subjetividade. A designação utilizada para se fazer referência a esta nova concepção será de *corpolingagem discursivo*.

Toda essa discussão referente ao corpo na Análise do Discurso remete à fala da Apenada 05. Ao falar sobre o que sentia mais falta na Penitenciária, disse que era da sua liberdade e, em seguida, disse: “tando aqui presa tá com as mãos atadas né... não sabe o que fazê”. A expressão *estar com as mãos atadas* funciona como uma metáfora para a situação na qual a apenada se encontra, para a forma como a apenada se representa, em oposição à situação de liberdade. As mãos, a partir das quais os sujeitos conseguem realizar ações no mundo, operam metonomicamente como o sujeito inteiro: uma parte do corpo representa toda a subjetividade, uma subjetividade *atada*, impossibilitada de ser livre, tanto no nível somático quanto no nível psíquico, tanto no corpo quanto na linguagem, tanto no individual quanto no social. Discursivamente, essa subjetividade *atada* não poderia se identificar com nada além daquilo que o Aparelho Repressor de Estado permite. É uma subjetividade coagida à plena identificação com a Lei.

3.4 “Esse médico aqui se dependesse dele já teria feito umas cinco seis cirurgia”: Corpo e subjetividade na formação social contemporânea

No final do século XX e primórdios do século XXI, foram ouvidos ruídos sobre o fim da psicanálise, pois ela não se sustentaria ante a demanda contemporânea do imediatismo, das soluções mágicas e da indústria farmacológica, da produção de doenças; mas o que estamos percebendo é que a psicanálise está presente na contemporaneidade, fazendo *resistência* à ideologia do *tudo pode* (MAGALHÃES, 2013, p. 205 [grifos da autora]).

Analisando os movimentos discursivos da formação social atual, é necessário pensar sobre a possibilidade de existência de uma alteração no discurso que ocupa a posição dominante nessa conjuntura sócio-histórica-ideológica. Como já foi discutido anteriormente (item 3.1), o discurso dominante no período medieval era o discurso religioso católico; com a Revolução Francesa e a modernidade, passou-se para o discurso jurídico. A presente seção tem o objetivo de tratar sobre um outro discurso, o discurso biologizante (na esteira de Foucault) como indício dessa transformação, cuja reverberação pode ser observada na fala da Apenada 01: “esse médico aqui se dependesse dele já teria feito umas cinco seis cirurgia”. Esse discurso biologizante se diferencia dos discursos dominantes relacionados à forma-sujeito religioso e à forma-sujeito capitalista, bem como dos discursos dominados aqui relatados, a saber, o discurso psicanalítico e o discurso da Análise do Discurso.

Essa possibilidade será explicada a partir da análise dos efeitos causados pela nova edição do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM-V), publicada em 2013. Para isso, pensando que, na contemporaneidade, as subjetividades foram reduzidas ao somático e, sendo elas determinadas pelo discurso médico, prioritariamente, tomamos como ponto de partida uma citação de Birman (2006):

se antes as perturbações psíquicas se centravam no conflito, polarizado entre as exigências das pulsões e dos interditos, agora se evidenciam por baixo grau de subjetivação. Vale dizer, as ditas perturbações se manifestam nos registros do corpo, da ação e da afetação, indicando um marcante empobrecimento dos registros da linguagem e do pensamento (p. 293).

O lugar da simbolização foi tomado pelo imediatismo; os problemas do corpo biológico (não mais sujeito, pois é desvinculado da linguagem), podem ser resolvidos por intervenções medicamentosas, e a clínica psicanalítica não possui mais (tanta) relevância

nessa conjuntura. O DSM-V é interpretado como um grande sintoma desse novo discurso dominante.

Conforme referido, em maio do ano de 2013 foi escrita a quinta edição do DSM⁶³, considerado o “Futuro do Diagnóstico Psiquiátrico”, cujo objetivo é expandir a base científica para a classificação e diagnóstico psiquiátrico⁶⁴. O manual, desenvolvido pela American Psychiatric Association, teve a sua quarta edição funcionando como base da prática dos profissionais que atuam nesse campo, abrangendo 36 mil líderes médicos em saúde mental.

Algumas mudanças podem ser aqui mencionadas. Há transtornos que continham critérios a serem atualizados, e o exemplo disso é o transtorno Bipolar. Também há a proposta de novos transtornos, como o Transtorno Pré-Menstrual Disfórico. Além disso, foram adicionadas muitas medidas de rigor de diagnósticos, incluindo os transtornos de Ansiedade, os Obsessivo-Compulsivos e aqueles relacionados a Trauma.

Entendo que, nesse debate de construção do novo manual, há algo em excesso, que funciona discursivamente no apagamento de saberes ligados a uma concepção de corpo (e de subjetividade) que não se coaduna com aquela na qual o DSM se ancora. É possível, portanto, atentar para, pelo menos, duas concepções de corpo em circulação no campo da saúde mental, relacionadas à prática psiquiátrica, por um lado, e à psicanalítica, por outro.

A concepção de corpo está na base de toda a prática em saúde mental. Isso será percebido através de quatro textos: o próprio DSM-IV e três manifestos publicados em 2011. Os manifestos apresentam discursos antagônicos ao do manual e tentaram barrar a escrita da sua quinta edição. São eles: *Manifiesto a favor de una psicopatología clínica, que no estadística*⁶⁵ (o Manifesto de Barcelona), publicado em 14 de abril de 2011; *El Manifiesto de Buenos Aires: Por un abordaje subjetivante del sufrimiento psíquico en niños y adolescentes*⁶⁶, de 17 de maio de 2011; e *Manifiesto de São João Del Rei-Brasil, em prol de una psicopatología clínica*, do dia 2 de agosto de 2011⁶⁷.

É importante fazer referência à afirmação de Indursky (1998). A autora reporta às três feridas narcísicas que descentralizaram o homem, elencadas por Freud⁶⁸. Resumindo as

⁶³ *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*.

⁶⁴ Conforme consta no site oficial do DSM-V: <<http://www.dsm5.org/Pages/Default.aspx>>. Acesso em 5 de julho de 2011.

⁶⁵ Manifesto por uma psicopatología clínica não estadística. Disponível em: <<https://spreadsheets.google.com/viewform?formkey=dHN4Q3VsOU1EaHRoejRGYmlLcTZ3SGc6MQ>> Acesso em 10 de julho de 2011.

⁶⁶ Manifiesto por un abordaje subjetivante del sufrimiento psíquico en niños y adolescentes, no al DSM. Disponível em: <<http://stopdsm.blogspot.com/2011/05/el-manifiesto-de-buenos-aires-por-un.html>> Acesso em 10 de julho de 2011.

⁶⁷ Todos os manifestos podem ser lidos na íntegra no site <<http://stopdsm.blogspot.com/>>.

⁶⁸ Em nota de rodapé do texto “Freud e Lacan” (ALTHUSSER, 1985), é feita referência a um outro texto de Althusser no qual ele menciona: “Marx fundou sua teoria sobre a rejeição do mito do “*Homo economicus*”.

considerações freudianas, ela diz que as duas primeiras feridas foram a descoberta de Copérnico de que a Terra não está no centro do sistema solar e a revelação de Darwin, que trouxe a teoria da evolução das espécies. Nela o ser humano foi colocado no fim de uma escala evolutiva das espécies animais.

Tais fatos foram deslocando o ser humano de um lugar central, provocando novas formas de se posicionar frente à ordem do real. Havia, no entanto, mais uma ferida para fechar o quadro: o próprio Freud é responsável por dar a notícia mais rude, trazendo a descoberta de que “o homem é dotado de impulsos, desejos e pulsões insuspeitadas, porque relacionadas diretamente ao seu inconsciente. Esta última descoberta é a mais dolorosa, porque retira do homem o controle de seus atos” (INDURSKY, 1998, p. 118).

No entanto, pode ser percebida nos movimentos discursivos da sociedade atual uma necessidade de recalcar essa ferida e apagar a sua cicatriz. Gradativamente, parece que, no seio do neoliberalismo, os sujeitos vão sendo conduzidos a esquecerem esse golpe freudiano. Cada vez mais, os discursos ligados à evidência do sentido são aqueles que pretendem realocar o ser humano em um papel central, retornando à idéia de que ele é o controlador de seus atos e de seu corpo. Em suma, pode-se dizer que há a necessidade, na base da ideologia neoliberal que governa os sentidos da contemporaneidade, de atribuir ao ser humano o papel de Barão de Münchhausen do século XXI.

Temos, então, o discurso do campo da saúde mental como um dos possíveis lugares de se observar os processos discursivos que remontam a um sujeito controlador da realidade. Neste campo, o apagamento da subjetividade e o enaltecimento do corpo (através do tratamento do corpo, e não do sujeito) parecem ser efeito da prática da maioria dos profissionais que atuam nele. Pressuponho que a dicotomia cartesiana, a qual divide o ser humano em corpo e alma, está na base desse discurso, transformando a subjetividade em ego pleno, em corpo absoluto. O excesso do corpo, revelado através do crescente uso de medicamentos, ancora uma sociedade com falta de simbólico e que, portanto, não questiona as práticas das quais são conduzidas a fazerem parte.

Subjacentes aos discursos do DSM-IV, de um lado, e dos manifestos, de outro, observamos o pensamento cartesiano e a psicanálise freudo-laciana, respectivamente. O pensamento cartesiano, da dualidade *corpo* versus *alma*, e a psicanálise, essencialmente dialética.

Freud fundou sua teoria sobre a rejeição do mito do “*Homo psychologicus*”. Lacan viu e compreendeu a ruptura libertadora de Freud. Compreendeu-a no sentido pleno do termo, tomando a letra no seu rigor, e forçando-a a produzir, sem trégua nem concessão, suas próprias conseqüências. Ele pode, como qualquer um, errar no detalhe, mesmo na escolha de suas referências filosóficas: deve-se-lhe o *essencial*” (p. 51 [grifos do autor]).

Mesmo considerando o cenário relatado observa-se que, atualmente, no campo da saúde mental, os psicólogos e os psicanalistas, os quais trabalham com a circulação da palavra, estão sendo substituídos pelos psiquiatras, cuja prática está auxiliada pelos medicamentos. A concepção de corpo, para esses profissionais, é diferente, pois o corpo é curado por uma intervenção no próprio corpo, ao passo que, do outro lado, o corpo é curado pela palavra. Isso é evidenciado através do uso crescente do DSM-IV, e, agora, com a publicação do DSM-V.

A psiquiatria, de modo geral, enfoca o corpo biológico. O corpo como concebido por Freud, indissociado do psíquico, parece estar afastado da maioria das abordagens em saúde mental atuais. Contudo, este corpo recalcado tem razão de o ser. A chamada *cura pela palavra* foi perdendo força a partir do momento em que, consigo, foi sendo implantada a cura pelo remédio, em função da ilusória necessidade de uma cura imediata. Parece que, atualmente, o processo de interpelação ideológica está ligado à ausência da palavra e a efeitos no corpo. A busca por remédios é maior do que a busca pela escuta clínica, pois a necessidade de imediatismo apaga a importância da simbolização, a qual provocará efeitos no corpo, eliminando o sintoma. A tomada de consciência acerca de esquecimentos do campo individual (pelo sujeito) acaba não acontecendo, e a origem do sofrimento não é tratada.

Desse modo, na tentativa de manutenção dos saberes da ideologia dominante, a qual rege as práticas dos sujeitos com ela identificados, há determinadas estratégias que funcionam para manter as relações de dominância. O discurso do DSM, ao ser embasado na observação de dados supostamente de forma objetiva, na análise estatística e na clareza nas descrições dos sintomas, apresentam o grau de cientificidade necessário para se compreender o campo da saúde mental como regulado pelo manual, subordinando os sujeitos a uma prática redutora, considerando somente os seus corpos no tratamento de transtornos mentais. Pêcheux (2009a) fala sobre como acontece o processo de interpelação ideológica:

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados (p. 146 [grifos do autor]).

O tratamento através de medicamentos é vinculado à lógica do capital, pois a prescrição de remédios eleva a procura e, por consequência, a oferta. Nesse jogo, há alguma parte que lucra, qual seja, a indústria farmacêutica. Isso vai ao encontro da releitura que Pêcheux (2009a) faz de Althusser (2008), a saber, as determinações econômicas condicionam

a reprodução/transformação no interior da produção econômica, existindo, dessa forma, um efeito de retorno da infraestrutura para a superestrutura.

Apesar de uma formação ideológica ser a dominante em determinada conjuntura (na dependência da forma-sujeito), e, da mesma forma, uma formação discursiva ser dominante no interior de determinada formação ideológica, existe a possibilidade de inversão, ou seja, de movimento no papel de dominação. Isso significa que, dependendo do momento sócio-histórico, a relação da infraestrutura com a superestrutura será diferente e, também, a própria configuração da superestrutura. Discursos com o efeito de evidência serão outros, dependentes da formação ideológica que está mais “forte” (tendo em vista que se trata de um jogo de forças).

Além disso, as próprias formações discursivas, no interior da formação ideológica, entram em disputa. A formação discursiva dominante é aquela que veicula a forma-sujeito (PÊCHEUX, 2009a). Pêcheux (2009a) diz que

O próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva enquanto tal, objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala” (*ça parle*) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas (p. 149 [grifos do autor]).

Temos, de um lado, no aparelho ideológico da saúde mental (formação ideológica), vinculado à medicina e à psicologia, cuja existência material se dá na instituição da clínica psiquiátrica, uma formação discursiva ancorada em uma concepção de corpo como relacionado à subjetividade e, de outro, uma formação discursiva que defende uma cisão entre corpo e mente, sendo que o tratamento do corpo, somente, poderia ocasionar a cura de transtornos mentais. São duas formações discursivas antagônicas: uma ligada à psicoterapia clínica, que fez circular os manifestos contra os DSM, e outra relacionada à medicina, preocupada em ampliar os critérios de diagnóstico dos transtornos mentais, respectivamente.

Em resumo, saliento alguns pontos no DSM-IV-TR (2002), os quais devem ser colocados em questionamento: (i) a busca do imediatismo; (ii) a prática clínica cada vez menos dialogante; (iii) os protocolos e tratamentos paliativos das consequências, e não das causas; (iv) a palavra ignorada; (v) o tratamento do corpo, sem observância às relações de causalidade; (vi) o apagamento da história; (vii) a dessubjetivação; e (viii) poder aos médicos, visto que podem prescrever para todos e para tudo.

É possível concluir que acontece, então, uma passagem para uma forma-sujeito outra, não a do discurso jurídico, mas a do discurso biologizante. A fala da primeira apenas

entrevistada para esta pesquisa, apresentada no título da presente seção, pode ser trazida à tona neste debate. Rosa menciona que “esse médico aqui se dependesse dele já teria feito umas cinco seis cirurgia”. A apenas reclama que o médico da Penitenciária (um infectologista, segundo ela) vê como única alternativa a cirurgia (uma intervenção no corpo biológico), ao invés de realizar qualquer outro tipo de tratamento. De maneira bastante superficial, é possível verificar que, dentro da Penitenciária, o sujeito deve ser remendado, consertado, cortado pelas cirurgias, servindo de objeto de poder do Estado. Assim, o discurso biologizante se alia ao poder e passa a tentar recalcar qualquer possibilidade de simbolização; no entanto, a apenas resiste...

CAPÍTULO 4

AS QUESTÕES METODOLÓGICAS

O presente capítulo objetiva relatar, de forma breve, algumas questões metodológicas que atravessaram a realização da pesquisa. Três são os elementos sobre os quais tratarei, organizados em três seções: (i) “Procedimentos metodológicos para a entrada na Penitenciária”, sendo relatados os passos necessários para ter a entrada na Penitenciária autorizada; (ii) “A Penitenciária Feminina Madre Pelletier”, quando mencionarei as características da instituição prisional; e (iii) “As entrevistas e as apenadas”, a fim de falar um pouco sobre o processo de realização das entrevistas.

4.1 Procedimentos para a entrada na Penitenciária

Nos dias 9 e 10 de abril de 2013, às 10h, eu estive na Penitenciária Feminina Madre Pelletier a fim de realizar as entrevistas com as apenadas desta instituição prisional. Antes disso, contudo, foi necessário um processo envolvendo o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UFRGS e a Escola do Serviço Penitenciário, órgão da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul (SUSEPE).

Em novembro de 2012, foi feito o cadastro do Projeto de Pesquisa na Plataforma Brasil, “base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos⁶⁹”, a fim de que fosse analisado pelo CEP. A primeira resposta, em fevereiro de 2013, foi negativa, e alguns detalhes do projeto precisaram ser ajustados em função das considerações do parecerista. Depois de feitos os ajustes e de o projeto ser reenviado ao CEP, recebi, no dia 8 de março de 2013, a resposta positiva, e o projeto foi aprovado para ser encaminhado à Escola Penitenciária.

Para que fosse aprovada a minha entrada no presídio feminino, cinco documentos precisavam ser apresentados à Escola Penitenciária. São eles: (i) carta de apresentação do PPGLetras da UFRGS⁷⁰; (ii) parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da

⁶⁹ Informação retirada do site do SISNEP (Sistema Nacional de Informações Sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, disponível em <http://portal2.saude.gov.br/sisnep/Menu_Principal.cfm>. Acesso em 6 de maio de 2013.

⁷⁰ A carta de apresentação do PPGLetras pode ser observada no anexo 1.

UFRGS⁷¹; (iii) projeto de pesquisa a ser desenvolvido na UFRGS⁷²; (iv) termo de consentimento livre e esclarecido⁷³; e (v) termo de responsabilidade do pesquisador⁷⁴. Duas semanas após o encaminhamento dos documentos à Escola Penitenciária, a SUSEPE autorizou a minha entrada no presídio através do envio de documento específico⁷⁵.

Com a autorização em mãos, estabeleci contato com a direção da Penitenciária Feminina Madre Pelletier a fim de agendar uma conversa para apresentar o projeto e de marcar uma data para a realização das entrevistas. Conversei por telefone com Liana Zago, vice-diretora da Penitenciária, e agendamos um encontro para o dia 9 de abril de 2013, às 10h. O processo burocrático demorou, então, quatro meses, e só então foi possível a minha entrada na Penitenciária.

4.2 A Penitenciária Feminina Madre Pelletier

No segundo dia de visita à Penitenciária, entrevistei a diretora da instituição, Marília dos Santos Simões, que me forneceu as características principais da estrutura do presídio. Com base nos critérios enumerados por Lebre & Horn (2010), os quais foram retirados das regras mínimas da Organização das Nações Unidas para uma boa organização penitenciária, fiz onze questionamentos à diretora. Os critérios selecionados foram: (i) locais para o aprisionamento; (ii) higiene pessoal; (iii) alimentação; (iv) serviços médicos; (v) religião; (vi) educação; (vii) remissão da pena; (viii) trabalho; (ix) visita e comunicação; (x) visita íntima; e (xi) dificuldades na gestão. As respostas da diretora estão abaixo explicitadas.

(02) Imagem 02: Hall da Penitenciária Feminina Madre Pelletier⁷⁶.

⁷¹ O parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS encontra-se no anexo 2.

⁷² O projeto de pesquisa não consta em anexo, posto que não se faz necessária a sua apresentação aqui.

⁷³ O termo de consentimento livre e esclarecido pode ser observado no anexo 3.

⁷⁴ O termo de responsabilidade do pesquisador consta no anexo 4.

⁷⁵ A autorização da Escola do Serviço Penitenciário encontra-se no anexo 5.

⁷⁶ Fonte: arquivo pessoal.



O presídio tem capacidade para abrigar 239 presas, mas, em abril de 2013, eram 271 as apenas que viviam na instituição. No total, são seis as galerias da Penitenciária e, além delas, há a Unidade Materna Infantil (UMI), a qual fica situada à direita de quem entra no presídio. Lá ficam as gestantes com mais de sete meses de gravidez e as mães com filhos de até seis meses. Depois dos seis meses de idade, as crianças e as mães são transferidas para a Penitenciária de Guaíba. No momento das entrevistas, eram 13 mães, com seus 13 filhos, além de 3 gestantes, totalizando 16 mulheres na UMI. As gestantes com menos de sete meses de gravidez ficam na galeria B2, onde também estão localizadas presas que possuem problemas de saúde. Eram, em abril de 2013, 23 presas alocadas na B2.

No andar superior à UMI fica a maior galeria do presídio, intitulada B3. Essa é a galeria das trabalhadoras, e 87 presas estavam lá quando da minha visita. Na galeria B1 havia 26 trabalhadoras. A B4, também chamada de “Seguro”, é onde residem as presas cujos crimes envolveram crianças ou presas que têm problemas em outra(s) galeria(s). Eram 12 as mulheres que lá estavam. A galeria D abriga algumas presas que não trabalham ou que participam da limpeza e da lida interna do presídio. A galeria C possui 40 apenas, as quais trabalham na cozinha. Também há a Triagem, local onde ficam as presas logo da entrada na Penitenciária. Elas podem permanecer por lá de 3 a 5 dias, e só passam para as galerias depois de uma análise da segurança, da psicóloga e da unidade de saúde. Por fim, a estrutura da Penitenciária também conta com celas de isolamento, para onde as presas que causam algum

tipo de problema são enviadas durante um certo período, locais também chamados de “Castigo”.

Quanto ao primeiro critério da entrevista, a saber, os locais para o aprisionamento, foi mencionado pela diretora que as celas possuem janelas e há boa circulação de ar. As portas das celas são fechadas durante a noite, o que pode permitir a circulação das mulheres no presídio durante o dia. Na própria cela há o vaso sanitário, podendo ser utilizado pelas mulheres quando sentirem necessidade. A diretora me convidou para visualizar as celas e, no fim das entrevistas, entramos na galeria B2 e na UMI, onde foi possível observar a situação relatada.

Para a higiene pessoal, o Estado fornece papel higiênico e absorvente; sabonete, desodorante, cremes e demais itens de higiene devem ser conseguidos pelas presas através da família ou, também, através da aquisição desses itens na cantina da Penitenciária com o dinheiro recebido pelo trabalho desempenhado na instituição. Alguns itens não são permitidos para uso na Penitenciária, como, por exemplo, perfumes.

Toda a alimentação é provida pelo Estado, mas as apenadas podem receber alimentos e outros itens pelos visitantes. A Penitenciária conta com o trabalho de uma nutricionista, que elabora o cardápio das refeições. São quatro as refeições do presídio: café da manhã, almoço, café da tarde e janta. Os alimentos são preparados pelas próprias presas, organizadas em dois turnos, sendo que 23 presas trabalham na cozinha pela manhã e outras 23 trabalham à tarde.

A Penitenciária conta com uma Unidade de Saúde Básica, responsável por toda a parte médica. Há atendimento psiquiátrico, ginecológico, infectologista, dentário, sendo que é possível realizar exames sempre que necessário.

Quanto à religião, a diretora informou que representantes voluntários de três religiões frequentam a Penitenciária. Trata-se das religiões evangélica, católica e espírita. Durante a semana, acontecem eventos religiosos envolvendo alguma delas, e todas as presas são convidadas a participar.

Há uma Escola de Ensino Fundamental e Médio na Penitenciária. Algumas apenadas trabalham durante o dia e estudam à noite, sendo que as aulas são ofertadas nos três turnos. A Penitenciária conta com uma biblioteca, mas, no momento de realização das entrevistas, a biblioteca estava desativada.

Quanto à remissão da pena, ela pode acontecer através do trabalho, pois há a redução de um dia de pena para cada três dias trabalhados pelas presas condenadas. Há presas que, mesmo não tendo sido ainda condenadas, trabalham. A remissão também pode ocorrer através

do estudo, sendo que, para uma determinada carga horária de estudo, é reduzido um dia de pena (a carga horária exata não foi passada pela diretora).

O trabalho das apenadas é determinado através de entrevista realizada com o pessoal da valorização humana. São identificadas as suas aptidões nessa entrevista, bem como é feito um teste pelas empresas nas quais elas podem trabalhar. Depois disso, então, é indicado o melhor trabalho. Cada mulher é remunerada com um salário mínimo regional mensal. Elas podem enviar esse dinheiro para a família ou, se preferirem, gastá-lo na cantina. Todas as presas alocadas no Madre Pelletier trabalham; caso não desejem trabalhar, elas são encaminhadas à Penitenciária de Guaíba.

As visitas acontecem semanalmente no pátio da Penitenciária. Dependendo da galeria, as visitas são no sábado (galerias B1, B2, B3 e algumas presas da C) ou no domingo (galerias C, D e B4). Além das visitas, as presas podem enviar cartas para quem está fora da prisão, as quais não são lidas pelas agentes penitenciárias.

O setor técnico da Penitenciária é responsável pela visita íntima. Essas visitas podem acontecer quinzenalmente; no entanto, a visita íntima só é garantida se as apenadas comprovam que possuem uma união estável com alguém de fora da prisão. Há salas específicas para a visita íntima, sendo que as mulheres podem ficar 2 horas com o(a) companheiro(a).

Quanto às maiores dificuldades na gestão, a diretora explicou que, no momento, é a falta de agentes penitenciárias. A equipe técnica é, segundo ela, muito boa; há, também, melhoras no que concerne à saúde em virtude da existência da Unidade de Saúde Básica, mantida juntamente com o município. Além disso, com a redução do número de presas, a gestão está com menos dificuldades, visto que, anteriormente, eram 500 mulheres. Depois da inauguração da Penitenciária de Guaíba, muitas foram transferidas para lá e, com isso, houve melhoras na gestão.

4.3 As entrevistas e as apenadas

No primeiro dia das entrevistas, 9 de abril, conversei com quatro mulheres e, no segundo dia, 10 de abril, outras cinco mulheres participaram das entrevistas⁷⁷. As entrevistas ocorreram em uma sala de atendimento da penitenciária, situada antes da entrada das

⁷⁷ Apesar de terem sido entrevistadas nove mulheres, quatro foram as entrevistas selecionadas para descrição e interpretação no presente trabalho.

principais galerias, onde ficam alocadas a maioria das presas. No momento da minha entrada na Penitenciária, foi necessária a minha identificação aos agentes penitenciários e a revista de meus pertences. Deixei o meu telefone celular na portaria, juntamente com um documento de identificação.

Depois disso, fui encaminhada para a sala da direção, onde conversei com a vice-diretora, Liana Zago. Falei sobre a quantidade de presas que eu gostaria de entrevistar, sendo que a direção poderia escolher aquelas que julgasse mais conveniente, pois os crimes cometidos por elas não eram do interesse da pesquisa. Solicitei três apenadas que estivessem na penitenciária há pouco tempo, três que lá estavam há um período de tempo médio, e outras três mulheres presas há um tempo longo.

Após breve conversa com a vice-diretora, entrevistei a primeira apenada. As três outras apenadas foram sendo chamadas na medida em que as entrevistas iam acabando. Utilizei dois gravadores digitais e, antes do início da gravação, esclareci que não as chamaria pelo nome, e que elas poderiam somente responder aos questionamentos que quisessem. Li, também, o termo de consentimento livre e esclarecido.

Perguntei a todas elas se queriam que eu as chamasse por uma cor. No primeiro dia de entrevistas, A1⁷⁸ disse que gostaria de ser chamada de Rosa⁷⁹; A2 não se manifestou, e eu disse, então, que a chamaria de Branca, já que estava vestindo uma camiseta branca embaixo do avental de trabalho; A3 mencionou um apelido, mas, por questões éticas, o apelido não pode ser aqui mencionado, sendo substituído pela cor Marrom; A4, a última apenada a ter suas falas aqui analisadas, também falou um apelido, o qual foi substituído pela cor Cinza. A1 e A2 eram presas de longo tempo; A3 era apenada de tempo médio; A4 estava há menos tempo na penitenciária.

Quando foram chamadas para a realização das entrevistas, A1, A2, A3 e A4 estavam trabalhando. Cada uma exercia uma função diferente: empresa gaúcha de cadastro de doadores e receptores de sangue⁸⁰, embalagem de temperos, cozinha e ELOS, respectivamente. O trabalho na penitenciária é uma forma de remissão da pena e é, também, uma fonte de renda, conforme mencionado pela diretora do presídio.

⁷⁸ Para a identificação das apenadas estão sendo utilizadas designações compostas de letras e números. A letra é sempre A (apenada), ao passo que o número identifica a presa na ordem em que foram chamadas para as entrevistas. A A1 é a Apenada 01, primeira apenada entrevistada.

⁷⁹ Outras duas apenadas também escolheram serem chamadas por Rosa.

⁸⁰ Trata-se da PROCERGS (Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul).

É importante mencionar que as quatro entrevistas foram transcritas⁸¹, e elas estão disponíveis para leitura em anexo⁸². As transcrições foram feitas com base em Ramilo e Freitas⁸³, sendo que o site do Projeto Norma Linguística Urbana Culta (NURC⁸⁴) também foi consultado.

(03) Imagens 03 e 04: Imagens da sala de atendimento onde foram realizadas as entrevistas⁸⁵.



⁸¹ As transcrições foram feitas por Matheus França Ragievicz, estudante do Curso de Licenciatura em Letras – Português e Espanhol da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Realeza. Matheus trabalhou no projeto de pesquisa vinculado à UFFS como bolsista de iniciação científica. As transcrições foram, posteriormente, por mim revisadas.

⁸² As transcrições encontram-se nos anexos: Anexo 06 (fala da Apenada 01), Anexo 07 (fala da Apenada 02), Anexo 08 (fala da Apenada 03) e Anexo 09 (fala da Apenada 04).

⁸³ Disponível em <<http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2001-redip-transcricao.pdf>>. Acesso em 17 de abril de 2013.

⁸⁴ Disponível em <<http://www.letras.ufrj.br/nurc-rj/>>. Acesso em 17 de abril de 2013.

⁸⁵ Fonte: arquivo pessoal.



A primeira mulher entrevistada, identificada como A1, quando da entrevista estava há cinco anos na penitenciária e ainda precisava cumprir mais um ano e meio na prisão. Ela estava com trinta e cinco anos e tinha um filho fora da prisão, que a visitava uma vez por mês. Ela decidiu ser chamada de Rosa.

No início da entrevista da segunda apenada, perguntei se ela gostaria que a chamasse por uma cor, já que não poderia chamá-la pelo nome. Ficou em silêncio: não queria escolher uma cor; não queria ser referida por nenhuma materialidade linguística. Acabei selecionando a cor Branca porque ela estava vestida de branco. Ele passará a ser identificada como A2. Ela me contou que estava presa há seis anos. Sua pena era, originalmente, de 54 anos de privação de liberdade, mas, através do trabalho que desenvolvia na penitenciária, conseguiu a remissão da pena, e permanecerá lá por mais sete anos. Ela assaltou um banco e cometeu homicídio. Em uma troca de tiros com a polícia, foi atingida, sendo que um dos projéteis a feriu no rosto, obrigando-a a inserir uma prótese ocular. Além disso, tinha a audição de um dos ouvidos afetada e havia perdido vários dentes. Os projéteis também lhe causaram dificuldades para caminhar.

Marrom, a terceira apenada entrevistada (A3), estava presa há um ano e quatro meses e, segundo ela, ainda não tinha sido ouvida pelo juiz. Ela não ficou todo o tempo na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, em Porto Alegre, pois precisou passar alguns meses em Guaíba em virtude de, em determinado momento, outras apenadas terem incendiado a

galeria na qual ela se encontrava. Quando da entrevista, tinha um casal de filhos, e seu marido estava em regime de privação de liberdade no Presídio Central, em Porto Alegre.

Assim como Marrom, a quarta apenada não escolheu uma cor, e mencionou um apelido, o qual não será aqui referido. No momento, ela trabalhava na ELO (definida por ela como uma “metalúrgica um troço assim” que fabrica relógios de luz), sendo que passou um ano e dois meses trabalhando no artesanato. Quando da entrevista, estava presa há um ano e sete meses, e trabalhou durante todo esse tempo. Tinha, à época, sessenta anos.

Quanto às entrevistas, é importante referir que elas são aqui compreendidas como um importante instrumento metodológico e analítico. O presente trabalho não tem a intenção de aprofundar uma reflexão acerca do papel da entrevista enquanto estratégia e prática de análise; contudo, deve-se trazer à tona a relevância de um debate acerca do funcionamento da entrevista no processo de materialização do discurso.

No caso das entrevistas que realizei, elas eram semi-estruturadas, ou seja, as perguntas feitas para as apenadas não obedeciam a uma ordem fixa e pré-determinada. Elaborei os questionamentos previamente, tendo por base o objeto de estudo da tese. No entanto, nem todas as perguntas foram feitas para todas as mulheres, enquanto algumas perguntas foram substituídas por outros elementos que surgiram ao longo da entrevista. O encadeamento dos questionamentos é responsável pela produção de determinados efeitos de sentidos (e não de outros). Nesse sentido, a entrevista semi-estruturada, com temas importantes de serem abordados e, ao mesmo tempo, contando com a sensibilidade do analista entrevistador, está presa a uma cadeia discursiva, dentro da qual há o que pode e deve ser perguntado/respondido (e o que não pode e não deve ser perguntado/respondido), atentando para as condições de produção do discurso (a prisão, as apenadas, a sala de entrevistas, a entrevistadora, etc.). Não se pode esquecer que, no ritual da entrevistas, também há falhas... (no que é perguntado e no que é respondido).

As respostas dadas pelas apenadas estão determinadas pelos processos de subjetivação. Interessante observar que a entrevista oral se torna uma importante estratégia na “escuta discursiva” de associações livres, as quais conduzem para a materialização de cadeias de palavras, expressões e proposições em relação metafórica. Esses elementos poderão ser mais atentamente conferidos na descrição e interpretação das falas das apenadas, mas já se salienta a importância da entrevista oral na captura dos processos de subjetivação, posto que os deslizos, os deslocamentos, os equívocos parecem estar mais presentes em função da associação livre. Essa “escuta discursiva”, conforme Ferreira (2007), teria a forma de um gesto de interpretação, exige “do analista do discurso um trabalho de “escuta” que consiste em

fazer ver ao leitor, a partir das lentes de um dispositivo teórico-analítico, a opacidade do texto, desnaturalizando o que não é natural, pondo em questão o que parece evidente e trazendo à presença o que se mostra ausente” (p. 107).

CAPÍTULO 5

DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DO ARQUIVO

A descrição e a interpretação do arquivo constituem o momento de reflexão sobre a materialidade linguística, sendo esta relacionada aos pressupostos teóricos da pesquisa. Esse momento é, na verdade, um processo que se constrói toda vez que se entra em contato com o arquivo e, novamente, com o material teórico. Trata-se de um processo sem fim, de ordem dialética, que parte de um gesto de interpretação do sujeito analista, o qual “provoca”, com o dispositivo da AD, a materialidade sob análise. Isso significa que outros pesquisadores, em outras condições de produção, atravessados por saberes diferentes, poderiam instaurar gestos interpretativos de outra ordem. Este é fator constitutivo da ciência discursiva.

A análise mostra que pensar em um movimento teórico-metodológico em Análise de Discurso requer um caminho em espiral (ROMÃO, GALLI & PATTI, 2010), constituído por idas e vindas, proximidades e afastamentos, em relação ao arquivo e à memória, ressaltando que são intangíveis. No entanto, sempre que acontece uma aproximação ou um retorno, nunca o movimento é para o mesmo lugar. Se assim fosse, o caminho seria pendular, mas, por ser em espiral, sempre há um deslocamento, ou seja, é impossível voltar a ser o mesmo.

A própria noção de arquivo, por se situar entre a materialidade da língua e a materialidade da história (PÊCHEUX, 2010), garante essa instabilidade na qual é constituído o fazer analítico. É em função de o arquivo não estar preso a um efeito de transparência ligado ao esquecimento da ausência de furos no processo de interpelação ideológica que se pode afirmar que ele não é todo. O que dele é acessível (ou lembrado, se relacionado à memória) é em função da atuação da ideologia nas condições materiais de existência, sendo determinado por um efeito de completude próprio do funcionamento do discurso.

É com base nisso que a noção de arquivo é calcada no entendimento de Romão, Ferreira e Dela-Silva (2011): “se entendermos arquivo como um lugar discursivo que nos permite acompanhar as práticas discursivas realizadas em determinadas culturas, podemos considerá-lo como um “lugar de observatório”, o que é muito mais do que considerá-lo como “*corpus*”” (p. 16 [grifo das autoras]). As autoras afirmam que o arquivo não só concerne à materialidade sendo analisada, mas, também, à forma como é observado o seu funcionamento em determinada formação social.

Nessa dialética entre prática analítica e constituição do arquivo, constrói-se uma descrição e uma interpretação ancoradas teoricamente nos pressupostos da Análise do

Discurso. Podemos retornar à fala de Ferreira (2011a), epígrafe do primeiro capítulo desta tese. A autora refere que *tudo não se diz* e *todo não se é*. Relacionando essas duas orações à noção de arquivo, podemos concluir que, respectivamente, o arquivo, constituído por determinada materialidade, nunca está completo (pois tudo não se diz) e que o analista, cuja constituição subjetiva apresenta falhas e contradições, fará gestos de interpretação os quais serão compreendidos como possibilidades dentre muitos pontos de deriva (pois todo não se é). Essa falta constitutiva do próprio analista tem efeitos no processo de descrição e interpretação do arquivo. Em função disso, o analista deve tomar o cuidado (como se fosse possível exercer esse controle) de não deixar a deriva interpretativa cair no excesso, na falta ou no estranhamento, seguindo na esteira de Ernst (2009).

No presente texto, temos a seleção de algumas falas das apenadas a partir do arquivo que se constituiu com a gravação de entrevistas. Podemos então perceber a incompletude deste arquivo: dentre as 271 apenadas alocadas na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, foram selecionadas nove para as entrevistas. Essas nove apenadas foram eleitas pela vice-diretora da instituição prisional. Das nove apenadas entrevistadas, foram consideradas quatro para a descrição e análise na presente pesquisa. Aí já se tem um duplo movimento de restrição do arquivo: a seleção das apenadas pela vice-diretora e a seleção das apenadas pela pesquisadora (duas seleções determinadas ideologicamente). Finalmente, as falas das quatro apenadas sofreram recortes⁸⁶ (costuras, suturas, talhes, preenchimentos), oriundos do processo de análise característico do dispositivo da Análise do Discurso. Também é possível dizer que os próprios corpos das apenadas foram recortados a partir das palavras que utilizaram para falar sobre os seus corpos. Mais uma vez: *tudo não se diz, todo não se é...*

Nesse sentido, no que diz respeito ao processo de análise do arquivo, pode-se dizer que não há, no campo da Análise do Discurso, uma análise “correta”, a qual seria filha de uma tradição cartesiana e de um modelo positivista, racionalista de ciência. Na verdade, a relação entre dispositivo teórico-analítico e materialidade linguística é singular, afetada inconsciente e ideologicamente, assim como todas as outras práticas da sociedade também o são. O sentido escapa sempre, sendo o arquivo lugar de possibilidade de deriva. Conforme Ferreira (2011a), trata-se de um trabalho de escuta discursiva: “escuta que consiste em fazer ver, a partir das lentes de um dispositivo teórico-analítico, a opacidade do objeto discursivo, desnaturalizando os sentidos que o caracterizam, pondo em questão as evidências que o cercam e trazendo à

⁸⁶ Embaso a realização dos recortes referidos conforme o mencionado por Lagazzi (2011), a saber, “o gesto analítico de recortar visa ao funcionamento discursivo na incompletude do texto” (p. 401).

presença o que se mostra ausente” (p. 95). Esse movimento é teórico, político, ideológico e, também, militante.

Ainda é necessário lembrar que as perguntas feitas para as apenadas partiram de um questionário semi-estruturado. Os questionamentos não foram colocados em uma ordem pré-estabelecida, e as perguntas aconteciam dependendo daquilo que estava sendo tratado pelas apenadas. Nesse sentido, vale referir que as apenadas não disseram *qualquer coisa*: estavam determinadas tanto pelas condições de produção do discurso quanto pelas formações imaginárias, ou seja, “o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1997, p. 82 [grifos do autor]), afetadas pelos dois esquecimentos (revelando, portanto, a atuação do inconsciente). Tais determinações são de ordem sócio-histórico-ideológica (e, pelo escape, desejanste).

Quatro das seis seções que constituem o presente capítulo dizem respeito às análises das falas das apenadas. Cada uma dessas seções contempla uma discussão embasada nos elementos teóricos dos primeiros capítulos da tese: prisão, língua(gem) e corpo relacionados à subjetividade. Optou-se por analisar as falas das apenadas separadamente, a fim de não classificar as falas de cada apenada, posto que os processos discursivos ocorrem de forma dispersa e interdependente. As noções trazidas para a reflexão, a saber, *corpolingüagem discursivo* e *en§elamento social*, são consideradas a partir dos efeitos de sentido estabelecidos a partir das sequências discursivas selecionadas para análise, efeitos considerados intrinsecamente relacionados, inseparáveis. A sexta e última seção do capítulo, intitulada “Só há causa daquilo que falha”, é aquela que o encerra, buscando trazer uma contribuição teórica para a Análise do Discurso. Começaremos o capítulo com um debate voltado para a configuração das formações discursivas.

5.1 A configuração das formações discursivas

O dispositivo teórico-analítico da Análise do Discurso permite que, no processo dialético da constituição da descrição e interpretação do arquivo, sejam mobilizadas as noções consideradas mais pertinentes para a análise. No presente trabalho, já observo a necessidade de recrutar a noção de *formação ideológica* (FI), pois cada FI representa uma das instituições presentes na estrutura social, não esquecendo que as instituições são compreendidas como o Aparelhos Ideológicos de Estado (PÊCHEUX, 2009a). Inevitavelmente, a noção de *formação discursiva* (FD) é de extrema importância, em função das identificações-contratificações-

desidentificações características dos processos de subjetivação⁸⁷, os quais se dão a partir da relação do sujeito com a formação discursiva. É com base nesta noção que será possível identificar as contradições presentes-ausentes nas materialidades sob análise. As marcas linguístico-prosódicas conduzirão para um debate sobre os processos de subjetivação, os quais não existem desvinculados da instância inconsciente. Aí entrará a relação da linguagem com o corpo (e com o discurso) na constituição da subjetividade. Entendo que, no dispositivo da AD, a noção de formação discursiva funcionará como eixo norteador da presente análise.

Compreendendo que a ideologia tem uma existência material (ALTHUSSER, 2008), partimos da materialidade linguístico-prosódica das falas das apenadas para discutir sobre como a ideologia atua nos processos de subjetivação, ou seja, no processo de interpelação ideológica. Tal procedimento será fundamental para o entendimento da relação entre história, corpo e linguagem. A partir da identificação das formações discursivas atuantes nos processos de subjetivação no cárcere feminino será possível elencar outros elementos constitutivos dos processos de subjetivação, atentando para as delimitações, inversões e deslocamentos possibilitados pela materialidade em investigação.

Quanto ao processo de interpelação ideológica, vale a pena atentar para o que Pêcheux menciona em “Semântica e Discurso”, quando aborda o efeito Münchhausen (o efeito fantástico pelo qual o indivíduo é interpelado em sujeito). O sujeito de direito e o sujeito ideológico são vinculados pelo processo de interpelação, responsável pela evidência do sujeito como “único, insubstituível e idêntico a si mesmo” e pela evidência do sentido. Difícil é, para Pêcheux, neste momento de sua *aventura teórica*, versar sobre as relações entre inconsciente e ideologia, sendo dada maior ênfase ao *imaginário*. Mais sobre essa ligação será abordado ao longo do capítulo, atentando para a relação entre discurso, corpo e linguagem nos processos de subjetivação, sem esquecer das reflexões posteriores de Pêcheux, nas quais aprofundou sua compreensão sobre as falhas constitutivas do ritual de interpelação ideológica.

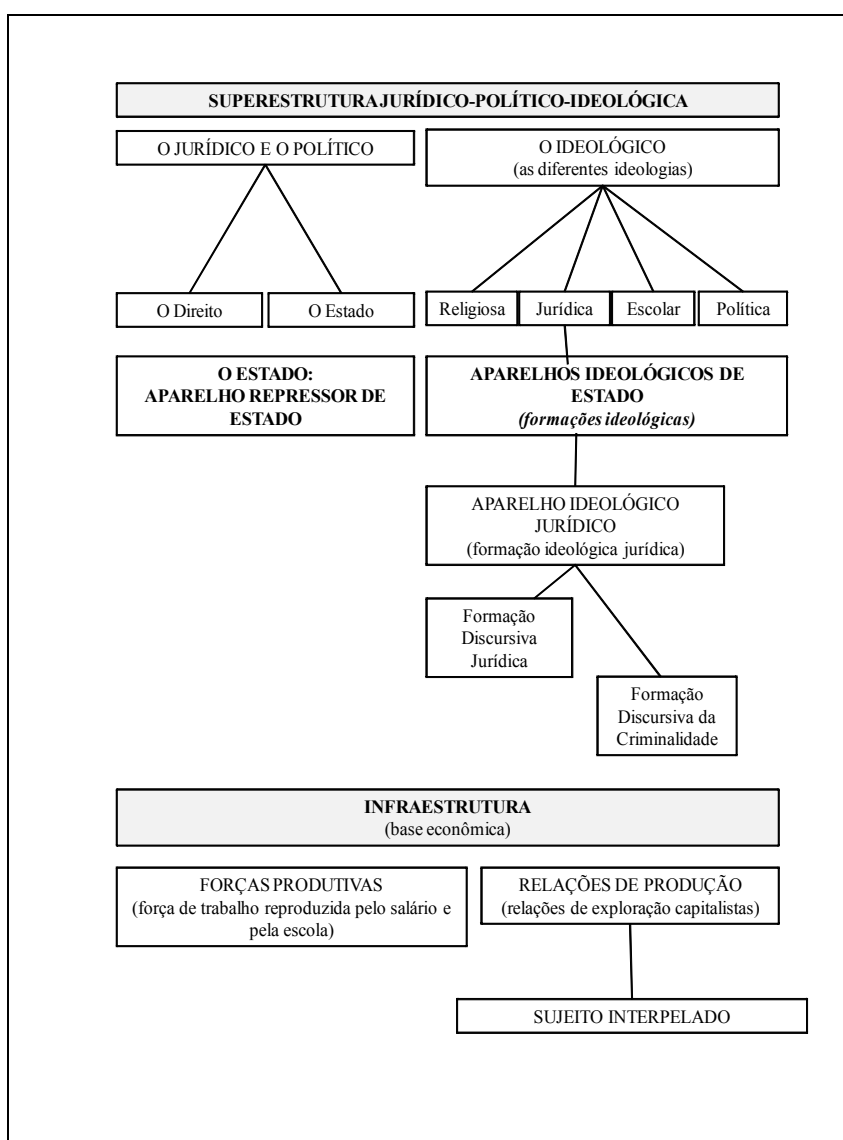
Sendo assim, é necessário estabelecer aqui as formações discursivas que servirão de base para a análise. A justificativa para a escolha das FDs está amparada na teoria da Análise do Discurso e, também, nas próprias falas das apenadas. Não se trata, portanto, de uma escolha feita *a priori*: por motivos de ordem didática, entende-se que a explicação da configuração das FDs se faz necessária no momento anterior da apresentação das análises.

⁸⁷ Em alguns trabalhos em AD ainda se encontra a expressão *formação discursiva do sujeito*. Na verdade, os sujeitos se identificam com os saberes de uma formação discursiva ou de outra, tomando uma posição a partir das posições-sujeito que coexistem na FD, sendo que a identificação não se dá sem tensões, as quais são próprias dos processos discursivos. A FD não pode ser *do* sujeito, posto que é social e opera no processo de interpelação ideológica.

Contudo, ressalta-se que só foi possível realizar esta configuração através de gestos de interpretação anteriores, os quais conduziram para a definição que será aqui mostrada.

Antes de serem apresentadas as FDs, resgato a forma como opera o processo de interpelação ideológica na leitura que Michel Pêcheux faz de Louis Althusser. Em (04) observamos um quadro no qual são apresentados os níveis componentes da estrutura social e, também, as instâncias pertencentes ao nível da superestrutura e ao nível da infraestrutura. Nele já estão colocadas as formações discursivas com as quais trabalharemos neste estudo.

(04) Imagem 05: Quadro que representa o processo de interpelação ideológica na estrutura social.



Duas são as principais formações discursivas nas quais o processo de descrição e interpretação do arquivo se embasará: a formação discursiva vinculada ao Direito e a

formação discursiva ligada ao avesso do Direito, presente nele como pressuposto. Esta segunda formação discursiva será compreendida como aquela da violação da Lei, resistente ao Direito. A nomeação de ambas é, portanto, Formação Discursiva da Justiça (FD1), de um lado, e Formação Discursiva da Criminalidade (FD2), de outro. Entende-se que a formação discursiva dominante é a da Justiça, vinculada à formação ideológica jurídica (a qual representa o Aparelho Ideológico de Estado Jurídico). Apesar de a formação discursiva da Criminalidade estar *fora da lei*, é efeito da contradição constitutiva do Aparelho Ideológico de Estado Jurídico, e o Aparelho Repressivo visa a recalcar a sua existência através da repressão, a fim de que o sujeito, individualizado pelo Estado, não se identifique com a Criminalidade.

Ao falarmos aqui em FDs, nos posicionamos contra uma visão que aprisiona essa noção a somente alguns discursos possíveis, justamente porque a existência material das formações discursivas se dá através do processo de interpelação do indivíduo em sujeito, o qual é constituído por uma *estrutura do desconhecimento* (ALTHUSSER, 1985) regida pela pulsão. As Formações Discursivas, na compreensão de Michel Pêcheux, não são blocos homogêneos, imutáveis e estáveis. Se assim fosse, a identificação do sujeito seria sempre plena, sem falhas⁸⁸. Na verdade, a interferência da constituição subjetiva nos processos de subjetivação, ou seja, dos elementos referentes à singularidade do sujeito, vinculados ao inconsciente e, portanto, à relação entre linguagem, corpo e discurso, possibilitam a emergência de sentidos imprevistos pela Formação Discursiva, o que atesta a sua heterogeneidade e a impossibilidade de ser somente um recorte determinado do interdiscurso (CAZARIN, 2010). São justamente esses movimentos discursivos que possibilitam as inversões e os deslocamentos, que, nos processos de subjetivação, fazem referência à contraidentificação e à desidentificação, os quais podem ser ocasionados, primeiramente, por uma falha no ritual da interpelação ideológica.

Apesar do acima exposto, não se pode compreender que toda falha no ritual seja uma contraidentificação à formação discursiva dominante no processo de interpelação, pois, na própria formação discursiva, há a presença do outro discurso, pois ela é constitutivamente contraditória, heterogênea. O discurso outro é necessário para a constituição do discurso-um. Consoante Indursky (2008), a unicidade, o desdobramento e a fragmentação são presentes nos processos de subjetivação. O sujeito se subjetiva a partir de identificações: ele sempre está identificado a uma posição-sujeito na formação discursiva, seja ela a dominante ou não.

⁸⁸ Talvez a identificação, de forma plena, possa ser equivalente àquilo que Arendt (1999) chama de “o não pensar”, no qual estaria embasada a “banalidade do mal”, conforme explicitado anteriormente.

Na esteira de Foucault (2009), pode-se afirmar que a formação discursiva busca organizar uma regularidade de discursos; no entanto, não se pode ignorar a relação íntima existente entre unidade e dispersão presentes na aparente regularidade. Desse modo, o conceito de formação discursiva já se mostra contraditório, o que revela a dificuldade de se enclausurar os discursos em uma região delimitada⁸⁹. Pode-se pensar, para o conceito de FD, que sua estrutura seria equivalente àquela da topologia da fita de Moebius: presença e ausência em um *continuum*, pois a fita possui apenas uma face. Ao mesmo tempo em que a regularidade de determinados discursos se mostra presente, ela é constituída pelo seu avesso, ilusoriamente ausente (mas na mesma face, ou seja, na mesma formação discursiva).

(05) Imagem 06: Imagem que representa a Fita de Moebius^{90 91}.



Admitimos, então, duas formações discursivas que estariam, em seu jogo político conflituoso, determinando os processos de subjetivação das apenas entrevistadas. São elas: a FD da Justiça e a FD da Criminalidade. Saliento que não considero que a interpelação aconteça por somente uma FD, mas, na verdade, pela disputa entre elas no *conjunto completo dos aparelhos ideológicos de Estado* que a formação social comporta (PÊCHEUX, 2009a), pelas relações de contradição-desigualdade-subordinação entre os saberes do interdiscurso. Apesar de isso estar, de certo modo, pressuposto na Análise do Discurso, é importante destacar que, no processo de interpelação ideológica, o mais importante é o conflito entre as

⁸⁹ Isso também atesta a própria dificuldade de se trabalhar com o dispositivo teórico-analítico da AD, evitando cair em julgamentos oriundos de uma *intuição analítica*, de um lado, e em uma análise de conteúdo, de outro.

⁹⁰ Imagem retirada do site http://revistagalileu.globo.com/EditoraGlobo/componentes/article/edg_print/1,3916,560640-2680-1,00.html. Acesso em 24 de janeiro de 2014.

⁹¹ A fita de Möbius é “um mistério da matemática, cujo nome está relacionado com August Möbius, um matemático alemão que viveu entre 1790 e 1868. O problema topológico está ainda por resolver em termos matemáticos.

A Fita de Möbius tem apenas um lado contínuo, ao contrário da forma cilíndrica, que tem dois lados – o interior e o exterior. A sua observação revelará que a Fita, tendo apenas um limite contínuo, dá origem a *um anel*, que acaba por *convergir consigo própria*.

Desde meados do século passado que os matemáticos têm vindo cada vez mais a recusar-se a aceitar uma “solução” para um problema matemático como “obviamente verdadeira”, dado que muitas vezes a “solução” torna-se o problema” (ANSHEN, 1994, p. 13 [grifos da autora]).

formações discursivas, e não somente aquela que está determinando o sujeito de forma mais “plena” (entende-se que, na maioria dos processos de subjetivação, ocorrerá a predominância dos discursos de uma formação discursiva), ou seja, aquela da “plena”⁹² identificação do sujeito (lembrando que a formação discursiva dominante nem sempre é a FD que interpela os sujeitos, mas que está, naquela conjuntura sócio-histórica, em uma posição de dominância em relação às outras formações discursivas). É possível que se perceba, em função da coerção do Aparelho Repressivo de Estado, processos de subjetivação em conflito entre as duas formações discursivas citadas.

Também vale a pena referir que as formações discursivas, por serem heterogêneas e incompletas, dispersão e unidade concomitantemente, são constituídas por furos (o furo da própria fita de Moebius). São eles que permitem a compreensão das formações discursivas não como blocos homogêneos de discursos, impenetráveis e dependentes, mas, na verdade, como redes interdiscursivas que, em determinada conjuntura sócio-histórica, organizadas por uma formação ideológica, possuem maior identificação entre si, sendo possível a tomada de diferentes posições dentro da mesma formação discursiva. Nesse sentido, tanto a alienação quanto a separação⁹³ são necessárias para que o sujeito não fique preso a um processo sem fim de reprodução de discursos. Pode-se dizer que a criminalidade seria o furo constitutivo da Lei, o impossível da superestrutura.

A superestrutura, dividida em duas instâncias, tem nos Aparelhos Ideológicos de Estado o funcionamento, de forma maciça e predominante, da ideologia, ao passo que é o Aparelho Repressor de Estado que faz funcionar, de forma maciça e predominante, a violência. Contudo, ideologia e repressão atuam em ambas as instâncias, tanto na jurídico-política (o Estado) quanto na ideológica (os Aparelhos). É por isso que, pensando na instituição penal, pode-se mencionar que se trata de uma instituição na qual tanto a ideologia quanto a violência (que também pode se manifestar por formas não-físicas) estão nela atuando por meio do Estado.

Aí identificamos a contradição constitutiva do ARE. O seu objetivo é garantir que não seja contraditório, ou seja, suas práticas devem estar vinculadas a saberes inquestionáveis, visto serem amparadas na Lei. Contudo, em função de a ideologia estar, também, nele

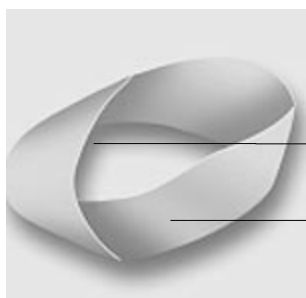
⁹² O presente trabalho pretende questionar essa identificação *plena*, justamente porque não se assume que as formações discursivas sejam homogêneas e estáveis, indo na esteira dos questionamentos levantados por Michel Pêcheux no Anexo III da obra “Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio”.

⁹³ Para Lacan (2008), os conceitos de alienação e separação dizem respeito à relação do sujeito com o Outro. Aqui faço referência aos dois elementos do pensamento lacaniano pensando nos processos de subjetivação: talvez seja possível estender esses conceitos para a compreensão do processo de interpelação ideológica e pensar que a contraidentificação exige uma separação, um afastamento (a tomada de outra posição), do discurso da ideologia dominante (mas o sujeito segue sendo constituído por ela).

presente (mas não de forma maciça e predominante), há, sim, a possibilidade de contradição, de falha no ritual de reprodução da repressão, pois também possui um furo constitutivo. O Aparelho Repressivo não pode ser vinculado a uma formação ideológica, pois sua existência não admite antagonismo; contudo, a contradição também é dele constitutiva, pois, por possuir uma existência material, tem a opacidade garantida. A criminalidade seria o avesso da superestrutura, é a contradição por excelência, a qual denuncia as falhas no processo de interpelação ideológica e as falhas da própria superestrutura, pois ela não interpela plenamente a todos. A Lei existe para tentar “recalcar” a criminalidade, transformando-a em um “defeito” da sociedade de direito.

A instância jurídica atua tanto no ARE quanto na instância ideológica enquanto um AIE. Conforme Althusser (2008), “o “Direito” faz parte, simultaneamente, do Aparelho (repressor) de Estado e do sistema dos AIE” (p. 264)⁹⁴. É por isso que é possível a existência de duas formações discursivas: a da Justiça e a da Criminalidade. Elas estão vinculadas à formação ideológica jurídica, a qual representa o Aparelho Ideológico de Estado Jurídico. Os sujeitos que se identificam com a FD da Criminalidade, podem ou não ser objeto de ação da Justiça (via ARE). Sendo assim, na formação social, há sujeitos que se identificam com a formação discursiva da Criminalidade e sofrem a coerção do ARE; há, também, sujeitos que, igualmente, identificam-se com a formação discursiva da Criminalidade e estão em liberdade. Da mesma forma, há sujeitos que se identificam com a formação discursiva da Justiça e estão livres, bem como há sujeitos que se identificam com a formação discursiva da Justiça e sofrem a coerção do ARE. Há, aí, a contradição das formações discursivas, representadas pela Fita de Moebius⁹⁵, e essas contradições podem ser interpretadas no dispositivo da AD através da noção de posição-sujeito.

(06) Imagem 07: A Formação Discursiva da Justiça.



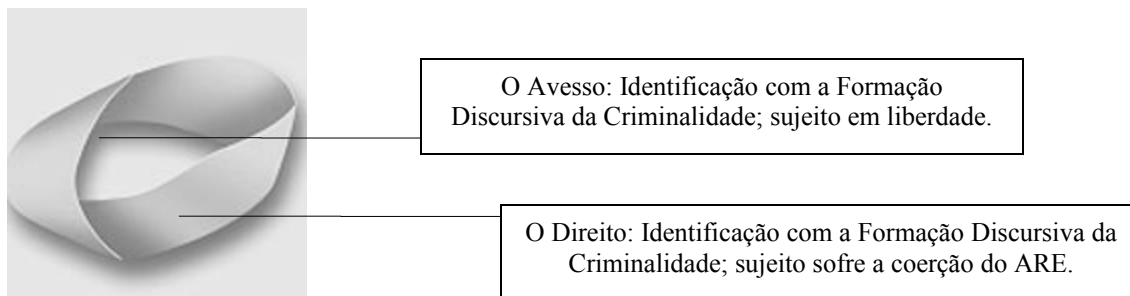
O Averso: Identificação com a Formação Discursiva da Justiça; sujeito sofre a coerção do ARE.

O Direito: Identificação com a Formação Discursiva da Justiça; sujeito em liberdade.

⁹⁴ Althusser (2008) ainda afirma que “uma coisa é agir por meio de leis e decretos no Aparelho (repressor) de Estado e outra “agir” por intermédio da ideologia dominante nos Aparelhos ideológicos de Estado” (p. 266).

⁹⁵ Esta análise não esquece da heterogeneidade das formações discursivas; para fins explicativos, pareceu melhor operar com a generalização: em “sujeitos que se identificam com a formação discursiva da criminalidade”, por exemplo, não está pressuposto que essa identificação é plena.

(07) Imagem 08: A Formação Discursiva da Criminalidade.



Perecebe-se, na configuração proposta, que os processos de subjetivação não podem ser compreendidos desvinculados da prática, posto que a interpelação possui existência material. O “Averso” diz respeito àquilo que não é previsto pela FD, mas a constitui por uma aparente ausência, ao passo que o “Direito” seria o sentido evidente. O processo de reprodução das relações de produção é, portanto, um ritual com falhas. Essas falhas podem ensejar uma torção maior da fita, até que a formação discursiva se desfça e dê lugar a outras configurações possíveis na organização do interdiscurso, o que geraria, conforme Indursky (2008), o acontecimento discursivo.

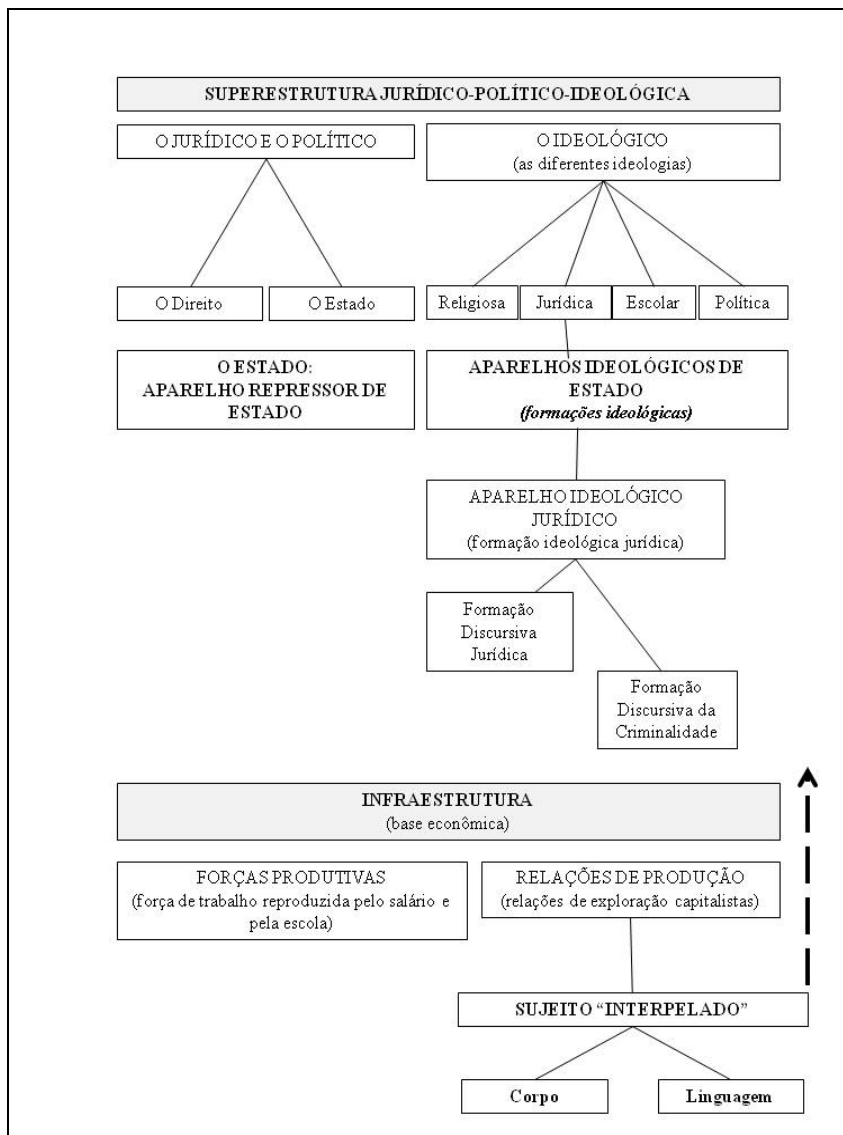
A partir da leitura proposta, afirma-se que o processo de subjetivação no qual ocorre a identificação com a Formação Discursiva da Criminalidade é determinado, em primeira instância, por uma desidentificação do sujeito para com a Justiça, posto que cometeu um crime, não se identificando com a forma-sujeito de direito. Nesse sentido, as modalidades de subjetivação funcionam, nesses sujeitos, às avessas, ou seja, aquele que foi objeto da coerção do Estado não se identifica, *supostamente*, com a ideologia dominante. Uma interpretação possível é de que as apenas entrevistadas, ao terem se identificado com a FD da Criminalidade, seriam desidentificadas com a FD da Justiça. Ao se transformar em sujeito de linguagem, com a inscrição do sujeito na ordem simbólica, ocorre, concomitantemente, a inscrição do sujeito na forma-sujeito de direito. Por isso talvez seja possível afirmar que a primeira identificação do sujeito é com a FD da Justiça, para, então, se desidentificar a ela.

Para seguirmos com essa teorização acerca da configuração das formações discursivas, é preciso trazer alguns elementos oriundos da teoria da subjetividade de natureza psicanalítica. Com base nela, quatro afirmações surgem: (i) o recalque inconsciente e o assujeitamento imaginário estão materialmente ligados; (ii) a ligação material entre o recalque inconsciente e o assujeitamento imaginário se dá pelo processo do Significante na

interpelação e na identificação; (iii) através do processo do Significante na interpelação e na identificação se realizam as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção; e (iv) por o sujeito ser compreendido como um intervalo entre significantes, o lapso é possível de ocorrer, podendo ocasionar, por conseguinte, a transformação nas relações de produção.

Com base nisso, trago o quadro apresentado em (08), no qual podemos visualizar como a resistência (e a possibilidade de transformação) se manifestaria na estrutura social, a partir da infraestrutura, sendo estabelecida uma relação entre inconsciente e ideologia.

(08) Imagem 09: Quadro que representa o processo de interpelação ideológica na estrutura social (com a possibilidade de resistência).



O sujeito é compreendido como “interpelado” porque, através da tomada de consciência, pode mudar as relações de produção as quais é convocado a reproduzir. Além disso, pela relação entre corpo e linguagem na constituição dos processos de subjetivação pode-se dar abertura para o inconsciente emergir materialmente, o que garante uma subversão na relação entre inconsciente e ideologia. O que é da ordem do inconsciente pode provocar diferenças na relação do sujeito com a ideologia. Corpo e linguagem têm efeitos discursivos e são, também, constituídos pelo discurso. Aí está, então, o processo de interpelação ideológica afetado por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica).

Com base nos efeitos da relação entre discurso, corpo e linguagem nos processos de subjetivação esta reflexão pretende abordar os efeitos de sentido materializados nas falas das apenadas, buscando identificar elementos de resistência e de subordinação, de contradição e de desigualdade. A prisão, enquanto parte do Aparelho Repressivo de Estado, é lugar privilegiado para se observar essas relações. Que efeito terão essas condições de produção nos processos de subjetivação? Esta é uma das questões a que o trabalho se dispõe responder.

5.2 “Eu furei minha língua foi com uma agulha de crochê”: a Apenada 01

Uma leitura inicial da fala da primeira apenada entrevistada aponta para uma possível identificação dela com a Formação Discursiva da Justiça (FD1). A primeira sequência discursiva selecionada já adianta a forma como a apenada é interpelada ideologicamente via Aparelho Repressivo de Estado, ou seja, é possível tratar, com base na SD01-A1⁹⁶, sobre os sentidos com os quais ela se identifica em sua relação com a instituição prisional, o braço executor da Justiça. Como pode ser observado, há, nesta SD, dois elementos para os quais se deve atentar: o comprimento do ditongo em FOI e, também, a citação do artigo que legisla sobre o crime cometido por ela.

(SD01-A1) o que aconteceu foi:..... homicídio... né... cento e vinte um u artigo... e:: foi o que me trouxe pra cá... né... foi... um crime passional

Com base na fala da A1, interpreto que ela parece se identificar, nesse primeiro momento, com a FD1. No nível prosódico, identifico que o prolongamento do ditongo antes

⁹⁶ As sequências discursivas foram organizadas conforme a seguinte fórmula: SDn-An. Primeiramente, é colocado o número da SD para, em seguida, ser inserido o número da apenada que falou a SD mencionada. Na SD01-A1, por exemplo, temos a primeira sequência discursiva recortada da fala da Apenada 01.

de dizer que o crime cometido tinha sido homicídio indica a insegurança em revelar esse fato, escolhendo a melhor materialidade lexical para representar o seu delito, tendo sido escolhida a palavra *homicídio*. Em seguida, a apenada revela, inclusive, o artigo do crime no código penal, amparando-se na lei para falar sobre o assunto. Esses dois elementos, a partir da análise dessa primeira SD, conduzem à interpretação de que, na verdade, A1 se identifica com a FD1; no entanto, ela cometeu um crime e o confessou, o que indica a sua identificação com a FD2 também. Aí podemos perceber a divisão do sujeito no conflito entre as formações discursivas. Essas duas primeiras materialidades, uma prosódica e outra lexical, conduzem para esse primeiro gesto de interpretação.

Será que o item lexical *homicídio* poderia ter sido substituído por *eu matei alguém*? Será que o número do artigo poderia ter sido substituído por uma descrição do seu crime? Ainda pode ser perguntado: será que *um crime passionnal* poderia ter sido substituído por *matei por amor*? Os significantes em jogo revelam a identificação de A1 com o discurso da Justiça, revelando uma coerção oriunda do ARE. O efeito de sentido que emerge da relação com o não-dito traz à tona metáforas que caracterizam o processo de interpelação do indivíduo em sujeito: *uma outra coisa*, substituindo o que foi dito, define o *um (uma coisa por outra...* a definição de metáfora de Lacan retomada por Pêcheux). As substituições aqui operadas podem materializar um processo de subjetivação de um sujeito que se retira do seu próprio dizer, que atribui a responsabilidade de sua identificação (e de sua subjetivação) ao Estado. Além disso, a apenada menciona que o homicídio foi o que a trouxe para a prisão, sendo atribuído ao Estado o papel de instituição punitiva por excelência.

Não se trata aqui de pensar que a apenada, ao longo dos seus cinco anos na prisão, arrependeu-se do crime cometido em função da *punição*. Na verdade, percebemos uma identificação de A1 com a Formação Discursiva Jurídica, anterior à prisão, como será discutido mais adiante; no entanto, em função das circunstâncias, acabou sendo impelida ao ato, ou seja, ao homicídio. Lembrando Birman (2006), parece que, na contemporaneidade, vivemos a *passagem ao ato* ao invés do *acting out* (conversão histórica); isso significa que, antes do processo de simbolização, característico da modernidade, o sujeito transforma o impossível de simbolizar em ato.

A apenada, de acordo com a interpretação proposta, não mudou de opinião ao entrar na prisão, levando à interpretação, portanto, de que essa instituição não estaria agindo na ressocialização dos sujeitos através de ações que promovam a reflexão sobre os conflitos que esses sujeitos têm com a lei, com base no fomento de ações cidadãs, que visem à reinserção desses sujeitos na sociedade de forma digna. Sendo assim, em consonância com o pensamento

foucaultiano, a prisão parece ser, desde já, o lugar da punição por excelência. Pode ser que o preso se modifique e passe a se desidentificar com os saberes da criminalidade na prisão; no entanto, esse processo poderia ser associado ao discurso religioso ou ao discurso familiar, e não ao discurso jurídico e a ações humanizantes por parte do Aparelho de Estado. Atuam, em conjunto, diferentes aparelhos na tentativa de afastar os sujeitos da criminalidade, e, tamb[em], de mantê-los identificados a ela.

A segunda SD recortada do arquivo também aponta para essa identificação da apenada com o discurso jurídico, como pode ser observado.

(SD02-A1) foi por causa disso que acabei vindo pra cá eh:... né... mas eu nunca fui do crime sempre trabalhei minha família toda trabalhadora não tem envolvimento nenhum com o crime foi tipo... um... aCAso assim sabe um fato isoLAdo na família... não que seja né... normal isso na minha família

A conjunção adversativa *mas* direciona a interpretação para uma outra “região” do interdiscurso, ou melhor, para outro conjunto de discursos que são atualizados do interdiscurso, organizados na formação discursiva que representa os saberes da lei. Courtine (2009) explica isso a partir da noção de enunciado dividido, trazendo para a formulação saberes antagônicos. Esses saberes materializam diferentes posições-sujeito que podem atuar na constituição de uma formação discursiva. Sendo assim, apesar de ter entrado na prisão por ter cometido um crime e, também, por ter assumido a autoria do crime, A1 busca provocar no interlocutor a interpretação de que ela se identifica, na verdade, com a lei, pois “nunca fui do crime”, “sempre trabalhei”, “não tem envolvimento nenhum com o crime”, “foi um aCAso”, “um fato isoLAdo na família”. Esses enunciados parecem se relacionar com o avesso da Formação Discursiva da Justiça.

Chama a atenção o fato de A1 ter repetido, de diferentes maneiras, que não possui relação com a criminalidade, utilizando os advérbios de tempo *nunca* e *sempre*, bem como o pronome indefinido *nenhum* para atribuir mais ênfase ao fato de que *não é do crime*. Quando não utilizou elementos linguísticos no eixo intradiscursivo, materializou esse sentido com elementos de ordem prosódica. No nível das formações imaginárias, a necessidade de provocar na interlocutora a interpretação de que não era do crime ocasionou não somente a repetição, mas, também, a modificação na entonação em determinados itens lexicais, tal como acontece em “aCAso” e “isoLAdo”, nas quais as sílabas de maior tonicidade ganham uma força entonacional maior. As palavras “acaso” e “isolado”, dois adjetivos nesse contexto linguístico, buscam caracterizar o crime como algo nunca antes realizado por ela, tampouco pela sua família, o que ainda a vincula mais à FD Jurídica.

Esse excesso presente nas expressões referidas indica a atuação do esquecimento número 2, de ordem pré-consciente. Parece que a apenada tenta, através da materialidade linguística, provocar no interlocutor a interpretação literal do que ela enuncia, de forma que o sentido não escape para outro lugar no qual ela não possui controle.

Além da identificação da apenada com a lei, percebe-se uma estreita relação com a formação ideológica da instituição familiar. A intervenção da formação ideológica familiar se dá através da associação de “nunca fui do crime” à “sempre trabalhei minha família toda trabalhadora não tem envolvimento nenhum com o crime” por um efeito metafórico. Ser de família trabalhadora implica não ter envolvimento nenhum com crime. O crime cometido por ela é um fato “isoLAdo”, um “aCAso”, isto é, o crime passional parece não se configurar enquanto crime para a apenada. São, portanto, diferentes efeitos de sentido para o significante *crime*. Contudo, algo aconteceu na sua família para que a apenada tenha cometido um crime passional. Esse “fato isolado” é justamente o que provoca a falha no ritual da interpelação; no caso, a falha se manifestou através da passagem ao ato por meio da violência: o Real em ato.

Em seguida, A1 foi questionada sobre a vida dela na penitenciária. A resposta está transcrita na SD03-A1.

(SD03-A1) é bem difícil... é bem difícil por causo que a maioria das pessoas que tão aqui são tipo todo envolvido no crime né... então pra eles:: né pra elas assim o crime é tudo né... tipo... a polícia errada os criminoso são certo... e pra mim na minha criação né pra mim: sempre a polícia vai sê certa sempre a justiça vai sabe?

A apenada, na SD03-A1, reatualiza discursos que revelam a sua identificação com a formação discursiva da Justiça. Ao “classificar” dois tipos de apenadas, aquelas que são envolvidas no crime e, por conseguinte, aquelas que não são envolvidas no crime, coloca em evidência dois processos de identificação, os quais remetem à dominação de duas formações discursivas diferentes na formação ideológica jurídica. Segundo a fala da A1, poderíamos concluir que a formação discursiva dominante nesta formação ideológica é a FD da Criminalidade, posto que “a maioria das pessoas que tão aqui são tipo todo envolvido no crime”.

No entanto, quando pensamos no Aparelho Repressivo de Estado, não podemos deixar de considerar os sujeitos que são autorizados pela superestrutura político-jurídico-ideológica-repressiva a circular dentro dele. Trata-se, no caso, de pessoas que ocupam cargos públicos da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul (SUSEPE), e que se comunicam diariamente com as presas ao exercerem as suas funções na execução de seus

trabalhos. As agentes penitenciárias, mais especificamente, têm contato direto com as apenadas, e podem tanto exercer práticas que reproduzem os saberes da formação discursiva da justiça quanto podem, da mesma forma, reproduzir os saberes da formação discursiva da criminalidade. Não se sabe, portanto, como se daria a relação dominante X dominado no que concerne ao embate entre essas formações discursivas. Consideramos, todavia, a formação discursiva dominante como a da Justiça em função de a lei ser o fator determinante da posição que esses sujeitos presos ocupam na formação social, ou seja, se não fosse pela intervenção judiciária, as apenadas, provavelmente, estariam sem privação de liberdade. Além disso, a forma-sujeito capitalista se vincula ao sujeito-de-direito (fora da prisão). Os sujeitos estão presos para que aqueles em liberdade possam seguir se identificando com essa forma-sujeito, determinados pelo discurso jurídico.

A apenada afirma que considera que a polícia sempre será a certa, enquanto para “elas” a polícia é errada. Ela atribui essa identificação à sua criação. Mais uma vez, A1 faz referência à família para se contraidentificar à criminalidade. Além disso, deve-se considerar a forma como a apenada faz referência às presas que se identificam com a criminalidade. Primeiramente, ela as caracteriza como “a maioria das pessoas que tão aqui são tipo todo envolvido no crime”, sendo que ela se afasta dessa posição. Em seguida, segue fazendo referência a esse grupo de presas, a maioria, como “elas”, sendo que, antes dessa primeira referência, ela usa o pronome pessoal masculino “eles”, corrigindo-se imediatamente depois.

É importante mencionar que, comparando a fala de Rosa à fala das outras oito mulheres entrevistadas, conclui-se que essa sua representação acerca das outras mulheres presas parece não representar as outras mulheres entrevistadas, ou seja, uma análise superficial indica que nenhuma das entrevistadas se identifica com a formação discursiva da criminalidade. Essa questão pode ser associada ao fato de as apenadas terem sido escolhidas pela vice-diretora da Penitenciária para a participação nas entrevistas.

A SD04-A1 é uma continuação da fala da SD03-A1.

(SD04-01) pra mim certa e crime pra mim é errado né não é porque eu tô aqui que eu vô muda meu pensamento que eu vô pensá... claro que em determinados momentos eu tive que tipo né ahn entrá no/tipo vive a vida delas pra mim pode me adaptá... porque é muito difícil minha adaptação aqui bá muito difícil

Rosa reafirma que a polícia é, na sua opinião, certa, enquanto o crime seria errado. “Certo” e “errado” são sentidos que circulam na formação ideológica da Justiça. Observamos reverberar aqui o que Orlandi (2009) aborda quanto ao sujeito de direito, cujo funcionamento

opera a partir de uma divisão maniqueísta entre o Bem e o Mal. Essa divisão é oriunda da conjuntura sócio-política contemporânea, na qual a criminalidade/delinquência, a guerrilha e o terrorismo estão subjacentes à migração, à mundialização e às tecnologias de linguagem. Percebe-se a reprodução dos discursos da FD Jurídica que, através do sujeito ideológico, une-se ao sujeito de direito na coerção do ARE. A coerção foi materializada através da prisão da apenada, pois ela diz que o crime é errado e, por isso, a polícia é certa; o ideológico está presente na responsabilização do sujeito por seus atos, posto que o Estado não tem o papel de prevenir a criminalidade, mas, na verdade, de puni-la.

Apesar de a apenada se identificar com a FD Jurídica, ela assume que, em determinados momentos, teve que agir de forma diferente daquela que julga mais “correta”, pois foi necessário fazê-lo por questões de convivência com as outras apenadas. Ao dizer, na SD04-A1, “claro que em determinados momentos eu tive que tipo né ahn entrá no/tipo vive a vida delas pra mim pode me adaptá... porque é muito difícil minha adaptação aqui bá muito difícil...”, a apenada reafirma a sua diferença com relação às outras mulheres encarceradas, não deixando de relatar momentos em que teve de reproduzir saberes de outra formação discursiva para que pudesse se inserir e ser aceita no espaço prisional.

Com base nesse relato de A1, podemos sugerir a existência de, pelo menos, duas posições-sujeito na formação discursiva da Justiça. Uma posição-sujeito concerne à identificação com a Lei, de forma “livre” e “responsável”, ou seja, seria a posição com a qual os sujeitos em liberdade se identificariam, enquanto a segunda posição-sujeito diria respeito à ligação com um ato criminoso para satisfazer às vontades desse sujeito “livre” e “responsável”, o qual também se responsabiliza pelas suas vontades em ato. Apesar de ter cometido um ato criminoso e de ter se identificado com essa posição-sujeito ao cometê-lo e assumi-lo, A1 se desidentifica com essa posição ao ter a sua liberdade confiscada. Ao mesmo tempo, a apenada pode, dependendo das condições de produção, reproduzir os saberes relacionados à criminalidade a fim de satisfazer aos desejos dos outros sujeitos que ocupam o espaço prisional com ela. Tem-se, aí, a divisão subjetiva em função do desejo da alteridade: a impossibilidade de se identificar. Nesse caso, a alteridade é altamente repressiva, o que provoca, na apenada 1, uma contraidentificação com a Formação Discursiva da Criminalidade (apesar de a apenada não ter consciência disso, sua contraidentificação com a FD da Criminalidade não é plena, pois ela cometeu o crime e o confessou). Além disso, vale lembrar da coerção da própria instituição prisional enquanto Aparelho de Estado, a qual também tem efeitos na divisão subjetiva acima relatada. Esse cenário nos processos de subjetivação conduzirão à teorização do *enSelamento social*.

Todo esse processo de ordem pré-consciente e consciente tem causas e efeitos inconscientes, calcados nos dois esquecimentos. A apenada “se esquece” dos processos de subjetivação que levaram à sua identificação com a formação discursiva da Justiça, os quais, podemos supor, têm ligação com discursos da instituição familiar. São processos que dizem respeito tanto à interpelação ideológica, ocorrida na formação social, quanto ao recalçamento inconsciente.

Ao mesmo tempo em que a apenada “lembra” de determinados saberes que podem (e devem) ser reproduzidos, ela se esquece de outros que não têm lugar nos seus processos de subjetivação. A relação com as outras presas é determinada pelo silêncio da apenada 1, por um lado, e por *viver a vida delas*, por outro. Essa consciência do que pode e não pode ser dito está ligada a processos de constituição do aparelho prisional dos quais a apenada não tem consciência. Dessa forma, o Estado segue atuando na identificação do sujeito com a forma-sujeito de direito, juntamente com o AIE Jurídico, o qual atua no processo de interpelação dos sujeitos para que eles sigam reproduzindo seus saberes. Isso significa que, na prisão, há sujeitos que devem ocupar a posição de identificação com a lei, bem como devem existir sujeitos que se identificam com a criminalidade. A forma como esses saberes serão colocados em circulação pelos sujeitos é determinada pela formação ideológica, juntamente com a coerção do ARE.

No caso de Rosa, pode-se dizer que ela tem acesso ao lugar da criminalidade sem se identificar com o mesmo. Mais pode ser observado na SD05-A1, quando ela responde sobre que tipo de coisas tem que fazer para entrar na vida das outras apenadas.

(SD05-A1) elas olham muito esse jornal aquele o jornal balanço geral que vive falando dos presos tipo assim quando:: a polícia prende um vagabundo aí daí mete o pau na polícia né... e daí:: quando matam um vagabundo daí falam né ah::: que a polícia que tem que matá que não sei o que pra mim quanto mais preso... né melhor porque sinceramente t/tipo a pessoa que nem eu tipo da sociedade que para num lugar assim né sem ser envolvida que nem tem várias aqui que são () foram criadas no meio do crime entendeu e isso já vem de pai mãe de coisas né eh::: in:::ção bá pra mim é bem difícil muito difícil a convivência lá... muito difícil

Ao se pensar sobre os processos de subjetivação do sujeito preso, poderíamos começar a refletir sobre a possibilidade da existência de uma outra modalidade de subjetivação, a qual dependeria do espaço do estabelecimento penal, enquanto parte do Aparelho Repressivo de Estado. Isso significa que poderia existir uma quarta modalidade de subjetivação a qual diria respeito somente a esse aparelho de Estado, e, conseqüentemente, a essas condições de produção. Poderia ser cogitada a existência de uma outra forma pela qual a ideologia

“captura” os sujeitos no processo de interpelação ideológica, a qual seria oriunda do modo como se individualiza o sujeito contemporâneo.

No entanto, ao resgatar o dispositivo teórico-analítico da Análise do Discurso para tratar dessa questão, percebe-se a constante tentativa de afastamento da criação de novas categorizações para a teoria. Ao invés de propor uma nova modalidade de subjetivação, saliento a importância de levar em consideração as modalidades de subjetivação enquanto uma alternativa metodológica para a compreensão dos processos de subjetivação, posto que as formações discursivas não são compreendidas como blocos homogêneos. Desse modo, o sujeito não possui uma identidade fixa, mas, na verdade, momentos de identificação⁹⁷. O embasamento para essa reflexão está no pressuposto de que a dispersão dos processos de subjetivação constituem o sujeito, e a falha é constitutiva do ritual. Esse processo está em constante movimento e não é vinculado a formações discursivas estanques, pois é ancorado no sujeito da incompletude (da divisão) e na língua (e no corpo) do equívoco.

Como podemos observar na fala da apenada 1, ela enuncia a sua divisão, de cujo processo de constituição não tem consciência. Esse processo é atravessado pela coerção do aparelho de Estado, cujos saberes devem ser reproduzidos, e a coerção entre os sujeitos que constituem esse aparelho, principalmente dos outros sujeitos presos. A existência do aparelho é determinada pela existência da criminalidade. Se na formação social não ocorressem crimes, não existiriam prisões. Viver em uma prisão é viver segundo as leis que a regem⁹⁸, sem possibilidade de sair daquele espaço, convivendo com quaisquer sujeitos que ali possam entrar. Essa cegueira às singularidades dos sujeitos, às diferenças deles constitutivas, faz parte do funcionamento do estabelecimento penal, e remete à diferença com relação à forma-sujeito da contemporaneidade, a forma-sujeito da Lei e da Vida (do jurídico e do biológico). Quanto a isso, pode ser citada a afirmação de Gadet & Pêcheux (2004):

O poder do Estado burguês reveste, portanto, ao mesmo tempo a forma logicista de um sistema jurídico concentrado em um foco único e a forma sociologista de uma absorção negociada da diversidade: poder que funciona simultaneamente segundo a figura jurídica do Direito e segundo a figura biológica da Vida (p. 38).

Quando a apenada diz que precisa viver a vida das outras presas “do crime”, ela atualiza o que Foucault fala sobre a prisão: essa instituição é, na verdade, uma escola da

⁹⁷ Agradeço as contribuições da Profa. Dra. Ângela Derlise Stübe, as quais foram fundamentais para o desenvolvimento desta reflexão.

⁹⁸ No Estado do Rio Grande do Sul, o decreto nº 46.534, de 4 de agosto de 2009, aprova o Regimento Disciplinar Penitenciário do RS, estabelecendo os princípios básicos da conduta, disciplina e direitos dos presos no Sistema Penitenciário do Estado. O decreto opera em conjunto com a Lei Federal nº 7.210 (Lei de Execuções Penais), de 11 de julho de 1984. Para o sujeito preso no Estado do RS, a Lei nº 7.210 e o decreto nº 46.534 passam a ser a forma como o Aparelho Repressivo de Estado se associa à instância jurídica.

delinquência. Ao viver a vida que não é dela, a apenada se insere no mundo da criminalidade, a fim de não ser objeto de repressão pelas outras presas. Esse sujeito encontra-se impossibilitado de se identificar, pois, por um lado, se ele reproduz os saberes da formação discursiva da Justiça, sofrerá repressão das outras apenadas; por outro, se a apenada reproduz os saberes da formação discursiva da Criminalidade, sofrerá repressão da instituição prisional, bem como se afastará daquilo que deseja (inconscientemente) no seu processo de subjetivação. Em função disso, pode-se pensar nesse processo de impossibilidade de se identificar não em uma quarta modalidade de subjetivação, mas, na verdade, em um sintoma social.

São três as modalidades de subjetivação: a identificação plena, a contraidentificação e a desidentificação. Sabemos que a identificação plena é resultado de uma concepção de sujeito enquanto *ego pleno* e, portanto, é da ordem do impossível. Especificamente no caso aqui relatado, um dos fatores que justificam a impossibilidade da identificação plena é porque, para a sua sobrevivência dentro do espaço prisional, é necessário ora “se identificar” (reproduzir) com os saberes da lei, ora “se identificar” (reproduzir) com os saberes da criminalidade. Sendo assim, os processos de subjetivação apresentam uma flutuação, característica de uma não-identificação. A essa impossibilidade de se identificar dada pela coerção pode ser dado o nome de *en\$elamento social*: a castração (\$) que toma lugar no aparelho prisional, nas celas; a impossibilidade de simbolização e de identificação; a divisão subjetiva e a repressão da singularidade; a exclusão total da sociedade de direito. Esse *en\$elamento social* é o sintoma anteriormente referido. A castração revela a impossibilidade de se representar plenamente o significado através da palavra, isto é, diz respeito à submissão do sujeito ao significante. Isso indica que a materialização dos sentidos via palavra é um processo metafórico, pois o significado nunca poderá ser plenamente acessado (colocado em circulação) através de um significante. Uma coisa por outra: a apenada diz o que as outras apenadas dizem, mas não se identifica com o que diz. Uma coisa por outra: a castração está presente na impossibilidade de dizer, e o que acaba representando aquilo com o qual ela se identifica está *en\$elado*. A apenada se isola, e esse isolamento toma o lugar daquilo que “gostaria de dizer”, e, talvez, do “pensar por si mesmo”, mesmo que dependente de uma formação discursiva.

Essa impossibilidade de se identificar é oriunda da flutuação a que o sujeito é impelido a manter nos processos de subjetivação. Além disso, pode ser associada à humilhação, conforme colocado por Ansart (2005). Segundo o autor, “o acúmulo de humilhações chega a destruir a pessoa e a suprimir a questão do sentido de sua existência” (p. 18). Existiria um

estado de humilhação no qual não só a expressão de resistência seria calada, mas, também, ocorreria a redução do cidadão a um funcionamento mecânico, destituindo-o de identidade (ANSART, 2005). O sintoma do en§elamento social seria uma condição de impossibilidade de identificação e, por consequência, a da não resistência. Se não há identificação com nenhum grupo de saberes, não se pode resistir a eles.

No en§elamento social, o sujeito não pode se identificar, ele não tem vias de identificação, pois está barrado. Isso aconteceria também com os sujeitos que se identificam com os saberes ligados à criminalidade, pois, da mesma forma, precisam viver uma vida que não é a deles quando devem obedecer às determinações impostas pelo estabelecimento penal. A vida ancorada nas leis da prisão não possui representação para quem se identifica com a formação discursiva da Criminalidade. Isso leva à interpretação de que os sujeitos presos que são interpelados ideologicamente pela FD da Justiça também estão inseridos em um processo de dupla indentificação (não-identificação) em função da formação ideológica, um processo de en§elamento social. Contudo, a divisão subjetiva também se dá por parte das apenadas que se identificam com a formação discursiva da Criminalidade, pois elas precisam “jogar o jogo” da lei.

Na SD05-A1, mais uma vez pode ser percebida a identificação da presa com a formação discursiva da Justiça. Além disso, ela revela a identificação das outras presas com a formação discursiva da Criminalidade. Enquanto acredita que os criminosos devem ser presos, as outras apenadas pensam que os policiais são os culpados. Tudo isso gera a dificuldade de convivência pela qual ela passa e, também, o en§elamento social do qual estamos tratando.

Há um outro fator importante de ser levado em consideração no processo de interpelação ideológica. Além da formação discursiva da Lei, inserida na formação ideológica da instituição prisional, deve-se considerar a formação ideológica familiar como determinante dos discursos reproduzidos pela apenada. Quando fala “sinceramente t/tipo a pessoa que nem eu tipo da sociedadadi que para num lugar assim né sem ser envolvida que nem tem várias aqui que são () foram criadas no meio do crime entendeu e isso já vem de pai mãe de coisas né eh::: in:::ção bá pra mim é bem difícil”, Rosa atribui um caráter hereditário à vida criminosa. Enquanto ela foi criada na “sociedade”, como ela mesma fala, as outras presas não são da sociedade, são de um outro lugar, onde os membros da família compartilham uma vida criminosa. Mesmo estando presa há mais de cinco anos, e, em função disso, de ter cometido um crime, a representação que a apenada tem de si é de membro da sociedade “de bem”, alvo da prática da criminalidade, por pessoas que não têm famílias estruturadas e que não

trabalham. Ela se identifica, então, como uma pessoa da sociedade, enquanto as outras presas não poderiam ser consideradas pessoas da sociedade.

Retomando o já mencionado, há, na formação ideológica jurídica, essas duas formações discursivas que determinam os processos de identificação dos sujeitos nela presentes. Entre essas duas formações discursivas acontece uma impossibilidade de identificação, aqui representada pelo en§elamento social. No caso de A1, o sujeito se identifica com uma formação discursiva (a da Justiça), mas, por necessidade de convivência, precisa reproduzir saberes da formação discursiva da criminalidade, tanto em função da coerção da instituição prisional quanto da coerção das outras apenadas.

(SD06-A1) daí tê que vê tipo:: uma:: reportagem tipo dizendo ah... bem feito agora tá esse caso di:: di matá os taxista né eu tenho vários amigos taxista meu pai foi taxista né... pra mim (já eu até) tive tando aqui dentro eu já vi () matarem dois amigos meus taxistas né... então bá pra mim eu quero mais é que prendam esses bandidos né... e pra elas não né pra elas é o máximo sabe ah bem feito não sei o que né... e que nem esse negócio que tá tendo agora do julgamento lá do Carandiru né dos policiais que tão sendo julgado... pra mim eles não deveriam ser julgado eles tinham que ganhar um troféu mataram metade da metade da do/daqueles bandido que iam tá fazendo roubando matando estrupando... né

Podemos mencionar aqui que A1, em sua fala, apresenta um excesso de expressões de repulsa às outras apenadas, as quais seriam envolvidas na criminalidade, ou seja, é natural que as outras sejam envolvidas no crime, sendo, para ela, extremamente difícil a convivência na prisão. Na SD05-A1, Rosa menciona que “pra mim quanto mais preso... né melhor”; na SD06-A1, ela refere que “eu quero mais é que prendam esses bandidos né”, “pra mim eles [policiais do Carandiru] não deveriam ser julgado eles tinham que ganhar um troféu”. Ao se colocar ao lado dos policiais e contra os bandidos, ela se representa como alguém que preza pela Justiça. O que chama a atenção é o excesso das expressões que fazem referência à contraidentificação com a criminalidade, efeito do processo de en§elamento social. Pode ser que esse excesso aponte para a representação que ela imagina que a “sociedade” tem dela, pois, por estar presa, é significada como uma mulher criminosa.

Ela afirma que “eu quero mais é que prendam *esses bandidos* né” e “mataram metade da metade da do/*daqueles bandido*”. O relato da apenada é sobre *bandidos* que assassinaram taxistas e sobre *bandidos* que estão no Carandiru. O *bandido* é tanto aquele que está na prisão como, também, aquele que está fora dela e não sofreu a coerção do Aparelho de Estado. Na SD05-A1, a designação utilizada é *vagabundo*: “a polícia prende *um vagabundo*”; “quando matam *um vagabundo*”. Ela se coloca como “pessoa que nem eu tipo da sociedadadi”, sendo que

as outras pessoas seriam “envolvida”, “foram *criadas* no meio do crime”. Na SD03-A1, a apenada se refere aos *bandidos* como “*os criminoso*”.

Discursivamente, o que está operando nas diferentes designações empregadas? É importante trazer essas formas de designar o “mesmo” referente (referido à mesma formação discursiva em uma relação parafrástica) para que possamos refletir sobre o efeito metafórico e, por conseguinte, sobre a divisão do sujeito, tentando identificar para onde o sentido deriva. Não se pode esquecer que, na fala da apenada, parece se materializar o pré-construído, oriundo do interdiscurso, de que *bandido bom é bandido morto*: “pra mim eles não deveriam ser julgado eles tinham que ganhar um troféu mataram metade da metade da do/daqueles bandido que iam tá fazendo roubando matando estrupando... né”.

A apenada, ao se compreender enquanto “da sociedade”, identifica-se com a formação discursiva da Justiça, posto que a forma-sujeito é a forma-sujeito de direito (apesar de constitutivamente fragmentada). Os sujeitos em liberdade supostamente se identificam com a forma-sujeito que domina os processos de subjetivação da contemporaneidade. Contudo, conforme Althusser (1985), a regra fundamental do materialismo é “*não julgar o ser por sua consciência de si!*, uma vez que todo ser é algo distinto de sua consciência de si” (p. 84 [grifos do autor]). As materialidades aqui expostas materializam discursos, e é nesse processo que se constituem as contradições e, por conseguinte, que se podem acessar os sentidos não evidentes, aqueles sentidos que constituem o sujeito (mas dos quais ele não tem consciência). Essa é a base de todo o processo de análise que aqui se desenvolve.

A fala de Althusser acima citada se coaduna àquilo que se entende por *esquecimento nº 2*. Pêcheux (2009a) menciona que este esquecimento “*cobre exatamente o funcionamento do sujeito do discurso na formação discursiva que o domina, e que é aí, precisamente, que se apóia sua “liberdade” de sujeito-falante*” (p. 164 [grifos do autor]). A consciência que o sujeito tem de si está intrinsecamente ligada ao funcionamento do esquecimento nº 2, no qual o sujeito lhe tem garantida uma “liberdade” fornecida pela ideologia e pela forma-sujeito. Em função de a “liberdade” ser provida por essas duas instâncias, ela funciona pela sua contradição, aliciando os sujeitos a determinado conjunto de saberes inscritos em uma formação discursiva. Esta citação de Pêcheux refere uma formação discursiva que domina o sujeito, mas se sabe que essa plena identificação é relativizada pelo próprio autor em um trabalho posterior.

Conforme observa-se nas imagens expostas em (06) e em (07), teríamos, na FD da Justiça representada pela fita de Moebius, o Direito e o Averso. Podemos, a partir disso, compreender que existem, pelo menos, duas posições-sujeito (PS) nesta formação discursiva:

(i) o sujeito se identifica com os saberes da justiça e está em liberdade (PS1); e (ii) o sujeito que se identifica com os saberes da justiça, mas está preso (PS2).

A partir das falas da apenada 1, podemos perceber que, pelo uso das designações citadas acima, ela se compreende como “da sociedade”, e julga os outros presos (e as outras apenadas que estão na Penitenciária com ela) como criminosos/vagabundos/bandidos. É nesses deslizes que podemos perceber os processos de subjetivação da apenada apontando para a fragmentação do sujeito (e, por conseguinte, da própria forma-sujeito), pois, apesar de ela estar privada da liberdade, ela se compreende como igual àqueles que obedecem à lei e estão livres. O sujeito do discurso é, portanto, dividido (COURTINE, 2009): divide-se entre a posição-sujeito que o interpela (PS1) e a posição-sujeito que o coage (PS2). Interpelação (via ideologia) e repressão (via Aparelho de Estado) atuam juntas no processo de subjetivação, caracterizado, no caso da apenada, pelo enclausuramento social. A identificação com a PS1 é efeito da impossibilidade de estar fora da prisão. É, portanto, justamente da fenda instaurada de uma divisão do sujeito que o sujeito aparece.

Indursky (2005), ao tratar sobre a heterogeneidade da formação discursiva com relação a ela mesma, refere que tanto a FD quanto a Forma-Sujeito são fragmentadas em várias posições-sujeito (desiguais entre si). Nesse sentido, “é aí que reside a contradição, no meu entender: a existência da diversidade contraditória, instaurada pela entrada de saberes diferentes e muitas vezes divergentes, no interior da FD. (...) Tais saberes são provenientes do exterior” (p. 192). Na formação discursiva da Justiça a contradição se instaura a partir das derivas de sentidos proporcionadas por processos de subjetivação de um sujeito preso. A forma-sujeito se fragmenta e possibilita a entrada de outros sentidos a partir dessa posição (embora eles pareçam os mesmos).

Na SD06-A1, continuação da SD05-A1, a apenada segue falando sobre a repulsa pelas outras presas da Penitenciária. A SD07-A1 também apresenta elementos nessa mesma direção, mas, no decorrer da sua fala, ela vai reafirmando a sua identificação com a formação discursiva da Justiça, reproduzindo os saberes da ideologia dominante.

(SD07-A1) pra mim olha olha depois que eu tive aqui dá vontade assim sabe... até estudá direito e í:: lá pro plenário bo/podê implantá lutá pela pena de morte... porque olha... sinceramente eu não sou hipócrita de dizê que né que se fosse e/no meu caso eu deveria receber pena de morte pelo meu crime entendeu... não é porque eu tô aqui que só acho que sô certa... eu sei que fiz uma coisa errada... mais do que vale uma pessoa ficá cinco anos dentro de uma cadeia?... que nem tem uma pessoa que tu vai depois chamá pra sê entrevistada ela tá há SEIS anos e ela tem MAIS seis anos pra ficá o que uma pessoa vai fazê seis anos aqui dentro?... é uma perca de tempo e um peso pr-pro/prá economia do estado... deveria existir pena de morte... por causo que né... isso é um peso é um peso né porque elas aprendem mais coisas aqui dentro... olha eu c/se eu saí daqui eu posso muito bem optá... ou eu volto

para minha vida ou tem cinquenta MIL coisas pra fazê... em questão ao crime... porque tudo isso aqui é uma ES-CO-LA de criminoso... isso aqui umas ensinam as outras... né e elas a acham e aí elas têm uma regra assim di quê ah eu sou a melhor eu sou a não sei o que... pra mim ninguém é melhor do que ninguém aqui tá todo mundo errado... né... e elas se acham certas

Primeiramente, chama a atenção no recorte selecionado as entonações empregadas pela apenada ao se referir à prisão e ao seu funcionamento. Palavras como SEIS [anos], MAIS [seis anos], MIL [coisas para fazer na Penitenciária] e ES-CO-LA [de criminoso] possuem uma força entonacional maior do que nas outras palavras da SD. Resta o questionamento: o que significa essa materialidade prosódica?

Todas as entonações são empregadas quando explica o funcionamento da prisão, seja para falar sobre a perda de tempo que é estar preso(a) ou sobre o fato de que a prisão é um local onde se aprende muito a respeito da criminalidade. Além de buscar enfatizar as informações que são passadas para a interlocutora, a apenada, discursivamente, materializa a forma como se identifica com as formações discursivas referentes à formação ideológica jurídica. Mais do que se identificar com a FD1, a apenada, via esquecimento número 2, busca enfatizar a sua não identificação com a formação discursiva da Criminalidade.

Podemos perceber ainda, a partir da SD07-A1, uma contradição na fala da apenada. Na SD05-A1, ela afirma que, na opinião dela, quanto mais presos existirem na sociedade, melhor. No entanto, na SD07-A1, ela refere que os presos são um peso para a economia do Estado e que teria a vontade de estudar direito para tentar lutar pela implantação da pena de morte no Brasil. Por um lado, ela quer que aumente o número de presos; por outro, acha que esses presos estão perdendo o tempo na prisão e aprendendo mais questões relacionadas à criminalidade, além de estarem dando prejuízo ao país, sendo o mais correto implantar a pena de morte.

Pode-se interpretar que a contradição presente na fala da apenada é efeito da necessidade de transbordar a fala com expressões de contraidentificação com os saberes da criminalidade. Afinal, a apenada estava conversando com uma pessoa “da sociedade” e, como foi mencionado por ela, Rosa precisa se identificar com o discurso tanto das apenadas quanto da instituição prisional. Não seria diferente o caso em que estava em interação com uma pesquisadora da universidade: existiria a necessidade ainda maior de se identificar com os saberes da sociedade de direito, da lei.

Além disso, a contraidentificação é revelada pelo desejo de que todos os criminosos sejam presos; em seguida, fala da pena de morte, indo na direção do transbordamento, do excesso (do impossível, do real), repetindo, de certa forma, o homicídio que cometeu. A

apenada encontra-se em um conflito no qual ela é reconhecida como uma apenada (criminosa) pela sociedade, e, ao mesmo tempo, Rosa não se reconhece enquanto tal, o que leva ao excesso de elementos de repulsa ao comportamento das outras presas. Aí está a impossibilidade de se dizer tudo e de se controlar aquilo que se diz. Os dois esquecimentos estão materializados na fala da A1 e, ao se resgatar o discurso, percebe-se que a causa da contraidentificação é algo da estrutura psíquica que entra em conflito com as restrições que lhe foram impostas pela lei, discurso com o qual ela se identifica. O esquecimento número 2 possui relação direta com o real, pois esse impossível é da ordem do real. O sujeito acredita que, conscientemente, conseguirá preencher um furo constitutivo de todas as estruturas. No entanto, Rosa pode seguir falando, mas nunca conseguirá controlar as representações que a sociedade tem sobre si, bem como não poderá mudar a sua situação: ela não é mais sujeito-de-direito.

Interessante observar que, mais de uma vez, a apenada evita caracterizar aquilo que a levou à prisão como um crime. Ela somente fez referência ao seu delito como “crime” quando se amparou na lei para dizer que havia cometido um crime passional (SD01-A1), e, mais uma vez, o adjetivo *passional* já traz uma diferença com relação a *crime*. Na SD07-A1, Rosa diz que *fez uma coisa errada*. Por outro lado, caracteriza os atos das suas companheiras na Penitenciária como *crimes*. É nesse sentido que há o esforço de controlar o que enuncia na tentativa de não ser identificada como uma criminosa, ao passo que enfatiza e repete várias vezes o que fazem as outras apenadas. Para ela *fazer uma coisa errada e cometer um crime* são enunciados que não materializam os mesmos discursos. Ao *fazer uma coisa errada* se está ao lado da justiça, da lei, pois ela será penalizada e retornará à sociedade; por outro lado, *cometer um crime* significa que o sujeito se identifica com a criminalidade. Ao sair da prisão, quem cometeu um crime retornará, inevitavelmente, para a criminalidade, pois é de sua natureza. Para esses sujeitos, então, *cometer um crime é fazer a coisa certa*.

Isso se confirma quando ela menciona que, quando sair da prisão, *voltará para a vida dela*, para o que considera *fazer a coisa certa*, ao passo que as outras apenadas retornarão para o crime. A vida dela é sem qualquer relação com a criminalidade (é o certo); a vida das outras apenadas é totalmente relacionada ao crime (é o errado). Ela segue mencionando que “aqui tá todo mundo errado” e “elas se acham certas”. Percebe-se a interpelação do discurso jurídico, representada pela formação discursiva Jurídica presente no Aparelho Ideológico de Estado Jurídico: a apenada atualiza a dicotomia certo/errado, constitutiva desse discurso.

Lembro, portanto, do enunciado analisado por Orlandi (2009), retirado de “Falcão, meninos do tráfico”: “Criou uma mágoa dele mesmo, que até então eu comecei a entrar nessa

vida que eu to agora, A VIDA DO CRIME, DO LADO CERTO NA VIDA ERRADA”. Percebe-se que os enunciados de Rosa e o enunciado analisado por Orlandi estão discursivamente interligados. A relação entre eles se dá justamente na instância do Aparelho Ideológico de Estado Jurídico, em consonância com o Aparelho Repressivo de Estado. Quando há conflito no processo de interpelação, existindo uma não identificação do sujeito com o Jurídico, com a forma-sujeito de direito, a atuação do ARE é necessária. Quando isso acontece, percebe-se a vida do crime como a vida errada, mas o lado é o certo, ou seja, a identificação é com o certo, com a lei. As condições sócio-histórico-ideológicas impeliram o sujeito a uma reprodução dos saberes da criminalidade, por isso está na vida errada. O sujeito não pode se identificar. Ele não sobrevive fora dessa contradição, e esse processo de subjetivação é efeito da ideologia agindo contra ela mesma. Sobre isso, Orlandi (2009) salienta que

não há como estabelecer um (outro) sentido dentro desta mesma ordem discursiva em que os processos de significação estão estabilizados em formações discursivas do capitalismo habitual: certo/errado, crime, bandido, menino/traficante etc. (...) E, assombrados pela falta, pelo sem lugar, esses sujeitos vivem em cheio o sem-sentido, balançados de um lado para outro na sua insignificância para a sociedade e para a história. Na sua falta de “corporalidade” (no corpo social). Na sua inviabilidade. Em seu apagamento. (p. 23).

O capitalismo, garantido pela forma-sujeito de direito, mantém as relações discursivas ancoradas nas dicotomias referidas por Orlandi, dentre outras. Tal processo discursivo promove o estabelecimento de um processo de subjetivação que reside na opacidade do sujeito de direito, quando se identifica com o avesso da lei. Temos, então, o processo de *en§elamento social*, efeito dessa contradição: a falta de “corporalidade”, a inviabilidade, o apagamento, ou, também, o *estar no lado certo na vida errada*.

Chegamos assim ao sujeito preso: o sujeito de direito sem direito. A punição acontece na retirada de direitos do sujeito quando entra na instituição penal. É trazida à tona novamente uma citação de Foucault (2005): “o castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis para uma economia dos direitos suspensos” (p. 14). A legislação que lhe ampara diz respeito à Lei de Execuções Penais (Lei Federal nº 7.210/1984) e ao Regimento Disciplinar Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul (Decreto nº 46.534, de 04 de agosto de 2009). Desse modo, a prisão como borda sócio-histórica cria não-sujeitos, pois eles não têm os mesmos direitos daqueles “da sociedade” (apesar de os sujeitos presos estarem, também, na sociedade). Essas condições sócio-históricas de produção, calcadas em contradições, garantem o processo de *en§elamento social*, alienado a um processo de subjetivação que se fragmenta em diferentes posições-sujeito, por isso a dificuldade em compreender o modo

como a ideologia captura o sujeito preso: por a prisão ser parte do Aparelho Repressivo do Estado, nele não haveria a interferência (direta) da ideologia.

Identificamos não só na SD07-A1, mas, também, nas outras sequências discursivas, vários enunciados que apontam para a direção de um “mesmo” que se apresenta de diferentes maneiras. A apenada reproduz, através de diferentes materialidades, a sua identificação com a lei: “mas eu nunca fui do crime”; “sempre trabalhei”; “minha família toda trabalhadora”; “não tem envolvimento nenhum com o crime”; “pra mim na minha criação né pra mim: sempre a polícia vai sê certa”; “sempre a justiça vai sabe pra mim certa e crime é errado”; “pra mim quanto mais preso... né melhor”; “eu quero mais é que prendam esses bandidos né”; “pra mim olha olha depois que eu tive aqui dá vontade assim sabe... até estudá direito e í:: lá pro plenário bo/podê implantá lutá pela pena de morte”. Ao mesmo tempo, ela se diferencia das outras apenadas da Penitenciária: “a maioria das pessoas que tã aqui são tipo todo envolvido no crime né”; “pra elas o crime é tudo né”; “a polícia errada os criminoso são certo”; “tem várias aqui que são () foram criadas no meio do crime”; “e isso já vem de pai mãe de coisas né”; “elas aprendem mais coisa aqui dentro”. Essas repetições, na discursividade, representam um excesso, cujo funcionamento aponta para a garantia da “estabilização de determinados efeitos de sentido em vista da iminência (e perigo) de outros a esses se sobreporem” (ERNST, 2009, p. 4). A autora ainda afirma, no que concerne ao excesso intradiscursivo, que se trata de uma estratégia para “buscar estabelecer provavelmente a relevância de saberes de uma determinada formação discursiva através da repetição” (op. cit., p. 4).

A insistência na repetição de determinados enunciados que remetem ao mesmo conjunto de saberes revela a opacidade da linguagem e, principalmente, a interdependência entre a língua e a história, gerando a contradição e o equívoco. Enquanto afirma que é da sociedade e fez algo errado, reforça que as outras apenadas são as criminosas; contudo, ela também o é, pois cometeu um crime e o confessou. A apenada acredita que a consciência acerca da sua condição lhe garante um estatuto diferenciado com relação às outras apenadas, ou seja, por ela ter consciência do seu *erro* e admiti-lo não pode ser considerada “fora-da-lei”. Ela se reconhece como sujeito de direito dentro de uma instituição onde os direitos estão suspensos. Na tentativa de se reconhecer dessa forma, ela precisa do outro. A apenada precisa fazer referência às outras mulheres que convivem com ela na penitenciária para poder se caracterizar como “da sociedade”, pois a vida alheia é totalmente diferente da vida dela. Ao se diferenciar das outras apenadas, ela constrói uma imagem de si para a interlocutora, e isso acontece através do excesso, vinculado ao esquecimento nº 2 e ao real (a impossibilidade de ser representar como ela desejaria ser representada). A1 identifica-se pela contraidentificação

às outras apenas: fala de si para falar do outro; fala do outro para falar de si. Ela usa o espelho do outro para se ver. Língua e história, contudo, funcionando independentemente do sujeito, não garantem o controle dos processos de significação. A repetição identificada na fala de Rosa tem relação com a alíngua: aquilo que não é da ordem da estrutura da língua. Esses processos discursivos são efeitos da divisão do sujeito.

Outra questão levantada por Rosa na SD07-A1 diz respeito à relação das apenasas com o tempo. Ela diz que gostaria de implantar a pena de morte, pois não compreende o porquê de as pessoas ficarem vários anos dentro de uma penitenciária. Ela entende que isso é “uma perda de tempo e um peso pr-pro/prá economia do estado”. Com todo esse tempo livre, as apenasas acabam aprendendo várias estratégias vinculadas à criminalidade, para seguirem em conflito com a lei depois de terem cumprido a pena. Nesse sentido, retomamos o que afirma Foucault (2003) sobre a relação entre o tempo e as instituições de sequestro (as instituições de arquitetura panóptica). Essas instituições têm como objetivo controlar o tempo dos indivíduos, extraindo a totalidade do tempo e controlando os corpos. O tempo e o corpo são correspondentes às vidas dos sujeitos no cárcere.

A apenasa, ao afirmar que a prisão é uma perda de tempo, não reproduz os saberes vinculados ao funcionamento da instituição prisional. No caso da Penitenciária Feminina Madre Pelletier, todas as apenasas trabalham. Elas têm uma rotina determinada por horários fixos, os quais se modificam somente nos finais de semana, principalmente em função das visitas. Mesmo trabalhando, ela considera que todo o tempo na prisão é perdido, contraindificando-se com a forma como o Estado, na figura do Aparelho Repressivo, faz com que os criminosos sejam punidos pelos seus atos. Em contrapartida, é a favor da pena de morte, a fim de instaurar uma punição que não viabilize uma “perda de tempo” para os presos. Desse modo, o que aparentemente corresponderia a um processo de contraindificação com a repressão do Estado para com os presos, transformou-se em um processo de identificação com a Lei, através de uma penalidade extrema para os criminosos, posto que ela não faz distinção entre aqueles que têm uma pena longa e os que ficarão na prisão por um curto período de tempo. A apenasa reproduz os saberes de que o sujeito preso é somente um corpo (biológico) sem direitos (apesar de ela ser, também, presa).

Relacionando àquilo que diz Foucault sobre a prisão, existindo a atuação de um poder capilar no controle do tempo e do trabalho dos sujeitos presos, fato corroborado pela fala da apenasa, com o discurso oficial, expresso nas Cartilhas referidas no primeiro capítulo da tese, percebe-se que não há, efetivamente, o emprego de estratégias adequadas para a ressocialização dos sujeitos. O tempo dedicado ao trabalho é, na realidade, uma perda de

tempo, segundo refere a apenada. Mesmo que se dedique ao trabalho na prisão, a apenada considera que não é um tempo de qualidade. Se a apenada estivesse trabalhando fora da prisão, será que consideraria a sua vida uma perda de tempo? Tem-se, portanto, as condições de produção do discurso determinando a forma como Rosa significa o trabalho e o tempo dentro da instituição penal, sendo que esse esforço de nada adiantará quando do seu retorno para a “sociedade”, pois, segundo ela, o que se aprende na prisão são questões relacionadas à criminalidade. Retomando o que diz Foucault (2006), a prisão serve para fabricar novos criminosos ao invés de transformá-los em “gente honesta”.

Na SD08-A1, continuação da SD07-A1, a apenada revela a coerção que sofre pelas outras apenadas.

(SD08-A1) LOC: e essa tua opinião tu não consegue falá pra e[las

INF:

não

tem hora dependendo eu não posso falá nada que ah:: assim óh:: já teve tempos em que épocas de eu... sabe... tipo não podê opiná não podê sabe... tu não pode abri a tua boca porque tu dá tua opinião porque né... ou tinha que dá a opinião que elas queriam ouví... não o que eu achava certo entendeu... por que? por causa da convivência né d/do... meio que me encontro

A apenada diz que se sente muito ameaçada pelas outras presas. A ameaça se concretizaria da seguinte forma: bater nela, estoquiar (alguma ameaça com uma faca, a qual a apenada não explicou bem), ameaçar a família que está fora da prisão, dizer que vai matar o filho, etc. Com base nisso, vale a pena relacionar o recorte acima, na qual Rosa fala sobre a convivência com as outras apenadas, com a SD09-A1, presente em um outro momento da entrevista, quando Rosa aborda sua relação com as agentes penitenciárias.

Eu perguntei para a apenada o que ela considerava mais difícil na penitenciária, e ela respondeu que o mais difícil era a convivência. Contudo, não se trata da convivência com as agentes penitenciárias, mas, sim, com as outras apenadas. Rosa fala sobre sua relação com as agentes:

(SD09-A1) não as agentes eu não posso nem falá que não tem muito do que reclamá sabe elas né até hoje nunca me faltaram com respeito sempre respeitei elas porque eu acho que elas tão fazendo o papel delas... e tem muitas presas que são abusada mesmo são bem arrogantes... né... i::: então né/claro que tem umas funcionárias que né generalizam né... tipo assim se eu sô... grossa com uma ela vai tratá todas mal entendeu mais tem várias funcionárias que sabe diferenciá entendeu... umas das outras... ainda mais que eu tô há bastante tempo então elas já sabem né... como que eu sô meu comportamento... então nunca tive nenhum problema de disciplina com nenhuma delas

O Aparelho Repressivo de Estado, aqui estudado no âmbito da instituição penal, tem suas próprias regras e coerções. O funcionamento desta instituição é determinado não pelo

Estado, mas pelos sujeitos refêns do aprisionamento: são as próprias presas que controlam como pode e deve ser o funcionamento da Penitenciária para dentro das galerias.

Em função disso, A1 diz que “tem hora dependendo eu não posso falá nada”, “não podê opiná”, “tu não pode abrí a tua boca”, “tinha que dá a opinião que elas queriam ouví... não o que eu achava certo entendeu”. Além das determinações impostas pelo próprio Aparelho de Estado, há uma repressão oriunda de um controle interno entre as apenadas. No interior da prisão, a identificação deve acontecer com a lei da prisão: já que os sujeitos têm seus direitos suspensos, e a forma-sujeito é a do sujeito de direito, a identificação deve acontecer com uma lei própria do ambiente prisional, promovida pelas próprias apenadas. Sendo assim, se não ocorre a identificação com os saberes da criminalidade, o sujeito deve permanecer calado para que não sofra a coerção interna a este sistema. A quem não se identifica com a nova lei resta o silêncio: “tu não pode abrí a tua boca”. Parece que há uma censura ainda maior por parte das apenadas do que por parte do Aparelho Repressivo de Estado.

Discursivamente, temos, no Aparelho Ideológico de Estado prisional o funcionamento das duas formações discursivas já citadas: a formação discursiva da Justiça e a formação discursiva da Criminalidade. Contudo, dentro das galerias, a formação discursiva dominante é a da Criminalidade. Cabe ao sujeito preso reproduzir os saberes dessa FD ou ficar em silêncio, a fim de que não seja reprimido pelas outras apenadas. Por outro lado, também há a possibilidade de coerção pela instituição penal. Segundo Rosa, sua relação com as agentes penitenciárias é boa, mas, dependendo da agente, pode acontecer uma “generalização” e, mesmo assim, ser alvo de repressão. Essa relação com as agentes somente é boa porque ela sempre as respeitou.

Desse modo, por um lado, Rosa precisa ficar calada para não sofrer a coerção da lei de dentro das galerias; por outro lado, a apenada necessita respeitar as agentes e a lei da penitenciária para não ser reprimida. De qualquer maneira, a apenada não pode se expressar, não pode materializar o que sente e o que pensa. Percebe-se que o espaço para poder se identificar é exíguo no ambiente prisional, e a entrevista realizada com a apenada talvez tenha sido uma oportunidade rara de fazê-lo. Tal é o efeito das condições de produção do discurso nos processos de subjetivação, o que encaminha, mais uma vez, para o conceito de en\$elamento social: a vida errada no lado certo.

Rosa fala mais sobre as outras mulheres que convivem com ela na Penitenciária:

(SD10-A1) olha as criatura gostá da vida do crime sabe () assim elas têm mania de dizê porque eu puxo cadeia tantos anos como que isso ali sabe tivessem/meus deus... sabe é uma... troféu pra elas eu pergunto às vezes qué um troféu ou uma medalha? que né... eu tenho vergonha deus que me perdoe di di dizê que puxei cadeia... né de dizê que eu tô aqui que eu vô voltá sabe... eu

A1 delimita, mais uma vez, a sua diferença com relação às outras mulheres presas. Enquanto, por um lado, “as criatura” gostam da vida do crime e se orgulham do tempo que ficam/ficaram na prisão, Rosa tem vergonha da sua atual condição. Parece que essa vergonha tem relação com o momento em que deixará a prisão: “eu tenho vergonha deus que me perdoe di di dizê que puxei cadeia”. Com esse enunciado, a apenada utiliza, na oração principal, o verbo no presente do indicativo (“eu **tenho** vergonha”) e o verbo na oração subordinada no pretérito perfeito do indicativo (“**puxei** cadeia”). O emprego do presente do indicativo na oração principal e o emprego do pretérito perfeito na oração subordinada gera uma contradição: como a apenada poderia dizer que tem vergonha de ter puxado cadeia, se ela ainda não saiu da cadeia?

Ela também faz referência a uma futuridade com o enunciado “de dizê que eu tô aqui que eu vô voltá sabe”. Ela faz uma projeção do momento em que sairá da prisão, manifestando uma vergonha oriunda do fato de ter puxado cadeia. Essas marcas de futuridade apontam para aquilo que torna a vida suportável na prisão: a possibilidade de, no futuro, sair dela. Parece que pensar no presente não tem relação com situações de exclusão. Pode-se supor, a partir disso, que, como efeito de um processo de humilhação, o qual faria parte do en\$elamento social, a presentificação não é suportável, pois a vida na prisão é a vida errada.

Quanto ao léxico empregado pela apenada, vale comentar que o verbo “puxar” é utilizado para fazer referência ao ato de estar presa. Ao invés de dizer “estou presa há dois anos”, elas preferem “eu puxo cadeia há dois anos”. Contudo, a apenada menciona que quem tem mania de dizer que “puxa” cadeia são as outras apenadas, como motivo de orgulho. A expressão *puxar cadeia*, quando empregada por uma presa, traz consigo efeitos de sentido relacionados à criminalidade, com os quais Rosa não quer se identificar (e não quer que o outro a identifique como tal). Ela usa a expressão citada somente para negar o lugar ocupado pelas outras apenadas (ela jamais dirá que puxa/puxou cadeia), mais uma vez se contraindificando com a criminalidade (representada pelas “criaturas” a que faz referência). A sua identificação com a lei se dá através da contraindificação com a criminalidade.

Nota-se, na SD10-A1, um atravessamento do discurso religioso. A apenada fala: “olha as criatura gostá da vida do crime sabe () assim elas têm mania de dizê porque eu puxo cadeia tantos anos como que isso ali sabe tivessem/*meu deus*... sabe é uma... troféu pra elas eu

pergunto às vezes qué um troféu ou uma medalha? que né...”. Percebe-se que lhe faltam palavras para conseguir expressar o que sente com relação à forma como as outras apenas vivem na prisão e representam a prisão, tendo como base a manutenção da criminalidade. É com a expressão *meu deus* que a apenas preenche o intradiscurso, mas, no lugar dessa expressão, outra materialidade poderia tomar lugar, a qual não pode/deve ser atualizada. Em função disso, traz *meu deus* como significante de algo que não pode ser materializado (poderia emergir em ato?), para tentar significar algo da ordem do impossível, algo que não pode ser discursivizado, pois diz respeito ao real. Nesse sentido, o discurso religioso aqui ocupa esse lugar de preenchimento de um vazio verbal, saturado de sentidos, o qual só pode ser observado em função de ser oral.

É também com essa significação que a apenas utiliza o verbo *saber* e a expressão *né* (não é?) questionando a interlocutora, apelando para a necessidade de a interlocutora entender exatamente aquele sentido que ela tenta materializar (mas não consegue, tampouco conseguirá). Essas materialidades linguísticas apontam para a impossibilidade de se acessar o sentido que o outro tenta estabelecer para o outro; contudo, a própria linguagem dá conta de somatizar os efeitos de uma impossibilidade de significação plena. Os significantes nunca conseguirão dar conta de acessar o significado que o sujeito tem a ilusão de ser a fonte, pois existe uma barra entre o significante e o significado, efeito da castração. O real é a causa desse processo de impossibilidade. Mesmo assim, o sujeito segue tentando utilizar palavras para dar existência àquilo que só existe como metáfora, como substituto de uma outra coisa.

Nesta mesma SD, Rosa materializa novamente o atravessamento do discurso religioso, mas, dessa vez, parece que ele não está somente representando uma falta. No enunciado “eu tenho vergonha deus que me perdoe de di dizê que puxei cadeia... né de dizê que eu to aqui que eu vô voltá sabe... eu...”, a expressão *deus que me perdoe* atravessa, interrompe o predicado da oração. A intromissão da expressão citada corrobora a sua filiação com a formação discursiva da Justiça. Ao falar *deus que me perdoe*, a apenas faz referência à figura que representa “o que tudo vê”, a Justiça com uma fôrma religiosa. Percebe-se, desse modo, como a formação discursiva dominante no Aparelho Ideológico da Justiça tem relação direta com a formação discursiva dominante no Aparelho Ideológico Religioso, posto que, apesar da existência de diferentes religiões na formação social, parece que a figura de Deus é dominante, e, mais do que ela, as expressões sistematicamente repetidas, tanto por religiosos quanto por ateus... *deus que me perdoe – graças a deus – meu deus – se deus quiser – deus me livre...* preenchendo um lugar da intradiscurividade e provocando uma diferença no efeito de sentido. A punição acontece, portanto, não somente através da Justiça, mas, também,

através das determinações divinas, existentes de forma dominante antes do surgimento das prisões (com a forma-sujeito religioso).

Na SD11-A1, Rosa responde a uma pergunta concernente à cela onde mora. Ela disse que divide a sua cela com outras cinco mulheres. Segundo A1, o espaço da cela não é ruim, pois cada uma das apenadas tem o seu espaço: a cama (beliche). Ela ainda afirma que, atualmente, a cadeia está melhor, pois não está mais superlotada.

(SD11-A1) teve tipo celas a metade dessa sala aqui tipo moravam entre nove e dez... sabe... tipo umas dormindo por cima das outras eu já cansei de dormi sentada... sabe de não tê espaço... nem pra esticá as perna mas pelo menos pra se virá... né

Lembramos, com a afirmação na SD11-A1, daquilo mencionado por Foucault em “Vigiar e punir”: a função da prisão é vigiar os corpos que estão nela alocados. A violência não pode mais ocorrer de forma direta, através dos suplícios; desse modo, outras violências tomam lugar na instituição prisional. O que Rosa denuncia na SD11-A1 diz respeito a uma falta de individualidade, a uma repressão cuja causa está na impossibilidade de o Estado fazer funcionar adequadamente o seu Aparelho Repressivo, atentando para os Direitos Humanos. Mais uma vez é necessário salientar: a prisão é um espaço da sociedade de direito no qual os direitos estão suspensos. O sujeito preso deve saber se adequar às condições que lhes são proporcionadas para uma sobrevivência vigiada. Os corpos dos sujeitos são capilarmente observados, sem serem tocados. Essa punição pudica é responsável por causar diferentes processos de subjetivação (onde há fumaça, há fogo). O sujeito deixa de ser o sujeito que tem a liberdade de decidir o que fazer com o seu corpo (biológico); o Aparelho de Estado passa a ser o detentor do corpo dos sujeitos. O sujeito preso é, portanto, somente corpo biológico, sendo possível a atuação plena do biopoder e da disciplina no processo de objetivação e sujeição dos indivíduos nesta instituição de sequestro. Ao ser transformado em sujeito biológico pelo Aparelho Repressivo de Estado, o sujeito só tem direito a sobreviver em uma situação de en§elamento social.

No que diz respeito à sua rotina, A1 refere que acorda às 6h30 para a conferência. Neste momento, é feita uma “chamada” em todas as celas para conferir se todas as apenadas estão presentes na Penitenciária. Depois da conferência, ela volta para a cama e segue dormindo até as 7h-7h30, quando ela levanta para tomar banho e, em seguida, tomar café da manhã. Logo após o café, Rosa se arruma para ir trabalhar. Ela trabalha na PROCERGS (Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, a qual cadastra doadores e receptores de sangue). Ela disse que tem Ensino Médio incompleto.

Nas suas horas vagas, ela costuma ler muito. Dependendo de sua situação com as outras apenadas, ela chega a ler três livros por mês. Os livros que escolhe para leitura são, geralmente, livros espíritas⁹⁹. Além disso, gostar de se deitar e escutar ao rádio. No momento da realização da entrevista (abril de 2013), ela estava em uma situação difícil de convivência. Em função disso, não interagia muito com as outras presas.

Quanto à religiosidade na prisão, Rosa disse que a maioria não era espírita, e explicou:

(SD12-A1) uhn não:: não tipo assim a maioria... né chega aqui na rua a maioria é drogada... a maioria roba faz o diabo na rua... chega aqui chora pelos filhos que nunca cuidaram dos filhos... que largam os filho que a maioria tem umas aqui que tem cinco seis filhos... ih tão no conselho tão largado com um largado com outro nem tão aí... daí chega aqui elas choram choram por causa dos filho choram... daí viram crenti... daí se apegam em Deus... daí vão embora... né... aí não que eu vô muda que não sei o que lá não dá um mês dois tão aí de volta pergunta se foram vê o filho tem umas a genti sabe saíram daqui e nem para casa foram... ficaram uma semana duas na rua... se drogando e nem pra casa foram vê os filho tanto que chegaram aqui choraram por causa dos filhos entendeu... é bem sabe... daí só pensam em fazê filho só pensam ah tem umas que saem daqui também sabe falam daqui e falam nos filhos saem daqui e o que que vão? vão direto pra cadeia dos home pra né... arranjam os namorado o negócio delas é o crime namorá vagabundo isso é lindo pra elas

Com base na fala da apenada, não é possível identificar qual seria a religião dominante no âmbito da instituição penal. Rosa afirma que, em determinado momento da privação de liberdade a que as apenadas foram submetidas, algumas delas viram “crentes”, ou seja, passam a reproduzir algum discurso religioso, *apegando-se a Deus*. Contudo, esse apego é temporário, pois, depois que saem da prisão, retornam à antiga vida ligada ao uso de drogas e à criminalidade. No relato de Rosa, chama a atenção a relativização operada no referente: ao invés de dizer *elas*, como vinha dizendo até o momento da SD12-A1, A1 refere que *a maioria* é drogada, chora pelos filhos, etc. Anteriormente, Rosa, quando mencionava as outras apenadas, estava tratando de questões relacionadas à criminalidade; contudo, nesta SD, a apenada aborda religiosidade, drogadição e maternidade, o que pode ter causado a relativização.

Na sua fala há a intromissão do dizer do outro: “ai não que eu vou mudá”. Ao dizer aquilo que as apenadas costumam falar quando estão na prisão e sentem a falta dos filhos, a fala dessas apenadas surge como uma forma de caracterizar o discurso do outro, inseparável do discurso de Rosa. Ao colocar, explicitamente, aquilo que o outro diz, ela revela o que não pode/deve ser dito a partir da formação discursiva com a qual se identifica. Além de ocorrer aí a materialização dos saberes vinculados à FD da Justiça, percebe-se uma forte relação com a

⁹⁹ Rosa mencionou que era espírita. Antes de ser presa, ela costumava frequentar o centro espírita. Na prisão, segue tendo contato com o espiritismo, pois voluntários do centro espírita Bezerra de Menezes vão à Penitenciária toda sexta-feira para das passes.

instituição familiar. Ao ser perguntada sobre a presença do espiritismo na Penitenciária, a apenada pouco fala sobre religião: “daí viram crenti... daí se apegam em Deus...”. Os outros enunciados presentes na sua fala concernem à relação da maioria das outras apenadas com os seus filhos. Quando estão “na rua”, elas não se preocupam com os filhos e ficam se drogando. Para A1, então, não seria suportável essa vida: para ela esses sentidos não podem ser acessados, com base nos seus processos de subjetivação. Há, portanto, a atuação da lei – tanto no que tange à família quanto no que tange à sociedade. Contudo, quando cometeu o crime, parece que essa lei foi momentaneamente anulada. Assim como a tatuagem, o piercing, as pichações são formas de individualização do sujeito (ORLANDI, 2009) será que a criminalidade também poderia ser considerada como tal? Ou melhor: será que a criminalidade diz algo dos processos de subjetivação do sujeito, enquanto uma metáfora para aquilo que não pode/não deve ser simbolizado?

Outro elemento interessante materializado na fala da apenada (o qual não será aqui aprofundado) diz respeito à reprodução de um discurso dominante referente às relações de gênero. Ao dizer que “tem umas que saem daqui também sabe falam daqui e falam nos filhos saem daqui e o que que vão? vão direto pra cadeia dos homem pra né... arranjam os namorado o negócio delas é crime namorá vagabundo isso é lindo pra elas”. Sendo assim, *ir direto para a cadeia dos homens* é interpretado pela apenada como um comportamento comum àquelas que se identificam com a criminalidade, pois, na cadeia dos homens, encontrarão um companheiro, o que parece não ser bem visto por Rosa.

Uma das outras perguntas feitas a Rosa foi referente àquilo que ela sentia mais falta na prisão. Ela disse que sentia mais falta do filho de quinze anos. Segundo a apenada, o filho a visita uma vez por mês. Resolvi repetir a pergunta, e Rosa me contou que também sentia falta da liberdade, da vida que ela tinha fora da prisão. Aproveitei e perguntei se existia algum tipo de liberdade na penitenciária (alguma forma de ela se expressar). Ela respondeu que não existia liberdade nenhuma.

Questionei a apenada sobre o que ela gostava de fazer no seu tempo livre. Ela respondeu que gostava de ler, como pode ser observado na SD13-A1.

(SD13-A1) é uma forma de eu podê me desligá um poco daqui... é porque bá quando eu leio eu entro pra dentro dos livros... onti eu tava lendo assim né () que tanto que tu chora eu digo por causo do livro eu entro sabe pra dentro das história sabe... é o que me tira um pouco daqui... sabe... que me distrai um pouco assim daí eu fico lá na minha cama quieta no meu canto

A leitura permite que ela saia da prisão, mesmo que imaginariamente. Segundo ela, “quando eu leio eu entro pra dentro dos livros”. Esse *entrar pra dentro* também opera como um *sair da prisão*. Percebe-se esse efeito metafórico a partir da necessidade de *se desligar* da prisão. A interação com as outras apenas é evitada, pois, como ela mesma narra, possui problemas de convivência. Parece que é a fantasia que permite que ela suporte a vida na Penitenciária.

Na SD14-A1, podemos verificar a importância da entrevista oral para se pensar sobre a forma como tropeçamos no real pelo intradiscursivo. Como se sabe, a emergência do real é da ordem do impossível, mas existem, mesmo assim, indícios que apontam para ele, tais como o que pode ser observado a seguir.

A apenas e eu estávamos conversando sobre uma situação que a tinha marcado muito dentro da prisão. Ela disse que houve um dia em que duas apenas brigaram e se “furaram” com tesouras e alicates. Segundo Rosa, isso aconteceu em função de elas estarem muito drogadas. Aproveitei para questioná-la sobre a entrada da droga na Penitenciária. Primeiro, perguntei “e aqui vocês têm acesso a drogas?”. Ela respondeu positivamente: “tem”. Em seguida, perguntei: “como é que funciona isso?”. A resposta pode ser observada no recorte a seguir.

(SD14-A1) ah como funciona... eu não sei

Percebe-se a incapacidade de a transcrição materializar de forma satisfatória a oralidade. Depois de a apenas dizer “eu não sei”, surgiu um momento de silêncio. Ela não falou mais nada e deu uma risada discreta, parecendo um pouco desconcertada. Eu percebi a inquietação de Rosa por ter *deixado escapar* que as apenas têm acesso a drogas, e mudei o direcionamento das perguntas que estavam sendo feitas.

Cabe, contudo, discutir o que ocorreu na SD14-A1. Aqui podemos perceber a importância da oralidade no processo de materialização dos discursos. Surgiu uma interdição no intradiscursivo, na relação entre linguagem e sequência temporal, representada por Saussure pelo conceito de linearidade do significante linguístico. Por ser linear, não se pode *voltar atrás*: depois que algo foi dito, é impossível que seja apagado, concertado, rearranjado. Por isso a apenas preferiu ficar em silêncio. Ela poderia ter dito “ah como funciona... funciona assim...”, mas preferiu dizer que não sabia para impedir a emergência de um discurso-outro no eixo intradiscursivo, um discurso que não é autorizado pela formação discursiva com a qual se identifica. Isso significa que, ao dizer como funciona o acesso a drogas dentro da

prisão, estaria se posicionando de forma contrária à identificação com a Formação Discursiva da Justiça. A interpretação que surge da pesquisadora é a de que, provavelmente, denunciase em sua fala a participação de agentes penitenciárias no processo de entrada das drogas no estabelecimento penal¹⁰⁰, o que mobilizaria discursos que não podem e não devem circular na FD1, posto que ela reconhece que mantém uma boa relação com as agentes penitenciárias.

Podemos perceber, mais uma vez, a forma como o en\$elamento social tem efeitos na fala da apenada. Quando ela prefere dizer que não sabe como as drogas entram na prisão, há a consciência da interdição: Rosa sente a censura a que foi exposta. Conforme Orlandi (2008), a censura “é a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proibem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições” (p. 104). Se dissesse como as drogas entram, estaria materializando discursos contraditórios, os quais diriam respeito à Formação Discursiva da Criminalidade. Isso significa que denunciaria uma falha no Aparelho Repressivo de Estado: nem todos os agentes penitenciários se identificam com a Formação Discursiva da Justiça. Isso remete à banda de Moebius exposta em (07), na qual a Formação Discursiva da Criminalidade é composta pelo seu Direito – a identificação com a FD da Criminalidade e a coerção do ARE – e pelo seu Avesso – a identificação com a FD da Criminalidade e o sujeito em liberdade. Alguns agentes penitenciários podem se encontrar em liberdade e assumirem posições-sujeito no interior da FD da Criminalidade.

Assim é possível discutir os efeitos do equívoco presente na fala da apenada a partir da relação entre inconsciente e ideologia. Trago aqui a citação de Morales (2005), reportando ao texto “A língua inatingível” (GADET & PÊCHEUX, 2004): “o equívoco é fundado pelo interdito, isto é, por estar sujeito a uma impossibilidade de que o discurso seja falho” (p. 221). A censura existe para garantir o funcionamento das formações discursivas; contudo, aquilo que não pode e não deve ser dito emerge através do equívoco, no encontro entre o real da história e o real da língua. A contradição constitutiva dos processos discursivos se faz presente e denuncia não só a impossibilidade de *coerência interna* à formação discursiva (posto que é contraditória e não é fechada), mas, também, a falta de controle dos sentidos pelos sujeitos, região de atuação do esquecimento número 2. A apenada, quando diz que não sabe como as drogas entram na prisão, reconhece que algo que não devia ser dito apareceu em sua fala. Esse *algo que não devia ser dito* se relaciona com a formação discursiva dominante (a FD da Justiça) por meio do real da história – a contradição. É por isso que Gadet &

¹⁰⁰ Essa interpretação surge não só a partir da transcrição da fala da apenada, mas, também, a partir da própria situação da entrevista, na qual a pesquisadora (entrevistadora) percebeu a reação física da apenada frente ao seu *ato falho*, reação que não foi materializada verbalmente.

Pêcheux (2004) dizem que o equívoco se instaura no encontro do real da língua com o real da história: o real da história (a contradição) emerge através do real da língua (o impossível). O impossível mostra, assim, a sua existência, sem se deixar mostrar (posto que é *impossível*), e é por isso que relacionamos o real da língua à alíngua, ou seja, o real da língua se materializa na alíngua (o real da língua está na alíngua), posto que “o fato de língua consiste nisto que na alíngua haja impossível: impossível de dizer, impossível de não dizer de uma certa maneira” (op. cit., p. 18).

Quando diz *não sei*, a apenada denuncia a sua divisão ocasionada pelo desejo, e aponta para aquilo que é inominável, mas que, mesmo assim, a constitui. Apesar de buscar, pelo esquecimento número 2, ser representada como plenamente identificada com a FD1, a apenada deixa escapar algo que denuncia sua divisão bem como a coerção imposta pelo ARE. É impossível, dessa forma, compreender os processos discursivos fora da relação entre inconsciente e ideologia, através, principalmente, do real da história e do real da língua. Conforme Althusser (2008), o ARE tem o papel de “garantir *pela força* (física ou não) as condições políticas da reprodução das relações de produção” (p. 164 [grifos do autor]). Se as condições de produção do discurso fossem outras, ou seja, se a apenada não estivesse inserida em uma Penitenciária, a qual opera enquanto ARE, será que ela diria como funciona a entrada da droga na prisão? Talvez a resposta ainda seja negativa, posto que estaria sendo entrevistada para uma pesquisa e a entrevista estaria sendo gravada. A coerção existe mesmo fora da Penitenciária através da polícia (como pode ser observado na fala da Apenada 4), sendo que o ARE não deve ter contradições. Com base nisso, também poderia ser feito o questionamento: se a nossa conversa não estivesse sendo gravada, será que ela deixaria a censura interditar a sua fala?

É nessa falha que o sujeito desejante se mostra. Pêcheux (2006) afirma: a gente se depara com o real, dá de encontro com ele, e é quando os efeitos do transbordamento provocado pela censura ganha corpo na linguagem do sujeito, através da oralidade. É como diz Milner (1987): “pois vê-se bem que uma locução, trabalhada pelo equívoco, é ao mesmo tempo ela mesma e uma outra” (p. 13).

Questionei a apenada sobre o seu casamento. Ela disse que estava com um companheiro há quatro anos, pois o marido a havia abandonado depois de sua prisão, sendo que é isso o que geralmente acontece com as mulheres que são presas. Em função de ter sido um *crime passionnal*, e apesar de não dizê-lo de forma explícita, compreendi que a apenada matou a amante do marido. Ela disse que foi em função dele que estava presa e tinha cometido o crime.

O ex-marido chegou a visitá-la na Penitenciária durante dez meses. Depois desse período, não foi mais. Seu filho não é do ex-marido, mas é fruto de um relacionamento anterior ao do relacionamento com o ex-marido. O atual companheiro da apenada a visita todos os sábados. A cada quinze dias, a apenada é autorizada a ter uma visita íntima com o companheiro.

Perguntei para a apenada se ela tinha cuidados com o corpo na Penitenciária. A resposta pode ser observada no recorte exposto abaixo.

(SD15-A1) é às vezes eu cuido às vezes às vezes né... que nem agora dei uma emagrecida já engordei já emagreci eu cheguei aqui com quarenta e seis quilos era meu peso mesmo... e o que eu gosto de tê é quarenta e seti... tipo vesti trinta e seis por aí... mas eu já fui até cinquenta e quatro... agora eu tô emagrecendo de novo ah eu cuido né aqui a gente não tem MUITA opção de alimentação né... é tipo assim o que entra na sacola só que daí tu come tanto aquilo ali que tu enjoa

Conforme poderá ser visto nas respostas de outras duas apenadas (isso só não aconteceu com a Apenada 04), o peso corporal de cada uma delas apresentou alterações depois que foram presas. Tal elemento não pode ser desconsiderado na presente reflexão, posto que tomamos o corpo como materialidade corpórea, ou seja, assim como a materialidade histórica e a materialidade linguística, o corpo possui relação com a ideologia e com o inconsciente. Além disso, é no corpo que se marcam efeitos do real (do próprio sujeito) e, também, o corpo significa enquanto parte da subjetividade, é efeito de um trabalho simbólico.

Se a língua traz à tona a incompletude da língua, o corpo, também considerado incompleto, passa a ser considerado como parte da subjetividade no que denominamos *corporeidade discursiva*. A incompletude do corpo tem relação direta com a incompletude da língua, e os dois reais efeitos dessas relações constituem, juntamente com as marcas ideológicas (contraditórias e, portanto, incompletas) a subjetividade (nomeada de *corporeidade discursiva*). Devido à existência do real, tudo é lacunar. No encontro entre essas três opacidades – materialidade linguística, materialidade histórica e materialidade corpórea – se constitui a subjetividade. É entre faltas que o sujeito se torna sujeito e, ao passar entre essas faltas, através de materialidades incompletas de sentido (posto que são significantes, e um significante substitui outro significante na cadeia discursiva), o sujeito vai se subjetivando por meio dos processos de subjetivação, encontrando uma *identidade* num mundo ilusoriamente completo, onde é ilusoriamente impelido a ser Um e consciente de quem *verdadeiramente é*.

Para a discussão sobre o corpo e o peso das apenadas, e a partir do pressuposto de que *a letra mata o real* (FINK, 1998), é importante trazer a citação de Baldini & Souza (2012):

A letra seria a marca do ideológico na forma de significantes que erigem o corpo marcando a carne. Essas marcas florescem numa estética da forma física, do vestuário e de signos inscritos/escritos sob/sobre a pele. O corpo traz em suas fimbrias (através de entrâncias, folículos, membros e em toda a extensão da pele, as arranhaduras, rasgos, perfurações, queimaduras, mutilações, cortes, distensões, enrugamento da compleição, engordamento, pinturas, barbeamento, depilação, coloração da pele, pintura das unhas, estriamento da pele, invasão por objetos e agulhas) vestígios da inscrição da ideologia e da entrada do sujeito na *polis*. Tais empreendimentos de marcação do corpo são balizamentos das trilhas da vida social, códigos da vida cultural, ciframento das formações discursivas do sujeito. São as marcas da inscrição da letra no corpo; significantes relacionados entre si pela cola do sentido e inscritos no corpo, dando vida à ideologia (p. 74-75).

A carne (real) se transforma em corpo (simbólico) através da letra; em outras palavras, na esteira de Lacan, a letra mata o real. São os significantes que inscrevem na carne os efeitos de um trabalho ideológico, o qual traz elementos materiais para os processos de significação do corpo na formação social. É por isso que, conforme os autores, *o corpo traz em suas fimbrias vestígios da inscrição da ideologia e da entrada do sujeito na polis*. Um desses vestígios pode ser o engordamento, o qual opera como um processo discursivo no corpo-suporte (biológico), sempre discursivizado.

A apenada discursiviza seu corpo através da fala sobre o engordamento. Podemos retornar à SD para buscar outros efeitos de sentido vinculados ao *corpolingüagem discursivo*. Primeiramente, é possível atribuir ênfase ao início de sua fala, quando menciona, após o meu questionamento: “é às vezes eu cuido às vezes às vezes né”. O excesso da expressão “às vezes” substitui a negação de “eu cuido”. A expressão *às vezes*, caso apareça duas vezes na mesma sentença, instaura uma relação semântica de oposição, ou, pelo menos, de diferença/alternância, entre duas orações. Por exemplo: “às vezes eu canto, às vezes eu danço” (relação semântica de diferença/alternância); ou “às vezes eu cuido, às vezes eu não cuido” (relação semântica de oposição). No caso sob análise, talvez seja possível afirmar que a repetição do *às vezes*, ao invés de funcionar como uma conjunção coordenativa alternativa, opera como uma conjunção coordenativa adversativa.

Nesse sentido, instaura-se no intradiscurso um enunciado dividido: *às vezes eu cuido, às vezes eu não cuido*. Outra região do interdiscurso emerge no eixo da formulação. No entanto, chega-se ao enunciado citado através de uma relação de substituição via efeito metafórico, posto que a apenada não disse que não cuidava do peso. O que interessa para a AD é justamente a substituição de *não cuido* por *às vezes*, repetido na segunda oração. É assim que chegamos à possibilidade de um interdito se fazer discursivamente atuante, posto

que a apenada remete à impossibilidade de variar os alimentos ingeridos dentro da Penitenciária. A assunção de que não cuida do peso remete à posição de onde fala, ou seja, remete ao fato de que está presa, e o Aparelho Repressivo não lhe fornece os meios necessários para manter o peso. O interdito funciona no nível das formações discursivas, lembrando-a de que assumir que *não se cuida* revela o fato de que cometeu um crime e, pensando nas formações imaginárias, a apenada pretende regular seus enunciados de forma a não atualizar discursos que a vinculem à FD2.

O engordamento é um dos possíveis efeitos do ARE nos corpos dos sujeitos, posto que não age diretamente nos corpos, mas opera através da vigilância, sendo possível ser compreendido como mais um dos efeitos do enclausamento social: a interdição da linguagem se materializa no corpo. O modo de funcionamento da instituição penal causa o ganho de peso, posto que a alimentação não é diversificada; além disso, as apenadas não têm espaço para praticar nenhuma atividade física dentro do estabelecimento. A ideologia causa nas materialidades corpóreas os seus efeitos; o impossível de simbolizar inerente ao espaço prisional invade o corpo do sujeito como um sintoma; o sujeito, com isso, se ressignifica.

Rosa diz: “que nem agora dei uma emagrecida já engordei já emagreci”. Seu peso era de 46 quilos, mas já chegou até os 54 quilos. Lembro, com isso, do citado por Ferreira (2011a), quando faz referência ao real do corpo. A autora compreende o real do corpo como “aquilo que, resistindo à simbolização, instaura uma falta (falha) que o sujeito tenta inutilmente sanar através de um deslizamento incessante de significações (imaginárias)” (p. 98). É com esse conceito que chegamos à relação entre língua e corpo, capaz de ser alcançada em função de esta pesquisa trabalhar com entrevistas orais. Primeiramente, o emprego da expressão *às vezes* acima referida traz à tona a impossibilidade de controlar o peso corporal, e a relação dessa impossibilidade com o próprio funcionamento da prisão. Essa impossibilidade estaria ligada ao impossível? Parece-me que é aí que opera o conceito de *corporeidade discursiva*, pois se estabelece aqui uma relação entre inconsciente e ideologia. O ciclo de engordamento-emagrecimento pelo qual a apenada passa pode revelar os efeitos da ideologia no seu corpo, por um lado, e a impossibilidade do controle do peso (esquecimento número 2), caso se tenha o corpo como um texto (ORLANDI, 2004b). Também é possível afirmar que, talvez, o peso traga um transbordamento do sujeito no corpo do sujeito, evidenciando os efeitos do real, o impossível de simbolizar, no corpo, enquanto um *deslizamento incessante de significações (imaginárias)*. O corpo também é, portanto, texto: abre a possibilidade de deriva de um significante para outro significante, sendo o próprio sujeito um intervalo entre significantes (é por isso que o sujeito não aparece no que é dito, conforme Fink, 1998). Daí o

impossível de simbolizar: no corpo (suporte) ou em uma materialidade linguística. Corroborando a análise desenvolvida, trago a citação de Fink (1998). Para o autor, “se pensarmos o real como tudo que ainda não foi simbolizado, a linguagem sem dúvida nunca transforma completamente o real, nunca suga tudo do real para dentro da ordem simbólica; fica sempre um resto” (p. 45).

Os enunciados referentes ao fato de que é difícil manter o peso na prisão se relacionam com aquilo mencionado no recorte a seguir. A apenas fala sobre o fato de não terem pátio.

(SD16-A1) nem pátio a gente tem... e os dias que tem feriado que elas podem dá o pátio à tarde elas resolvem dá de manhã porque sabe que as trabalhadora querem dormi até tarde... que daí não vai ninguém por causa que elas não querem ficá cuidando da gente no pátio... elas não gostam que a gente vá pô pátio porque elas têm que ficá sabe tê que né deslocá um funcionário pra fica lá cuidando... então né pátio pra gente pra ti vê... eu tô:: há dois anos trabalhando há dois anos não vô no pátio... o pátio pra mim é o dia da visita no caso... pego tipo um sol uma/vejo a luz do dia ... no caso né só quando vô na visita

Na SD16-A1 observamos como os corpos das apenas podem e devem circular dentro do espaço do estabelecimento penal. Para que a vigilância constante das mulheres seja garantida pelo Aparelho Repressivo, *elas* [as agentes penitenciárias, a Direção, os funcionários?] só permitem a ida para o pátio nas manhãs dos feriados. Neste recorte, é interessante verificar a forma como a apenas faz referência aos sujeitos envolvidos na sua narrativa. De um lado, *a gente, as trabalhadora e eu*; de outro lado, *elas*. Tentamos resgatar o referente *elas* nos seguintes enunciados recortados da referida SD: “elas podem dá o pátio à tarde”; “elas não querem ficá cuidando da gente no pátio”; e “elas têm que ficá sabe tê que né deslocá um funcionário pra ficá lá cuidando”.

No nível textual, o texto da apenas poderia ser considerado com problemas coesivos em função de o referente de *elas* não ser explicitado, o que impediria o acionamento deste referente pelo leitor do texto, afetando, dessa forma, a coerência do texto. Contudo, essas questões não possuem o mesmo estatuto quando consideradas discursivamente. Muito além de um problema de coesão ou de coerência, o texto aponta para algo que está presente no texto através de uma ausência. A necessidade de o referente não ser mencionado está ligada ao funcionamento da ideologia: há algo que não pode e não deve ser dito. Enquanto a apenas se representa no texto enquanto *trabalhadora*, o referente de *elas* pode ser quem decide o horário de as apenas irem para o pátio (a Direção) ou as próprias agentes penitenciárias que não querem cuidar das apenas no pátio. Pode-se resgatar as falas anteriores de Rosa para se pensar sobre o motivo da censura. Um dos possíveis sentidos que emergem é decorrente da

identificação da apenada com a Formação Discursiva da Justiça e, também, do fato de “se dar bem” com as agentes penitenciárias. Não gostaria, portanto, de ferir essa relação de cumplicidade existente dentro da Penitenciária.

Através da fala da apenada é possível tecer mais alguns comentários acerca da forma como o Aparelho Repressivo controla os corpos dos sujeitos. As apenadas só têm o pátio liberado nos feriados e nos dias de visita. Rosa só consegue ir ao pátio nos dias em que recebe visita, e é quando “pego tipo um sol uma/vejo a luz do dia”. A falta de pátio impede que as apenadas peguem sol (o que pode ocasionar efeitos na saúde em função da deficiência da vitamina D), bem como não possibilita que as apenadas se movimentem mais livremente, sem ser dentro dos corredores das galerias, com os possíveis rumos já determinados pela disposição dos corredores. Ausência de sol, de luz do dia, de céu, de ar... todas as mínimas possibilidades de contato com o que é exterior à Penitenciária são extintas, o que causa um efeito nos corpos das mulheres e, por conseguinte, na forma como elas se subjetivam (e daí resulta o engordamento). Só há pátio quando há visita. Essa é a única forma como as apenadas são autorizadas a significar o pátio.

A apenada tinha um piercing, e eu perguntei sobre ele. Ela disse que tinha colocado o piercing dentro da prisão. Sobre isso, ela comentou que tinha dado vontade, como pode ser visualizado no recorte a seguir.

(SD17-A1) eu sempre quis botá na rua nunca tive coragem na rua que é né eles esterilizaram um monte de coisa daí eu vi umas guria botando aí eu digo ah eu vou botá também... e coloquei

A apenada, “na rua” sempre teve vontade de colocar o piercing; no entanto, só teve coragem de fazê-lo ao ver que outras apenadas o estavam colocando dentro da prisão. Apesar da vontade de ter o piercing em seu corpo quando estava na rua, alguma interdição operava no desejo da apenada, o que a impediu de fazê-lo.

Mesmo sem ter garantias de higiene dos utensílios utilizados para a perfuração da língua, tampouco da joia utilizada, Rosa confiou nas outras mulheres e permitiu que lhe fosse colocado o piercing na língua. Seria o piercing um escape? Algo que aponta para o real sendo materializado no corpo do sujeito. Se fora da prisão existia uma interdição, dentro da prisão esta interdição não existe mais, apesar das condições nas quais o piercing foi colocado, pois, na rua, “eles esterilizam um monte de coisa”, isto é, na prisão isso não acontece. Na rua, a esterilização não ocorre somente no objeto e nos materiais utilizados na colocação da joia; parece que a esterilização deriva para a própria identificação do sujeito, ou seja, ao se

subjetivar na Formação Discursiva da Justiça, seu corpo deve permanecer normatizado, limpo, sem qualquer inscrição que o singularize. Essa normatização vai ao encontro do mencionado por Pêcheux (1997): “a necessidade universal de um “mundo semanticamente normal” começa com a relação de cada um com seu próprio corpo e seus arredores imediatos (e antes de tudo com a distribuição de bons e maus objetos, arcaicamente figurados pela disjunção entre alimento e excremento)” (p. 34).

O Aparelho Repressivo, enquanto local que abriga sujeitos *em conflito* com a Lei, é propício para a emergência de outra posição-sujeito: as condições de produção influenciam em uma diferente tomada de posição na formação discursiva que a interpela, e essa tomada de posição tem relação com o desejo de inscrição de um objeto em seu corpo. Parece ser possível relacionar o efeito das condições de produção nos processos de subjetivação à reflexão de Dias (2012) sobre a tecnologia digital. Para a autora, “corpo não é apenas uma questão biológica, (...) mas também política e social, que está determinado em sua existência material pelas condições de produção que o definem, no caso, as condições de produção da existência material do corpo são aquelas da tecnologia digital” (p. 48). Para este debate, a existência material do corpo é determinada pelas condições de produção vinculadas ao Aparelho Repressivo de Estado.

A identificação deriva na forma de uma posição-sujeito diferente. Ao colocar o piercing, a apenas provoca um acontecimento enunciativo no interior da formação discursiva. O piercing funciona como materialidade que permite essa movimentação nas regularidades da FD, afetando a formação discursiva pelo viés daquilo que é próprio da subjetividade: o desejo. Sendo assim, cabe o questionamento: seria o piercing colocado pela apenas um efeito do real do corpo? Se o equívoco é o encontro entre o real da língua com o real da história, o piercing também materializa uma contradição na forma como a apenas se subjetiva. Desse modo, há um equívoco que não se materializa na materialidade linguística, mas, sim, na materialidade corpórea: o real do corpo toca o real da história (contradição), isto é, o impossível de ser simbolizado surge como equívoco.

É ao colocar o piercing que a apenas se identifica com as outras apenas: “daí eu vi umas guria botando aí eu digo ah vou botá também... e coloquei”. Parece que o piercing opera discursivamente como uma das únicas coisas que divergem desse sujeito totalmente responsável e submisso à lei, identificando-se, momentaneamente, com as outras apenas. E é assim que chegamos à relação entre o piercing e o homicídio: como podem estar relacionados os fatos de inserir um corpo estranho no próprio corpo e de cometer um assassinato?

Discursivamente, há dois efeitos que podem ser observados sobre a relação entre o sujeito e o corpo. No que diz respeito à relação com a ideologia, verificamos que a apenada se subjetiva diferentemente ao colocar o piercing, ou seja, a interpelação do indivíduo em sujeito, da forma como ocorrem os processos de subjetivação, falha, pois a apenada não mais reproduz a interdição que lhe era operada quando era sujeito-de-direito fora da prisão. Existe uma pequena brecha que permite que ela *não se reconheça “da sociedade”*, ou seja, que ela se veja como apenada, e é em função dessa brecha que Rosa consegue colocar o piercing. É quando ela se reconhece como presa que ocorre a deriva e a possibilidade de emergência de um sentido não previsto no funcionamento da Formação Discursiva da Justiça. O segundo efeito concerne à relação entre o sujeito e o desejo, posto que a falha no ritual de interpelação ideológica só ocorreu em função de o desejo intervir no processo de interpelação. Contudo, essa falha é restrita às condições de produção, posto que, *na rua*, a apenada não teve coragem de colocar o piercing em função da coerção própria da FD na qual se subjetiva.

Como disse Rosa, o piercing foi colocado dentro da Penitenciária. A própria apenada furou sua língua com uma agulha de crochê, enquanto outras apenadas seguravam um pedaço de maçã para que a agulha pudesse atravessar. Colocar o piercing parece ter sido um dos momentos em que Rosa conseguiu conviver com as outras mulheres presas. As outras mulheres se inscrevem no corpo da apenada através do piercing na sua língua.

5.3 “Mas eu tenho horror dessa tatuagem”: a Apenada 02

As relações entre prisão e subjetividade também serão exploradas nas falas das outras três apenadas selecionadas para a presente investigação. Branca, a segunda apenada, foi questionada sobre a sua vida na Penitenciária. Sua resposta pode ser observada na SD01-A2.

(SD01-A2) a minha vida é:::.. tranquila assim... porque:: eu sou uma pessoa:: que sou consciêti do que eu fiz... né... porque... então eu sabia que no momento em que eu viesse presa eu não ia saí tão cedo... a minha pena... É DI cinquenta e quatro anos... já teve MUITO maior... só que com a redução... né... e eu trabalho desde que eu cheguei... então tá em cinquenta e quatro anos na minha pena... então eu sô tranQUILA assim... acho qui:... a primeira coisa que a gente tem que tê aqui é consciência né... tu tê consciência de que tu fez uma coisa errada... automaticamente... já te deixa tranquila... tu fez errado tem que pagar e pronto né... então ah/o meu dia a dia é tranquilo assim eu trabalho desde que eu cheguei

Ao contrário de Rosa, Branca fala de maneira pausada e calma. Rosa fala rapidamente, sem muitas pausas (o que, inclusive, causou uma dificuldade grande no momento da

transcrição das suas falas). Percebe-se a tranquilidade de Branca no início da sua resposta através do enunciado “a minha vida é:::.. tranquila assim..”, no qual houve um prolongamento da vogal *é* e duas pausas (uma pausa após o verbo e outra pausa após *assim*, compreendido como elemento linguístico interacional).

A partir disso, lembramos da forma como Rosa inicia sua fala. A SD01-A1 também apresenta um prolongamento de vogal (ditongo, na verdade), quando perguntei o que tinha levado Rosa à prisão. Seriam dois recursos prosódicos empregados no resgate dos mesmos elementos do interdiscurso? Ou existiria uma diferença entre elas? Parece que esses recursos foram primeiramente empregados em função da influência das formações imaginárias, pois, no início da conversa, as interlocutoras ainda não se sentiam à vontade para tratar sobre suas vidas com uma pesquisadora da universidade, o que pode ter ocasionado essa insegurança na seleção daquilo que podia/devia ser dito. Nesse sentido, resgato o que diz Pêcheux (2009a), sobre a necessidade de admitir que “as *mesmas* palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra, é necessário também admitir que palavras, expressões, proposições *literalmente diferentes* podem, no interior de uma formação discursiva dada, “ter o mesmo sentido”” (p. 148 [grifos do autor]). Deve-se acrescentar, na presente reflexão, que, além das materialidades citadas (*palavras, expressões e proposições*), a materialidade prosódica também atua nos processos discursivos. Desse modo, “a expressão *processo discursivo* passará a designar o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos linguísticos – “significantes” – em uma formação discursiva dada” (op. cit., p. 148 [grifos do autor]), devendo também ser acrescentados os elementos prosódicos como significantes dos processos discursivos, os quais possuem relação mais íntima com o real (e não com o simbólico) em função da alíngua (balbucios e prosódia parecem, ambos, apontar para o real). O que não pode/não deve ser dito, ao ser censurado pelas condições de produção do discurso, tem efeitos na materialidade prosódica.

Além dessa avaliação inicial sobre os possíveis efeitos de sentido resultantes do prolongamento da vogal e da pausa no enunciado de Branca, percebe-se que, no resto da sua fala, essas duas características se mantêm, ou seja, talvez essas duas marcas prosódicas sejam sintomas da forma como a apenada se percebe na prisão: tranquila. Na mesma SD, ocorre o prolongamento do ditongo nasal em *reduçãããõ*.

O funcionamento da ideologia tem efeitos nos processos de subjetivação da apenada 2. Apesar de a A1 também “ser consciente” do que fez, ela não tem uma vida tranquila na prisão. Ao mencionar que “sou conscienciado do que eu fiz”, Branca assume a responsabilidade

pelos seus atos, denunciando a forma como a ideologia dá liberdade ao sujeito (ORLANDI, 2009). A responsabilidade por aquilo que o sujeito faz em função de sua liberdade não está no Estado, mas no próprio sujeito. O Estado só funciona no momento do julgamento e da punição, pois atua ativamente no processo de individualização dos sujeitos na tentativa de eles se identificarem com a forma-sujeito de direito (ao mesmo tempo livre e responsável).

Ao dizer que tem consciência daquilo que fez, Branca traz à tona o discurso da lei, materializando os efeitos de sentido da formação discursiva da Justiça na forma como é interpelada ideologicamente. A coerção da lei está presente na forma como se subjetiva. Ela sabia que, quando fosse presa, ficaria na prisão por bastante tempo. Apesar disso, seguia vinculada à criminalidade. Temos aí a identificação com a criminalidade afetada pelos saberes presentes na formação discursiva da Justiça.

Refletindo um pouco mais sobre os enunciados “sou consciente do que eu fiz”, “a primeira coisa que a gente tem que tê aqui é consciência né”, “tu tê consciência de que tu fez uma coisa errada” e “tu fez errado tem que pagar e pronto né”, percebemos que os sentidos derivam, mais uma vez, para a diferença entre o Bem e o Mal. *Ter consciência de ter feito algo errado* deriva para o sentido do Bem, para a aceitação de sua condição, para um merecido “purgatório” da sociedade de direito. *Não ter consciência de que fez algo errado* conduz à não aceitação da vida na prisão, e, conseqüentemente, a uma vida *não tranquila* na Penitenciária. Conforme Pêcheux (2009a), a formação discursiva preexiste aos efeitos de sentido dela derivados; contudo, o sujeito é, na forma-sujeito do discurso, produzido como causa de si. *Ter consciência* é compreender que os sentidos se originam no próprio sujeito, sendo que as condições de produção do discurso não possuem qualquer responsabilidade sobre o sujeito; o sujeito não reconhece o papel da ideologia e do inconsciente nos processos de subjetivação, sentidos que estão escondidos no interdiscurso para que a atuação do Aparelho Repressivo seja eficaz. *Ter consciência e ser a causa da criminalidade* trazem à tona o esquecimento número 1. *Automaticamente* a vida na prisão se torna suportável (atentemos para a forma como começa a se materializar o en\$elamento social no discurso de Branca).

Com base na “consciência” adquirida automaticamente por Branca quando da entrada na prisão, podemos supor que o espaço no qual ela se encontrava naquele momento (a Penitenciária), em total privação de liberdade (sem poder deixar este espaço), possui efeitos nos processos de subjetivação. Conforme Orlandi (2009), “o espaço significa, tem materialidade e não é indiferente em seus distintos modos de significar” (p. 16). Além de o espaço ser objeto de significação, o próprio sujeito que está no espaço é significado, ou seja,

“o modo de se significar um espaço vai de par ao modo como são significados os sujeitos desse espaço” (op. cit., p. 16). No que concerne às formações imaginárias, Branca já possuía uma representação sobre o que aconteceria com ela caso fosse presa (“eu sabia que no momento em que eu viesse presa eu não ia sair tão cedo”) e, com isso, já representava a vida na prisão (por, inclusive, já ter sido presa anteriormente). Desse modo, quando fora da prisão, significava o espaço e os sujeitos nele inseridos com base nas suas vivências passadas, o que pode ter lhe garantido a tranquilidade narrada em sua fala. Essa tranquilidade pode ser compreendida como efeito do aprisionamento.

Já que a expressão *enclavelamento social* apareceu novamente no presente texto, dedicarei um breve espaço para abordá-la. Contudo, os elementos que a constituem teoricamente estão sendo levantados ao longo deste capítulo, o que significa que eles gradativamente emergem dependendo das materialidades colocadas em circulação nas falas das apenadas entrevistadas.

Sendo assim, é importante mencionar que, na obra “O Discurso: Estrutura ou Acontecimento”, Pêcheux (2006) fala sobre a diferença entre duas regiões do conhecimento: tem-se, de um lado, a zona dos universos logicamente estabilizados (as ciências sobredeterminantes), e, de outro, a região das formulações irremediavelmente equívocas (as ciências da interpretação). As ciências logicamente estabilizadas, as quais possuem caráter dominante na formação social atual, buscam determinar o funcionamento dos processos discursivos de forma a recalcar o equívoco, por isso fazem uso de cifras, tabelas, leis que naturalizam as evidências daquilo que não pode ser questionado. Cabe às ciências das formulações irremediavelmente equívocas denunciar as falhas nos rituais das evidências, e esses equívocos ocorrem em função do encontro da língua com a história.

Esta breve referência à conferência de 1983 de Pêcheux visa a estabelecer uma relação entre o universo logicamente estabilizado e a instituição penal. Por ser determinada pela instância jurídico-política, por um lado, e pela instância ideológica, por outro, através, respectivamente, do Aparelho Repressivo de Estado e do Aparelho Ideológico de Estado Jurídico, a instituição penal, caracteristicamente coercitiva, pouco permite aos sujeitos que estão nela inseridos; ela deve cumprir plenamente o papel de privar os sujeitos de liberdade, punindo-os pelos crimes cometidos fora da prisão. Os direitos garantidos pela constituição a todos os cidadãos brasileiros parecem ficar em suspenso quando da entrada na instituição penal, passando a vigorar uma outra lei, ancorada numa biopolítica, numa vigilância capilar, num controle do tempo e dos corpos dos sujeitos biológicos que devem ocupar o espaço prisional.

Nesse sentido, a prisão pode e deve funcionar de acordo com uma estabilidade lógica, a fim de equívocos não serem possíveis de ocorrer nesse espaço da formação social. A esse funcionamento característico da instituição penal atribuí o nome de *en\$elamento social*, pois, na lógica do impossível de falhar (a lei), não pode existir espaço para a emergência de sentidos não previstos pela lei, e essa forma de interpelar os indivíduos em sujeitos revela a impossibilidade de o sujeito se identificar, visto que ele deve obedecer à coerção penal. Ele pode e deve ser aquilo que o ARE quer que ele seja. É por isso que faço uso do símbolo \$, representante da castração. Na Penitenciária, a castração ocorre tanto no nível da linguagem quanto no nível do corpo, o que conduz à noção de *corpilinguagem discursivo* colocada em evidência nesta reflexão, a qual será mais aprofundada no item 5.6 deste capítulo.

Os embasamentos que ancoram o conceito de en\$elamento social são oriundos da constatação de que as apenadas têm seus direitos suspensos quando encarceradas. O en\$elamento social é, então, a forma como o ARE age na formação social, por meio da individualização e normatização dos corpos. Se o sujeito está en\$elado socialmente, ele está individualizado, barrado pelo Estado por ter seus direitos suspensos. É estar em uma borda sócio-histórica, com os processos de subjetivação influenciados diretamente pelas suas condições de produção. Sendo assim, o en\$elamento não pode ser desvinculado da noção de condições de produção do discurso nem do processo de interpelação ideológica (e, claro, dos processos de subjetivação). Mesmo assim, conforme será discutido, apesar de en\$elado, a subversão, através de acontecimentos enunciativos no corpo e na linguagem, pode ocorrer, e é por isso que abordarei a noção de *corpilinguagem discursivo* mais tarde.

A apenada, no momento da entrevista, disse que trabalhava para uma firma de temperos, dentro da própria Penitenciária, e sua função era pesar e embalar os temperos. Antes dessa atividade, ela havia trabalhado para uma empresa de costura, mas a empresa fechou. O trabalho começa às 8h30 e termina às 17h, sendo que, das 11h30 às 13h, há uma pausa para o almoço, quando elas podem ir para o pátio, pois o almoço é servido lá. Sobre o acesso ao pátio, a apenada relata:

(SD02-A2) tem... tem... das onzi e meia à uma da tardi é a pausa pru almoço... determinado pelo juiz né... porque a genti reclamô qui... a genti que trabalha de segunda a sexta não tinha pátio nunca... não tinha direito di tê um sol porque a gente ficava o dia inteiro trabalhando sábado e domingu são dias de visita na penitenciária... então a gente nunca pegava sol... então o juiz... da VEC¹⁰¹ estipulô que a genti... parasse às onzi ih meia... quinze pro meio dia na verdadi... e voltassi à uma hora pro trabalho

¹⁰¹ Vara de Execuções Criminais.

Na SD02-A2, há um elemento importante relatado por Branca: a reclamação decorrente da falta de acesso ao pátio pelas apenadas. Segundo ela, houve um tempo em que as apenadas trabalhavam sem intervalo e, portanto, sem acesso ao pátio. Quando questionei sobre o intervalo, ela materializou saberes de uma outra região do interdiscurso, desvinculada da formação discursiva que a interpela (a formação discursiva da Justiça). Ao inserir, após responder à pergunta, a incisa “determinado pelo juiz né”, houve, com ela, a introdução de um discurso-outro, que questiona os saberes da FD da Justiça. Não se trata de um processo de desidentificação, mas há, no interior da formação discursiva, a emergência de uma posição-sujeito inquisidora, que denuncia uma instabilidade no processo de interpelação ideológica, capturada sintaticamente. O Aparelho Repressivo de Estado e, mais especificamente, a formação discursiva da Justiça, inserida no Aparelho Ideológico de Estado Jurídico, foram questionados por determinarem a impossibilidade de acesso ao pátio durante o período do intervalo, o que fazia com que as apenadas nunca se expusessem sol. A superestrutura “escutou” o questionamento das apenadas, existindo, portanto, uma alteração no modo de funcionamento da infraestrutura (relações de produção). Caso não tivesse ocorrido a reclamação, não teria acontecido a mudança, pois ela só foi levada a cabo “porque a gente reclamô”. A Vara de Execuções Criminais, enquanto parte do Estado, determinou a alteração na jornada de trabalho das mulheres.

As incisas¹⁰² possuem, dessa forma, um papel determinante no funcionamento dos processos discursivos, pois “*consistem em sequências discursivas mais ou menos completas, mais ou menos fragmentadas, oriundas de outros discursos, que, ao serem interiorizadas, não deixam pistas de sua procedência externa, nem do processo de apropriação por que passaram*” (INDURSKY, 1997, p. 244 [grifos da autora]). Há, então, a inserção de saberes de outras formações discursivas no intradiscurso (fio do discurso) através das incisas, o que torna a sintaxe um lugar próprio para a materialização dos pontos de deriva... Como foi mencionado, não houve uma desidentificação com a FD Jurídica por parte dos sujeitos envolvidos no processo, mas, na verdade, uma “contraidentificação” com a FD dominante, existindo a possibilidade de negociação com a instância jurídica, a qual determinou o intervalo com pátio. Essa contraidentificação (entre aspas) ocorre dentro da própria formação discursiva, revelando a sua heterogeneidade: o que pode e deve ser dito é constituído por aquilo que não pode e não deve ser dito, e vice-versa. Esses saberes convivem em situação de aliança, oposição, desigualdade ou subordinação no âmbito da própria FD, constituindo os processos de subjetivação.

¹⁰² Conforme Orlandi (2007b), na tradição gramatical, a incisa é reconhecida como um acréscimo contingente.

Outra questão importante levantada por Branca na SD02-A2 diz respeito ao enunciado “a gente nunca pegava sol”. A lei obrigava os sujeitos a permanecerem no espaço interno da Penitenciária, sem acesso ao pátio, e o enunciado citado denuncia uma necessidade do corpo das presas. Retornamos, portanto, a De Certeau (1994), o qual afirma que “a lei se escreve sobre os corpos. Ela se agrava nos pergaminhos feitos com a pele dos seus súditos. Ela os articula em um corpo jurídico. Com eles faz o seu livro” (p. 231). “Não pegar sol”; “Ficar no escuro/na luz artificial”: o *corpo jurídico*, como menciona De Certeau, vale-se dos corpos físicos para sustentar o seu funcionamento, deixando os sujeitos sob a luz branca do laboratório da criminalidade, enquanto corpos expostos à observação capilar do Estado.

Os pais de Branca não moravam em Porto Alegre e, em função de eles não terem muitas condições financeiras, ela não costumava pedir que a visitassem, sendo que ela não recebe muitas visitas durante o ano. O ex-marido também é presidiário, e eles pararam de se relacionar depois que ela foi presa: dois anos após a prisão de Branca, o marido encontrou outra companheira, o que ela considera normal. Segundo ela, os homens costumam arrumar outras companheiras depois que suas mulheres são presas (esse relato é presente na fala de mais de uma apenada). Branca disse que já esperava por essa situação:

(SD03-A2) eu já esperava por isso pelo fato de eu saber que eu tinha que ficar aqui muito tempo eu já esperava tudo isso... tudo o que acontece eu já espero né então eu já esperava por isso... ih agora eu tô sozinha assim... quem vive sozinha é que vive melhor

Como já se viu, o efeito principal do esquecimento número 1 é o de o sujeito acreditar ter em si a origem dos sentidos, sendo que este esquecimento opera no ponto em que se articulam ideologia e inconsciente, ou seja, a “consciência” de ser a origem é efeito do processo de interpelação ideológica, mas, na verdade, o sujeito não tem consciência de que é efeito desse processo. Então, o sujeito, não podendo se encontrar fora da formação discursiva que o domina, reproduz os discursos desta formação discursiva quando utiliza a linguagem para materializar o processo de identificação que o determina ideologicamente. Na materialidade linguística na SD03-A2, percebe-se a dupla presença do pronome pessoal *eu*, de um lado, e do advérbio de tempo *já*, de outro, antes do verbo *esperar*: “*eu já* espero”; “*eu já* esperava por isso”. Quando Branca diz “eu já espero”, ela coloca o verbo no presente do indicativo, ou seja, de um modo geral, a apenada se compreende como acostumada à vida na prisão e antecipa “tudo o que acontece”. Quando utiliza o verbo no pretérito imperfeito do indicativo, faz referência especificamente ao fato de que o marido a deixaria.

Consultando o dicionário¹⁰³, buscamos outras ocorrências possíveis para o verbo *esperar* no enunciado analisado, tentando colocá-las em relação parafrástica. Duas ocorrências foram consideradas mais próximas: *contar com a realização de algo*; *considerar (algo) como provável*. Nesse sentido, passando de um enunciado para outro, entramos em uma relação metafórica, isto é, “uma coisa no lugar de outra”: “eu já esperava por isso” – “eu já contava com a realização disso” – “eu já considerava isso como provável”. Nesse sentido, parece que as ocorrências do dicionário que mais se aproximam discursivamente do enunciado da apenada apresentam efeitos de sentido que caminham na direção do desejo de que algo aconteça. Poderíamos questionar: será que aquilo que a apenada *espera* é da ordem do desejo de que aquilo aconteça? Assim, o papel da ideologia na interpelação dos indivíduos em sujeitos parece ter atingido um ponto significativo, aquele da ordem do desejo, ponto no qual ideologia e inconsciente dialogam.

Quando a apenada refere que “tudo o que acontece eu já espero né então eu já esperava por isso”, ela reproduz os saberes que estão presentes na formação discursiva Jurídica, apesar de achar que esses saberes têm origem nela mesma. O saber que diz respeito ao abandono dos homens emerge como pré-construído. É como se, no discurso jurídico naturalizado (o discurso da formação discursiva dominante), já se fosse determinado que os homens costumam abandonar suas mulheres presas. A apenada diz que já antecipava que isso fosse acontecer com ela em função de o pré-construído se reproduzir no seio das relações entre apenadas e seus companheiros. O pré-construído, enquanto *aquilo que todo mundo sabe*, ou seja, *as mulheres presas são abandonadas pelos maridos todo mundo sabe*, lineariza-se enquanto efeito discursivo e imaginário.

Da mesma forma, ela reproduz outro pré-construído quando afirma “quem vive sozinha é que vive melhor”. Com base nisso, foi questionada se procurou ter um relacionamento com outra pessoa de fora da prisão, e ela disse que não. A justificativa foi porque não gostaria que fossem vê-la somente uma ou duas vezes e depois não fossem mais. Sem eu perguntar, ela disse que também nunca se relacionou com mulher, pois acha um absurdo. Eu perguntei se era comum o relacionamento homoafetivo na prisão, a que a apenada respondeu:

(SD04-A2) É MUito comum... BÃ... tem mulhé que fica aqui dois meses e já fica casada aí com as outras mulhé... eu AINDA acho um absurdo depois de seis anos aqui eu ainda acho um absurdo mas... né... cada um tem seu pensamento

¹⁰³ HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Interessante observar os elementos materiais presentes na SD04-A2. Percebe-se, primeiramente, uma mudança prosódica significativa, posto que algumas palavras e sílabas ganharam maior força entonacional neste recorte. Além disso, a apenas repete que *ainda acha um absurdo* o fato de mulheres se relacionarem com outras mulheres na prisão. Não só a repetição chama a atenção, como, também, o emprego do advérbio de tempo *ainda*. Também podemos chamar a atenção para o uso da conjunção adversativa *mas* no final da SD.

Nosso papel aqui é analisar discursivamente essas marcas linguístico-prosódicas, mobilizando as noções da Análise do Discurso para descrevê-las e interpretá-las. Ao se posicionar contra os relacionamentos homoafetivos dentro da Penitenciária, houve uma alteração de ordem prosódica na fala da apenas. Seria possível questionar: se a fala não tivesse essa alteração prosódica, ou seja, se a apenas tivesse dito “é muito comum... bá... tem mulhé que fica aqui dois meses e já fica casada aí com as otras mulhé... eu ainda acho um absurdo depois de seis anos aqui eu ainda acho um absurdo mas... né... cada um tem seu pensamento”, a SD significaria de modo diferente? E mais: a identificação da apenas com a formação discursiva que a interpela seria diferente? Respondo que sim, e é isso o que pretendo defender na presente tese. As alterações prosódicas podem revelar algo da forma como a apenas se subjetiva.

Essas alterações prosódicas não acontecem em qualquer palavra/expressão/proposição. Na SD04-A2, “É MUIto comum... BÁ” e “AINDA” sofrem a alteração entonacional. A ênfase é maior na primeira sílaba (a sílaba tônica) do advérbio de intensidade, no verbo (o qual significa como *sim* à pergunta sobre se os relacionamentos homoafetivos eram comuns) e na interjeição BÁ, cujo emprego é frequente entre falantes nativos do Rio Grande do Sul, indicando, principalmente, espanto ou indignação, dentre outros efeitos de sentido possíveis. Essas três marcas prosódicas funcionam discursivamente como efeitos dos processos de subjetivação, e remetem à parcela inconsciente na forma como o sujeito se subjetiva. Assim como se fala em sintomas, sonhos, atos falhos e chistes como formações inconscientes, percebe-se, através dos ensinamentos lacanianos, que é possível aproximar mais a linguagem da subjetividade, considerando a noção de ser falante, e relacionando as alterações prosódicas como próximas da língua.

Ao se posicionar contra as relações homoafetivas na prisão, percebe-se que a apenas, enquanto ela mesma situada em uma prisão afetiva e sexual, ao perceber que as outras apenas não compartilham da mesma prisão que ela, torna-as objeto da mesma normatização aplicada pelo Estado, marginalizando-as, denegrindo-as (... enojando-as). Talvez a ênfase no caráter absurdo da homossexualidade represente para a apenas algo da ordem do impossível,

algo que, para ela, não pode significar. O prazer obtido pela homoafetividade é absurdo (sem razão, sem regras), o que a faz retornar para a determinação via Formação Discursiva Jurídica. Branca é jurídica, política e ideologicamente interpelada para se manter heterossexual, obedecendo à biopolítica e à disciplina, tanto no nível da população quanto no nível dos corpos individuais, não existindo espaço para se acessar o prazer no interior da instituição penal (“quem vive sozinha é que vive melhor”). A solidão, o isolamento, constituem a vida na parte de dentro das grades.

Branca considera um absurdo as relações homoafetivas. Perlonguer (2008, apud RADDE, 2014) menciona que “em algum lugar do imaginário social, a homossexualidade é sempre uma festa: despesa de sêmen, esbanjamento de dinheiro, esbanjamento de fluxos libidinais econômicos” (p. 224). Há, portanto, uma dualidade presente na fala da apenada: por um lado, a reclusão total, a solidão e a anulação sexual, posto que os homens abandonam as mulheres na prisão; de outro lado, a homoafetividade ligada a um aparente excesso da sexualidade, do prazer. Percebemos, mais uma vez, os efeitos da instituição penal nos processos de subjetivação. Essa dualidade revela a presença da normatização dos corpos, efeito de um discurso que interpela o corpo a não ser sexuado dentro do ARE. Há uma coerção libidinal no interior da prisão, a qual disciplina o sujeito a não sentir prazer e a não desejar. Parece que esse discurso é atravessado pela religião (não se deve fornicar, muito menos com pessoas do mesmo sexo, posto que o corpo é do Espírito Santo) e pela medicina (as doenças infecto-contagiosas).

Desse modo, Branca reproduz o saber vinculado à instituição penal de que seria um lugar de ausência de desejo e de sexualidade, principalmente por envolver relações de ordem homoafetiva; ela reproduz o discurso dominante heterossexual. A mulher deve permanecer isolada e solitária, sem prazer, sendo este um discurso autoritário machista, o qual torna as mulheres que compartilham da prisão com Branca abjetas. A própria mulher (Branca) representa as outras mulheres como indignas de sexualidade.

O emprego do advérbio *ainda* traz à tona uma relação com o tempo. Na Análise do Discurso, o tempo não é compreendido como uma categoria enunciativa, cujo interesse abrange as condições de produção estritas; entende-se que a relação com o tempo é, por assim dizer, *discursiva*, a qual não pode ser desvinculada da sua dimensão imaginária (SILVA, 2012). Ao materializar linguisticamente uma relação com o tempo através do advérbio *ainda*, a apenada refere que *ainda acha um absurdo* o “casamento” entre mulheres na prisão; *até agora* acha um absurdo; *até o momento presente* acha um absurdo. Nesse sentido, o advérbio relaciona ações ocorridas no passado (passado que contempla os seis anos de prisão) até o

momento presente, o que representa um processo discursivo que pode sofrer alteração a partir do momento presente. A apenas admite, portanto, que a sua identificação pode ser alterada, isto é, a representação que possui das relações homoafetivas é passível de mudança com o passar do tempo na prisão; contudo, a única marca linguística que permite essa interpretação é o advérbio *ainda*, o qual pode ter sido empregado para relativizar a sua relação de repúdio para com a homoafetividade na cadeia. É por isso, talvez, que ela utiliza a conjunção adversativa *mas* logo em seguida: “mas... né... cada um tem seu pensamento”, revelando que existem outras identificações possíveis frente à situação abordada.

Quando perguntei se Branca tinha alguma coisa pendurada em suas paredes da cela (fotografia, imagem, texto, desenho), mencionou que havia colado um desenho seu com um pensamento, também de sua autoria. O desenho era de um rosto e uma grade rabiscada. Solicitei que ela me contasse qual era o pensamento, e ela começou explicando que o enunciado tinha surgido ao observar, sempre que chegava do trabalho, a rotina das pessoas que moravam no condomínio ao lado da Penitenciária.

Ao falar sobre o desenho, Branca abordou várias questões; uma delas diz respeito à constatação de que o mundo tinha parado. Questionei se ela percebia que algo lhe mostrava que o mundo tinha parado, e ela respondeu:

(SD05-A2) AH muita coisa... pessoas quiii:... ãh por exemplo... us filho das minha vizinha... minha filha conta que tinham tudo dez anos agora são casados são pais de família... eu vejo que o mundo... correu... ih eu continuo aqui... né... eu tenho todas é qui nem eu ti falei eu tenho todas as lembranças di quando vim presa... e automaticamente a vida da genti parô ali... porque aqui não é uma vida né... aqui é uma so-bre-vi-vên-cia... né... a gente tá so-bre-vi-ven-do a esse lugar... então... tudo... tudo que falam a respeito da rua a gente vê que o mundo parô só pra genti

“O mundo parado” significa para a apenas que não mais era capaz de ter realizações no mundo, como, por exemplo, o fato de os filhos da vizinha terem casado e serem pais de família. A apenas revela que sua relação com o tempo se dá por meio de atividades fora da cadeia. Ela sente que não é mais capaz de responder à demanda da forma-sujeito de “ser livre” na sociedade de direito, e não consegue fugir dos sentidos que a aprisionam à prisão. Sua relação com a Penitenciária é de duplo aprisionamento: não só a impossibilidade de sair dos limites da instituição, como, também, a impossibilidade de criar um mundo para si na prisão, diferente do “único mundo possível” que existe fora dela.

Ao dizer “eu vejo que o mundo... correu... ih eu continuo aqui”, a apenas retoma o pré-construído referente à prisão como lugar excluído do mundo verdadeiro: *a prisão não é*

lugar digno para se viver; quando se é preso, perde-se a vida; é como estar morto em vida; a única vida possível é fora da prisão.

Além de dizer que a vida parou quando entrou na Penitenciária, a apenada afirma que, na prisão, ela não vive, mas, na verdade, ela sobrevive. Branca diz: “aqui não é uma vida né... aqui é uma so-bre-vi-vên-cia... né... a gente tá so-bre-vi-ven-do a esse lugar”. Interessante de observar o emprego do advérbio de lugar “aqui” no lugar do sintagma nominal. “Aqui” adquire estatuto de substantivo. O dêitico está fazendo referência à Penitenciária: “*aqui* não é uma vida né... *aqui* é uma so-bre-vi-vên-cia... né... a gente tá so-bre-vi-ven-do a esse lugar” o que poderia se transformar em “*a penitenciária* não é uma vida né... *a penitenciária* é uma so-bre-vi-vên-cia... né... a gente tá so-bre-vi-ven-do a esse lugar”.

O enunciado anterior revela que *aqui* tem uma relação anafórica com “a vida da gente”, chegando-se a: “*a vida da gente* não é uma vida né... *a vida da gente* é uma so-bre-vi-vên-cia... né... a gente tá so-bre-vi-ven-do a esse lugar”. Desse modo, “a vida da gente”, “a Penitenciária”, “aqui” e “esse lugar” são parte de uma mesma configuração semântica, na qual fica presente a seguinte relação de sentido: *a vida da gente* é o lugar onde ela está, a Penitenciária, ou seja, ela não tem vida, pois a própria vida se transformou neste lugar. Por não ter vida própria, ela não tem garantida a vida, mas a sobrevivência. *Ser* a Penitenciária significa não poder estar em um mundo que segue, em um mundo que não está parado; *ser* a Penitenciária significa seguir com as funções vitais, como um corpo biológico, que trabalha diariamente e permanece com a mesma rotina, como um animal respondendo a estímulos. Nesse enunciado, percebe-se que a instituição de sequestro atingiu um dos seus objetivos, a saber, transformar os corpos dos homens em corpos de trabalho e transformar o tempo dos homens em tempo de trabalho (FOUCAULT, 2005). Quando o controle da existência dos indivíduos chega a esse ponto, sendo a totalidade do tempo extraída e os corpos controlados, pode-se dizer que o sujeito se compreende como um *sobrevivente*, ao invés de se perceber como sujeito. A aparente liberdade oferecida pelos Aparelhos Ideológicos de Estado é o que garante ao sujeito a ilusão de *estar vivo*, pois “controla” o próprio corpo e tem todo o tempo para si.

Interessante de se observar a diferença prosódica atribuída ao substantivo *sobrevivência* e ao verbo *sobreviver*, o que revela diferentes efeitos de sentido que a apenada pretende estabelecer com a interlocutora, enfatizando o caráter de não-vida presente na vida das apenadas.

A fala da apenada pode ser relacionada à humilhação mencionada por Ansart (2005), pois parece que a humilhação influencia na representação de tempo que se tem no interior da

Penitenciária. Como foi mencionado no primeiro capítulo, Ansart aborda dois níveis de humilhação: uma situação e um sofrimento. A situação diz respeito à negação da imagem que a vítima faz de si próprio; já o sofrimento concerne ao fato de que o humilhado é impossibilitado de dar uma resposta, sentindo-se diminuído e atingido em seu orgulho.

Com base nisso, parece que, para o sujeito humilhado, especificamente no caso das apenadas, existe uma relação diferente com o tempo (pois o tempo “para” quando se está preso). A humilhação bloqueia a esperança de superação, pois não existe opção de superação na prisão, ou seja, trata-se da humilhação destrutiva. O preso é culpado pela humilhação que ele sofre, sendo naturalizada na formação social, posto que está *pagando pelo crime que cometeu*. Sendo assim, ferir os direitos humanos é autorizado nesse tipo de situação.

Na continuação de nosso diálogo, perguntei como era a convivência com as agentes e com as outras apenadas.

(SD06-A2) com as apenadas é mais difícil do que com as agentes... porque... eu não sei se é pelo tempo que eu tô aqui mas... é mais difícil... com as apenadas do que com as agenti... as agenti a genti sabi que tão ali pra abrí e fechá o portão e a genti/elas têm uma coisa pra falá e a genti tem que cumprí... isso é FAto né... e as presas não... as presas chegam querem mandá nas otras... querem gritá... querem... e eu já sou uma pessoa meio pavio curto assim então eu não gosto... a minha convivência com as presa é bem pior do que com a polícia... eu não gosto que ninguém me imponha regra que ninguém... uhn uhn... eu puxo a minha... não atrapalho ninguém mas ninguém pode se atravessá no meu caminho também que eu não gosto

A partir da SD06-A2, na qual Branca estabelece uma comparação entre as agentes penitenciárias e as outras apenadas, podemos ver materializada uma contradição: Branca, por um lado, percebe a sua relação com as outras apenadas mais difícil do que a sua relação com as agentes em função de as outras apenadas quererem “mandá nas otras”, pois “não gosto que ninguém me imponha regra”; por outro lado, Branca diz que a relação com as agentes não é difícil porque “elas têm uma coisa pra falá e a genti tem que cumprí... isso é FAto né”. Desse modo, enquanto Branca não obedece às outras presas, ela obedece às regras da Penitenciária, faladas pelas agentes. Por que existe essa diferença?

Para a Apenada 2, assim como ela *puxa a sua cadeia* (cumpre sua pena) sem atrapalhar ninguém, nenhuma outra apenada pode atravessar o caminho dela. As regras podem ser impostas pelas agentes (representantes da instituição penal), mas não podem ser impostas pelas próprias apenadas. Parece que a diferença se dá na relação do sujeito com a alteridade: o *outro*, em relação de igualdade com a presa, sujeito que faz parte da força produtiva, não pode ser reconhecido como representante do poder; já o outro da forma-sujeito, da formação discursiva da Justiça, com o qual o sujeito se identifica, deve ser obedecido, pois

isso é *fato*: não pode ser questionado, já que é o modo como a instituição funciona, e nada deve modificar esse padrão de funcionamento. O que é *fato* não pode ser contestado, pois emerge como já-lá; o Aparelho Repressivo de Estado deve conseguir manter os sujeitos identificados à forma-sujeito de direito, mesmo que o direito que seja garantido às apenadas não seja o mesmo direito dos sujeitos que não estão em situação de privação de liberdade.

Há, mais uma vez, a identificação da apenada com a formação discursiva Jurídica. As outras apenadas, que reproduzem o discurso da criminalidade, não ocupam uma posição-sujeito que mereça uma subordinação no jogo imaginário constitutivo do Aparelho Repressivo de Estado. É essa identificação da apenada com os saberes da FD Jurídica que torna a vida na prisão suportável, transformando-se em uma sobrevivência garantida pelo trabalho que desenvolve na prisão.

Branca mencionou também que a cadeia pode ser considerada muito boa se comparada com uma cadeia de homens, visto que os atendimentos acontecem semanalmente e, além disso, se as apenadas têm algum problema, podem abordar as agentes nos corredores e pedir auxílio. Ela disse que, quando precisava fazer alguma solicitação, sempre era atendida. Além de ter mencionado que a convivência com as presas é muito mais difícil do que a convivência com as agentes, como já se viu, salientou que a convivência é muito pior com as apenadas recém-chegadas à Penitenciária. Estas geralmente chegam muito agitadas da rua em função da vida que levavam no exterior da prisão – segundo Branca, o envolvimento com a criminalidade e o uso contínuo de drogas as tornava mais agitadas. Por já ter sido acostumada à rotina na prisão, mencionou que considerava necessária a separação entre as presas condenadas e as presas provisórias, pois eram as provisórias que mais incomodavam na cadeia.

Perguntei se ela teria mais alguma coisa a relatar sobre a vida dela na penitenciária. Sua resposta pode ser observada na SD07-A2. Ela continua falando sobre a diferença entre as presas condenadas e as presas provisórias, pois estas, quando chegavam, eram encaminhadas para qualquer cela, independente de quem estivesse nela (se apenada antiga ou apenada nova).

(SD07-A2) qualquer cela... é tudo misturado... ih aí é ondi às vezes... acontecem as divergências né... uma presa que tá bem mais tempo... uma outra que arressém chegô... fica pedalando na menti da outra ih aí é onde acontece as brigas... mas geralmente não são levada pra... pra polícia... não são levada pras agenti as briga... briga di galeria é resolvida dentro da galeria... não são levadas pra elas a não sê que a pessoa... se atire nos braço das agenti e di/peça socorro... sinão não... é tudo resolvido internamenti ali mesmo... sempre foi... sempre foi assim (risos)

Apesar de a apenada mencionar que as únicas ordens a que responde são as ordens dadas pelo Aparelho Repressivo de Estado, parece que existe o silenciamento deste Aparelho quando acontecem desentendimentos entre as apenadas, no interior das galerias. As brigas geralmente ocorrem quando as apenadas recém-chegadas entram em conflito com as apenadas antigas; contudo, “briga di galeria é resolvida dentro da galeria” e não são levadas para as agentes.

Aí existe um outro funcionamento da Penitenciária que foge do seu controle. Seu papel coercitivo é recalcado quando há conflitos internos. Não há a necessidade de se chamar as agentes penitenciárias para solucionar esses conflitos no interior das galerias. Não há, portanto, ritual sem falhas: a lei da instituição penal não é válida quando as apenadas brigam entre elas, pois “sempre foi assim”. São as escandalosas que chamam a polícia, visto que a maioria espera a solução dos conflitos sem que as agentes sejam acionadas.

A instituição penal parece funcionar de modo independente com relação ao resto das instituições que constituem a superestrutura de determinada formação social. Ela recebe sujeitos que devem sofrer uma punição através da privação da liberdade e, após um determinado período, ela libera esses sujeitos de volta à dita *sociedade*. O que acontece dentro da prisão é regulado pelo Aparelho Repressivo de Estado (o próprio Estado, suas leis e suas coerções); contudo, no interior do presídio, dentro das galerias, existem outras leis e outras coerções. É como se, na sociedade, existisse uma instituição cujo funcionamento depende da criminalidade, ou seja, da não-identificação de sujeitos com a forma-sujeito de direito, e, dentro dessa instituição, esses mesmos sujeitos obedecessem às regras do ARE, mas, além disso, fizessem as suas próprias regras, corroborando a não-identificação à forma-sujeito de direito. O fato de não chamarem as agentes penitenciárias para resolverem os conflitos internos revela que uma lei rege o funcionamento dentro das galerias, a qual não possui existência para a superestrutura.

Não cheguei a questioná-la sobre o motivo de não chamarem as agentes penitenciárias quando acontecem as discussões no interior das galerias; no entanto, pode-se supor que há o receio de que as agentes possam estabelecer uma punição em função do mau comportamento de algumas apenadas. Nesse sentido, a fim de escapar de uma punição dentro da prisão (espaço no qual as apenadas estão cumprindo pena como forma de punição), existe um consenso estabelecido entre elas de que não devem interpelar o ARE no caso de conflitos internos. Esse consenso é, pode-se dizer, uma forma de resistência dentro da prisão, isto é, trata-se de uma forma de não obedecer ao Aparelho a fim de escapar do castigo. Indica que, apesar das brigas entre as apenadas, há uma tentativa de auto-proteção, revelando o

funcionamento de uma comunidade aprisionada, mas, apesar de aprisionadas, adquirem, por meio desse consenso velado, o direito de resistir a mais uma punição. Conforme Branca, tudo é resolvido internamente no próprio momento em que ocorre a briga, e esse ritual se mantém durante um certo tempo, pois, segundo ela, “sempre foi... sempre foi assim”.

Além disso, é possível estabelecer um diálogo com o pensamento de Ansart. Há, da parte das presas, por meio desse consenso, a tomada de medidas para evitar a humilhação, enquanto elemento que estrutura as relações de poder. Ao chamarem as agentes penitenciárias para resolverem os conflitos internos, é como se as apenadas estivessem atestando a sua docilidade, o seu assujeitamento ao ARE; no entanto, ao agirem de forma contrária, buscam evitar a humilhação e romper com a relação de poder dominante, instaurando uma outra relação de poder avessa às determinações do Aparelho. É aí que as apenadas conseguem se desvencilhar da repetição de padrões comportamentais e criar uma ordem interna própria, que resiste às coerções penais.

Ela segue falando sobre isso na SD08. Geralmente as discussões são resolvidas entre as próprias presas, exceto quando alguma apenada mais escandalosa busca a ajuda das agentes penitenciárias. Nesta sequência, A2 aborda algo referente ao funcionamento microfísico da prisão, o qual não é vinculado à instância superestrutural: as agentes sabem que as presas também mandam na cadeia.

(SD08-A2) entre as presas... ou discussão ou... alguém vem apaziguá... ou elas brigam mesmo... e pronto... termina ali... a não sê qui né... que uma mais escandalosa desça correndo a escada e chame a polícia né... mas geralmente é resolvido entre a genti mesmo... internamente dentro da galeria... é assim... o sistema todo é assim... né... a polícia manda... mas a polícia manda... paralelo... com as presas... eles mandam... mas a genti... as presa também mandam... é... embora eles não... eles não assumam isso né... eles sabem que tem... toda cadeia tem todas as cadeia têm... tem o controle pra fora do portão ih o controle pra dentro do portão né... e as presas têm que ih no ritmo... que a cadeia é... pra corrê tudo bem... por exemplo eu não me envolvo com nada... pra mim tá tudo bem... agora chega uma uma que já não vai aceitá é aí as regra da cadeia toda cadeia tem regra e cada galeria tem a sua regra também... então... aí já fica difícil né... mas tem um controle paralelo sim... meio das presa e meio deles embora eles nunca vão assumí isso né eles acham que têm o controle total da cadeia isso é mentira

Primeiramente, será feita uma comparação entre a SD07-A2 e a SD08-A2. Na SD07-A2, a apenada menciona que as brigas ocorridas na prisão, na maioria das vezes, não são “levadas” para as agentes penitenciárias: “mas geralmente não são levada pra... pra polícia... não são levada pras agenti as briga... briga di galeria é resolvida dentro da galeria... não são levadas pra elas a não sê que a pessoa... se atire nos braço das agenti e di/peça socorro... sinão não... é tudo resolvido internamenti ali mesmo... sempre foi... sempre foi assim (risos)”. Pode-se dizer que *o mesmo* é reproduzido na SD08-A2, quando a apenada menciona que

“geralmente é resolvido entre a genti mesmo... internamente dentro da galeria... é assim... o sistema todo é assim... né... a polícia manda... mas a polícia manda... paralelo... com as presas... eles mandam... mas a genti... as presa também mandam... é... embora eles não... eles não assumam isso né... eles sabem que tem... toda cadeia tem todas as cadeias têm... tem o controle pra fora do portão ih o controle pra dentro do portão né”.

Contrastar esses dois excertos da SD07-A2 e da SD08-A2 conduz à relação entre paráfrase e polissemia, entre saberes oriundos da mesma formação discursiva e saberes oriundos de formações discursivas diferentes. O funcionamento da paráfrase, segundo Orlandi (2007b), “configura o espaço da formação discursiva como o espaço do “mesmo” no processo de identificação do sentido, já que, ao identificar o sujeito, o mecanismo da paráfrase lhe dá, ao mesmo tempo, a impressão da estabilidade do sentido, da permanência de seu “conteúdo”” (p. 177). Ao falar sobre o modo como os poderes se organizam na prisão, a apenas se utiliza da paráfrase para revelar que os conflitos internos são resolvidos entre as próprias presas, salvo os raros casos em que alguma presa chama a polícia. No entanto, há, a partir da paráfrase, ou seja, da repetição do *mesmo*, uma deriva de grande relevância: a apenas coloca que as presas também mandam na prisão, com a polícia. Trata-se de um poder paralelo. É nessa deriva que emerge a polissemia, pois há, aí, a revelação de uma falha no modo como o Aparelho de Estado funciona. A deriva traz à tona a heterogeneidade tanto da formação discursiva quanto da formação ideológica. Ao dizer que *a polícia manda paralelo com as presas*, os saberes entre as formações discursivas da Criminalidade e da Justiça se confundem, mostrando sua dispersão e, por conseguinte, a impossibilidade de restringir as formações discursivas a um grupo determinado de saberes, ou, em outras palavras, a uma *região* do interdiscurso. O sujeito preso, identificado (supostamente) com a criminalidade, também assume, em determinadas comunidades, função de poder, o qual não é reservado somente ao Aparelho Repressivo de Estado.

Na SD08-A2, portanto, observa-se uma ressalva importante referente ao funcionamento do Aparelho Repressivo de Estado, possível de ser observada a partir da deriva, do *diferente* no *mesmo*. A apenas menciona a ausência de controle total da polícia. Segundo ela, “a polícia manda... mas a polícia manda... paralelo... com as presas... eles mandam... mas a genti... as presa também mandam... é... embora eles não... eles não assumam isso né”.

Como já foi mencionado anteriormente, o emprego de conjunções adversativas possui um funcionamento discursivo peculiar. Destaco a utilização do *mas* no excerto acima citado. Há, portanto, duas afirmações: *a polícia manda*, de um lado, e *a polícia manda paralelo com*

as presas, de outro. As duas afirmações só poderiam operar de forma não contraditória caso unidas por uma conjunção adversativa, pois não se poderia afirmar que a polícia manda e, também, que a polícia manda junto com as presas, pois geraria uma contradição. Isso revela que há a mobilização de saberes oriundos da dispersão do interdiscurso, os quais são colocados em conflito através da fala da apenada (e permitem a deriva...). Existe o reconhecimento, portanto, de que o ARE deveria mandar na prisão de forma autônoma. Esse é o efeito de sentido que deve ser estabelecido a partir da superestrutura jurídico-política, ou seja, esse seria o único efeito de sentido permitido. Contudo, a apenada denuncia que, na práxis, não é assim que acontece. Existem outros efeitos de sentido que, apesar de não deverem e não poderem circular no espaço prisional (pois não estão ligados à formação discursiva Jurídica) fazem parte destas condições de produção. Aí a linguagem revela uma contradição inerente ao funcionamento da instituição prisional. Apesar de a polícia achar que manda na prisão, existe um poder paralelo operando no interior das galerias, o qual foge do controle da polícia. É através da conjunção adversativa que se chega à contradição do funcionamento do Aparelho Repressivo, pois ele também é atravessado pela ideologia, o que possibilita a materialização da contradição.

No interior das galerias, há um sistema paralelo, e é justamente por isso que a polícia não é acionada quando ocorrem brigas entre as apenadas. Nesse tipo de situação, a solução é encontrada pelas próprias apenadas, internamente; elas mesmas decidem a forma como solucionar seus conflitos. Isso indica que há uma lei interna, uma lei que não obedece à Lei. Essa lei interna ao funcionamento das galerias existe porque as apenadas a obedecem: a maioria das apenadas concorda que os conflitos internos devem ser resolvidos internamente, sem que se chame a Lei propriamente dita, representada pelas agentes penitenciárias. Há, dessa forma, as apenadas que se identificam com a forma-sujeito de direito, bem como há as apenadas que se identificam com a lei interna da prisão, cujo funcionamento possui laços com a criminalidade. Caso não fosse assim, todas as apenadas entrariam no consenso de que a polícia deveria ser acionada quando da existência de conflitos internos. Isso mostra, de novo, a divisão do sujeito e, por conseguinte, os efeitos do en§elamento social: está assujeitado à Lei, mas, no caso de acontecerem brigas no interior da prisão, prefere se submeter à formação discursiva da Criminalidade e não chamar as agentes penitenciárias para resolver as brigas.

O controle, conforme afirma a apenada entrevistada, é *paralelo*, ou seja, eles andam juntos, sem que um exerça um controle maior do que o outro: “tem o controle pra fora do portão ih o controle pra dentro do portão né”. O controle paralelo do qual a apenada fala é um controle representado pelo portão que delimita onde as presas podem circular. Há, nessas

condições de produção, a possibilidade de resistir e de evitar a humilhação, apesar da tentativa de dessubjetivação dos sujeitos presos e, por conseguinte, de docilização dos corpos. Para a prisão, o fato de não existirem, supostamente, conflitos no interior das galerias representa a docilidade das presas; contudo, para as presas, ao não chamarem a polícia para resolverem seus conflitos, significa que elas também mandam na prisão ao instaurarem entre elas uma regulação interna. Ambos os processos, no nível das formações imaginárias, têm relação com o esquecimento número 1: nada funciona sem que seja atravessado pela ideologia, o que indica que ninguém *manda* verdadeiramente.

Foucault menciona que a prisão funciona como um lugar da reprodução da delinquência. Talvez o fato de as presas também mandarem na prisão possa representar justamente o que foi teorizado por Foucault. Ao estabelecer a diferença entre o que acontece dentro da galeria e o que acontece fora da galeria, a apenada instaura um funcionamento diferenciado no interior da instituição penal, funcionamento este que opera à revelia das determinações do Aparelho de Estado. Conforme menciona Branca, “por exemplo eu não me envolvo com nada... pra mim tá tudo bem... agora chega uma que já não vai aceitá é aí as regra da cadeia toda cadeia tem regra e cada galeria tem a sua regra também... então... aí já fica difícil né”. As apenadas, para operarem de acordo com o funcionamento da instituição penal, devem viver em uma divisão: ora aceitar as determinações do Aparelho de Estado, ora cumprir com as regras do interior da galeria (enclavamento social). Com isso, surge um questionamento: há, então, espaço para pensar por si mesma nesse conflito?

Conforme relata Branca, quando acontecem as discussões, via de regra, podem ocorrer duas situações que solucionem o impasse interno: ou alguma outra presa pacifica a briga ou as presas realmente brigam até que tudo seja resolvido e o assunto termine ali. Contudo, como todo ritual, existe uma falha nesse funcionamento. A falha está quando outra presa (“mais escandalosa”) chama a polícia. A falha, então, é prevista pelo funcionamento do sistema, expondo as presas à repressão do Aparelho de Estado.

Quando a apenada menciona que tanto a polícia quanto as presas mandam na prisão, de forma paralela, ela diz que “é assim... o sistema todo é assim”. Tal funcionamento é tomado como verdade, como regra da prisão. Ela reitera essa afirmação em: “toda cadeia tem todas as cadeias têm... tem o controle pra fora do portão ih o controle pra dentro do portão né... e as presas têm que ih no ritmo... que a cadeia é... pra corrê tudo bem...”. Desse modo, “correr tudo bem” na prisão é aceitar a sua dupla determinação. O fato de que o sistema é assim mesmo parece operar discursivamente como um pré-construído nas condições de produção nas quais as apenadas se encontram. Isso significa que, para as apenadas, já se tem

como natural o funcionamento do sistema carcerário, cabendo a elas corresponder às demandas do Aparelho e, também, às determinações internas.

Perguntei se, dentro das galerias, existiam figuras que centralizavam o poder, que gerenciassem o funcionamento das galerias. Ela disse que na galeria dela não tinha ninguém que fizesse isso, pois vivia em uma galeria de trabalhadoras. Todas as trabalhadoras ficam muito cansadas com a rotina de atividades às quais são submetidas, o que impede esse tipo de envolvimento. No caso de outras galerias, há algumas presas que centralizam o poder. Essas presas são as traficantes, como pode ser visto na SD09-A2.

(SD09-A2) geralmente quem manda na galeria é quem trafica... o tráfico é que manda na cadeia... geralmente quem tem controle paralelo assim com a polícia... é quem trafica dentro da cadeia né

Além do recorte feito na SD09-A2, a apenada também menciona que, na galeria dela, não há presas que traficam. Há, sim, algumas usuárias de drogas que, na sua opinião, não incomodam, e considera sua galeria tranquila para morar. Este recorte é uma continuação daquilo que foi falado na SD08-A2. Observamos que há um controle da polícia e um controle das presas. Contudo, segundo Branca, não são todas as presas que “mandam” dentro das galerias; na verdade, quem manda dentro da cadeia é quem trafica, chamando a atenção o enunciado “o tráfico é que manda na cadeia”.

Trata-se, portanto, de um controle exercido por aquelas que se identificam com a formação discursiva da Criminalidade. Por um lado, quem manda na cadeia (fora da galeria) é a polícia, cuja identificação se dá com a formação discursiva da Justiça; por outro lado, quem manda na cadeia (dentro da galeria) são as apenadas. As apenadas que mandam são aquelas (geralmente) envolvidas com o tráfico, ou seja, são aquelas que não se inscreveram na lei e, mesmo em situação de privação de liberdade, ainda continuam não só identificadas com a formação discursiva da Criminalidade, mas, também, materializando os saberes dessa formação discursiva através de práticas. Além dessas apenadas, há aquelas que não se identificam (mais) com a FD da Criminalidade e, portanto, preferem se manter isoladas, sem se envolverem com as outras apenadas (como é o caso da maioria das apenadas entrevistadas para o presente estudo).

As últimas sequências discursivas remetem a uma falha no ritual de coerção do Aparelho Repressivo de Estado. O interessante de ser analisado no que diz respeito à falha é a forma como as apenadas se organizam a fim de “enganar” a polícia, ou seja, as apenadas agem coletivamente de modo a não deixarem a polícia saber dos conflitos ocorridos no interior das galerias. Com isso, pode ser que a instituição penal mostre um funcionamento às

avessas se comparada às outras instituições que constituem a formação social contemporânea. Conforme Haroche (1992), “o poder, o Estado, o direito, coagem o sujeito, insinuam-se nele de forma discreta; todos tornam-se claros processos que derivam de uma técnica particular de poder que Foucault, em um dos últimos textos, designa como sendo de “governo pela individualização”” (p. 21). Apesar de o Aparelho buscar a individualização dos sujeitos por meio das técnicas de controle dos corpos, com o objetivo de normatizá-los e padronizá-los, as apenadas, através de uma prática coletiva, conseguem “enganar” os efeitos do processo de individualização através da brecha que existe no ritual da coerção pelo Aparelho de Estado. Elas precisam agir coletivamente para se defender e evitar o castigo dentro do castigo. Branca revela que é possível subverter a ordem do repetível: a individualização incitada pelo Estado ao sujeito de direito da sociedade contemporânea acarreta na humilhação e na dessubjetivação do sujeito, na sua corporeificação, visto que “a humilhação reside no fato de se estar reduzido ao eu e, conseqüentemente, ao corpo” (op. cit, p. 21). Isso é subvertido quando, no coletivo, as presas encontram uma forma de agir contra o Aparelho Repressivo.

Na entrevista, perguntei à apenada sobre as tatuagens que tinha. Ela me contou que tinha uma borboleta na mão e, nas costas, estavam o nome do ex-marido, o desenho de um menino e o desenho de uma menina, representando os dois filhos mais velhos. Como o terceiro filho nasceu quando estava na Penitenciária, não tinha nenhuma tatuagem o representando. Resolveu não fazer a tatuagem na prisão, pois não gosta de “tatuagem de cadeia”.

(SD10-A2) eu tenho essa borboleta... porque era uma aranha... e aí fui reconhecida em um assalto fiz uma borboleta em cima... sempre foi uma aranha bem piquininha ali óh... vermelhinha com preto... eh aí eu fui reconhecida num assalto... tatuei a borboletinha... mas eu tenho horror dessa tatuagem

Quando sair da prisão, Branca mencionou que apagará o nome do ex-marido bem como a imagem da aranha-borboleta. Restarão as duas tatuagens dos seus dois filhos mais velhos. Materializado nesse apagamento, nesse desejo de não olhar mais a aranha-borboleta, tampouco a imagem do nome do ex-marido, pode ser reconhecido, em um primeiro momento, um processo de subjetivação de identificação com os saberes da Formação Discursiva da Lei, pois Branca não pretende retornar à criminalidade. A justificativa para a tomada desta decisão está nos seus três filhos, como pode ser observado na SD11-A2.

(SD11-A2) íh aí esti negócio dos MEUS filhos... é o que levou eu a não querer mais essa vida... então assim a a minha meta é saí pra minha casa... montá uma firma com a minha irmã... minha irmã tem uma firma di... uma microempresa né... di ropa... então eu tipo assim eu quero tocá minha vida naquilo

alí... eu já fui já tive pizzaria já tive várias coisas... mas nunca parei di robá... mais agora eu parei... por causa dos meus filhos

O corpo, então, pode ser tido como “um lugar de visualização do sujeito e da cultura que o constitui. O corpo que olha e que se expõe ao olhar do outro. O corpo que se expõe e que busca se tornar inescrutável, inapreensível” (FERREIRA, 2011b, p. 177). Com base nisso, vamos pensar sobre as tatuagens às quais a Apenada 02 faz referência. Apesar da camuflagem da borboleta, marcada sobre a aranha, Branca nunca tinha parado de roubar. A borboleta (animal de alta visibilidade, voador, colorido, “belo”, delicado) tatuada sobre a aranha (animal rasteiro, perigoso, “feio”, escondido, “pequenininho”) materializa um processo de contraidentificação com a formação discursiva da Lei, à qual fora interpelada a se identificar por ter sido reconhecida em um assalto. Ela precisava camuflar a sua identificação com a Formação Discursiva da Criminalidade a fim de ser reconhecida como um sujeito que se identifica com a Formação Discursiva da Lei (no entanto, a aranha seguiu ali, sob a borboleta, recalcada, materializando sua identificação com a FD2). Não se trata, portanto, de uma borboleta: é, na verdade, uma borboleta sobre uma aranha, animais de características opostas, que materializam uma contradição, revelando o processo de contraidentificação de Branca com a FD1. As duas tatuagens materializam, no texto do corpo, um enunciado dividido. O desejo é de ser reconhecida como aranha, mas a Lei a interpelou para se transformar em borboleta. O desejo de ser aranha foi recalcado pela censura de sê-lo, por isso Branca diz ter horror à tatuagem da borboleta.

E é através dos processos discursivos materializados no corpo¹⁰⁴ de Branca que podemos pensar sobre o papel da tatuagem no processo de interpelação ideológica. A primeira tatuagem de Branca (a aranha) é efeito de uma identificação com a Formação Discursiva da Criminalidade. A apenada, portanto, não está *fora* da interpelação, pois o sujeito sempre está preso às teias da ideologia, mesmo que atue contra ela mesma. O que se questiona aqui é se a tatuagem, efeito de um processo de identificação com a FD2, também seria efeito de um transbordamento do sujeito no próprio sujeito (suporte), ou seja, a tatuagem poderia ser interpretada como algo da ordem do impossível que busca mostrar sua existência. O desenho na pele funciona como um texto que pode apontar tanto para o assujeitamento quanto para a resistência, e interpreto que, no caso de Branca, a borboleta representa o primeiro caso, ao passo que a aranha revela o funcionamento do segundo, posto que a tatuagem da aranha

¹⁰⁴ Aqui podemos estabelecer uma diferença entre o corpo-suporte e o corpo discursivo (FERREIRA, 2011a), como será discutido mais tarde. O corpo-suporte é a forma material onde se inscreve o sujeito. Poderia ser uma folha de papel, uma parede, etc. Agradeço ao colega Giovani Aiubi pelo comentário que conduziu à inclusão do termo *suporte* no corpo deste texto.

colocaria em questão um apagamento ideológico (FERREIRA, 2000). A aranha é da ordem da singularidade (quando a apenas a tatua, deseja que o outro a veja como tudo o que uma aranha pode representar), enquanto a borboleta é normatizante, é o que mulheres podem e devem tatuar em seus corpos. A teia da aranha é feita para que o animal consiga prender outros insetos; a aranha não é presa pela teia. Com a borboleta, o corpo da apenas passa a trazer a voz da lei.

No entanto, quando sair da prisão, Branca pretende tirar o nome do ex-marido e a imagem da aranha-borboleta, deixando somente os desenhos dos dois filhos. Ela menciona que pretende parar de assaltar por causa dos filhos, traçando, inclusive, planos para sua vida fora da prisão. No futuro, a transformação será de borboleta à não-borboleta, ou seja, à ausência de imagem, à cicatriz de uma aranha-borboleta presente-ausente. É como diz Rickes (2002): “cicatriz que, ao mesmo tempo que sutura, revela um corte. Constatamos a presença de um movimento paradoxal na constituição do sujeito na medida em que um movimento de apagamento gera seu oposto, a saber, a revelação daquilo que quer apagar” (p. 60). A falta de imagem revela a identificação com a FD1 e, por conseguinte, a desidentificação com a FD2. Esses dois processos de subjetivação se dão devido à maternidade, isto é, a uma interpelação do aparelho ideológico familiar, e não à interpelação plena da Lei. Em função disso, a ausência de imagem pode ser interpretada com uma não-identificação resultante do processo da impossibilidade de retorno à criminalidade e da necessidade de se dedicar aos filhos antes de dar escape aos seus desejos relacionados à criminalidade (tudo isso interpretado como efeito do processo de en§elamento social). A Formação Ideológica Familiar interdita o sujeito, funcionando de forma mais eficaz do que a Formação Ideológica Jurídica. Branca não quer mais ficar presa para se dedicar à família, mas não porque deixou de querer roubar.

Nas imagens de aranha-borboleta está o sujeito dividido, materializado na relação entre corpo e linguagem. Desse modo, a falta constitutiva da estrutura subjetiva traz efeitos ao corpo e à linguagem, funcionando ideologicamente através de uma materialidade significativa. É possível chamar o conceito de *real do corpo* para fazer parte da discussão. Ferreira (2011a) afirma que “por *real do corpo*, pode-se entender, no campo discursivo, aquilo que, resistindo à simbolização, instaura uma falta (falha) que o sujeito tenta inutilmente sanar através de um deslizamento incessante de significações (imaginárias)” (p. 98 [grifos da autora]). No caso de Branca, é possível afirmar que o real do corpo é a impossibilidade de “tirar” as tatuagens, como ela mesma refere. Afinal, ela não fala em apagá-las, mas em tirá-las, ou seja, o apagamento deixaria marcas, ao passo que a extração não deixaria rastros, seria como se a tatuagem nunca tivesse existido. Desse modo, o real do corpo atua em conjunto com o

esquecimento número 2: Branca tem a ilusão de que poderá controlar o que seu corpo enuncia para o outro e para si mesma, e a ausência de imagem na sua mão revelará à alteridade a sua função materna. Nesse sentido, ela imagina que pode controlar o que ela deve esquecer: sua imagem como aranha (e como borboleta). Com base nessas considerações, o corpo poderia ser compreendido como uma língua atravessada de falhas, ou seja, submetida à irrupção da falta.

Essa falta, constitutiva do sujeito dividido, possui efeitos no corpo e na linguagem. Branca é um sujeito que não quer ter um nome (ela não quis escolher uma cor que a designaria), não quer ter imagem (ela apagará as tatuagens que não materializam seus filhos; ela não quer que sua família a visite), não quer mais assaltar (ela trabalhará na empresa da irmã). A identificação é somente com a maternidade, ou seja, a alteridade determina o corpo e a linguagem através da função materna, e essa posição-sujeito a situa enquanto assujeitada aos saberes da ideologia dominante, ligados à formação discursiva da Lei, e, principalmente, à formação ideológica que (des)organiza os saberes da instituição familiar.

Esse sujeito que não quer ser mais reconhecido como aranha, tampouco como borboleta, na prisão acaba se tornando um corpo, sem desejo, fadado à repetição. Na verdade, quando na prisão, o sujeito passa a ser compreendido como um corpo condenado à repetição de comportamentos organizados em uma sequência temporal, tal como afirma Foucault (2005). Para o autor, os indivíduos inseridos em instituições de sequestro, como a prisão, têm o tempo controlado através da disciplina, determinada pelo biopoder. É por isso que os presos são somente corpos, pois são transformados em força de trabalho, e o tempo é transformado em tempo de trabalho: “que o tempo da vida se torne tempo de trabalho, que o tempo de trabalho se torne força de trabalho, que a força de trabalho se torne força produtiva” (FOUCAULT, 2003, p. 122). Isso significa que o tempo da vida é, necessariamente, força produtiva, ou seja, não concerne aos sujeitos.

Pode-se relacionar os pressupostos de Foucault e de Agamben à declaração de Branca quanto à sua rotina na prisão. Ela refere que tem hábitos já automatizados, como pode ser observado na SD12-A2.

(SD12-A2) além di trabalhá? eu gosto muito di trabalhá... na rua eu não trabalhava né... mas aqui eu trabalho desde que eu cheguei... ãhn... eu gosto di caminhá... eu levanto todos os dias/eu tenho uma rotina né... pelo FATO de eu tá aqui há muito tempo é uma coisa... autoMÁTICA né... eu me acordo às cinco horas da manhã... né... caminho no corredor das cinco às seis... porque eu já tive muito muito... eu cheguei com cinquenta e oito quilos na penitenciária... e eu fui a oitenta e sete quilos... e é pelo fato de eu ter vários projétil assim... no corpo... bala né... tiro... eu... fiquei caminhando mal... fiquei puxando a perna então... eu fui na nutricionista aqui da penitenciária ela me... deu todo um:... uma aula assim di como eu poderia fazer pra reduzir meu peso né... pra tê uma boa saúde né... então eu levanto às cinco da manhã... caminho das cinco às seis... tomo meu banho... retorno pra minha cela...

aí passa a gente passa numa conferência que é uma contagem das presa todo dia às seis e meia da manhã... às sete horas eu tomo café... e oito e meia eu desço pra trabalhá

À idéia de que o sujeito é somente corpo na prisão subjaz a impossibilidade de simbolizar, associada ao impedimento do desejo, pela censura da linguagem (e do corpo). Apesar disso, há, conforme mostram as entrevistas, possibilidades de escapes. O ARE atua na direção de impedir a simbolização. Apesar disso, as presas encontram formas de instaurar uma ordem interna no funcionamento da prisão, revelando que resistem ao modelo imposto pelo Aparelho.

Assim como Rosa, Branca disse que também tinha engordado depois de presa. Perguntei, então, o que achava que tinha ocasionado o ganho de peso na prisão.

(SD13-A2) não... acho que é uma questão di... da genti não se movimentá né... e a própria ansiedade di TÁ aqui dentro faz a pessoa comê sem parar... todas as mulheres chegam aqui magrinha e ficam todas gordas eNORMes... é difícil uma que saia do quase do mesmo jeito... acho que pela ansiedade mesmo assim não pela comida a comida é paga nas horas certas... eles pagam bastanti fruta... é aquilo se cuida quem qué... quem não qué... cooomi tudo o que eles dão e fica enorme... (risos) que nem eu fiquei

Branca não chega a mencionar o pátio, como o fez Rosa, pois almoça no pátio. De qualquer maneira, não é lá o local onde consegue realizar sua caminhada: ela se exercita nos corredores das galerias da Penitenciária. No entanto, parece que a atividade física não é algo comum entre as mulheres.

Quando entram na prisão, as mulheres param de se movimentar e começam a comer mais, sendo que, para Branca, o que provoca o excesso na alimentação é a ansiedade. Mulheres que não se movimentam... uma falta de movimento, um excesso de atividades repetitivas através da rotina automatizada: as mulheres chegam magras e ficam gordas. O real do corpo retorna ao próprio corpo, pois, na falta de movimento e no excesso de automatismos (como se os corpos das mulheres fossem máquinas automáticas), é preciso dar escape a algo que falha nesse ritual determinado pela instituição penal: o desejo não é previsto pelo ARE, posto que o ser humano é reconhecido como um corpo que responde a determinações da Lei e da biologia. É pela interdição promovida pelo ARE ao corpo que o transbordamento ocorre via engordamento: aceita-se aquilo que a Penitenciária pode dar em excesso já que outras coisas faltam, ou seja, o alimento. Interessante observar que a imagem de mulheres acima do peso não se coaduna à representação que geralmente se têm sobre indivíduos em situações de privação de liberdade, representados, muitas vezes, como muito magros.

Na fala da apenada pode-se abordar sentidos que apontam para o entendimento de que o fato de as presas engordarem é de responsabilidade de cada uma das presas: “é aquilo se cuida quem qué... quem não qué... cooomi tudo o que eles dão e fica enorme”. Ao dizer *se cuida quem qué*, Branca significa o engordamento como consequência das decisões das mulheres, abstendo o Aparelho Repressivo de qualquer responsabilidade, sendo que se percebe a regularidade nesse processo na afirmação “todas as mulheres chegam aqui magrinha e ficam todas gordas eNORmes”. As condições de produção do discurso parecem ter efeitos nos processos de subjetivação das apenadas, de forma que precisam buscar algo que lhes falta através do excesso de comida. Branca reconhece isso, mas não atribui ao ARE a responsabilidade por essa regularidade.

Sendo assim, desde a sua entrada na prisão até o momento em que sairá desse espaço, o corpo da apenada vai sofrendo marcações diversas, as quais não são desvinculadas da forma como os sujeitos se subjetivam dentro da prisão (por isso *corpolingüagem discursivo*). É possível relacionar essa análise àquilo mencionado por De Certeau (1994) sobre a forma como a prisão molda os corpos:

Não há direito que não se escreva sobre corpos. Ele domina o corpo. A própria lei de um indivíduo isolável do grupo se instaurou com a necessidade, sentida pela justiça penal, de corpos que devem ser marcados por um castigo e, pelo direito matrimonial, de corpos que se devem marcar com um preço nas transações entre coletividades. Do nascimento ao luto, o direito se “apodera” dos corpos para fazê-los seu texto. Mediante toda sorte de iniciações (ritual, escolar, etc.), ele os transforma em tábuas da lei, em quadros vivos das regras e dos costumes, em atores do teatro organizado por uma ordem social (p. 231).

Em outra SD, Branca comentou sobre a rotina de uma senhora que ela observava todos os dias quando retornava para casa com uma sacola de supermercado. Pressupôs que a senhora morava sozinha e que a vida dela continuava, enquanto Branca permanecia presa, como se o mundo tivesse parado.

(SD14-A2) a vida... das pessoas... passam lá fora... ih que aqui a genti fica como se tivesse enterrado vivo... tu tá assistindo TUDO... um mundo passá... mas TEU mundo é aquilo ali... não existe mundo pra TI... porque a minha vida parô no instanti em que fui presa né... eu tenho lembranças da minha caaasa... do meu caaarro... do meu filho... da minha filha... ih a vida pros outros... corre né

O recorte citado concerne ao pensamento que a apenada escreveu junto ao desenho que fez de uma pessoa atrás de grades. Seu pensamento seria algo como *a vida das pessoas passa lá fora e, aqui dentro, estamos enterradas vivas*. Com esse pensamento, lembro de Milner (1987) quando o autor diz que “é nisto que a poesia tem a ver com a verdade, visto que a verdade é, estruturalmente, aquilo em relação ao que a língua falta, e com a ética, visto que

o ponto de cessação, uma vez cercado, comanda ao ser dito” (p. 25). O que a apenas escreve é poesia, é verdade: é estar morta em vida. A contradição de estar morta e viva simultaneamente emerge como efeito de um processo de sujeição e de objetivação dos sujeitos presos, dos corpos dóceis que, objetos de um processo de normatização no biopoder (FOUCAULT, 2005), devem obedecer às coerções do Aparelho Repressivo de Estado e reproduzir os seus saberes. É um sujeito enterrado, isto é, ele não é visto e não vê. É uma presença-ausente. É o sujeito da falta do olhar do outro em uma sociedade de excesso de olhares. Quando estava fora da prisão, Branca tinha, em sua mão, uma tatuagem de uma aranha que fora coberta pela imagem de uma borboleta. Agora, afetada pela repressão do ARE, decidiu tirar essas marcas.

Com base no exposto, percebe-se que a subordinação-contradição-deslocamento, presentes nos processos de subjetivação do sujeito, em relação às duas formações discursivas citadas, correspondentes aos processos de subjetivação de identificação, contraidentificação e desidentificação (PÊCHEUX, 2009a), respectivamente, ocorre em relação com o corpo e com a linguagem, atravessados pelo discurso. A base para este pressuposto está na materialidade linguística, a partir da qual temos acesso à materialidade discursiva (jurídico-político-ideológica-repressiva).

Branca materializa discursos que revelam a divisão constitutiva do sujeito, “preso” em um conflito entre as determinações sócio-históricas impostas através da instituição prisional e, também, a angústia tida como efeito da falta de imagens, linguagem e corpo para ancorarem seus processos de subjetivação. A opção é, portanto, não ver e não ser vista, é permanecer no escuro da coerção prisional, “deixando a vida passar” no lado de dentro da grade. Apesar de não ver e de não ser vista, consegui “quebrar” o silêncio interno ao regime de privação de liberdade através de um desenho (para ser visto? Para não ser visto?).

O último recorte para análise feito a partir da fala de Branca diz respeito ao questionamento sobre o motivo de não gostar de visita. A apenas falava sobre o seu filho pequeno, e eu indaguei se ele a visitava. Disse que ia às vezes, mas não gostava muito de visita, e perguntei o porquê. A resposta está exposta na SD15.

(SD15-A2) ah (suspiro) não sei é:... sei lá... eu acho... não sei... eu acho que sou um bicho meio estranho porque eu acho assim que a minha família não tem que passá por isso di tá na porta da penitenciária TOODA semana... sabe eu trabalho DESde que eu cheGUEI... assim eu deixei a minha família bem... financeiramente... mas mesmo assim pensando que eu ia ficá muito tempo aqui... eu trabalho desde que eu cheguei... então eu vivo desse dinheiro do trabalho aqui... então eu não peço pra minha família trazê NADA pra mim... pelo contrário... mais ou menos di doois em doois meses a minha família vem me vê... que é o tempo qui... quando eu PEço assim pra eles vim... não gosto muito

que eles vêm... eu tenho uma filha di dezoito anos... ih::: então eu acho assim qui é meio humilhante assim pra família né... tá viiiindo aqui... (suspiro) como é que eu vô te explicá?... eu acho... tem várias pessoas que obrigam a família a vim.... sabe?

Neste recorte verificamos dois momentos em que a apenas suspira. Além disso, teve dificuldade em me explicar o motivo de não gostar de visita, dizendo, por exemplo, “não sei”, “sei lá”, “como é que eu vou te explicá?”. Resta refletir sobre isso pela perspectiva da AD, indagando o que essas materialidades dizem dos processos de subjetivação.

Podemos começar pensando um pouco sobre o enunciado “eu acho que sou um bicho meio estranho”. A apenas não consegue, em um primeiro momento, usar palavras para explicar o motivo de não gostar de visita. O primeiro enunciado que surge é este que diz que seria *um bicho meio estranho*. Ao invés de dizer *sou um bicho meio estranho*, Branca diz *acho que sou um bicho meio estranho*, usando, assim, uma oração subordinada para “completar” o sentido do verbo *achar*, o qual, por ser transitivo direto, requer o complemento de um objeto direto. Talvez esse *bicho meio estranho* possa ser relacionado à aranha que não é aranha (pois foi recoberta pela tatuagem de uma borboleta), ou à borboleta que não é borboleta (visto que se sobrepôs à imagem de uma aranha).

As descrições estruturais aqui presentes revelam que o complemento para *eu acho* deveria, na verdade, ser vazio; contudo, a normatização imposta pelo funcionamento da língua demanda um complemento para *eu acho*. Essa assunção é oriunda da observação de que, momentos antes de mencionar “eu acho que sou um bicho meio estranho”, a apenas disse “ah (suspiro) não sei é... sei lá... eu acho... não sei...”, ou seja, *eu acho* não teria, como ser preenchido por uma materialidade linguística por Branca, pois revela que não tem consciência do motivo que faz com que não goste de receber visitas. Isso significa que o motivo que faz com que não goste de receber visitas é de uma outra ordem (o esquecimento número 1 não atua aqui, posto que não consegue reconhecer o motivo). Esse é um efeito de algo que não pode ser dito. A subjetivação se dá pela falta de palavras: o vazio ocupado na oração “eu acho...” é efeito de uma demanda de outra ordem, a qual não pode ser relacionada a uma formação discursiva. Ela emerge como um acontecimento do sujeito no próprio sujeito, marcando a evidência de uma falta que nunca cessará de se inscrever.

Os suspiros, como elementos da alíngua, apontam para a impossibilidade de algo ser significado, de algo passar para o simbólico, como se a voz fosse uma extensão do corpo, como um eco do desejo. E quando é significado é para dizer que “eu acho que sou um bicho meio estranho”, ou seja, o mal estar causado pela interdição de simbolização provoca a materialização de um enunciado no qual se reconhece como *um bicho meio estranho*. Desse

modo, o significante *eu* é substituído, através de um efeito metafórico, por *bicho*, caracterizado como *meio estranho* (os verbos de ligação talvez sejam a melhor materialidade para se chegar ao efeito metafórico). Em seguida, diz que acha ser *humilhante* para a família ir até a Penitenciária, o que nos leva à substituição *bicho... animal... presa*. Tal como um animal selvagem, a apenada quer se manter isolada, sem receber visitas. Não quer expor a família ao olhar da Lei, evitando que sejam humilhados; não quer que a família seja reconhecida como *bichos*, por estarem no mesmo lugar onde vive... o lugar onde vive um *bicho meio estranho*. Será que é isso que a apenada não consegue explicar quando diz “como é que eu vou te explicá?”.

De qualquer maneira, mais do que hipotetizar sobre o que a apenada gostaria de dizer e foi interdita de fazê-lo, é importante debater sobre o porquê de se deparar com o inexprimível. Talvez aqui possamos pensar sobre o conceito de *alíngua* presente na teoria lacaniana. A alíngua como a língua do equívoco, a língua da falha, a língua que não é completa. Não é completa porque o sujeito é um intervalo entre significantes; sendo assim, o sujeito é onde a língua não está, mas, ao mesmo tempo, para sobreviver, o sujeito precisa se agarrar ao significante materno, para, depois, separar-se dele. Algo resta neste movimento, e o efeito da castração é o de que tudo não se diz (retomando Milner, 1987), ou seja, a alíngua não possibilita que tudo se diga, pois a falta é constitutiva do sujeito. Esse efeito é materializado na fala da apenada, e o fato de tudo não se dizer é acessado através da oralidade: a prosódia, então, possui um papel essencial para que o sujeito aponte para o real da língua, o impossível de se dizer, emergindo o equívoco do ponto de encontro entre o real da língua e o real da história. Quando suspira, é o próprio sujeito que exala o seu real, sendo o suspiro, também, um significante... um significante da falta de significantes, da falta do sujeito na própria respiração do sujeito, no seu corpo. E o interessante é que Branca segue falando sem suspiros, mas, também, sem conseguir dizer aquilo para o que nem ela possui resposta: “ah (suspiro) não sei é:... sei lá... eu acho... não sei...” e “como é que eu vou te explicá?”.

Para encerrar a presente seção, resta referir que perguntei para Branca do que ela sentia mais falta. Assim como a Apenada 01, Branca disse que sentia mais falta dos três filhos: uma moça, que tinha dezoito anos no momento da entrevista, e dois meninos, sendo que o maior tinha nove anos e o menor tinha cinco anos.

5.4 “Eu cheguei à prisão através de um erro da justiça”: a Apenada 03

A terceira apenada (A3) manifesta uma posição diferente das outras mulheres entrevistadas na presente pesquisa. Essa posição poderá ser observada na SD01-A3, na qual ela relata como chegou à prisão. Contudo, antes de atentarmos para a referida sequência, é importante falar um pouco sobre a forma como a apenada decidiu ser chamada durante a entrevista. A primeira pergunta que lhe direcionei foi justamente referente a uma palavra que eu pudesse utilizar para me referir a ela, e sugeri que escolhesse uma cor. Eu, inclusive, mencionei que não poderia chamá-la pelo nome. Contudo, A3 escolheu uma espécie de apelido, talvez a designação como é conhecida no estabelecimento prisional (ou, porque não, fora dele). Entendi que se tratava de um apelido em função de ser um nome de duas sílabas constituídas por consoante e vogal, somente.

Esta designação, para mim inesperada, já faz operar uma diferença da terceira apenada com relação às outras mulheres¹⁰⁵. Ao invés de atender à minha solicitação, ela escolhe ser interpelada por um nome próprio. Apesar disso, não posso, por questões éticas, revelar este nome, e escolhi a cor Marrom para fazer referência à apenada neste texto. Nas transcrições, substituí o nome que ela mencionou por esta cor.

Então, após ser perguntada sobre como havia chegado à prisão, Marrom respondeu:

(SD01-A3) eu cheguei à prisão através di um erro da justiça... né... da polícia civil di Gravataí... é porque eu era vítima de/eu SOU vítima de um assalto... eu sou ambulante eu viajo em ônibus vou pra São Paulo... Paraguai... Uruguai... Rivêra... ih:: meu ônibus foi assaltado... e me botaram como se eu tivesse passado informação... prosassaltanti... que até então eu não sabia di nada... daí dia três eu tive audiência que era pra mim sê ouvida... não fui... mais um dos inspetores da polícia civil de Gravataí foi... então ali EU VI qui me botaram no roubo de carga di... carga não sei o que que a () tava investigando por eu morá próximo... dosassaltantis... e por eu não ter comparecido na delegacia... astrê/as duas vezes que eles me chamaram... porque uma eu fui pra São Paulo novamenti comprá roupa pra mim vendê... e a outra a minha filha tinha dentista e eu não fui... então... é por esse motivo da minha prisão... porque resumindo... porque eu morava perto dos ladrão

A apenada refere que chegou à penitenciária em função de um erro da justiça. Logo em seguida, começa a explicar, em uma narrativa um pouco confusa, o que aconteceu para ela ter sido presa. A justiça (ou a polícia civil de Gravataí) a acusou de ter passado informações para os assaltantes acerca de um ônibus no qual ela viajava. Devido à sua profissão de ambulante, ela precisava fazer viagens para comprar os produtos que vendia. Em uma dessas viagens, seu ônibus foi assaltado.

Interessante observar, tanto no nível linguístico quanto no nível suprasegmental, a ocorrência de um lapso na fala da apenada. Ela inicia a sua narrativa empregando o verbo *ser*

¹⁰⁵ Importante referir que a apenada 4 também não escolheu uma cor, como será visto.

no pretérito imperfeito do indicativo; contudo, corrige-se imediatamente após ter dito que “era vítima”, dizendo “SOU vítima de um assalto”. Ainda segue relatando que *é* (no presente do indicativo) ambulante e que *viaja* (no presente do indicativo) para alguns lugares onde pode comprar seus produtos. Em seguida, passa a empregar o pretérito perfeito, fazendo referência ao episódio que a conduziu para a prisão.

Frente a essa descrição morfológica, é importante que se faça o seguinte questionamento: por que a apenas corrigiu aquilo que ela não devia ter dito? Na fala, ao contrário do que acontece na escrita, as “correções” são sempre evidentes. A linearidade do significante tem relação direta com a sequência temporal, o que não permite o apagamento da falha, daquilo que foi objeto de correção pelo falante. A apenas presentifica o fato de ser vítima de um assalto. A substituição de *era* por *sou* ocasiona um trânsito de sentidos que já teriam terminado no passado para sentidos que revelam a sua identidade atual, ou seja, a identidade de vítima. Ela busca, assim, se desfazer da imagem de criminosa através do respaldo do nível enunciativo, o que revela a relação com o esquecimento número 2. A falha da apenas ao dizer que não era mais vítima aponta para a ilusão de que o sentido pode ser manipulado dependendo das palavras empregadas na fala. O presente do indicativo, por causar mais tensão no interlocutor e chamar a sua atenção, provoca um efeito de sentido relacionado ao esquecimento número 2 e, também, às formações imaginárias, ou seja, à imagem que a apenas quer que o interlocutor tenha dela. Ao se representar enquanto vítima no presente, trazendo elementos prosódicos para reforçar a sua identificação, a apenas busca interferir no processo discursivo de forma a se subjetivar como vítima da Lei.

Desse modo, a Lei passa a ser significada como a vilã. Ao contrário daquilo dito pelas outras apenas entrevistadas, Marrom representa a Lei de forma negativa. Ainda assim, não se questiona que a Justiça é soberana (ela não se opõe totalmente à Justiça), pois ela *errou* no caso da apenas. Isso significa que, na maioria das vezes, a Justiça opera de forma correta; aquilo que aconteceu com a apenas foi uma exceção nas ações da Justiça: “me botaram como se eu tivesse passado informação... prosassaltanti... que até então eu não sabia di nada...”.

Ela relata, portanto, que não sabia que o assalto aconteceria. Segundo ela, a polícia considerou-a culpada por morar perto dos assaltantes e, em função disso, teria sido a apenas a responsável por passar as informações: “então ali EU VI qui me botaram no roubo de carga di... carga não sei o que que a () tava investigando por eu morá próximo... dosassaltantis”. O marido de Marrom acabou sendo preso porque, segundo sua fala, ele quis defendê-la quando

invadiram sua casa para prendê-la. No momento da entrevista, o marido estava preso no Presídio Central (Porto Alegre).

Houve duas oportunidades de audiências, e ela justifica o fato de não ter comparecido a nenhuma das duas. Apesar de eu não ter feito nenhum questionamento sobre os motivos de não ter ido às audiências, Marrom resolve dizer as suas razões. Além disso, ela sabe todos os dados referentes ao seu processo, como, por exemplo, a data da prisão (9 de junho de 2011) e o dia em que o ônibus no qual viajava foi assaltado (27 de março de 2011).

Ela me contou sobre o seu cotidiano na Penitenciária. Ela trabalhava na cozinha do estabelecimento, então, sua rotina de trabalho começava às seis da manhã e terminava ao meio-dia, sendo que acordava às cinco e meia. Perguntei o que ela fazia quando saía do trabalho. A resposta pode ser observada na SD02-A3.

(SD02-A3) subo... lavo ropa... no caso poderia ir descansar... mas as cinco e meia da manhã... eu tô im pé de novo mas não posso porque não tem como botá a cela é muito pequena... somos em três... como é que eu vô coloca o colchão no chão?... né... as pessoas têm que caminhá... as pessoas têm que í no banheiro... as pessoas têm qui lavá as ropa ainda... não tem como... então tem que ficá no corredor até as cinco horas da tarde que é o horário que as duas gurias que tão na minha cela saem para vir trabalhar também... NA cozinha... então até esse horário tem que ficar remando pra lá e pra cá

Ao contar sobre o seu dia-a-dia na prisão, a apenas aproveita para mencionar algumas críticas à penitenciária (sem dizê-lo de forma explícita). Ao contrário das outras apenas entrevistadas, A3 parece encontrar brechas para se posicionar de forma contrária ao funcionamento da instituição penal. Ao invés de só me contar sobre as atividades que ela faz, Marrom prefere abordar também aquilo que ela não faz, apresentando justificativas para isso. Depois do trabalho, a apenas sobe para a galeria, lava roupa, fica no corredor e “rema” para um lado e para o outro. O enunciado que possibilita a deriva para aquilo que ela não pode fazer depois do trabalho é “no caso poderia ir descansar”.

O uso do futuro do pretérito do indicativo lança no intradiscurso uma materialidade que atualiza efeitos de sentido vinculados a saberes presentes-ausentes, ou seja, algo que a apenas poderia fazer depois de trabalhar é descansar, posto que as pessoas que não estão em regime de privação de liberdade e trabalham podem, geralmente, descansar depois do trabalho. A apenas antecipa uma provável interpretação da interlocutora, no nível das formações imaginárias, e refuta algo que não foi perguntado, mas poderia tê-lo sido pela interlocutora (*tu não descansas depois do trabalho?*), por se organizar discursivamente enquanto pré-construído. Contudo, esse pré-construído se faz presente-ausente porque não faz parte da realidade da apenas. Ao mencionar que “poderia ir descansar”, o efeito de sentido

estabelecido traz uma diferença com relação às outras pessoas que trabalham, o que não é proporcionado pela penitenciária. Ao trazer algo do interdiscurso que não faz parte da sua realidade, Marrom se subjetiva e revela algo próprio do funcionamento da instituição penal, denunciando a impossibilidade de descansar, de colocar o colchão no chão, bem como o tamanho pequeno da cela e o fato de as outras companheiras de cela também trabalharem na cozinha.

Ao ficar “remando pra lá e pra cá”, a apenada fica transitando dentro da galeria, conversando com as outras apenadas, ou, como ela mesma mencionou em outro momento, fica “putiando no corredor”. Percebe-se que Marrom mantém com as outras apenadas da prisão uma relação diferente das outras duas apenadas entrevistadas: enquanto Branca e Rosa preferem ficar isoladas, Marrom circula na galeria e convive com as outras mulheres. Além disso, podemos visualizar outra diferença entre as três mulheres: enquanto as duas primeiras se responsabilizam pelos crimes que cometeram, a terceira apenada diz que está presa em função de um erro da justiça. Essas diferenças são importantes para se pensar sobre os processos de subjetivação, e como esses processos se materializam via linguagem. É possível lançar a hipótese inicial de que Marrom se relaciona de forma diferenciada com as formações discursivas da Justiça e da Criminalidade, dando maior abertura para a heterogeneidade das formações discursivas, como será discutido em seguida.

Pode-se observar que há, na fala da apenada, um excesso de críticas à Penitenciária. Quando a questioneei sobre a convivência com as outras apenadas, ela disse que era tranquila, e não tinha nada para falar sobre o assunto. Além disso, com relação às agentes penitenciárias, mencionou a mesma coisa: disse que não tinha nada do que reclamar. Quanto à cela, referiu que não coloca nada na parede. A única coisa que faz é deixar as suas sacolas de roupas embaixo da cama.

Na sequência discursiva 03, a apenada fala sobre a sua vida na prisão.

(SD03-A3) é que nem eu ti falei... eu acho que as pessoas que... crêm/eu sempre sê uma pessoa:: comunicativa até pela minha profissão... né... sê ambulanti... e até pela opção de fazer faculdade que eu fazia serviço social... parei... então eu SÔ comunicativa eu me DÔ com as pessoas então graças a deus por toda a cadeia onde eu passo eu sô... eu tenho amizadis... eu me dou bem com todo mundo... aprendi a sê MAIS humilde ainda... porque tu vê o sofrimento das pessoas... tu vê as presas abrigando presas... então tu aprendi também... dá mais valor às pessoas... acho que é isso

No que concerne à relação entre prisão e subjetividade, a terceira apenada se posiciona de forma diferente das outras duas apenadas cujas falas já foram aqui analisadas. Enquanto Marrom aborda a sua relação de amizade para com as outras apenadas, as duas primeiras

mulheres entrevistadas preferem se manter isoladas a terem que conviver com as outras presas. Sobre isso, Rosa, a primeira apenada, diz: “pra elas [as outras apenadas] assim o crime é tudo né”; “é muito difícil minha adaptação aqui bá muito difícil”; “pra mim é bem difícil muito difícil a convivência lá... muito difícil”; “tu não pode abri a tua boca porque tu dá tua opinião porque né... ou tinha que dá a opinião que elas queriam ouvi”; e “olha as criatura gostá da vida do crime sabe”. Já a segunda apenada entrevistada, Branca, refere: “com as apenadas é mais difícil do que com as agentis (...) as presas chegam querem mandá nas otras... querem gritá (...) eu não gosto que ninguém me imponha regra que ninguém... uhn uhn... eu puxo a minha... não atrapalho ninguém mas ninguém pode se atravessá no meu caminho também que eu não gosto”.

Identificamos uma diferença no que concerne ao modo como a ideologia interpela as mulheres presas. A1 e A2 não conseguem dialogar com as outras apenadas: não podem opinar (porque suas opiniões diferem das opiniões das outras apenadas); devem cumprir com as regras das apenadas que querem mandar. Decidem, portanto, ficar isoladas. Já A3 diz que tem amizades e que se dá bem com todo mundo, porque é uma pessoa naturalmente comunicativa, e isso acontece em todas as cadeias por onde passa. Refere, ainda, que “tu vê as presas abrigando presas”, e aponta para a solidariedade presente dentro das galerias, entre as próprias presas.

Os depoimentos trazidos à tona parecem apontar para a identificação da A3 com a maioria das apenadas, referidas pelas duas primeiras apenadas como *aquelas que gostam da vida do crime* ou *aquelas que querem impor regras*. É mais um indicativo de que a apenada se identifica com a formação discursiva da Criminalidade. Chegamos a essa hipótese através da análise da fala das duas primeiras apenadas entrevistadas.

Parece, portanto, que as duas formações discursivas que configuram a presente análise embasam os processos de subjetivação das mulheres entrevistadas. A relação com o outro parece ser determinada pela própria relação com as formações discursivas: as apenadas que se subjetivam na formação discursiva da Justiça, ficam isoladas e não se relacionam com as outras presas; as apenadas que se subjetivam na formação discursiva da Criminalidade têm maior circulação dentro das galerias e possuem uma relação de amizade, inclusive, com a maioria das apenadas. Os processos de subjetivação têm efeitos nas relações das apenadas com o outro e, portanto, influencia nas relações sócio-afetivas no ambiente prisional. É interessante ressaltar como as apenadas se posicionam de forma antagônica: por um lado, A1 e A2 se afastam das outras apenadas para evitarem a geração de conflitos; por outro lado, as presas abrigam as outras presas.

Também perguntei para Marrom se ela tinha presenciado alguma situação de humilhação na prisão. Ela respondeu:

(SD04-A3) as pessoas chegam não tem sabonete pra tomar banho... e aí tu tu vê que a fulana tem um monti né... o que que custa dá... papel higiênico... absorventi... geralmente material higiênico né... então tu vê qui qui qui... qui as pessoas têm ih... não não ajudam né... porque eu acho que aqui dentro a gente tá todo mundo é igual... independente de classe social ou não... da pessoa presa... todos nós somos apenados... então não tem... acho que deveria todo mundo se ajudá né... a gente já é julgada pela sociedade... chega dentro da cadeia daí fica mais as presa te julgando também

Parece que a Apenada 1 e a Apenada 3 são interpeladas de forma antagônica no que concerne à formação ideológica jurídica. Quando Marrom diz “a gente já é julgada pela sociedade... chega dentro da cadeia daí fica mais as presa te julgando também”, lembramos da fala de Rosa. A primeira apenada menciona, na SD05-A1: “porque sinceramente t/tipo a pessoa que nem eu tipo da sociedade que para num lugar assim né sem ser envolvida que nem tem várias aqui que são () foram criadas no meio do crime entendeu e isso já vem de pai mãe de coisas né eh:: in::tão bá pra mim é bem difícil muito difícil a convivência lá... muito difícil”. Percebemos que “a sociedade” é significada de forma diferente pelas duas apenadas e, com isso, é possível identificar a forma como as duas se subjetivam. Enquanto A1 diz “a pessoa que nem eu tipo da sociedade”, A3 menciona “a gente já é julgada pela sociedade”. A forma como a sociedade é representada pelas duas apenadas é diferente, e aí observamos a relação entre formações imaginárias e ideologia.

A representação de sociedade depende dos processos de subjetivação, os quais não funcionam desvinculados das formações discursivas. Enquanto Marrom se significa a partir da formação discursiva da Criminalidade, ela se identifica com a posição de presa (apesar de não admitir que cometeu um crime, mesmo as evidências apontando para este fato); Rosa, por sua vez, se significa a partir da formação discursiva Jurídica e não se identifica com a posição de presa, considerando-se “da sociedade” (apesar de admitir que cometeu um crime). Essas contradições fazem ecoar o direito e o avesso de cada formação discursiva, apresentados anteriormente, tomando por base a heterogeneidade característica da formação discursiva, como dizem Courtine & Marandin (1981): “la clôture d’une FD est fondamentalement instable, elle ne consiste pas en une limite tracée une fois pour toutes séparant un intérieur et un extérieur, mais s’inscrit entre diverses FD comme *une frontière qui se déplace* em fonction des enjeux de la lutte idéologique¹⁰⁶” (p. 19). Somente é possível perceber essa instabilidade

¹⁰⁶ “O fechamento de uma FD é fundamentalmente instável, não consiste em um limite desenhado de uma vez por todas para separar um interior e um exterior, mas se inscreve entre várias FD como *uma fronteira que se move* em função dos desafios da luta ideológica” (tradução minha).

constitutiva das formações discursivas através de movimentos analíticos tais como o desenvolvido na presente reflexão, sendo pertinente atentar para a ausência de fronteiras fixas no domínio da ideologia.

Interessante ressaltar, ainda, que a divisão entre sujeitos que são *da sociedade* e sujeitos que não são *da sociedade* reverbera nas falas das apenadas como um efeito de sentido pré-construído, reproduzido pelas duas. Pressupõe-se que estar presa não é ser da sociedade, então. Tal é a condição de possibilidade do enunciável, como dizem Courtine & Marandin (1981), falando antes, de um outro lugar e independentemente do sujeito que enuncia, como um efeito de evidência. Para Pêcheux (2009b), o efeito de pré-construído “representa a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito de seu discurso (aquilo por meio do qual ele diz: “Eu, Fulano de Tal”) como “sempre-já” sendo sujeito” (p. 241). Dizer que *é da sociedade* tem relação com esse “sempre-já” oriundo de um outro lugar, no qual o sujeito é produzido como causa de si, como diz Pêcheux, relacionado, portanto, ao esquecimento número 1.

A análise mencionada acima traz à tona os pressupostos de Michel Pêcheux: os sentidos das palavras, das expressões e das proposições dependem das posições sustentadas por aqueles que as empregam; isso significa que palavras, expressões e proposições adquirem seu sentido em referência às formações ideológicas nas quais as posições se inscrevem (PÊCHEUX, 2009a). A mesma palavra (*sociedade*) mudou de sentido ao mudar de formação discursiva. Além disso, trago também uma citação do autor:

As palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas: retomando os termos que introduzimos acima e aplicando-os ao ponto específico da materialidade do discurso e do sentido, diremos que os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes (op.cit., p. 147 [grifo do autor]).

Outro contraste é possível de ser feito com a fala da primeira apenada. Enquanto Rosa se considera “da sociedade”, Marrom diz: “todos nós somos apenados”. Além disso, diz “a gente já é julgada pela sociedadadi... chega dentro da cadeia daí fica mais as presa te julgando também”. Se *todos nós somos apenados* e *a gente já é julgado pela sociedadadi*, então as presas não são parte da sociedade. Desse modo, *ser apenado é não ser da sociedade*. O que Marrom não admite é o julgamento partindo de pessoas que estão na mesma situação que ela; talvez o julgamento da sociedade seja permitido, ao passo que o julgamento feito pelas próprias apenadas não seja permitido. Nesse sentido, o Aparelho Repressivo opera mantendo o pré-

construído. A humilhação teria, portanto, relação com esse julgamento feito pelas apenadas que têm o material de higiene pessoal.

As situações de humilhação relatadas por Marrom têm relação com a higiene na prisão. O material higiênico pode ser adquirido de duas formas: as presas compram dentro da própria Penitenciária com o dinheiro que recebem do trabalho ou os visitantes trazem para entrega na sacola. Como todas as presas do Madre Pelletier trabalham, imagina-se que todas recebam o dinheiro necessário para comprar o material de higiene pessoal, mesmo não ganhando nada dos parentes e amigos que as visitam. Contudo, Marrom relata que muitas apenadas não têm material de higiene e, por as mulheres que os possuem não o compartilharem, surgem as brigas.

A resposta da apenada sobre as situações de humilhação começa com o relato sobre a falta de material de higiene; contudo, ao invés de explicar mais sobre a situação de humilhação, a apenada decide falar sobre “as pessoas” que têm o material e não ajudam aquelas apenadas que não o têm. A humilhação parece também dizer respeito ao julgamento feito pelas outras presas, pois julgam ao invés de ajudar. Quando o Estado não garante aos sujeitos o material de higiene pessoal, já o está posicionando em uma situação de humilhação. As presas interpretam que, por não conseguirem o material de limpeza com as outras apenadas, a humilhação seria gerada pela relação entre elas; contudo, quem cria a situação de humilhação é o próprio Estado ao não repassar às apenadas algo que concerne aos Direitos Humanos. As brigas surgem na prisão, então, pela própria incapacidade do Estado de garantir aos sujeitos presos os seus direitos, e, ao invés de ressocializá-los, promove desavenças e conflitos dentro das galerias.

Perguntei para a apenada se ela buscava as agentes penitenciárias quando tinha alguma solicitação ou reclamação. A resposta pode ser observada na SD05-A3.

(SD05-A3) não não] quando tivé que falá e pedí eu falo... é que nem eu falo pras guria... vocês têm que falá... a gente é presa... então já tamos presa... o que que vai acontecer com nós? nos matá?... nos levá pro castigo?... eu tô há um ano e dez meses presa e nunca fui pro castigo... sempre conversei numa boa com as funcionária... tu tem que sabê se dá ao respeito pra sê respeitada... tem que saber conversá também não é tudo na estupidez na ignorância... não é porque a gente é presa que a gente tem que sê ignoranti

A apenada interrompe a minha pergunta para responder que, quando precisa falar com as agentes penitenciárias sobre algo que a incomoda, ela toma a iniciativa e o faz. Inclusive, aconselha as outras apenadas para que façam o mesmo. Segundo ela: “a gente é presa... então já tamos presa... o que que vai acontecer com nós? nos matá?... nos levá pro castigo?”. Com

esses questionamentos, a apenada resgata, a partir da ideologia, o sentido evidente de que a prisão é uma situação limite, ou seja, nada pode piorar do que estar presa, pois o Estado não pode punir através da violência física. A punição mais severa que pode ser atribuída a um criminoso pelo Aparelho Repressivo é o próprio regime de privação de liberdade. Sendo assim, a apenada tem conhecimento desses saberes (Foucault trata da transferência da punição no corpo para a punição na alma em “Vigiar e Punir”, como já foi visto) e não hesita em falar com as agentes penitenciárias.

Quando menciona “não é porque a gente é presa que a gente tem que sê ignoranti”, fazendo referência ao respeito que tem com relação às agentes penitenciárias, a apenada mobiliza a rede semântica associada à pessoa presa. Os sentidos naturalizados com relação à pessoa presa são, justamente, vinculados àquilo que foi mencionado por Marrom: *preso é... ignorante, criminoso, mal-educado, desrespeitoso...* A apenada seleciona um dos sentidos evidentes que dizem respeito ao preso e apresenta o seu avesso: “não é porque a gente é presa que a gente tem que sê ignoranti”, ou seja, *as apenadas não podem e não devem ser ignorantes* em oposição a *as apenadas podem e devem ser ignorantes*, efeito de sentido estabelecido a partir da ideologia dominante, vinculada à formação discursiva Jurídica. É como se os sujeitos de direito, os quais se identificam com a forma-sujeito de direito e, por conseguinte, com a formação discursiva Jurídica, fossem interpelados pelos sentidos evidentes de que *preso é ignorante*. Ao se posicionar enquanto presa, Marrom apresenta a contradição atinente a esse processo discursivo. Ela se identifica com a formação discursiva da Criminalidade, não se reconhece como culpada pelo crime de que foi acusada, mas busca subverter com a representação hegemônica sobre a pessoa presa: *as presas não têm que ser ignorantes*, como dita a superestrutura jurídico-político-ideológica. É possível, portanto, na fala da apenada, se revoltar e pensar por si mesmo. É possível não satisfazer à representação dominante que circula na formação social capitalista, reproduzida pelos Aparelhos Ideológicos de Estado através das formações ideológicas.

Prova disso é que ela, mesmo já estando presa há um ano e dez meses, nunca foi para o castigo. Outro pré-construído (enquanto a evidência dos sentidos) que é questionado com a fala da apenada é referente à relação entre presas e agentes penitenciárias. Percebe-se que as duas primeiras mulheres entrevistadas também mantêm uma relação estável com as agentes. Tal fato poderia ser diferente com Marrom, posto que possui maior identificação com a formação discursiva da Criminalidade; contudo, nunca foi para o castigo e “sempre conversei numa boa com as funcionária... tu tem que sabê se dá ao respeito pra sê respeitada”. *Se dar ao*

respeito para ser respeitada emerge como pré-construído, como *algo que todo mundo sabe* (PÊCHEUX, 2009a).

A apenas tinha mencionado, no início da entrevista, que trabalhava na cozinha. Perguntei se teria sido uma escolha dela trabalhar na cozinha. A resposta pode ser observada na SD06-A3.

(SD06-A3) eles simplesmente me trouxeram de manhã e me falaram que eu ia ficá na cozinha... fiquei... por enquanto tô na cozinha... mas já pensei em saí da cozinha pelo fato de não ter como tu descansá... eu trabalho na geral então a gente lida com panelas enormes... com... eh a gente faz comida pra toda cadeia né na verdade... então são muitas muitas panelas são muitas fôrmas... então tudo é em grande quantidade em grandes tamanhos... eu cheguei e me apavorei eu vi as panela que eu entrava dentro... é trabalhoso tem muita panela... então são coisas assim que tu vê... mas pra mim é tranquilo só que pelo fato de não tê onde tu descansá... é isso... eu pensei em saí da cozinha só por esse fato... não pelo serviço... mas pelo fato de descansá

Há, nesta SD, dois aspectos que merecem a nossa atenção: (i) a determinação do lugar de trabalho da apenas; e (ii) a impossibilidade de a apenas descansar. Quanto ao primeiro aspecto, é necessário destacar o enunciado introdutório da SD, a saber, “eles simplesmente me trouxeram de manhã e me falaram que eu ia ficá na cozinha... fiquei”. Chama a atenção o emprego do advérbio *simplesmente*, o qual possui um funcionamento discursivo peculiar. Ao contrário do que menciona a norma gramatical, a qual compreende o advérbio como um *modificador do verbo*, saliento aqui que o uso do *simplesmente* provoca um conflito no interior da formação discursiva da Justiça, pois produz um efeito de sentido vinculado à crítica. A apenas materializa, então, através do emprego do advérbio, determinações sócio-histórico-ideológicas, e não somente semânticas, restritas ao significado do verbo. No dicionário Houaiss, observamos que o item lexical *simplesmente* pode ser *de modo simples* ou *com simplicidade*. Contudo, se fosse feita uma deriva metafórica para o emprego do advérbio na SD, poderíamos ter as seguintes substituições: *simplesmente... autoritariamente, inquestionavelmente, de forma padronizada*. Observamos, então, que *simplesmente*, no funcionamento da SD na qual foi empregado, não está relacionado ao seu sentido dicionarizado.

Desse modo, a apenas provoca a instalação de uma *incoerência* interior à formação discursiva. O efeito de incoerência, ou seja, a própria contradição, tem relação com a heterogeneidade que faz parte da sua constituição; assim, a incoerência faz parte de toda formação discursiva, posto que é constituída pelo discurso-outro, sendo, portanto, a coerência um efeito imaginário oriundo do esquecimento número 1. Como foi visto no capítulo 4, a diretora da Penitenciária Feminina Madre Pelletier me informou que, quando chegavam à

instituição, as apenadas passavam por uma entrevista com as pessoas responsáveis pela “valorização humana”. Depois de feita a entrevista, eram identificadas as aptidões das apenadas recém-chegadas, para, então, serem encaminhadas para um trabalho. Contudo, de acordo com Marrom, *simplesmente* a colocaram na cozinha. O conflito com a formação discursiva da Justiça, representada, principalmente, pelas agentes penitenciárias (as quais deveriam ter propiciado as entrevistas com a apenada), manifesta-se pelo advérbio *simplesmente*. Além disso, percebe-se que ela se representa como objeto da oração: *simplesmente me trouxeram e me falaram que eu ia ficá na cozinha*. Nesse caso, ela não assumiu a postura comentada na SD anterior, pois não reclamou para as agentes penitenciárias. Ao invés de reclamar, preferiu se subordinar às ordens da prisão, representando-se como objeto: *me trouxeram... me falaram... me mandaram... e eu obedeci*. A apenada poderia ter dito que *me mandaram ficar na cozinha*. O efeito de sentido seria “o mesmo”.

No que concerne à impossibilidade de descansar, é necessário resgatar elementos do pensamento foucaultiano, os quais já foram retomados em outros momentos da análise. Observa-se que não é garantida à apenada a possibilidade do descanso, posto que não há espaço na cela para que ela coloque o seu colchão. Esses elementos dizem respeito ao pensamento de Foucault, Agamben, Ansart e Haroche, os quais não serão aqui evocados novamente. Contudo, é importante constatar a relação entre as teorizações colocadas em marcha na presente tese e a forma como elas tomam existência material na formação social contemporânea.

Outro questionamento feito a Marrom foi referente a quanto tempo ainda teria para cumprir na Penitenciária, cuja resposta é exposta na SD07.

(SD07-A3) tô há um ano e dez ontem... fez... sem sê ouvida pelo juiz... no caso me botaram no... robo... ih extorsão... um cinco seti artigo um cinco seti... tô há um ano ih dez sem ser ouvida pelo juiz

A Apenada 03, assim como a Apenada 01, menciona o número do artigo do Código Penal que legisla sobre o crime que teria cometido. Segundo ela, *a botaram* no roubo e extorsão, referente ao artigo 157. Marrom também menciona o número do artigo, mas, como será discutido, percebe-se que, na sua fala, ele provoca a movimentação de outros discursos, ou seja, o efeito de sentido é diferente, pois a forma como se subjetiva é diferente daquela da primeira apenada entrevistada.

Para a análise da SD07, é importante estabelecer uma relação com outro recorte da fala de Marrom, o qual se encontra na SD08. Este recorte concerne à pergunta sobre o que tinha acontecido com ela desde sua entrada no estabelecimento penal. Ela respondeu:

(SD08-A3) quando eu entrei... vim pra cá... fiquei na antiga galeria E... du E... botaram fogo na galeria outras apenas... daí a gente foi embalada pra Guaíba... fiquei um ano ih... dois ou três meses im Guaíba... ih retornei pra cá dia vintidi... março... me trouxeram di volta sem eu pidí... me trouxeram de volta... agora eu tô trabalhando na cozinha

Tanto na SD07 quanto na SD08, resalto a presença de duas orações que começam por SEM SER... Na SD07, a apenas menciona que estava há um ano e dez meses na prisão “sem sê ouvida pelo juiz”. E repete: “to há um ano ih dez sem ser ouvida pelo juiz...”. Na SD08, ela diz que foi trazida de volta para a Penitenciária Feminina Madre Pelletier “sem eu pidí”. Chama a atenção, portanto, a repetição da mesma estrutura em dois momentos distintos da fala da apenas. Buscamos resgatar, a partir da materialidade linguística, a forma como Marrom se relaciona com as formações discursivas da Justiça e da Criminalidade.

Nos dois enunciados selecionados são empregadas orações subordinadas adverbiais introduzidas pela conjunção *sem*. No caso dos dois enunciados aqui destacados, trata-se de duas orações subordinadas adverbiais concessivas, posto que são introduzidas pela conjunção *sem*. Essas orações subordinadas ocupam o lugar de um advérbio: *há um ano e dez sem ser ouvida* e *me trouxeram de volta sem eu pedir*. Nesse sentido, conforme explicação gramatical, essas orações subordinadas poderiam ser eliminadas sem afetar a estrutura da sentença, pois são consideradas termos acessórios da oração. As orações *sem ser ouvida* e *sem eu pedir* complementam o sentido de *há um ano e dez* e *me trouxeram de volta*, respectivamente. Em “tô há um ano e dez ontem... fez... sem sê ouvida pelo juiz” é dito que, gramaticalmente, a oração principal (“há um ano e dez”, que funciona como predicativo do sujeito) sobreviveria à exclusão da oração subordinada (o que não acontece com as orações coordenadas). No entanto, discursivamente, a eliminação da oração subordinada acarretaria um efeito de sentido contrário àquele estabelecido quando se tem a oração subordinada, como pode ser observado a seguir.

Parece que o funcionamento das orações subordinadas destacadas nesta análise se assemelha ao funcionamento do enunciado dividido (COURTINE, 2009). Para o autor, elementos linguísticos contrastivos presentes em um enunciado compõem um enunciado dividido. Na formulação, são introduzidos saberes antagônicos. Esses saberes dizem respeito à organização da formação discursiva, a qual se constitui por diferentes posições-sujeito.

Desse modo, a estrutura destacada, longe de poder ser eliminada da estrutura da sentença, desempenha nela papel fundamental, o qual diz respeito à relação do sujeito com a ideologia. A divisão do enunciado representa a divisão do próprio sujeito em relação à formação discursiva. A apenas *deixa escapar* na linearidade significativa duas orações que remetem à forma como se subjetiva. Quando refere que não foi ouvida pelo juiz, mesmo estando presa há um ano e dez meses, e que ninguém lhe perguntou se queria voltar para a Penitenciária Feminina Madre Pelletier depois de ter sido enviada para Guaíba, há a exposição da forma como o Aparelho Repressivo opera no controle dos sujeitos: sem ouvi-los, sem permitir que se defendam, sem considerar o que desejam fazer.

Há, de um lado, a exposição dos fatos: *estou há um ano e dez meses e me trouxeram de volta*. Essas são informações reveladas pela apenas as quais dizem respeito aos dois questionamentos que lhe fez: *há quanto tempo está presa e por que foi presa*. Por outro lado, algo é acrescentado a esses fatos: algo tido como acessório na gramática tradicional, mas aqui compreendido como essencial para o processo de constituição do sujeito e do sentido. Trata-se das orações subordinadas, as quais revelam a não-identificação da apenas com a Formação Discursiva da Justiça, posto que, a partir dessas orações, faz surgir, da posição que fala, dois discursos: aquele da superestrutura jurídico-político-ideológica, representada pela formação ideológica jurídica, a qual apresenta dados diretamente observáveis e verificáveis (*estou há um ano e dez meses; me trouxeram de volta*) e o discurso antagônico, o qual não concorda com o modo de funcionamento da prisão, cujo princípio está em desconsiderar as singularidades para instaurar normatizações. Esse discurso antagônico emerge a partir das orações *sem ser ouvida pelo juiz e sem eu pedir*. O antagonismo pode levar ao gesto de interpretação de que a apenas se identifica, na verdade, com a Formação Discursiva da Criminalidade, mas pode, também, provocar a interpretação de que, a partir da identificação com a Formação Discursiva da Justiça, a apenas enuncia por uma posição-sujeito que não se identifica de forma plena com a FD1. Ambos os gestos interpretativos levam à existência de uma resistência à reprodução do discurso da formação discursiva dominante, materializada através desses breves comentários feitos pela apenas, com base na estrutura das orações subordinadas adjetivas, em dois momentos diferentes da entrevista.

Outra pergunta feita a Marrom foi referente àquilo que seria mais difícil na prisão no momento em que lá se encontrava. A resposta pode ser observada na SD09.

(SD09-A3) difícil é que eu não tenho/como eu trabalho na cozinha... eu saio às seis horas... subo não tenho onde dormi... né... dorme no CHÃO... isso é um absurdo... né... eu durmo no chão... tô com

problema numa pinta minha que provavelmente... né... então eu durmo com a dor na pinta e me acordo com a dor na pinta e tenho que dormi no chão o chão úmido todo molhado... sendo que por ser galeria trabalhadora teria que dormi todo mundo na cama... né... fora isso não tem problema nenhum

Ela disse que divide cela com outras três mulheres, sendo que uma delas, assim como ela, também dorme no chão. Disse que começa a trabalhar às seis da manhã e sai do trabalho ao meio-dia. Ela trabalha na cozinha, então precisa manusear panelas grandes em função do número de apenadas que precisam ser alimentadas.

Na SD09, há referências ao corpo da apenada, o qual sofre os efeitos da organização da instituição penal. Segundo a apenada, “não tenho ondi dormi”; “eu durmo no chão”; “eu durmo com a dor na pinta e me acordo com a dor na pinta”; “o chão úmido todo molhado”; “por ser galeria trabalhadora teria que dormi todo mundo na cama”. Considera essa situação *um absurdo*. Retomamos, com isso, Ansart (2005) quando o autor aborda a humilhação. Ele diz que *existe um estado limite para a humilhação o qual pode reduzir o cidadão a uma espécie de funcionamento mecânico que o destitui de identidade*. Suas considerações apontam para a humilhação como promotora de uma vida nula, uma vida que tem o sentido de existência suprimido de si. Parece, contudo, que não é isso o que acontece com a Apenada 03, pois ela assume uma posição de enfrentamento frente à impossibilidade de dormir na cama (e ser objeto de humilhação). Contudo, não se sabe se ela assume essa posição frente à Direção da instituição penal, o que reconduziria à reflexão de Ansart acima exposta. Essas considerações respondem, destarte, a um questionamento feito no início desta tese: até que ponto a impotência, resultado da humilhação, repercute nos processos de subjetivação na prisão? No caso de Marrom, parece que essa impotência instaura uma resistência.

Ainda sobre este tema, é possível resgatar Foucault quando o autor fala sobre a diferença entre a forma de punir na Idade Média e na sociedade moderna. A punição possui, de alguma maneira, uma relação com o corpo: na Idade Média, os corpos eram objeto dos suplícios, e as marcas do poder se davam nos corpos (biológicos); atualmente, com o surgimento das prisões, os corpos deixaram de sofrer coerções físicas e passaram a ser rigorosamente observados, vigiados, controlados. Nesse sentido, podemos questionar se o fato de a apenada dormir no chão e sofrer com isso não seria, também, uma forma de coerção física, o que não restringe a punição somente à vigilância.

Observamos que esses discursos se materializam na fala da apenada, como parte de uma realidade sócio-histórica-ideológica, a qual não pode ser desvinculada dos processos de subjetivação da apenada. Apesar de os comentários dos autores citados fazerem referência a situações nas quais não existe a possibilidade de resistência, ou seja, as relações de poder no

mundo moderno, estruturadas a partir da humilhação (MARSON & MAXARA, 2005) visam à não identificação do sujeito com aquilo que não lhe é permitido pelo agente da humilhação, Marrom se posiciona de forma diferente e, através da oportunidade da entrevista com a pesquisadora, expressa o seu sofrimento, efeito da arquitetura da instituição penal, incapaz de abrigar em seu interior as presas de forma a evitar esse sofrimento. Conforme a apenada “fora isso não tem problema nenhum”, ou seja, as outras coerções que poderiam ocorrer dentro da instituição penal não têm relevância frente à dor que sente em seu corpo por ter que dormir no chão. Existem várias formas de o ARE *tocar* o corpo do sujeito, e essa parece ser uma delas. Há, como pode ser visto, um processo de resistência às determinações da Lei em função dos efeitos da Lei no corpo da apenada. Como disse De Certeau em citação já mencionada, *a lei se escreve sobre os corpos*, e esta reflexão também diz respeito ao fato de as apenadas não poderem ir para o pátio para pegar luz (conforme dito pela Apenada 01).

Outro elemento interessante a ser observado na fala da Apenada 03 diz respeito a como descreve sua relação com as outras apenadas e com as agentes penitenciárias. Segundo ela, a convivência com as outras apenadas era tranquila, e não tinha nada o que falar; sobre a convivência com as agentes, não tinha nada do que reclamar.

Também indaguei sobre o quê ela sentia mais falta. Disse que sentia mais falta dos dois filhos, uma moça e um menino. No corpo, tinha duas tatuagens que representavam os filhos (a Pedrita e o Bambam), além de tartarugas no pé, umas florzinhas, um olho nas costas, uma fadinha e dois golfinhos nas costas também. Disse que essas tatuagens não tinham nenhum significado: olhou, gostou e fez (antes de entrar na prisão).

Também perguntei à apenada se tinha ocorrido alguma mudança no corpo dela desde que chegara à Penitenciária. Ela afirmou que tinha engordado, e perguntei qual seria o possível motivo do engordamento. A resposta pode ser observada na SD10.

(SD10-A3) é... devido à movimentação né... que não tenho... na rua eu trabalhava direto sem pará sempre pra cima e pra baixo... uma porque sou vendedora daí tu cobra aqui tu vai lá tu não tu não para... aqui tu não tem o que fazê... eu trabalho aquelas horinha e deu... e outra que tu não tem nem ânimo... né... não tem nem ondi tu caminhá... não tem

A SD10 corrobora o que foi mencionado pelas outras duas apenadas entrevistadas: elas perceberam que ganharam peso depois que foram presas. A Apenada 02 tentava emagrecer através da prática de caminhadas nos corredores do interior das galerias; já Marrom assume que não se movimenta muito (talvez não cogite a possibilidade de caminhar, como o faz Branca), e refere que a única atividade que possui é trabalhar na cozinha. Depois

que trabalha, não tem nenhuma atividade para fazer. Mas o que chama a atenção é que, além de não terem onde realizar atividades físicas, “tu não tem nem ânimo”. Pode-se interpretar que a causa dessa falta de ânimo é oriunda das condições de produção, as quais, simbolicamente, impedem o movimento das apenadas. Seria possível relacionar *não ter ânimo* com *não ter desejo*? E essa *falta de desejo* teria efeitos no próprio corpo?

5.5 “Vai pro ar isso... vai pra onde isso aí?”: a Apenada 04

A quarta apenada entrevistada, intitulada Cinza, estava presa há um ano e sete meses quando da realização das entrevistas. Perguntei como ela tinha sido presa, e ela disse que foi em função de levar droga para a cadeia. Contudo, ela não reconhece que o crime foi consciente, pois ela teria sido enganada por uma outra pessoa. Cinza tinha um filho preso há quinze anos (em abril de 2013), e foi visitá-lo em um domingo. Uma pessoa conhecida do presídio pediu-lhe que levasse uma sacola de comida para a nora dela, a qual a esperaria na frente da instituição. Quando chegou ao local para encontrar a nora da conhecida, a polícia a estava esperando. Dentro da sacola onde haveria comida, foram colocados um revólver, dez balas e cem gramas de crack. Foi, então, presa e condenada a dez anos e seis meses de cadeia. Apesar da longa pena, Cinza já tinha conseguido remissão por trabalhar e estudar desde o momento em que entrou na prisão. Como pode ser observado, assim como a Apenada 3, Cinza também não admite o crime, pois diz ter sido uma armação para que fosse presa.

Durante nossa conversa, ela começou a falar de seu filho que não está preso. Ele tem esquizofrenia, e isso exige constante cuidado. Em função disso, gostaria de conseguir a prisão domiciliar o quanto antes. Ela continuou a conversa:

(SD01-A4) ih se eu não ganhá também eu sei qui quando eu tô no semi-aberto eu vô conseguí ()... daqui eu não posso me quexá da direção... eu não posso me quexá dos funcionário porqui podi dexá essa porta aberta SI DISSÉ QUI NÃO É PRA SAÍ eu não saio... meu serviço eu NUNca falto... eu NÃO SÔ doente... eu não tenho nada... me obrigaram a fazê uns exame aí qui eu não gosto de íh em médico... DEU NADA... EU NÃO tenho colesterol... eu não tenha NADA... NADA... eu sô magra porque eu não como

No início da SD, Cinza versa sobre o regime semi-aberto: precisava conseguir entrar no regime semi-aberto para cuidar do filho “doente” (mais tarde, mencionou que seu filho era esquizofrênico). Em seguida, começa a falar sobre a direção da Penitenciária, mesmo sem eu lhe ter perguntado nada sobre o assunto. Ela não tem queixas com relação à direção nem aos

funcionários do estabelecimento penal; também afirma que é obediente (“SI DISSÉ QUI NÃO É PRA SAÍ eu não saio”) e que sempre vai ao serviço, pois não é doente.

Alguns desdobramentos discursivos são possíveis de serem estabelecidos a partir dessa primeira SD recortada da fala de A4. Sobre a relação entre prisão e subjetividade, vale salientar o enunciado “daqui eu não posso me queixá da direção... eu não posso me queixá dos funcionários porqui pode dexá essa porta aberta SI DISSÉ QUI NÃO É PRA SAÍ eu não saio”. Na oralidade, podemos observar que as relações de sentido são mais fluidas entre as orações que constituem a sequência discursiva, posto que nem sempre o emprego de determinadas palavras/expressões/proposições acarretará uma construção de acordo com a lógica gramatical; contudo, as construções fazem circular os sentidos e são, portanto, passíveis de interpretação. Quando a apenas diz que não pode se queixar nem da direção nem dos funcionários, emprega a conjunção explicativa *porque* para introduzir uma justificativa ao fato de que não pode se queixar. No entanto, ao invés de justificar, Cinza introduz um novo enunciado “pode dexá essa porta aberta SI DISSÉ QUI NÃO É PRA SAÍ eu não saio”, como se houvesse um atravessamento, um corte naquilo que falava. Com base em uma coerência textual, não existiria relação de sentido de explicação entre *não se queixar da direção e dos funcionários*, de um lado, e *deixar a porta aberta e obedecer à ordem de não sair*, de outro. Isso significa que o *porque* empregado não estabelece relação de sentido de explicação entre as duas orações. Essa construção vai de encontro à lógica da textualidade. Contudo, discursivamente, analisando o enunciado na sua relação com a oralidade, podemos compreender o “fluxo de consciência” como uma determinação ideológica e, por que não, inconsciente. Esse “fluxo de consciência” ao qual se faz referência aqui, oriundo da Literatura, foge ao controle do sujeito (pode-se estabelecer uma relação com a associação livre freudiana). O atravessamento da metáfora *deixar a porta aberta... ter a liberdade de sair pela porta... sair da prisão...* pode conduzir, discursivamente, ao efeito do Aparelho Repressivo no processo de interpelação da apenas, passando, portanto, a fazer sentido (mesmo que sem coerência textual). Essa discussão pode ser relacionada à seguinte afirmação de Pêcheux (1997): “nem sempre se pode dizer da frase que ela é normal ou anômala apenas por sua referência a *uma norma universal na língua*, mas sim que esta frase deve ser referida ao *mecanismo discursivo* específico que a tornou possível e necessária em um contexto científico dado” (p. 73 [grifos do autor]).

A ideologia, então, também carimba a sua presença na linguagem através do emprego da conjunção *se* e da diferença entonacional no excerto “*si dissé qui não é pra sai*”. A apenas traz para a conversa uma situação hipotética: a porta da sala onde estávamos estaria

aberta, ou seja, Cinza poderia sair da peça e circular no interior do estabelecimento penal¹⁰⁷. Frente a essa situação, se alguém dissesse que deveria permanecer no local, ela assim o faria. A apenada faz uso de uma metáfora para trazer à tona sentidos de subserviência, de assujeitamento total às determinações do Aparelho Repressivo (a instituição penal). Da mesma forma, poderíamos operar uma deriva e imaginar que *si dissé qui é pra saí... eu saio*. Não seria permitido, pelo processo de interpelação ao qual Cinza está assujeitada, as seguintes formulações na formação discursiva que a subjetiva: *si dissé qui não é pra saí eu saio*; ou *si dissé qui é pra saí eu não saio*. A interpelação via formação discursiva Jurídica se dá segundo critérios lógicos: com efeito de retorno positivo para a ideologia (*se não é para sair, eu não saio*; ou *se é para sair, eu saio*) ou com efeito de retorno negativo para a ideologia (*se não é para sair, eu saio*; ou *se é para sair, eu não saio*). Restaria perguntar: e se [a direção/os funcionários] não dissesse(m) nada? É segundo esses critérios de uma *língua de madeira* que se subjetivam os sujeitos-de-direito, mesmo que estejam somente assujeitados à Lei do Aparelho Repressivo.

Há, no processo de subjetivação da apenada, um efeito das condições de produção do discurso, relacionada à forma como o espaço prisional produz sentidos no imaginário da apenada: ela se identifica com a lei da instituição penal, mas, em liberdade, parece ter conflitos com a lei. Enquanto presa, é possível afirmar que ela se subjetiva na formação discursiva Jurídica, visto que possui conflitos com a polícia. Dessa forma, observaremos que a forma como a apenada se subjetiva flutua em função das condições de produção, pois, ao mesmo tempo em que se diz obediente às determinações da prisão, apresenta argumentos contra a polícia.

Ainda no mesmo recorte, observamos a diferença entonacional na primeira parte da oração: *SI DISSÉ QUI NÃO É PRA SAÍ*. O discurso se materializa via prosódia, o que é impossível de se observar em uma análise somente textual. *É como se* algo de outro lugar quisesse se fazer presente materialmente, mas não através de elementos linguísticos. A entonação diferenciada pode servir como uma metáfora: de “uma palavra por outra” derivamos para “uma entonação por outra”. A entonação pode ter um efeito de atualização do interdiscurso no intradiscurso (prosodicamente), aliada à materialidade linguística, na mesma direção semântica estabelecida pelos enunciados. O sujeito se refugia do real da língua no imaginário linguístico (SILVA, 2012); contudo, esquecendo que não controla aquilo que “quer dizer” por meio da linguagem (esquecimento número 2), o sujeito, imaginariamente,

¹⁰⁷ Compreendi, através da fala da Apenada, que ela não estava se referindo à porta da Penitenciária, a qual tem comunicação com o seu exterior. Como ela utilizou o pronome demonstrativo “essa”, interpretei que se tratava da porta da sala onde estávamos conversando.

reproduz os saberes da ideologia, incrustando na linguagem tanto o seu assujeitamento quanto a impossibilidade de acessar o impossível. Essa impossibilidade assume a forma da entonação, ou seja, o dito produz o que não se pode dizer. Daí a importância de se relacionar tanto o imaginário linguístico quanto o real da língua com a prosódia discursiva.

A apenada ainda diz que não tem nenhum problema de saúde e que não gosta de ir ao médico. Acrescenta uma observação: “eu sô magra porque eu não como”, como efeito da representação que a entrevistadora poderia ter feito dela. Perguntei, também, por que ela não comia, e respondeu que sempre foi magrinha e não tinha apetite. Também havia mencionado que a Penitenciária era melhor do que asilo. Questionei sobre essa afirmação, e a resposta pode ser observada na SD02-A4.

(SD02-A4) MA CLARO QUE É porque aqui ninguém me maltrata ((risos)) no asilo a gente vê histórias qui maltratam... aqui eu só não posso saí pra rua... má no asilo também não... aqui todo mundo... a direção basta eu mandá um recado eu que-ro fa-lá com a di-re-ção já me chamam... todo mundo me chama... eu sô muito bem tratada... é qui eu/

Parece que a relação entre a Apenada 04 e a instituição penal se configura de uma forma diferenciada se comparada aos relatos das outras apenadas entrevistadas sobre a prisão. Segundo ela, “aqui eu só não posso saí pra rua”; o emprego da palavra *só*, gramaticalmente classificada como advérbio de exclusão, coloca em circulação o sentido de que a única coisa que Cinza não pode fazer na Penitenciária é sair da Penitenciária (o que não seria diferente dos asilos). O advérbio está sendo empregado para alterar o sentido de outro advérbio, o advérbio de negação *não*, o qual, por sua vez, altera o sentido do verbo *poder*. Pensando logicamente, se Cinza só não pode sair para a rua, significa que ela pode fazer várias outras coisas que ela não poderia fazer no asilo. Uma dessas coisas seria referente ao fato de ser bem tratada na Penitenciária: “eu sô muito bem tratada”. Essa relação de cumplicidade com a direção do estabelecimento já havia se materializado na SD01-A4, quando disse, voluntariamente, “daqui eu não posso me quexá da direção... eu não posso me quexá dos funcionário”. Observamos que, na SD02-A4, não só os sentidos referentes à relação com a Penitenciária retornam, mas, também, a metáfora da porta aberta e a possibilidade de saída da instituição: “pode dexá essa porta aberta SI DISSÉ QUI NÃO É PRA SAÍ eu não saio” e “aqui eu só não posso saí pra rua”.

Na SD sob análise também podemos abordar a menção feita à Penitenciária e ao asilo. A Apenada 04 estabelece uma comparação entre as duas instituições, assegurando que, no asilo, as pessoas são maltratadas: “no asilo a gente vê histórias qui maltratam”. Aqui podemos

verificar a materialização de um pré-construído, pois a apenada nunca viveu em um asilo e, mesmo assim, menciona que a instituição penal é melhor do que o asilo. É um pré-construído porque o sentido vinculado a *o asilo maltrata* está naturalizado na sociedade, e isso é atestado quando a apenada diz que escuta histórias de que lá maltratam. Na verdade, essas histórias que ela escuta (não se sabe de quem, não se sabe onde) são parte do já-dito que tem efeito de verdade. O pré-construído, segundo Courtine (2009), “remete assim às evidências pelas quais o sujeito se vê atribuir os objetos de seu discurso: “o que cada um sabe” e simultaneamente “o que cada um pode ver” em uma dada situação” (p. 74).

Tanto o asilo quanto a Penitenciária têm relação com as instituições de sequestro teorizadas por Michel Foucault. Como se viu no primeiro capítulo deste trabalho, para o autor, as instituições de sequestro são instituições de arquitetura panóptica, as quais têm o objetivo de controlar o tempo e os corpos dos *indivíduos*. Natural, então, para a apenada estabelecer a comparação do estabelecimento penal com o asilo: a diferença é que, na Penitenciária, *não maltratam*, ou seja, não há efeitos no *corpo*. Cinza não considera os efeitos *que não se podem ver* (os efeitos simbólicos de um maltrato não físico), ou seja, que não seriam oriundos somente de um maltrato físico, os quais seriam presentes na instituição penal em função do regime de privação de liberdade. Nesse sentido, o Aparelho Repressivo está cumprindo com o seu papel de, através da formação discursiva Jurídica e da coerção (simbólica), interpelar os indivíduos em sujeitos. Alguns sentidos são naturalizados para que outros não entrem em circulação, caracterizando a contradição constitutiva do processo de interpelação ideológica.

Para Foucault, as instituições de sequestro devem controlar o corpo e o tempo dos indivíduos, de modo que: (i) o corpo seja capaz de trabalhar; (ii) o tempo dos indivíduos seja tempo de trabalho; (iii) exista um novo tipo de poder, constituído pelos guardiões e pelo diretor da prisão; e (iv) se crie um poder epistemológico, que extraia saber do comportamento dos indivíduos. Com isso, lembramos da SD01-A4: “daqui eu não posso me queixá da direção... eu não posso me queixá dos funcionário porqui pode dexá essa porta aberta SI DISSÉ QUI NÃO É PRA SAÍ eu não saio... meu serviço eu NUNca falto... eu NÃO SÔ doente... eu não tenho nada... me obrigaram a fazê uns exame aí qui eu não gosto íh em médico... DEU NADA”. Os efeitos do funcionamento da instituição de sequestro podem ser observados no excerto da fala da apenada: nunca falta ao serviço (*o tempo dos indivíduos como tempo de trabalho*); não é doente (*o corpo dos indivíduos deve ser capaz de trabalhar*); não pode se queixar da direção e dos funcionários (*o poder econômico, judiciário e político dos guardiões e da direção*); e a obrigaram a fazer uns exames (*o poder epistemológico*).

Contudo, apesar de a Apenada 04 ter uma boa relação com a direção e com os funcionários da instituição penal, não se pode dizer o mesmo da “polícia”, conforme pode ser visto na SD03-A4.

(SD03-A4) ih essa história de eu tá aqui hoje... eu tenho as minhas dúvida se não é esses policial... da vila jardim da décima oitava lá... si não é a MESMA HISTÓRIA... porque eles/teve uma... uma policial da décima oitava... a Fu/Fulana¹⁰⁸... qui me prendeu a primera vez... ih ela/daí ela foi lá na (Pergi)... e disse pro meu filho... eu vô botá a tua mãe na cadeia... ih BOTÔ... mas... tô trabalhando... tô ganhando meu dinheiro

Conforme Althusser (2008), o Aparelho Repressivo de Estado funciona por meio da violência, e diz respeito às exigências da prática jurídica, as prisões, a polícia, os tribunais, as forças armadas, o chefe de Estado, o governo e a administração. A apenada menciona, na SD02-A4, que *é tratada muito bem* na Penitenciária, tanto pela direção quanto pelas agentes penitenciárias. A prisão, enquanto parte do Aparelho Repressivo, a trata bem; contudo, não afirma o mesmo da polícia, a qual também constitui o Aparelho Repressivo. Cinza desconfia que sua prisão tenha sido arquitetada por uma policial.

A prisão e a polícia, ambas, constituem o Aparelho Repressivo, o qual teria o objetivo de representar o Estado como *força de execução e de intervenção repressora*, conforme já citado no primeiro capítulo da tese. A prisão parece se revestir de uma forma não repressora para interpelar os indivíduos em sujeitos, ao passo que a polícia (fora da prisão) age no sentido contrário. Ambas as instituições devem constituir o Aparelho Repressivo, mas o modo de funcionamento de cada uma delas é diferente e, até mesmo, contraditório. Apesar dessa contradição – *ser tratada bem*, de um lado, e *ser tratada mal*, de outro – prisão e polícia respondem às mesmas determinações jurídico-político-ideológicas. A pergunta que surge é: por que o Aparelho Repressivo *trata mal* quando o sujeito não está preso e por que o Aparelho Repressivo *trata bem* quando o sujeito está preso?

Também é interessante observar o funcionamento da conjunção adversativa *mas* na SD03-A4. Como já foi aqui trabalhado, o funcionamento do *mas* reporta ao acionamento de elementos do interdiscurso de uma região antagônica àquela acionada na primeira afirmação, antes do emprego da conjunção. Contudo, o emprego do *mas* nesta SD não obedece ao funcionamento sintático característico das orações coordenadas sindéticas adversativas, o qual ocorre na SD08-A2 (“a polícia manda... mas a polícia manda... paralelo... com as presas”). Quando a apenada fala “eu vô botá a tua mãe na cadeia... ih BOTÔ... mas... to trabalhando... to ganhando meu dinheiro”, podemos observar que o *mas* não opera sintaticamente como uma

¹⁰⁸ O nome da policial foi substituído por “Fulana”.

conjunção que liga duas orações coordenadas: *botou a tua mãe na cadeia, mas estou trabalhando*. De acordo com critérios de coerência textual, não há relação de sentido de oposição entre *botar a mãe na cadeia* e *estar trabalhando*. Em função disso, a conjunção adversativa opera estabelecendo uma relação de oposição entre processos discursivos, e não entre significados de orações de uma sentença.

Como foi referido, o emprego da conjunção parece estabelecer uma relação de sentido de oposição no nível dos processos discursivos, fazendo circular sentidos oriundos de diferentes “regiões” do interdiscurso, ou seja, acionando mais de uma formação discursiva. Na SD03-A4, a apenada fala, primeiramente, sobre a sua desconfiança: acha que está presa porque os policiais da Vila Jardim (dentre eles a policial citada) a teriam colocado na prisão para penalizar o seu filho preso. Em seguida, diz que trabalha e ganha o seu dinheiro. Segundo a apenada, a policial disse para seu filho que a colocaria na cadeia, cumprindo com o que havia dito (“ih BOTÔ”). *Colocar alguém na cadeia*, estando vinculado ao Aparelho Repressor de Estado, requer uma identificação com a Formação Discursiva da Justiça. Alguém só pode ser preso caso tenha cometido um crime e existam provas que confirmem o crime cometido e, por conseguinte, ocasionem a condenação da pessoa. Desde o início da conversa, Cinza se diz vítima de um golpe: entregaria uma sacola para uma outra pessoa, mas não sabia o conteúdo do interior da sacola. Isso significa que ela se reconhece enquanto vítima e, por ser vítima, estaria identificada com a formação discursiva da Justiça. Ao se subjetivar dessa forma, reconhece a polícia como o algoz, ou seja, a polícia não estaria identificada com a formação discursiva da Justiça, pois a policial mencionada teria sido a responsável pela sua prisão, pois *a botou na cadeia* sem ela ter cometido nenhum crime. Em função disso, o *mas* materializa o funcionamento de uma relação de antagonismo entre a formação discursiva da Criminalidade (com a qual a policial estaria identificada) e a formação discursiva da Justiça (na qual a apenada se subjetivaria). *Trabalhar e ganhar o dinheiro* representa o sujeito-de-direito, o qual se identifica com a formação discursiva da Justiça e não está em situação de privação de liberdade.

Corroborando essa análise, temos a força entonacional depositada na expressão *mesma história* e no verbo *botar*, os quais materializam, também prosodicamente, os sentidos que alienam a polícia à formação discursiva da Criminalidade. A forma como a apenada dá existência material aos efeitos de sentido revela uma dependência do esquecimento número 2, o qual não se sustenta desvinculado das formações imaginárias: a representação que o sujeito faz do outro determina o funcionamento pré-consciente da linguagem e do sujeito através da

aparência de domínio dos efeitos de sentidos estabelecidos a partir da materialidade linguístico-prosódica.

Solicitei que a apenada me falasse sobre situações de humilhação presenciadas na Penitenciária. A resposta pode ser observada na SD04-A4.

(SD04-A4) posso... uma dando na cara da outra... às vez por uma coisa que não tem naaada a vê... () qui eu não tenho direito di batê em ti como tu também não tem direito... às vez tem umas coisa que... não tem... preciso... não é assim qui aqui a gente tem que sabê dividi os espaço né... já vi já vi coisas tem qui eu não... não dá pra pra sê feliz... tem qui cuidá o qui FAla aqui também na cadeia... lá em cima gente na galeria... aqui por aqui também tem qui vê e ficá quieto... não pode falá... si falá dá pobrema... pode falá nem pá polícia... SI ACHÁ qui não tá bom num lugar a gente si muda... acho qui não tá bom numa cela vai pra outra acha qui não tá bom numa galeria vai pra outra galeria

Quanto às situações de humilhação, o único exemplo apresentado pela apenada foi o de “uma dando na cara da outra”. O resto de sua resposta é preenchido com comentários “gerais” sobre a convivência na prisão, julgamentos que a apenada faz do comportamento de suas companheiras de galeria. Nesta SD, interpreto que podemos observar a materialização de dois processos discursivos. O primeiro diz respeito ao fato de a resposta ter se embasado em superficialidades, *como se* a apenada não quisesse responder à pergunta. Sou impelida a interpretar na direção de que essa falta, esse *como se*, essa ausência de uma resposta com situações de humilhação, diz respeito a algo do Real: algo que não pode ser nomeado. A apenada, ao falar, faz “rodeios”. Depois de dizer que já presenciou situações de humilhação, exemplifica com “uma dando na cara da outra... às vez por uma coisa que não tem naaada a vê”. Em seguida, ela fica reticente, sem dar concretude para os seus exemplos: “qui eu não tenho direito di batê em ti como tu também não tem direito... às vez tem umas coisa que... não tem... preciso... não é assim qui aqui a gente tem que sabê dividi os espaço né... já vi já vi coisas tem qui eu não... não dá pra pra sê feliz...”. Essas *coisas* a que a apenada faz referência não são comentadas. Segundo ela, *às vez tem umas coisa que... não tem... preciso... e já vi já vi coisas tem qui eu não... não dá pra sê feliz*. Que coisas são essas? As pausas se tornam mais presentes, e faltam palavras para descrever o que seriam essas *coisas* (*que não têm preciso, que eu não...*). Nota-se, nesse momento, a presença ausente daquilo que o simbólico não consegue acessar. Essas *coisas* não têm definição: são da ordem do impossível. Ao significado não há significante, e faltam palavras. Sousa (2013) se pergunta: “como tocar o inominável com palavras que tentam dar nome?” (p. 62). O real padece de significante.

Qual seria a causa desse inominável? A resposta parece surgir na continuação da fala da apenada: “tem que cuidá o qui FAla aqui também na cadeia... lá em cima gente na galeria...

aqui por aqui também tem qui vê e ficá quieto... não pode falá... si falá dá pobrema... pode falá nem pá polícia”. A ausência de definições para as *coisas* vem acompanhada da ausência de definição do *pobrema* (“si falá dá pobrema”). *Coisas e pobrema*: substantivos cujos efeitos de sentido são censurados. As generalizações servem para que ocorra a não filiação a nenhuma formação discursiva, obstruindo o processo de circulação dos sentidos. Ela não pode dizer quais são essas *coisas* nem qual é o *pobrema*: “tem qui cuidá o qui FAla aqui também na cadeia”. O inominável surge como efeito de uma coerção interna ao funcionamento do aparelho prisional; desse modo, *não poder falar* é efeito do en\$elamento social. No entanto, as palavras podem (às vezes) não falar, mas as entonações, as pausas, os prolongamentos de vogal o fazem. As pausas empregadas pela apenada apontam para aquilo que *não pode e não deve ser dito*, ou seja, para a formação discursiva antagônica, na qual a apenada *não* se subjetiva. Não só a prosódia, mas, também, as generalizações em *coisa* e em *pobrema* indicam que há algo por dizer que deve permanecer censurado. A formação discursiva da criminalidade, operando diretamente no funcionamento interno da prisão, censura certos sentidos. “O impossível” é efeito de uma coerção interna ao ARE, determinada pelas presas; essa coerção não funciona a partir da polícia e da prisão (enquanto instituição subordinada à superestrutura). A forma como a apenada se subjetiva depende de como o Aparelho Repressivo funciona, depende de como os sentidos são negociados dentro desse aparelho, sem a interferência da polícia. Assim toma lugar a divisão constitutiva da subjetividade: “sujeito clivado, assujeitado, submetido tanto ao seu próprio inconsciente, quanto às circunstâncias histórico-sociais que o moldam” (FERREIRA, 2007, p. 102).

Precisamos remontar, com essa análise, à fala da Apenada 01. Ao referir que “tem que cuidá o qui FAla aqui também na cadeia”, lembramos do mencionado por Rosa. A apenada disse: “claro que em determinados momentos eu tive que né ahn entrá no/tipo vivê a vida delas pra mim podê me adaptá” (SD04-A1); “tem hora dependendo eu não posso falá nada que ah:: assim óh:: já teve tempos em que épocas de eu... sabe... tipo não podê opiná não podê sabe... tu não pode abri a tua boca porque tu dá tua opinião porque né... ou tinha que dá a opinião que elas queriam ouvi... não o que eu achava certo entendeu” (SD07-A1).

O político do interior das galerias se instaura a partir das relações de dominação entre as apenadas. De nada adianta se identificar com a formação discursiva da Justiça quando se está no regime de privação de liberdade. Quando o sujeito deixa de ser sujeito-de-direito, a coerção age no interior das galerias, pois o Aparelho Repressivo tem sua atuação reduzida em função de as presas também mandarem na prisão. Lembramos, assim, da fala da Apenada 02: “a polícia manda... mas a polícia manda... paralelo... com as presas” (SD08-A2).

Enquanto a Apenada 03 parece levar uma vida tranquila na prisão, interagindo com as outras apenadas, as outras três apenadas (01, 02 e 04) se sentem impelidas a se manterem reservadas. Branca diz: “eu puxo a minha... não atrapalho ninguém mas ninguém pode se atravessar no meu caminho também que eu não gosto” (SD06-A2). Dessa forma, Branca prefere ficar reclusa, sem se envolver na política da prisão, mas, ocasionalmente, acontecem interferências, e é quando ela prefere se posicionar e estabelecer limites. Por sua vez, Rosa diz que também prefere se manter afastada das outras apenadas; contudo, admite que já precisou materializar saberes com os quais não se identificava a fim de não criar problemas na prisão. Do mesmo modo, Cinza prefere *ver e ficar quieta* e, no caso de se incomodar, pede para morar em outra galeria.

Cinza fica quieta e se muda; Branca fica quieta e se posiciona quando necessário; Rosa fica quieta e, eventualmente, fala coisas em que não acredita. Elas *ficam quietas* tanto em relação às outras apenadas quanto em relação às agentes penitenciárias, pois também não podem falar com a polícia sobre o que acontece no interior das galerias. Comparando com a fala da Apenada 03, percebemos uma grande diferença de posicionamento entre elas. Marrom diz: “quando tive que falá e pedí eu falo... é que nem eu falo pras guria... vocês têm que falá... a gente é presa... então já tamos presa... o que que vai acontecer com nós? nos matá?... nos levá pro castigo?” (SD05-A3).

Outro questionamento foi referente aos problemas no interior da Penitenciária. Eu indaguei se eles eram causados, prioritariamente, pela relação entre as presas e a polícia ou entre as próprias presas. Ela disse que não tinham a interferência da polícia, pois, na penitenciária, *as maiores pegam as menores*. Em função disso, perguntei se, caso as agentes interferissem, poderia mudar alguma coisa. Ela respondeu:

(SD05-A4) não... não... por que ali vai pro ar isso... vai pra onde isso aí?

No momento da resposta, a apenada interrompe sua fala e deixa atravessar um discurso oriundo de outro lugar. Irrompe no intradiscurso o efeito de um processo de subjetivação perpassado pelo medo, pela censura... Em outras palavras, a sequência discursiva acima transcrita materializa o efeito daquilo que estamos teorizando como da ordem do *en§elamento social*: uma censura ocasionada pela impossibilidade de o sujeito se identificar. A coerção, tanto do ARE, de um lado, quanto das apenadas *maiores*, de outro, ocasiona um corte, uma físsura na fala do sujeito. A apenada, em um primeiro momento, responde à pergunta sobre o envolvimento das agentes penitenciárias nos conflitos que tomavam lugar no

interior das galerias: *não... não....* Em seguida, decide me questionar sobre a gravação da nossa conversa através da indagação *por que ali vai pro ar isso... vai pra onde isso aí?*¹⁰⁹. Na oralidade é possível perceber o atravessamento de uma determinação simbólica que impede a materialização do desejo de falar, censurado pela presença do gravador. O medo de ter seu depoimento escutado (pelas agentes penitenciárias? Pelas outras apenas?) afeta a materialidade discursiva, não podendo a apenas abordar questões sobre o modo como ela se subjetiva.

Parece que da prosódia ecoa a possibilidade de emergência de outro tipo de relação com a ideologia e com o inconsciente. Trata-se de uma relação extremamente instável, imprevisível, que poderia trazer à tona sentidos que não podem (e não devem) circular a partir de uma sequência léxico-sintaticamente descritível. Verificamos que os recursos prosódicos empregados pelo sujeito trazem à tona o caráter de incompletude da linguagem.

Depois de a apenas interromper sua fala com a pergunta “vai pro ar isso... vai pra onde isso aí?”, eu expliquei que a gravação seria parte da minha tese de doutorado. Também disse que não usaria o nome dela, tampouco entregaria a gravação para alguém.

Na SD06, Cinza aborda sobre casos especiais em que certas apenas sofrem a coerção das outras apenas dentro das galerias.

(SD06-A4) posso quando é criANÇA... quando é com pessoas iDOSas assim... criança... aí sim daí... daí não pode nem entrá na galeria porque apanha... apanha () nem dexam entrá... como teve uma aí qui matô... a irmã... era por causa de marido... de home... tomô o marido da mulher né ainda foi lá baliô ãh... matô a irmã da mulher... baliô a mulher ih baliô a criança ih tá no hospital... a mãe e a filha... ih a irmã da da da mãe morreu... aí chegô aqui e teve qui/pareci qui tá em Guaíba na na... no separado... tá em Guaíba... então daí não dá porque criança... si tem um poblema né... nem assim... logo por causô de homi tarem brigando... não tem outra coisa melhor pra brigá?... daí tem essas coisa assim não é aceito... eu por mim tanto faz né porque eu não diminui minha pena né... mas o pessoal... eu não me meto

Estão materializados na fala da apenas os efeitos do funcionamento de uma lei interna à prisão. Mesmo sendo o Estado responsável por julgar os crimes cometidos pelos sujeitos, e condená-los a alguma pena, dentre elas o regime de privação de liberdade, há, ainda, a punição no local onde não há mais sujeitos-de-direito, e, por isso, somente a punição via privação de liberdade não é considerada suficiente dependendo do crime que foi cometido. Alguns artigos desse código penal das galerias envolveriam crimes com idosos e com crianças. Cinza também menciona crimes cometidos por causa de relacionamentos amorosos.

¹⁰⁹ Percebe-se a importância da realização das entrevistas orais, levando em consideração os elementos prosódicos na materialização do discurso. Se a entrevista tivesse sido feita na forma escrita, a apenas não poderia questionar a entrevistadora sobre o destino da gravação da sua fala (ou, no caso do texto escrito, sobre o destino do que estaria escrevendo).

Todos esses são julgados internamente como crimes piores, os quais condenam a criminoso a uma punição via violência física. Como disse a apenada: “daí não pode nem entrá na galeria porque apanha”. Como não há interferência das agentes penitenciárias, as apenadas produzem a sua própria Lei. A punição é semelhante aos suplícios da Idade Média, com a diferença de que a apenada não serve de exemplo para quem está fora da prisão: a violência acontece sem o olhar do Estado e do sujeito-de-direito, de forma escondida e secreta, no silêncio das galerias. No entanto, *todo mundo sabe* que essa Lei vigora, à revelia das determinações do Aparelho Repressivo. A punição se dá, portanto, no corpo, através da humilhação, enquanto o Estado se ocupa da punição via vigilância, também efeito de um processo vexatório.

Nesse sentido, é possível afirmar que a coerção física que o Estado não cumpre é feita pelas presas, ou seja, o Estado transfere para as próprias presas o papel da coerção física. Já que não lhe é autorizado esse tipo de inscrição, tal ação é possível entre as próprias apenadas, sendo que, na maioria dos casos, não acontece a interferência das agentes penitenciárias. Já faz parte da Formação Discursiva da Criminalidade, dentro da Formação Ideológica Jurídica: *maltratar ou matar criança ou idoso: violência física*.

Ao mesmo tempo, Cinza, ao me contar sobre o caso de crimes com crianças e idosos, diz que não se envolve no momento da coerção física, pois “eu por mim tanto faz né porque eu não diminui minha pena né... mas o pessoal... eu não me meto”. A partir da oração subordinada *porque não diminui minha pena* podemos questionar se, caso a prática da violência física para com apenadas que tivessem cometido crimes com crianças ou com idosos diminuísse a pena de Cinza, será que ela se envolveria? Indagamos, então, se a identificação da apenada com a Formação Discursiva da Justiça não se dá via individualização do sujeito pela forma-sujeito: *eu não me meto, pois não diminui a minha pena*. Nesse sentido, a forma como a apenada se subjetiva se dá desvinculada da identificação com uma coletividade, materializando a individuação do sujeito pelo Estado, e isso o que impossibilita a resistência por parte do sujeito (HAROCHE, 1992; ORLANDI, 2006c). O sujeito é responsável pelas suas ações na formação social, correndo o risco de sofrer uma punição caso se oponha às ameaças do Estado: é impossível ousar se rebelar.

Perguntei se ela dividia cela com alguém. Ela disse que dividia a cela com mais quatro apenadas. Dormia na parte de cima do beliche. Após me dizer isso, continuou seu relato:

(SD07-A4) não gosto de confusão de de fulia () é que nem eu digo... até pra diretora eu disse... eu posso vê uma confusão eu não me meto... sabe o qui é confusão... não vô falá... não vô falá posso vê... mais EU NÃO me meto... óh... não diminui minha pena nem aumenta... só que eu não me meto

Os itens lexicais *confusão* e *folia* adquirem o mesmo sentido a partir da formação discursiva que fornece seus sentidos. No entanto, são palavras que estão substituindo, na cadeia parafrástica, outra palavra/expressão/proposição que não pode e não deve ser dita. Essa outra palavra/expressão/proposição somente poderia circular se enunciada a partir da Formação Discursiva da Criminalidade, mas, pela possível censura do Aparelho Repressivo do Estado em função da gravação da entrevista, a apenas preferiu utilizar as palavras *confusão* e *folia*.

Se *confusão* e *folia* ganham sentido a partir da mesma formação discursiva, e, por isso, estão em uma cadeia parafrástica, parece que a palavra/expressão/proposição interdita o foi em função de movimentar outros sentidos, os quais não são autorizados a circular levando em consideração aquelas condições de produção do discurso. Sendo assim, percebe-se que, caso a apenas me explicasse o que significava a *confusão* e a *folia* a que fazia referência, poderia instaurar um acontecimento enunciativo a partir da emergência de outra posição sujeito, dando margem para a polissemia e para a heterogeneidade nas fronteiras da formação discursiva a partir da qual enuncia. No entanto, a palavra/expressão/proposição censurada também poderia mobilizar saberes de outra formação discursiva, o que não poderia e não deveria ser dito. Nossa interpretação caminha na direção dessa segunda possibilidade em função do que será abaixo abordado.

Quando a apenas falou em *confusão* e em *folia*, fez alguns gestos para tentar me explicar. Além disso, conversou comigo sobre isso depois que o gravador foi desligado. Resolvi inserir aqui uma explicação sobre isso em função de essa fala censurada pela apenas aparecer nas falas das outras apenas entrevistadas. Cinza dava a entender, com os gestos que fazia durante a entrevista, que as outras apenas usavam drogas. *Usar drogas (fumar maconha*, mais especificamente) é representado, discursivamente, pelas palavras *confusão* e *folia*, mesmo que essas palavras não forneçam os sentidos necessários para o gesto de interpretação da pesquisadora.

Quando a apenas diz “sabe o que é *confusão*... não vô falá... não vô falá posso vê... mais EU NÃO me meto” podemos perceber a coerção a que ela está submetida, impedindo-a de dizer o significado de *confusão*. Apesar disso, existe o desejo de dizê-lo, pois ela me questiona se eu sei qual é o significado da palavra, mas, no conflito entre o desejo e a censura, vence a censura. Ela não se mete em *confusão* porque, como já tinha mencionado ao abordar sobre as apenas que cometem crimes com crianças e com idosos, *não diminui nem aumenta sua pena*; contudo, ela não diz o que é *confusão* em função do medo de que isso tenha efeitos na sua pena.

5.6 “Só há causa daquilo que falha”

Levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha, eis precisamente algo que falha em *Les Verités de La Palice* (PÊCHEUX, 2009b, p. 276).

Quando, em 1975, Michel Pêcheux e Catherine Fuchs publicam “A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas”, os autores estabelecem, logo no início do texto, o quadro epistemológico geral do empreendimento da Análise do Discurso. Apesar da redundância na sua apresentação, é importante, neste momento, que se visualize a sua constituição, como segue:

Ele reside [o quadro epistemológico], a nosso ver, na articulação de três regiões do conhecimento científico:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos;

Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica) (PÊCHEUX & FUCHS, 1997, p. 163-164).

A constituição do quadro epistemológico da AD é sistematicamente repetida pelos pesquisadores da área e, apesar disso, ainda são cometidos muitos equívocos teórico-analíticos nos estudos que têm o discurso como objeto. Aparentemente (e isso é uma intuição desta autora), existe uma resistência entre analistas do discurso acerca da articulação entre materialismo histórico, de um lado, e psicanálise, de outro, sendo sempre difícil de estabelecer as relações necessárias para que esta articulação ocorra de forma satisfatória. O que vamos apresentar aqui é uma questão de ordem epistemológica nem sempre objeto de reflexão dos analistas do discurso. Essa questão tange à subjetividade e as diferentes concepções de sujeito que estão presentes no quadro teórico-analítico da AD.

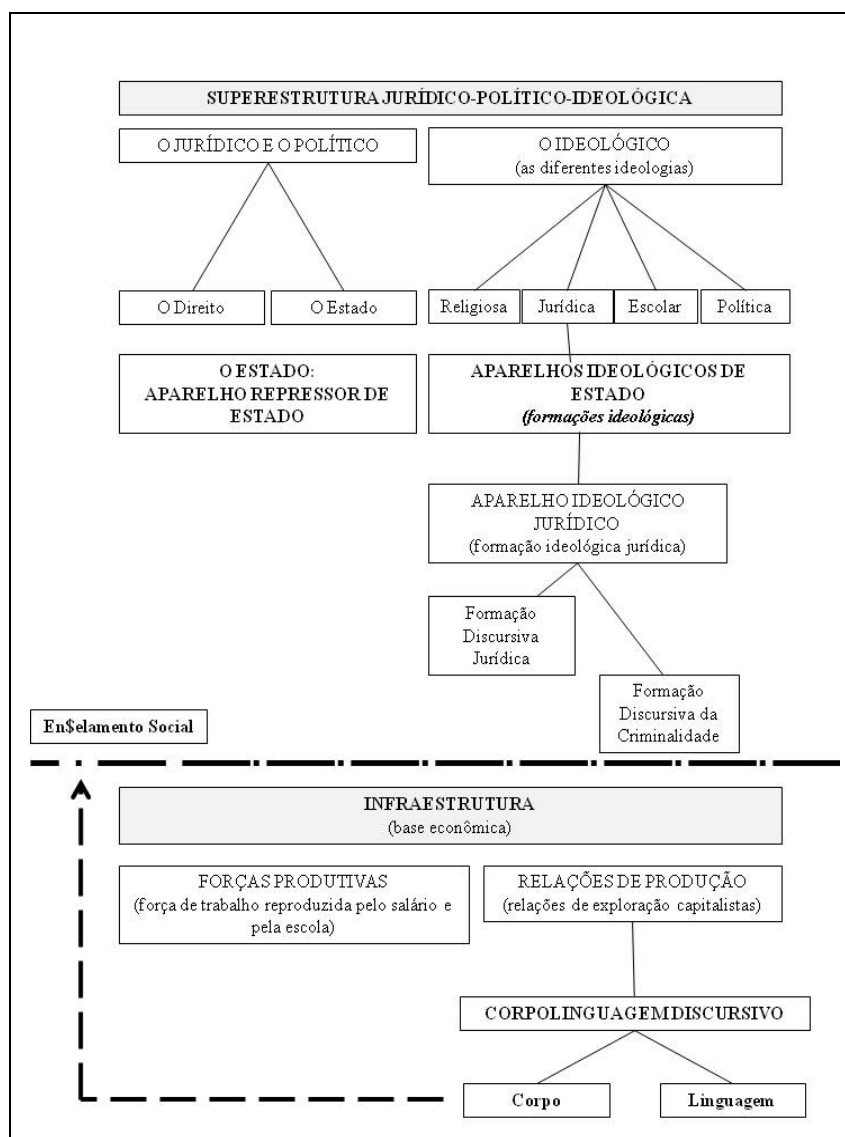
O presente trabalho apresentou uma tentativa de ultrapassar a barreira existente entre a psicanálise e o materialismo histórico, a fim de desenvolver uma proposta de análise que avançasse nas discussões sobre ideologia e inconsciente. O dispositivo da AD, parece-me, dispõe de todas as ferramentas para realizar essa articulação; contudo, resta uma causa fora da

estrutura, a qual se percebe como sintoma ao longo da presente tese: de que sujeito falamos quando nos situamos no terreno da Análise do Discurso?

É nesse sentido que nomeei a presente seção de “Só há causa daquilo que falha”, trazendo aqui não somente as falas das apenas entrevistadas, mas, também, a fala do próprio Pêcheux. Resolvi trazer esse título porque faço referência ao Anexo III da obra “Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio”, de Michel Pêcheux. Neste anexo, Pêcheux (2009b) reconhece que, ao longo de todo o texto do livro, “alguma coisa *não ia bem* (logo, e simultaneamente, *ia*, sem dúvida, *bem demais*) nessa Tríplice Aliança, que pretendia “articular” entre si essas três disciplinas e controlar o trânsito entre os continentes da História, do Inconsciente e da Linguagem: não há fumaça sem fogo” (p. 269 [grifos do autor]). Essa *alguma coisa que não ia bem* era, segundo o autor, “levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha” (p. 276).

O autor, no Anexo III, segue suas reflexões para concluir o texto com “dois pontos incontornáveis”: (i) “não há dominação sem resistência: primado prático da luta de classes, que significa que é preciso “ousar se revoltar”” (p. 281); e (ii) “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso “ousar pensar por si mesmo”” (p. 281). Esses dois pontos incontornáveis fazem, a meu ver, uma retomada do quadro epistemológico, garantindo, de um lado, a atuação de elementos do materialismo histórico, e, de outro, da psicanálise, apontando para um furo no processo de interpelação ideológica. Parece que a ligação entre as duas regiões está na *ousadia*, característica dos processos de resistência: *ousar se revoltar*, a partir do primado prático da luta de classes, e *ousar pensar por si mesmo*, com base no primado prático do inconsciente. É em função disso que podemos apresentar o quadro em (09), o qual representa o processo de interpelação ideológica na estrutura social com a afetação dos dois primados.

(09) Imagem 10: Quadro que representa o processo de interpelação ideológica na estrutura social (com a possibilidade de resistência) via corporeidade discursiva.



Como se pode observar, é possível a resistência se ao tem em mente a concepção de subjetividade calcada na constituição pelo corpo e pela linguagem, atravessados pelo discurso. Esse sujeito pode fugir das amarras da ideologia e passar pelas frestas existentes no en\$elamento social, produzindo um efeito na superestrutura. Contudo, precisamos, antes de falar mais sobre o corpolíngua discursivo, retomar os primados citados anteriormente através do questionamento que conduz ao título desta seção: como se materializam os processos de resistência?

Linguística e Teoria do Discurso emergem como elos entre as duas áreas que se articulam pela resistência. A linguagem está na base da reprodução/transformação da ideologia, bem como é essencial para a constituição da subjetividade e da estrutura/causação do inconsciente. No entanto, algo parece *não ir bem* nessa ligação, e é sobre esse ponto que remetemos ao texto “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de

uma retificação”. Parece que algo *falha* ao longo da presente tese, algo que se estabelece nela como uma contradição, e a qual servirá como uma reflexão final.

O reconhecimento da contradição subjacente ao debate aqui desenvolvido deu-se em função da seguinte afirmação de Orlandi (2012): “considerando a materialidade do sujeito, o corpo significa. Em outras palavras, a significação do corpo não pode ser pensada sem a materialidade do sujeito. E vice versa, ou seja, não podemos pensar a materialidade do sujeito sem pensar sua relação com o corpo” (p. 13). Além disso, remeto a uma pergunta que me foi feita por uma amiga durante um encontro sobre AD: se o corpo é a materialidade do sujeito, qual é a materialidade do sujeito-de-direito¹¹⁰? Realmente, algo não ia bem...

Considerar que o corpo é materialidade do sujeito remete às perguntas: qual sujeito? Qual corpo? E é aí que emerge a contradição sobre a qual estou aqui tratando. Se o materialismo histórico considera que *não há dominação sem resistência* na luta de classes, e se a psicanálise considera que *ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja* no inconsciente, há, parece, duas concepções diferentes de sujeito em cada uma das áreas, as quais podem ser entendidas, respectivamente, como um sujeito *social* e um sujeito *individual*. Na tese, o sujeito foi tratado como social quando ele se identificava com uma formação discursiva. O sujeito fala de uma posição, não podendo ser tomado como pessoa, indivíduo, posto que é *o indivíduo interpelado em sujeito*. Quando se torna sujeito, deixa de ser um (e isso acontece a partir de sua entrada no simbólico). O sujeito também foi tratado como individual: sempre que falo em uma apenada, a trato como *sujeito*; sempre que analiso sua fala, utilizo o dispositivo da AD buscando algo que seja da ordem da singularidade, a qual possa remeter a uma *falha*, a um momento em que o analista se depara com o real. Tudo isso é da ordem do individual.

É por isso que, além da necessidade de considerar a linguagem nessa articulação, faz-se necessário remontar ao próprio corpo. Se a linguagem está na base da reprodução/transformação da ideologia e, também, na constituição da subjetividade e da estrutura/causação do inconsciente, o corpo possui o mesmo estatuto. Ousar se rebelar e ousar pensar por si mesmo não podem ganhar existência sem corpo e sem linguagem. E é com base nisso que proponho a noção de *corpolingagem discursivo*, a qual objetiva dar conta da dimensão social e individual do sujeito, partindo, principalmente, da proposta lacaniana do *ser falante*, mas o ser falante afetado pelo discurso de concepção pêcheuxiana.

¹¹⁰ Agradeço à amiga Cristina Zanella pelo questionamento feito no dia 01/09/2014, no solário do Instituto de Letras da UFRGS, por ocasião das Oficinas em Análise do Discurso.

Desse modo, assim como foi feito nas reflexões de Pêcheux que antecederam a publicação do Anexo III, considero que o processo de interpelação ideológica não é individual, pois visa à transformação do indivíduo em *sujeito social*, que responde imaginariamente, de forma não consciente, às determinações ideológicas. A linguagem, enquanto materialização da ideologia, dá conta do funcionamento desse processo, posto que é ela que materializa o discurso, operando através das formações discursivas.

Ao se pensar na heterogeneidade constitutiva das formações discursivas, conseguimos compreender que o processo de interpelação ideológica não acontece sem falhas. O *ego* se esvai e emerge uma subjetividade também com falhas, as quais são efeito do sujeito do inconsciente oriundo da Psicanálise. Apesar de o quadro epistemológico da AD ter sido proposto em 1975, reconhecem-se os efeitos da “teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)” na publicação do “Só há causa...”.

Somente temos acesso à constituição das formações discursivas através das materialidades (linguísticas, imagéticas, prosódicas...). São elas que apontam para os processos discursivos. Se a formação discursiva funciona através da heterogeneidade das posições-sujeito, isso se dá em função de *um* sujeito (individual) produzir materialidades que apontem para essa heterogeneidade. Nesse sentido, não podemos deixar de pensar que só temos acesso ao funcionamento do processo de interpelação ideológica através das materialidades produzidas por sujeitos individuais. Cairíamos no mesmo erro metafísico de Saussure e de Chomsky: os objetos de estudo do estruturalismo, de um lado, e do gerativismo, de outro, são, respectivamente, a língua e a competência; contudo, só se tem acesso à língua através da fala, e só se chega à competência através do desempenho.

O objeto da AD não é virtual, lógico e abstrato, como são os objetos saussuriano e chomskyano. Dessa forma, seria um equívoco analítico tratar as materialidades como efeito sócio-histórico-ideológico sem considerar uma etapa anterior a esse efeito: a produção por *um* sujeito, o qual é constitutivamente heterogêneo, desejante, incompleto. Consideramos o sujeito com uma estrutura igual à fita de Moebius: o social e o individual são interdependentes, interligados, e há, na fita, um furo que representa o impossível, o qual afeta diretamente a sua constituição. É assim retomamos o que diz Pêcheux (1990), remetendo à relação entre corpolinguagem discursivo e en\$elamento social exposta na Imagem 10:

E através destas quebras de rituais, destas transgressões de fronteiras: o frágil questionamento de uma ordem, a partir da qual o lapso pode tornar-se discurso de rebelião, o ato falho, de motim e de insurreição: o momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um *acontecimento histórico*, rompendo o círculo da repetição” (p. 17 [grifo do autor]).

E é aí que voltamos à linguística e, a partir dela, chegamos ao corpo. Como o corpo pode ser inserido nos debates em AD se o sujeito do materialismo histórico é social? Chegamos a uma conclusão (ainda que provisória) que conduz à noção de *Corpolinguagem Discursivo*. A noção, referente à subjetividade, buscaria articular corpo, linguagem e discurso, dando conta da dimensão social e individual da subjetividade. Só um sujeito não faz revolução, mas só um sujeito produz efeitos na configuração das formações discursivas. Esses efeitos podem emergir como uma falha, mas, trazendo algo para a consciência (através de um insight), o sujeito pode vir a questionar algo que lhe era evidente. Isso pode ser reproduzido por outros sujeitos, o que conduziria ao efeito social oriundo da dimensão individual.

Como dizem Gadet & Pêcheux (2004), “o simbólico faz irrupção diretamente no corpo, as palavras tornam-se peças de órgãos, pedaços de corpo esfacelado que o “logófilo” vai desmontar e transformar para tentar reconstruir ao mesmo tempo a história de seu corpo e a da língua que nele se inscreve” (p. 45). Corpo e língua, órgãos e palavras: aí está a abertura para o corpolinguagem discursivo como a própria subjetividade, impossível de existir sem corpo e sem língua.

É assim que chegamos a três possibilidades de existência do corpo, ou, em outras palavras, a três designações que funcionam metodologicamente, as quais atingem diretamente o trabalho do analista do discurso. A primeira forma de compreender o corpo diz respeito ao corpo como suporte, como base material para os processos discursivos. No caso da tatuagem ou do piercing, por exemplo, o corpo opera como um elemento biológico que sustenta o texto da tatuagem ou do piercing. Esse corpo também pode ter relação com a *carne* referida por Souza, L. (2009): a carne seria o momento anterior àquilo denominado pelo autor como *corpodiscurso*, o que remete ao pensamento laciano de que a carne (real) se transforma em corpo (simbólico) através da letra. Segundo ele, “a carne é interpelada em corpo pela ideologia e nessa interpelação surge o sujeito, desde que aceitemos que do ponto de vista do discurso (haveria outro?) jamais existiu uma carne original, virgem da interpelação discursiva” (p. 68). Por isso a carne é tomada aqui como base material. Essa primeira concepção de corpo, vinculada ao biológico, passa a ser compreendida aqui como *corpo-suporte*.

Unindo a primeira forma de conceber o corpo à segunda, podemos trazer à tona a citação de Pêcheux (1998):

Em conformidade com o universal narcisismo do pensamento humano – a menos que não se tratasse aqui de um efeito histórico do pensamento “ocidental” em sua relação com a ideia de Ciência –, o sujeito é, de direito, uma estratégia consciente, racional e lógico-operatória, cujos poderes se encontram, de fato, limitados em sua emergência progressiva, sua “aquisição” e seu exercício. De um lado, pelas

limitações biológicas (portanto, a série de limitações ligadas ao fato de que esse sujeito está associado a um organismo em desenvolvimento em um meio, exposto às eventualidades desse desenvolvimento e às más formações, perturbações e traumatismos de todas as ordens suscetíveis de afetá-lo) e, de outro, pelas limitações sociológicas (portanto, a série de limitações ligadas ao fato de que esse sujeito só pode viver em sociedade, ou seja, em cooperação-confrontação com o conjunto de seus congêneres, sujeitos-estratégias eles também, não cessando, por isso mesmo, de “aliená-lo” no exercício de suas estratégias (p. 55-56).

A segunda forma de conceber o corpo pela perspectiva da Análise do Discurso tem relação com o fato de que, assim como a linguagem materializa o discurso, o corpo também o materializa. O corpo pode ser compreendido como materialidade corpórea, ou seja, da mesma forma que a materialidade histórica e a materialidade linguística, o corpo possui relação com a ideologia. Além disso, é no corpo, também, que se marcam efeitos do recalque inconsciente. Designamos esse corpo como *corpo discursivo*, conforme Ferreira (2011a): *corpo como materialidade discursiva que se constrói pelo discurso*. É o corpo da opacidade e da evidência: serve como objeto de interpretação, porque significa. Materializa os processos discursivos e é, portanto, um texto. O corpo é, portanto, sempre discurso, lugar de observação do sujeito, como diz Ferreira (op. cit.).

Finalmente, chegamos ao *corpolingüagem discursivo*, ou seja, ao próprio sujeito, de onde são possíveis os processos de subjetivação. Chamamos Pêcheux (1998) para abordar essa questão: “nessa experiência singular da falha (fracasso, insucesso...), destaca-se a tomada inconsciente pela qual o sujeito está submetido à castração simbólica” (p. 56). Isso significa que é impossível dizer tudo, tanto pelo corpo como pela linguagem. O corpolingüagem discursivo é o próprio sujeito, constituído pela história, pelo corpo, pela linguagem e pelo discurso. O corpo, portanto, constitui a subjetividade e é constituído por ela, individualmente enquanto sintoma e socialmente enquanto desejo, posto que o desejo é efeito de uma construção social. Nesse sentido, podemos propor que o tripé constitutivo do discurso sofra um deslocamento, passando a ser constituído pelos conceitos de linguagem, história e corpo, posto que é dessa relação que emerge o sujeito.

É em função de os corpos serem atravessados pela linguagem que se torna possível a relação entre ideologia e inconsciente, sendo o sujeito, portanto, individual e social ao mesmo tempo, através da noção de *corpolingüagem discursivo*. Considera-se, no corpolingüagem discursivo, duas formas de existência sócio-histórica, ligadas, por um lado, pela pulsão (donde se justifica a resistência pelo desejo) e, por outro, pelo discurso (cuja resistência se instaura em relação à dominação pela ideologia).

O trabalho aqui desenvolvido, a partir das falas das apenadas, se insere, prioritariamente, na terceira forma de conceber o corpo proposta. É através das falas das apenadas que se teve acesso ao corpo (como já o fizera Freud com as históricas), o qual é constituído pela linguagem. Sendo assim, a opacidade do corpo se dá pela opacidade da linguagem (ambos discursivos), o que o torna objeto de estudo singular, não podendo ser entendido senão como *corpolingagem discursivo*. Parece que o sujeito pode passar a pensar por si mesmo quando se leva em consideração o atravessamento do corpo na sua constituição.

Lembrando que *toda pulsão é parcial*, também podemos trazer a seguinte afirmação de Carnevale (2011): “ao falarmos em corpo falamos em uma noção de corpo parcial, pois no inconsciente só existe o parcial. O corpo total seria o corpo do Outro, da ordem do inalcançável, do impossível de se simbolizar. Daí concluirmos que o que há é um corpo parcial, simbolicamente representado” (p. 52). Se só existe o parcial, algo sempre falta; essa falta é justamente que algo seja sempre diferente de si mesmo. O corpo, juntamente com a língua e a história, por serem parciais, não são evidentes, constituindo o sujeito. Ao mesmo tempo em que corpo, língua e história constituem o sujeito, os três reais deles constitutivos também se tocam em pontos de equívoco: o real do corpo, o real da língua e o real da história.

Finalizando o capítulo e a seção, trago a afirmação de Orlandi (2003):

Não é vigente, na Análise de Discurso, a noção psicológica de sujeito empiricamente coincidente consigo mesmo. Atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário, o sujeito só tem acesso a parte do que diz. Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos (p. 48-49).

O que estamos tentando propor neste texto é que, à reflexão de Orlandi, baseada em Pêcheux, seja acrescentado o corpo: *Atravessado pela linguagem, pelo corpo e pela história, sob o modo do imaginário, o sujeito só tem acesso a parte do que diz. Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e sujeito à. Ele é sujeito à língua, ao corpo e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetados por eles. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua, ao corpo e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos.* É por isso que propomos a noção de *corpolingagem discursivo* para dar conta de um sujeito afetado pela linguagem, pela história e pelo corpo. Foi possível considerar o corpo nessa equação a partir do seu papel essencial na concepção de subjetividade da teoria psicanalítica lacaniana, e, sendo assim considerado, não pode deixar de estar presente na Análise do

Discurso. Corpo, linguagem e história materializam o discurso e constituem o sujeito, atuando no processo de constituição dos sentidos e dos sujeitos. São esses três elementos que levam à compreensão da relação entre inconsciente e ideologia.

O EFEITO DE FECHAMENTO FINAL

E se a gente se dissesse que nada tem muita importância, que basta se habituar a fazer os mesmos gestos de uma forma sempre idêntica, aspirando somente à perfeição plácida da máquina? Tentação da morte. Mas a vida se revolta e resiste. O organismo resiste. Algo, no corpo e na cabeça, se fortalece contra a repetição e o nada. A vida: um gesto mais rápido, um braço que pende inoportunadamente, um passo mais lento, um sopro de irregularidade, um falso movimento, a ‘reconstrução’, o ‘escoamento’, a tática do posto; tudo o que faz com que, nesse irrisório quadrado de resistência contra a eternidade vazia que é o posto de trabalho, haja ainda acontecimentos, mesmo minúsculos, que haja ainda um tempo, mesmo monstruosamente estirado. Esse desajeito, esse deslocamento supérfluo, essa aceleração súbita, essa solda fracassada, essa mão que retoma a vida que se liga. Tudo o que, em cada um dos homens da cadeia, urra silenciosamente: ‘Eu não sou uma máquina!’ (LINHART, 1978, apud PÊCHEUX, 2009a, p. 278).

A redação da última parte deste trabalho se mostrou uma tarefa mais difícil do que eu imaginava. Pensei: a conclusão é a parte mais fácil, pois só resgatamos os objetivos expostos na introdução e falamos sobre como fomos ou não fomos capazes de atingi-los. Se esta fosse uma tese formalista, tal lógica bastava; no entanto, encerrar um trabalho de tese em Análise do Discurso é como atravessar a fantasia e constituir-se como sujeito: requer uma separação, e, desta separação, algo resta.

De tudo o que eu aprendi ao longo desses quase quatro anos de Doutorado, talvez possa afirmar que carregarei sempre o saber pêcheuxtiano de que não há ritual sem falhas. Prova disso foi o processo de construção desta tese, atravessado por instabilidades de todos os tipos, as quais tiveram efeitos na configuração final do texto. Minha orientadora, desafiadora e atenta, sempre amparou a busca a que me propus a fazer, revelando que o corpo que almejava encontrar talvez nunca fosse encontrado, pois se constitui como impossível a qualquer representação teórica. Falar sobre o corpo teoricamente requer uma luta subjetiva, a qual vivi intensamente durante esse período, e cujos efeitos ressoam em mim somática e psiquicamente. O legado desta tese, indelével e inexprimível, me marca como uma tatuagem subjetiva, invisível e colorida (Rosa, Branca, Marrom, Cinza...).

Decidi, com este relato, fazer aqui uma avaliação de meu trabalho, retomando alguns pontos teóricos e tecendo considerações sobre o que ainda pode vir a ser. Sobre o que ainda pode vir a ser, penso que há a possibilidade de serem desenvolvidos estudos sobre a analítica de gênero a partir das falas das apenadas, em função de o discurso androcêntrico e patriarcal ainda ocupar o lugar hegemônico e, portanto, ser reproduzido por algumas apenadas. Apesar de esta questão ter sido abordada em algumas análises (SD12-A1 e SD04-A2, por exemplo), seria necessário desenvolvê-la teoricamente ainda mais; contudo, em função do recorte operado, preferi refletir de forma mais aprofundada sobre este aspecto em debates futuros.

A tese apresentou uma estrutura bem comportada, com três capítulos teóricos, um capítulo metodológico e um capítulo analítico. Se eu tivesse a oportunidade de reescrevê-la, talvez repensasse a sua estrutura, a fim de não tornar tão desgastante a primeira parte do texto, abarrotado com conceitos e indagações. Talvez eu tentasse inserir a análise na teoria, caracterizando, de forma mais concreta, o processo dialético da pesquisa em Análise do Discurso. No entanto, efeitos de formalismos anteriores a esta tese ainda ecoam na minha posição-sujeito de pesquisadora, o que requereria um esforço ainda maior na escrita do presente estudo.

Esta característica formal da minha escrita funciona, acredito eu, como um sintoma da impossibilidade de dar conta de tudo. Como já foi mencionado aqui, *tudo não se diz*. Minha vontade era de conseguir desenvolver uma pesquisa que articulasse de forma aprofundada e satisfatória os elementos da Psicanálise e do Materialismo Histórico-Dialético. Esse argumento tem por base a observação de trabalhos que dão preferência a uma das duas regiões que compõem o quadro teórico da AD. O excesso de cuidado na exposição dessas duas regiões é oriundo de uma insegurança teórica, já que não sou psicanalista, tampouco filósofa ou socióloga. Houve mais cuidado ainda no concernente aos efeitos da teoria psicanalítica da subjetividade na descrição e interpretação do arquivo, pois tentei, na medida do possível, inscrever os conceitos da Psicanálise sem a pretensão de fazer uma psico-análise, o que parece não ser tarefa fácil. Talvez essas identidades (de psicanalista ou de filósofa/socióloga) não precisassem ter me afetado tanto para dar lugar a uma reflexão mais fluida, sem tantas amarras, mas isso revela a complexidade de se trabalhar em Análise do Discurso, e o desafio que se instaura quando se assume esse compromisso teórico, dado a responsabilidade inerente às nossas pesquisas em função dos efeitos sociais que podem surgir a partir delas.

Apesar disso, acredito ter conseguido trazer autores relevantes e ideias importantes para a parte analítica da tese. As relações entre prisão, língua(gem), corpo e discurso foram abordadas ao longo da pesquisa, sendo dada maior ênfase quando da descrição e interpretação

do arquivo. Espero ter contribuído para a caixa de ferramentas da AD com a proposta das noções trazidas, a saber, o *en§elamento social* e o *corpolingüagem discursivo*. Mesmo que não consideradas em trabalhos futuros, as duas noções servem como objeto de discussão e reflexão, questionando os pressupostos já consolidados da teoria e abrindo espaço para novos debates, fazendo a teoria avançar. Esse é o que desejo para AD: que se consolide, cada vez mais, como um espaço de reflexão coletiva sobre questões que se aderem aos sujeitos como naturais. Esse é o caráter intervencionista da Análise do Discurso, o qual não pode ser esquecido.

Quanto às perguntas feitas nos títulos dos primeiros capítulos, acredito que tenham sido respondidas no decorrer da tese. Contudo, vale a pena resgatar as suas respostas: (i) é, sim, possível resistir na prisão e à prisão, e essa resistência emerge nas falas das apenas entrevistadas, através do equívoco; (ii) é possível pensar em uma prosódia discursiva, posto que é ela que materializa a relação entre corpo, linguagem e discurso através da noção de alíngua; e (iii) a forma-sujeito atual é determinada pelo jurídico e pelo biológico, o que pôde ser identificado nas falas das apenas entrevistadas através do controle exercido pela superestrutura no sentido de condicionar os sujeitos pela Lei e pela Vida.

Quanto ao sistema penitenciário brasileiro, pode-se afirmar que explicações sobre o seu objetivo, a saber, a ressocialização dos presos e, inclusive, a emancipação deles, acabam sendo *pro forma*, e ignoram a singularidade dos sujeitos, transformando-os em uma massa equânime que serve de objeto de poder do Estado. Mantém-se, também, a crítica feita à diferença de concepção de subjetividade presente no discurso jurídico e no discurso psicanalítico. Com a expressão *Habeas corpus* e, também, com a forma de os sujeitos serem punidos dentro das prisões, o Estado legitima o encarceramento e a sustentação da punição na vigilância de corpos biológicos, não singularizados, tratados indistintamente dentro da instituição penal. A forma-sujeito de direito se vincula fortemente ao discurso biológico, portanto, corroborando o que foi acima citado.

Com a presente reflexão, foi possível pensar sobre os processos de subjetivação, analisando as relações entre ideologia e inconsciente no processo de constituição do sujeito e dos sentidos, o qual ocorre entre corpo, linguagem, história e discurso. Sendo assim, retomamos a citação do início desta conclusão, na qual aparece a tensão entre reprodução e transformação, entre o corpo biológico e o corpo desejante e gozoso: *a vida se revolta e resiste*. E quando fala em vida, Linhart remonta ao corpo: *algo, no corpo e na cabeça, se fortalece contra a repetição e o nada*. Que possamos quebrar os rituais que visam à

naturalização dos sujeitos como máquinas; que possamos questionar e ousar movimentos de revolta; que possamos impedir que vidas se transformem em repetições.

Dessa forma, encerro, formalmente, a reflexão, com um efeito de fechamento necessário, mas reconhecendo que mais necessária ainda é a abertura proporcionada pelo debate proposto. Assim, em um conflito de alegria e de tristeza, relembro da epígrafe do trabalho, a qual traz uma citação de Eduardo Galeano: “se a uva é feita de vinho, talvez nós sejamos as palavras que contam o que somos”, e, por que não, este trabalho conta um pouco sobre como “eu” sou... sempre à mercê da metáfora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Moyens sans fins**: Notes sur la politique. Paris: Payot et Rivages, 2002.
- _____. **Estado de exceção**. [trad.] Iraci D. Poleti. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. **Qu'est-ce qu'un dispositif?** [trad.] Martin Rueff. Paris: Éditions Payot & Rivages, 2007.
- _____. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. [trad.] Henrique Burigo. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- ALTHUSSER, Louis. **Posições I**. [trad.] Carlos Nelson de Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- _____. **Freud e Lacan. Marx e Freud**: introdução crítica-histórica. [trad.] Walter José Evangelista. 2.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- _____. **Sobre a reprodução**. [trad.] Guilherme João de Freitas Teixeira. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- ANSART, Pierre. As humilhações políticas. In: MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia. (Orgs.) **Sobre a humilhação**: sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia: EDUFU, 2005.
- ANSHEN, Ruth Nanda. Convergência. In: CHOMSKY, Noam. **O conhecimento da língua**: sua origem, natureza e uso. [trad.] Anabela Gonçalves e Ana Teresa Alves. São Paulo: Editorial Caminho, 1994.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. [trad.] José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARRIVÉ, Michel. **Linguística e Psicanálise**: Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e os outros. [trad.] Mário Laranjeira e Alain Mouzart. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. Apresentação: Historiografia do Estruturalismo: invenção, reinvenção, desconstrução. In: DOSSE, François. **História do Estruturalismo**. v.1. O campo do signo – 1945/1966. [trad.] Álvaro Cabral. Bauru: Edusc, 2007.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. 9.ed. Campinas: Papirus, 2012.
- BALDINI, Lauro José Siqueira. Lalingua inatingível. In: MARIANI, Bethania; ROMÃO, Lucília Maria Sousa; MEDEIROS, Vanise. (Orgs.) **Dois campos em (des)enlaces**: discursos em Pêcheux e Lacan. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

- _____. Sujeito e subjetividade: psicanálise e análise do discurso. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane. (Orgs.) **Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013.
- _____; SOUZA, Levi Leonel de. Os sentidos tomando corpo. In: AZEVEDO, Aline Fernandes de. (Org.) **Sujeito, corpo, sentidos**. Curitiba: Appris, 2012.
- _____; MARIANI, Bethania. O real é o nome que se dá ao inominável. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange. (Orgs.) **O acontecimento do discurso no Brasil**. Campinas: Mercado de Letras, 2013.
- BARBAI, Marcos Aurélio. “E suas palavras pousam”: sujeito, ideologia e inconsciente. In: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino dos; BRANCO, Luiza Katia Andrade Castello. (Orgs.) **Análise de discurso no Brasil: pensando o impensado sempre**. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: Editora RG, 2011.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. [trad.] Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5.ed. Campinas: Pontes, 2005.
- BIRMAN, Joel. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. Apresentação. In: HAROCHE, Claudine. **A condição sensível: formas e maneiras de sentir no Ocidente**. [trad.] Jacy Alves de Seixas e Vera Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.
- BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. [trad.] Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BRASIL. **Cartilha da Pessoa Presa**. 2.ed. Conselho Nacional de Justiça, 2010.
- _____. **Cartilha da Mulher Encarceirada**. Conselho Nacional de Justiça, 2011.
- CARNEVALE, Ana Maria. Arquivo e corpo falante. In: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise; DELA-SILVA, Silmara. (Orgs.) **Discurso, arquivo e...** Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. [trad.] Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- CAZARIN, Ercília. Gestos interpretativos na configuração metodológica de uma FD. *Organon*, Porto Alegre, n. 48, janeiro-junho, 2010, p.103-118.
- CESAROTTO, Oscar; LEITE, Márcio Peter de Souza. **Jacques Lacan: uma biografia intelectual**. 2.ed. São Paulo: Iluminuras, 2001.
- CHEMAMA; Roland; VANDERMERSCH, Bernard. **Dicionário de Psicanálise**. [trad.] Francisco Settineri e Mario Fleig. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007.

- COSTA, Ana. **Tatuagens e marcas corporais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. [trad.] Cristina de Campos Velho Birck [et al.] São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- _____. **Déchiffrer le corps: Penser avec Foucault**. Grenoble: Éditions Jérôme Millon, 2011.
- _____; MARANDIN, Jean-Marie. Quel objet pour l'analyse du discours ? In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel (Orgs.) **Matérialités discursives**. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981.
- CUKIERT, Michele. Considerações sobre corpo e linguagem na clínica e na teoria laciana. *Psicologia USP*, 15 (1/2), 2004.
- DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. [trad.] Ephraim Ferreira Alves. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DIAS, Cristiane. Corpo sobre tela: Da potência à fragilidade do sujeito. In: AZEVEDO, Aline Fernandes de . (Org.) **Sujeito, corpo, sentidos**. Curitiba: Appris, 2012.
- DOROW, Clóris Maria Freire. **A ironia no discurso do tribunal do júri – Um fazer marcado pela prosódia**. Dissertação de mestrado. Pelotas: UCPel, 2002.
- DOSSE, François. **História do Estruturalismo**. v.1. O campo do signo – 1945/1966. [trad.] Álvaro Cabral. Bauru: Edusc, 2007.
- DSM-IV-TR. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. [trad.] Cláudia Dornelles. 4.ed.rev. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- ELIA, Luciano. **Corpo e sexualidade em Freud e Lacan**. Rio de Janeiro: Uapê, 1995.
- ERNST, Aracy. Uma introdução à Análise do Discurso. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v.84, n.1, junho de 1991.
- _____. Corpo, discurso e subjetividade. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007.
- _____. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do *corpus* discursivo. Trabalho apresentado no IV Seminário de Estudos em Análise de Discurso. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- FERNANDES, Maria Helena. **O corpo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O estatuto da equivocidade da língua. In: LIMA, Marília dos Santos; GUEDES, Paulo. (Org.) Estudos da linguagem, v. 10. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1996.
- _____. O lugar da sintaxe no discurso. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.
- _____. **Da ambiguidade ao equívoco**: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2000.
- _____. A trama enfática do sujeito. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.) **Análise do Discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.
- _____. O discurso do corpo. In: MITTMANN, Solange; SANSEVERINO, Antônio Marcos Vieira (Orgs.). **Trilhas de investigação**: A pesquisa no I. L. em sua diversidade constitutiva. Porto Alegre: Instituto de Letras / UFRGS, 2011a.
- _____. Discurso, arquivo e corpo. In: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise; DELA-SILVA, Silmara. (Orgs.) **Discurso, arquivo e...** Rio de Janeiro: 7Letras, 2011b.
- _____. O corpo enquanto objeto discursivo. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane. (Orgs.) **Análise do discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013.
- FINK, Bruce. **O sujeito laciano**. Entre a linguagem e o gozo. [trad.] Maria de Lourdes Duarte Sette. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- FONSECA, Rodrigo Oliveira. Um olhar historiador para o trabalho com as formações discursivas: os palanques enunciativos. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange. (Orgs.) **O acontecimento do discurso no Brasil**. Campinas: Mercado de Letras, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. [trad.] Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. 3.ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.
- _____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. [trad.] Raquel Ramallete. 30.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- _____. **Microfísica do poder**. [trad.] Roberto Machado. 22.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- _____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. [trad.] Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 18.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

- _____. **A arqueologia do saber.** [trad.] Luiz Felipe Baeta Neves. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud:** edição *standard* brasileira, volume VII (1901-1905). Um caso de histeria, Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. Os instintos e seus destinos. In: _____. **Introdução ao narcisismo:** ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). [trad.] Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a.
- _____. O inconsciente. In: _____. **Introdução ao narcisismo:** ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). [trad.] Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b.
- GADET, Françoise. Prefácio. [trad.] Eni Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. [trad.] Bethania S. Mariani et al. 3.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- _____; PÊCHEUX, Michel. **A lingual inatingível:** o discurso na história da linguística. [trad.] Bethânia Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.
- GARCIA, Célio. Resistência a partir de Foucault. In: PASSOS, Izabel C. Friche. **Poder, normalização e violência:** incursões foucaultianas para a atualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 109-118.
- GÓIS, Elsa; UYENO, Elzira; UENO, Michele; GENESINI, Teresa. *Lalangue, via régia para captura do real.* São Paulo: site do Instituto da Psicanálise Lacaniana, 2009.
- HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer.** [trad.] Eni Orlandi. São Paulo: Hucitec, 1992.
- _____. Processos psicológicos e sociais de humilhação: o empobrecimento do espaço interior no individualismo contemporâneo. In: MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia. (Orgs.) **Sobre a humilhação:** sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia: EDUFU, 2005.
- HASHIGUTI, Simone. O corpo como materialidade do/no discurso. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange. (Orgs.) **O discurso na contemporaneidade:** materialidades e fronteiras. São Carlos: Claraluz, 2009.
- HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita:** língua, sujeito e discurso. [trad.] Maria Fausta P. de Castro. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- HERBERT, Thomas. Observações para uma teoria geral das ideologias. *Rua.* Campinas, 1:63-89, 1995.

- INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- _____. O sujeito e as feridas narcísicas dos linguistas. Gragoatá. Niterói, n.5, p.111-120, 2. sem. 1998.
- _____. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. In: INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo. (Orgs.) **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.
- _____. Lula lá: estrutura e acontecimento. *Organon* 35, v.17, 2003.
- _____. Remontando de Pêcheux a Foucault: uma leitura em contraponto. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.) **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005.
- _____. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.) **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007.
- _____. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana. (Orgs.) **Práticas discursivas e identitárias: Sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.
- _____. A emergência do sujeito desejante no discurso do MST. *Gragoatá*. Niterói, n.34, p. 27-38, 1. sem. 2013.
- KIÉFER, Audrey. **Michel Foucault: le G.I.P., l'histoire et l'action**. 2007. Disponível em <<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/1.0/deed.fr>>. Acesso em: 29 de outubro de 2012.
- LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem. In: _____. **Escritos**. [trad.] Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998a.
- _____. A instância da letra no inconsciente. In: _____. **Escritos**. [trad.] Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998b.
- _____. **O seminário 23: o sinthoma, 1975-1976**. [trad.] Serio Laia. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- _____. **O seminário 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise, 1964**. [trad.] M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008a.
- _____. **O seminário 20: mais, ainda, 1972-1973**. [trad.] M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008b.

- _____. **O seminário 1: os escritos técnicos de Freud, 1953-1954.** [trad.] Betty Milan. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- LAGAZZI, Suzy. O recorte e o entremeio: condições para a materialidade significativa. In: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino dos; BRANCO, Luiza Katia Andrade Castello. (Orgs). **Análise de discurso no Brasil: pensando o impensado sempre.** Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: Editora RG, 2011.
- LAPLANCHE, Jean; PONTALIS. **Vocabulário da psicanálise.** [trad.] Pedro Tamen. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LEBRE, Eduardo Antonio Temponi; HORN, Manuela Bittar. O presídio feminino de Florianópolis e as regras mínimas para organização penitenciária. *Extensio: R. Eletr. de Extensão.* Florianópolis, ano 7, n.9, p. 74-86, 2010.
- LEITE, Nina Virgínia de Araújo. Riso e rubor: para falar do corpilinguagem. In: _____ (Org.) **Corpilinguagem: gestos e afetos.** São Paulo: Mercado de Letras, 2003.
- LÉON-DUFOUR, Xavier (Dir.). **Vocabulário de Teologia Bíblica.** [trad.] Frei Simão Voigt. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1992.
- MACHADO, Roberto. Introdução: Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** [trad.] Roberto Machado. 22.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- MACHADO, Rosely Diniz da Silva. O estudo do gênero pelo viés discursivo: refletindo sobre a dualidade masculino/feminino e sua relação com a escrita. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- MAGALHÃES, Belmira. Sujeito no e do discurso: pensando a resistência. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane. (Orgs.) **Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise.** Santa Maria: Editora da UFSM, 2013.
- MALDIDIER, Denise; NORMAND, Claudine; ROBIN, Régine. Discours et idéologie: quelques bases pour une recherche. In: *Langue française*, nº 15, 1972, p. 116-142.
- MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia. Apresentação. In: _____ (Orgs.). **Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras.** Uberlândia: EDUFU, 2005.
- MARX, Karl. **O capital.** Crítica da economia política. [trad.] Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- _____. **Contribuição à crítica da economia política.** [trad.] Florestan Fernandes. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua.** [trad.] Angela Cristina Jesuíno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

- MORALES, Blanca de Souza Viera Morales. A dependência de drogas no discurso do psicólogo: efeitos de sentido. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- _____. O real da língua e o real da história – considerações a partir do texto *La Lengua de nunca acabar*. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.) **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005.
- MOTTA, Luiz Eduardo. O (re)começo do marxismo althusseriano. *Crítica Marxista*, n.35, p.73-89, 2012.
- ORLANDI, Eni P. **Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- _____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 5.ed. Campinas: Pontes, 2003.
- _____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 4.ed. Campinas, Pontes, 2004a.
- _____. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004b.
- _____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. 2.ed. Campinas: Pontes, 2005.
- _____. Nota ao leitor. In: PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. [trad.] Eni Puccinelli Orlandi. 4.ed. Campinas: Pontes, 2006a.
- _____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4.ed. Campinas: Pontes, 2006b.
- _____. À flor da pele: indivíduo e sociedade. In: MARIANI, Bethânia. (Org.) **A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e em psicanálise**. São Carlos: Claraluz, 2006c.
- _____. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.) **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007a.
- _____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007b.
- _____. Historicidade, indivíduo e sociedade: o sujeito na contemporaneidade. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.) **O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras**. São Carlos: Claraluz, 2009.
- _____. Processos de significação, corpo e sujeito. In: AZEVEDO, Aline Fernandes de. (Org.). **Sujeito, corpo, sentidos**. Curitiba: Appris, 2012.

- PASSOS, Izabel C. Friche. Apresentação. Situando a analítica do poder em Michel Foucault. In: _____. **Poder, normalização e violência**: incursões foucaultianas para a atualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- PÊCHEUX, Michel. Ouverture du colloque. In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel (Orgs.) **Matérialités discursives**. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981.
- _____. Delimitações, inversões, deslocamentos. [trad.] José Horta Nunes. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, (19): 7-24, jul./dez. 1990.
- _____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. [trad.] Bethania S. Mariani [et al.] 3.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- _____. Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso. [trad.] Ana Maria Dischinger Marshall e Heloisa Monteiro Rosário. *Cadernos de Tradução do Instituto de Letras da UFRGS*. Porto Alegre, n. 1, nov. 1998.
- _____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. [trad.] Eni Puccinelli Orlandi. 4.ed. Campinas: Pontes, 2006.
- _____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. [trad.] Eni Orlandi et al. 4.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009a.
- _____. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: _____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. [trad.] Eni Orlandi et al. 4.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009b.
- _____. O estranho espelho da Análise do Discurso. In: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009c.
- _____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni (Org.) **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.
- _____. Metáfora e interdiscurso. In: ORLANDI, Eni (Org.) **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011a.
- _____. Ideologia – aprisionamento ou campo paradoxal? In: ORLANDI, Eni (Org.) **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011b.
- _____; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, François; HAK, Tony. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

- PIOVEZANI, Carlos. **Verbo, corpo e voz**: dispositivos de fala pública e produção de verdade no discurso político. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
- RADDE, Augusto. **Entre prazer e necessidade, o discurso do corpo na prostituição masculina**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2014.
- REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. [trad.] Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovezani. São Carlos: Claraluz, 2005.
- RICKES, Simone Moschen. A escritura como cicatriz. *Educação & Realidade*, 27(1):51-71, jan./jun. 2002.
- ROMÃO, Lucília Maria Sousa; GALLI, Fernanda Correa Silveira; PATTI, Ane Ribeiro. **Arquivo em cena**: “im-pressões” de leitura sobre o tema. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v.6, n.1, 2010.
- _____; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; DELA-SILVA, Silmara. Arquivo. In: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise; DELA-SILVA, Silmara. (Orgs.) **Discurso, arquivo e...** Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.
- ROUDINESCO, Elisabeth. **A análise e o arquivo**. [trad.] André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- _____; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. [trad.] Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. [trad.] Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 23.ed. São Paulo: Cultrix, 2001.
- SCHONS, Carme; MITTMANN, Solange. Contradição e a (re)produção/transformação na e pela ideologia. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange. (Orgs.) **Discurso e contemporaneidade**: materialidades e fronteiras. São Carlos: Claraluz, 2009.
- SILVA, Renata Silveira da. **Tempo na Análise de Discurso**: implicações no imaginário do trabalhador do discurso sindical da CUT. Curitiba: CRV, 2012.
- SOLER, Colette. **O “corpo falante”**. *Caderno de Stylus*, n.1, maio de 2010.
- SOUSA, Lucília Maria Abrahão. O vazio como condição – sentidos a partir do horror. *Gragoatá*, v. 34, p. 62-76, 2013.
- SOUZA, Pedro de. **Michel Foucault**: O trajeto da voz na ordem do discurso. Campinas: Editora RG, 2009.
- SOUZA, Levi Leonel. **O discurso encarnado**: ou a passagem da carne ao corpodiscurso. Dissertação de mestrado. Pouso Alegre: Univás, 2009.

- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. 2.ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- VEYNE, Paul. **Foucault**: seu pensamento, sua pessoa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- ZANDWAIS, Ana. A forma-sujeito do discurso e suas modalidades de subjetivação: um contraponto entre saberes e práticas. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.) **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005.

ANEXOS

Anexo 01	Carta de apresentação do PPGLetras	256
Anexo 02	Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS	257
Anexo 03	Termo de consentimento livre e esclarecido	259
Anexo 04	Termo de responsabilidade do pesquisador	262
Anexo 05	Autorização da Escola Penitenciária	263
Anexo 06	Transcrição da fala da Apenada 01	264
Anexo 07	Transcrição da fala da Apenada 02	271
Anexo 08	Transcrição da fala da Apenada 03	279
Anexo 09	Transcrição da fala da Apenada 04	284

ANEXO 1: Carta de apresentação do PPGLetras



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras

**Atestado**

Atesto que LUCIANA IOST VINHAS é aluna do curso de Doutorado em LETRAS, área de concentração ESTUDOS DA LINGUAGEM, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, regularmente matriculada no semestre 2011/2.

Atesto ainda que a referida Doutoranda, orientada pela Professora Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira, necessita ter acesso ao Presídio Feminino Madre Pelettier para coleta de dados importantes na realização de seu trabalho de pesquisa intitulado "Do sujeito a objeto: o corpo no discurso de mulheres presidiárias".

Porto Alegre, 19 de janeiro de 2012

Valdir do Nascimento Flores
Coordenador de PPG - Letras



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras



Atestado

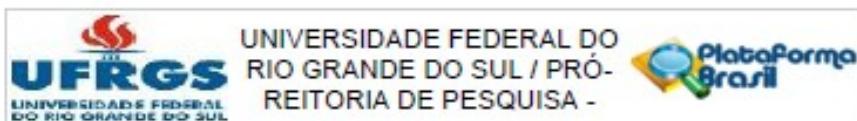
Atesto que LUCIANA IOST VINHAS é aluna do curso de Doutorado em LETRAS, área de concentração ESTUDOS DA LINGUAGEM, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, regularmente matriculada no semestre 2011/2.

Atesto ainda que a referida Doutoranda, orientada pela Professora Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira, necessita ter acesso ao Presídio Feminino Madre Pelettier para coleta de dados importantes na realização de seu trabalho de pesquisa intitulado "Do sujeito a objeto: o corpo no discurso de mulheres presidiárias".

Porto Alegre, 19 de janeiro de 2012

Valdir do Nascimento Flores
Coordenador de PPG - Letras

ANEXO 2: Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: De sujeito a objeto: o corpo no discurso de mulheres presidiárias

Pesquisador: Maria Cristina Leandro Ferreira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 07831312.7.0000.5347

Instituição Proponente: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 214.543

Data da Relatoria: 07/03/2013

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa da área da linguística pretende analisar as relações entre corpo e subjetividade numa prisão feminina no Rio Grande do Sul, utilizando o instrumental teórico da Análise do Discurso e da Psicanálise. O projeto pesquisará doze mulheres através de entrevistas e expressão escrita, a fim de dar voz a dimensões não recobertas pela definição jurídica e social das detentas.

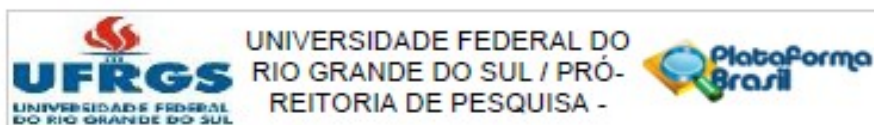
Objetivo da Pesquisa:

Constituir um corpus discursivo oral e escrito onde a subjetividade e o corpo das detentas sejam questões pertinentes para o conhecimento de sua situação de apenadas, visando a uma melhoria do conhecimento social das mesmas e a uma melhora de suas condições de vida. Assim o projeto pretende desvelar tanto os efeitos somáticos e discursivos das imposições do aparelho prisional quando evidenciar formas de resistência a essa opressão.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios estão claros no projeto, envolvendo possibilidade de desconforto a ser

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - 2º andar do Prédio da Reitoria - Campus Centro
 Bairro: Ferrourilha CEP: 90.040-080
 UF: RS Município: PORTO ALEGRE
 Telefone: (51)3308-3738 Fax: (51)3308-4085 E-mail: etice@propesq.ufrgs.br



considerado e possibilidade de desistência da participação em qualquer momento. Os benefícios são o melhor conhecimento das condições de vida na penitenciária de acordo com a teoria e metodológica propostas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está muito bem redigido e exibe robusto conhecimento teórico das disciplinas que nos quais se fundamenta, análise do discurso e psicanálise. As principais dúvidas metodológicas, descritas em versão anterior do parecer, foram respondidas pela proponente da pesquisa na versão anterior e são consideradas satisfatórias.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O projeto apresenta Termo de Anuência da Instituição com assinatura de responsável (juiz). As presas tem liberdade para participar ou desistir da pesquisa em qualquer momento de sua realização.

Recomendações:

Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Encaminha-se.

PORTO ALEGRE, 08 de Março de 2013

Assinador por:
José Artur Bogo Chiles
(Coordenador)

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - 2º andar do Prédio da Reitoria - Campus Centro
Bairro: Ferrouilha CEP: 90.040-060
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-3738 Fax: (51)3308-4085 E-mail: etica@propeq.ufrgs.br

ANEXO 3: Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TÍTULO DA PESQUISA: De sujeito a objeto: O corpo no discurso de mulheres presidiárias

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Ms. Luciana Iost Vinhas

INSTITUIÇÃO/DEPARTAMENTO: Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal da Fronteira Sul / Grupo de pesquisa Língua(gem), Discurso e Subjetividade.

TELEFONES PARA CONTATO:

(51) 3308.3738 (CEP UFRGS)

(49) 2049.1401 (UFFS-Chapecó)

(51) 3288.7340 (Escola Penitenciária)

LOCAL DA COLETA DE DADOS: Penitenciária Feminina Madre Pelletier

Prezada Senhora:

Você está sendo convidada para participar, de forma totalmente voluntária, da minha pesquisa de doutorado. Nela você deverá responder a algumas perguntas oralmente e escrever textos. As perguntas respondidas deverão ser gravadas, e os seus textos serão recolhidos e devolvidos posteriormente.

Antes de concordar em participar desta pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Além disso, coloco-me à sua disposição para esclarecer suas dúvidas com relação ao desenvolvimento da pesquisa.

Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

Leia, por gentileza, as informações abaixo e fique à vontade para pedir esclarecimentos.

Objetivo do estudo: Compreender a relação entre corpo, linguagem, discurso e subjetividade a partir de enunciados de mulheres presidiárias, tendo como base teórica a teoria materialista dos sentidos.

Procedimentos: Sua participação nesta pesquisa consistirá na resposta oral às perguntas e na elaboração de textos escritos.

Benefícios: Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, contribuindo com a comunidade acadêmica e buscando uma intervenção social, cujas repercussões poderão afetar você. Ao ser feita uma reflexão sobre a subjetividade no cárcere feminino, pretende-se trazer mecanismos de oportunizar uma forma de você se expressar sobre a sua vida na prisão. Espera-se que a análise que se desenrolará traga contribuições para melhorar o estado atual da convivência na penitenciária.

Riscos: As respostas fornecidas e os textos elaborados não representarão qualquer risco de ordem psicológica ou física para você. Caso não queira responder a alguma questão ou elaborar os textos solicitados, você poderá fazê-lo sem constrangimentos.

Sigilo: As informações fornecidas por você serão confidenciais e de conhecimento apenas da pesquisadora responsável. Isso significa que os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados.

Atenciosamente.

Luciana Iost Vinhas

Doutoranda em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Matrícula: 00184524

Professora de Língua Portuguesa e Linguística da Universidade Federal da Fronteira Sul

Siape: 1572444

ANEXO 4: Termo de responsabilidade do pesquisador

**TERMO DE RESPONSABILIDADE DO PESQUISADOR**

Eu, Luciana Iost Vinhas, aluna do curso de Pós-Graduação em Letras/Doutorado, pesquisadora responsável pela pesquisa intitulada "De sujeito a objeto: o corpo no discurso de mulheres presidiárias", na categoria de Doutorado, vinculado à Instituição de Ensino Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação acadêmica de Profa. Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira, me comprometo a:

- zelar pela privacidade e pelo sigilo das informações que serão obtidas e utilizadas no desenvolvimento da presente pesquisa;
- utilizar os materiais e as informações obtidas no desenvolvimento deste trabalho apenas para fins de pesquisa;
- tornar público os resultados da pesquisa em periódicos científicos e/ou em encontros, respeitando sempre a privacidade e os direitos individuais dos sujeitos envolvidos na pesquisa;
- comunicar ao setor responsável da Escola do Serviço Penitenciário – ESP a suspensão ou encerramento da pesquisa, por meio de documento;
- suspender a pesquisa imediatamente ao perceber algum risco ou dano, previsto ou não no termo de consentimento livre e esclarecido, decorrente à mesma ou a qualquer um dos sujeitos participantes;
- respeitar, rigorosamente, os procedimentos operacionais e de segurança de acordo com a Administração do Estabelecimento Prisional onde irá ocorrer a pesquisa.
- encaminhar cópia da monografia/tese para a Escola do Serviço Penitenciário na modalidade física e digital (PDF) para ser disponibilizada na biblioteca da ESP.

Para todos os efeitos, a não observância de qualquer um dos itens acima acarretará possíveis sanções previstas ou estabelecidas na legislação vigente.

Porto Alegre, 12 de março de 2013

Luciana Iost Vinhas
Pesquisadora

Maria Cristina Leandro Ferreira
Orientadora

ANEXO 5: Autorização da Escola Penitenciária



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS
ESCOLA DO SERVIÇO PENITENCIÁRIO



AUTORIZAÇÃO

Na data do dia 22/03/2013 a Escola do Serviço Penitenciário (setor responsável pelas pesquisas e convênios entre a SUSEPE e as Instituições de Ensino Superior) autoriza pesquisadora **LUCIANA LOST VINHAS** a realizar a pesquisa sob o título ***“De sujeito a objeto: o corpo no discurso de mulheres presidiárias”*** junto ao Estabelecimento Prisional – Penitenciária Feminina Madre Pelletier .

O projeto de pesquisa está vinculado a Instituição de Ensino - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS sob orientação acadêmica da Prof^a. Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira.

Salientamos que para realização da coleta dos dados necessários ao andamento da pesquisa, é necessário que a pesquisadora agende previamente a data das visitas ao estabelecimento, com o (a) Administrador (a) do Estabelecimento Prisional acima citado.

Mediante esta autorização, solicitamos que após o termino do projeto, a pesquisadora envie seus relatórios (monografia) finais de pesquisa, para a Escola do Serviço Penitenciário, uma vez que estamos estruturando um núcleo de pesquisas e trabalhos científicos, e entendemos ser de extrema importância à socialização dos resultados alcançados com o trabalho.

Destacamos que a pesquisadora deverá respeitar, rigorosamente, os procedimentos operacionais e de segurança de acordo com a Administração dos Estabelecimentos Prisionais onde irá ocorrer a pesquisa.

Cordialmente,


Adriano Fernandes Fróes
Vice-Diretor da Escola Penitenciária
Id. Func. 1806190/01

Christiane Russomano Freire

Diretora da Escola do Serviço Penitenciário

ANEXO 6: Transcrição da fala da Apenada 01

Duração: 23 minutos e 25 segundos

Data de registro: 09/04/2013

INF: Apenada 01

LOC: Locutora

LOC: então... conversa com ah::... presa:: número um... né... não posso falá o teu nome... então... eu queria sabê não sei se eu posso te chamá por uma cor... só pra não ficá...

INF: pode sê...

LOC: pode sê?... tem alguma cor que tu queira?

INF: Rosa...

LOC: Rosa... (risos) então tá... vou te chamar de Rosa... ãh::... então Rosa eu queria que tu me contasse um pouquinho sobre... como:: tu::... éh::... chegasse à prisão... o quê que aconteceu?

INF: o que aconteceu foi:::..... homicídio... né... cento e vinte um u artigo... ih:: foi o que me trouxe pra cá... né... foi... um crime passional...

LOC: uhn uhn...

INF: foi por causa disso que acabei vindo pra cá eh::... né... mas eu nunca fui do crime sempre trabalhei minha família toda trabalhadora não tem envolvimento nenhum com o crime foi tipo... um... aCAso assim sabe um fato isoLAdo na família... não que seja né... normal isso na minha família...

LOC: e há quanto tempo isso aconteceu?

INF: a cinco anos atrás...

LOC: há cinco anos... e tu tens ahn:: família fora daqui?

INF: tenho tenho tenho filho pai mãe irmãos...

LOC: eles te visitam?

INF: meu pai minha mãe meu filho e meu marido...

LOC: uhn uhn... ih:: como é que é tua vida aqui?

INF: é bem difícil... é bem difícil por causo que a maioria das pessoas que tão aqui são tipo todo envolvido no crime né... então pra eles:: né pra elas assim o crime é tudo né... tipo... a polícia errada os criminoso são certo... e pra mim na minha criação né pra mim: sempre a polícia vai sê certa sempre a justiça vai sabe? ... pra mim certa e crime pra mim é errado né não é porque eu tô aqui que eu vô muda meu pensamento que eu vô pensá... claro que em determinados momentos eu tive que tipo né ahn entrá no/tipo vive a vida delas pra mim pode me adaptá... porque é muito difícil minha adaptação aqui bá muito difícil...

LOC: que tipo de coisas assim que tu tivesse que fazê por exemplo tipo [aceita

INF:

TIPO assim

elas olham muito esse jornal aquele o jornal balanço geral que vive falando dos presos tipo assim quando:: a polícia prende um vagabundo ai daí mete o pau na polícia né... e daí:: quando matam um vagabundo daí falam né ah::: que a policia que tem que matá que não sei o que pra mim quanto mais preso... né melhor porque sinceramente t/tipo a pessoa que nem eu tipo da sociedadí que para num lugar assim né sem ser envolvida que nem têm várias aqui que são () foram criadas no meio do crime entendeu e isso já vem de pai mãe de coisas né eh:: in::tão bhá pra mim é bem difícil muito difícil a convivência lá... muito difícil daí tê que vê tipo:: uma:: reportagem tipo dizendo ah... bem feito agora tá esse caso di:: di mata os taxista né eu tenho vários amigos taxista meu pai foi taxista né... pra mim (já eu até) tive tando aqui dentro eu já vi () matarem dois amigos meus taxistas né... então bhá pra mim eu quero mais é que prendam esses bandidos né... e pra elas não né pra elas é o máximo sabe ah bem feito não

sei o que né... e quem nem esse negócio que tá tendo agora do julgamento lá do Carandiru né dos policiais que tão sendo julgado... pra mim eles não deveriam ser julgado eles tinham que ganhar um troféu mataram metade da metade da dô/daqueles bandido que iam tá fazendo roubando matando estrupando... né... pra mim olha olha depois que eu tive aqui dá vontade assim sabe... até estudá direito e í:: lá pro plenário bo/pode implantá lutá pela pena de morte... porque olha... sinceramente eu não sou hipócrita de dize que né que se fosse e/no meu caso eu deveria receber pena de morte pelo meu crime entendeu... não é porque eu tô aqui que só acho que sô certa... eu sei que fiz uma coisa errada... mais do que vale uma pessoa fica cinco anos dentro de uma cadeia?... que nem tem uma pessoa que tu vai depois chamá pra sê entrevistada ela tá a SEIS anos e ela tem MAIS seis anos pra ficá o que uma pessoa vai fazer seis anos aqui dentro?... é uma perca de tempo e um peso pr-pro/prá economia do estado... deveria existir pena de morte... por causo que né... isso é um peso é um peso né porque elas aprendem mais coisas aqui dentro... olha eu c/se eu sai daqui eu posso muito bem opta... ou eu volto para minha vida ou tem cinquenta MIL coisas pra fazer... em questão ao crime... porque tudo/ sso aqui é uma ES-CO-LA de criminoso... isso aqui umas ensinam as outras... né e elas a acham e aí elas tem uma regra assim di quê ah eu sou a melhor eu sou a não sei o quê... pra mim ninguém é melhor do que ninguém aqui tá todo mundo errado... né... e elas se acham certas...

LOC: e essa tua opinião tu não consegue fala pra e[las

INF: não

tem hora dependendo eu não posso fala nada que ah:: assim óh:: já teve tempos em que épocas de eu... sabe... tipo não pode opina não pode sabe... tu não pode abri a tua boca porque tu dá tua opinião porque né... ou tinha que dá a opinião que elas queriam ouvi... não o que eu achava certo entendeu... por que? por causa da convivência né d/do... meio que me encontro...

LOC: e aí tu te sente ameaçada por elas?

INF: me sinto muito ameaçada...

LOC: e essa ameaça ela podi acontecê mesmo?

INF: podi::...

LOC: e o que que aconteceria?

INF: aconteceria delas me baterem me:: que nem elas falam istoquiá que é tipo uns:: né uma faça que elas têm as coisa que elas fazem... tudo pode acontecer... então até ameaçar minha família lá na rua dize que vai mata meu filho minha família... isso tudo acontece... tudo a gente vê acontecê aqui dentro...

LOC: e tu divide cela com alguém?

INF: divido com mais cinco mulheres...

LOC: com mais cinco... e o espaço é adequado...

INF: não até que não é ruim... não sabe é uma cela bem... né tem tipo assim o meu espaço é a minha cama né... a minha cama seria no caso o meu espaço ma têm galerias que antigamente tá né menos... mas a cadeia toda tá agora né como se fosse toda de trabalhadora não tá mais lotada superlotada como tava antes... teve tipo celas a metade dessa sala aqui tipo moravam entre nove e dez... sabe... tipo umas dormindo por cima das outras eu já cansei de dormi sentada... sabe de não tê espaço... nem pra esticar as perna mas pelo menos pra se virá... né...

LOC: então agora...

INF: não agora até que tá né questão de espaço até que tá... ta bom... cada um tem seu espaço...

LOC: vocês conseguem assim dentro desse espaço é::... se expressa:: por exemplo... ahn as paredes de vocês como é que elas são vocês colam...

INF: a minha...

LOC: é...

INF: tem assim tipo assim... na paredi da minha cama que é beliches né que é a cama d'baixo... eu tenho um mural fotos da minha família fotos né... ()conhecidos coisa e tal... ih:: mas assim tipo riscá nas parede na minha cela a gente não gosta a minha cela é toda rosa... a gente pintou ela toda di rosa sabe... mas a genti não né eu não gosta dessas coisas de fica riscando essas né... tem umas que faz tem celas que são horríveis totalmente riscadas né... mais eu não gosto eu prefiro então bota ali minhas minhas fotos daí tem uns negocinhos que a genti coloca que é tipo organizador pra botar as coisas tipo escova de dente as coisas pessoais assim...

LOC: e como é que é tua rotina aqui? por exemplo a hora que tu acorda...

INF: a hora que eu acordo geralmente a gente acorda seis e meia na hora da conferência pra respondê a conferencia depois eu volto a dormi... até as sete e meia sete e meia vou toma banho toma café me arrumo e espero o horário de eu í trabalhar né... depois né... geralmente...

LOC: e o que tu fazes aqui?

INF: que eu faço? trabalho na Prosergs é uma empresa de processamentos de dados do Rio Grande do Sul que cadastra doadores e receptores de sangue...

LOC: uhn... legal... aqui dentro?

INF: aqui dentro mesmo...

LOC: ah interessante... e tu tens ensino ahn:: básico...

INF: eu tenho o médio incompleto...

LOC: médio incompleto...

INF: ahn ahn... e nas minhas horas vagas como né pouco assim eu me adapto geralmente que nem agora tô num momento bem difícil né... de convivência então o que eu faço? Eu chego na minha cela... eu leio muito... eu chego a ler dois três livros assim sabe por mês então me deito fico ali ouço meu rádio... leio né... é o meu passatempo...

LOC: ih:: que tipo di livro que tu gosta de ler?

INF: ah eu gosto muito dos livros espiritas tipo Zíbia... Patrícia... Mônica... sabe...

LOC: então tu és espírita?

INF: é:: na rua já: já... frequentava o centro Bezerra de Menezes... até vem o pessoal deles vem toda sexta-feira aqui dá passes sabe... é bem legal...

LOC: e aqui a maioria é espírita?

INF: uhn não:: não tipo assim a maioria... né chega aqui na rua a maioria é drogada... a maioria roba faz o diabo na rua... chega aqui chora pelos filhos que nunca cuidaram dos filhos... que largam os filho que a maioria tem umas aqui que tem cinco seis filhos... ih tão no conselho tão largado com um largado com outro nem tão aí... daí chega aqui elas choram choram por causa dos filho choram... daí viram crenti... daí se apegam em Deus... daí vão embora... né... aí não que eu vô muda que não sei o quê lá não dá um mês dois tão aí de volta pergunta se foram vê o filho tem umas a genti sabe saíram daqui e nem para casa foram... ficaram uma semana duas na rua... se drogando e nem pra casa foram vê os filho tanto que chegaram aqui choraram por causa dos filhos entendeu... é bem sabe... daí só pensam em fazê filho só pensam ah tem umas que saem daqui também sabe falam daqui e falam nos filhos saem daqui e o que que vão vão? vão direto pra cadeia dos home pra né... arranjam os namorado o negócio delas é o crime namora vagabundo isso é lindo pra elas...

LOC: e tu disseste que tu tem marido então...

INF: é agora eu tô com um companheiro faz quatro anos... é que meu marido mesmo quando vim pra cá me abandonou né... foi né motivado por ele que né foi cometido crime né... de eu estar aqui...

LOC: aí depois de um ano...

INF: é ele veio dez meses aí depois de nunca mais veio...

LOC: ele é o pai dos teus filhos?

INF: não só tenho um filho não já tinha meu filho antes...

LOC: isso é bem comum né... os maridos...

INF: é é muito comum os maridos abandonarem as mulheres aqui...

LOC: e aí como é que funciona esse teu relacionamento... tu tens um... companheiro há quatro anos... que tá fora da prisão...

INF: tá... ele é... ele é... ele é... ahn ahn oficial da justi/ dá dá... como que é... escrivão ele era... porque ele se aposento como comissário... da policia civil aposentado...

LOC: e aí ele vem te visitar?

INF: vem todos os sábados...

LOC: todos os sábados... ih:: aí vocês/aqui é permitido ter a visita íntima?

INF: ahnm ahnm de quinze em quinze dias...

LOC: de quinze em quinze dias...

INF: isto... uma hora e meia de quinze em quinze dias a gente... tem a visita íntima...

LOC: ih:::: assim... quanto ao teu corpo aqui na prisão tu tens cuidados com ele? como é que tu...

INF: é as vezes eu cuido as vezes as vezes né... que nem agora dei uma emagrecida já engordei já emagreci eu cheguei aqui com quarenta e seis quilos era meu peso mesmo... e o que eu gosto de tê é quarenta e seti... tipo vesti trinta e seis por aí... mas eu já fui até cinquenta e quatro... agora eu to emagrecendo de novo ah eu cuido né aqui a gente não tem MUITA opção de alimentação né... é tipo assim o que entra na sacola só que daí tu come tanto aquilo ali que tu enjoa... né que nem eu fiquei três anos comendo massa miojo eu não posso senti o chero de massa miojo... daí bom... depois eu fui pra bolacha salgada agora eu não consigo mais comer bolacha salgada... arroz com sardinha com linguiça também não consigo comê mais... então eu passo a fruta... sucrilho... uhn um clube social um suco... né... refri agora eu tô parando de tomá de novo daí eu tomo suco de gelatina ou então suco natural que eles fornecem laranja... né eu junto e faço um suquinho natural...

LOC: legal...

INF: pão eu não como... nada de massa...

LOC: e vocês têm aqui algum lugar pra fazer algum esporte?

INF: nenhum... a gente nem pátio tem...

LOC: nem pátio tem?

INF: nem pátio a gente tem... e os dias que tem feriado que elas podem dá o pátio a tarde elas resolvem dá de manhã porque sabe que as trabalhadora querem dormi até tarde... que daí não vai ninguém por causo que elas não querem fica cuidando da gente no pátio... elas não gostam que a gente vá pô pátio porque elas tem que ficá sabe te que né desloca um funcionário pra fica lá cuidando... então né pátio pra gente pra ti vê... eu tô:: há dois anos trabalhando há dois anos não vô no pátio... o pátio pra mim é o dia da visita no caso... pego tipo um sol uma/vejo a luz do dia ... no caso né só quando vô na visita...

LOC: só no sábado...

INF: só no sábado...

LOC: uhn uhn e o que tu consideras mais difícil aqui?

INF: a convivência... a convivência é muito difícil... muito difícil mesmo...

LOC: e a tua::... a convivência tanto com as outras presas quanto com as agentes penitenciárias?

INF: não as agentes eu não posso nem fala que não tem muito do que reclama sabe elas né até hoje nunca me faltaram com respeito sempre respeitei elas porque eu acho que elas tão fazendo o papel delas... e tem muitas presas que são abusada mesmo são bem arrogantes... né... i:: então né/claro que tem umas funcionárias que né generalizam né... tipo assim se eu sô... grossa com uma ela vai trata todas mal entendeu mais tem várias funcionárias que sabe diferenciá entendeu... umas das outras... ainda mais que eu tô há bastante tempo então elas já

sabem né... como que eu sô meu comportamento... então nunca tive nenhum problema de disciplina com nenhuma delas...

LOC: sim... ih tem alguma coisa na prisão... qui tu/com qual tenha aprendido? assim alguma experiência boa... aqui dentro...

INF: experiência boa... (risos) experiência boa... não sei te dize se experiên/CLARO experiência boa... experiência boa é o que eu tive aqui né... tipo qui nem como o que me aconteceu hoje por impulso eu vô pensa duas vezes antes de... cometer qualquer/fazê qualquer coisa por impulso pra... não tê que volta pra cá nunca mais... claro que... né que eu não pretendo nunca mais voltar para cá... mas tem umas que ficam até ai teve uma que um dia guria um mês antes do natal disse a eu vô embora e vô passa o natal com vocês... daí voltô disse ai viu voltei falei que ia passa o natal com vocês... mas olha deu bom/tem muitas que não tem nem onde mora rua ou quem sabe mora na rua... mora embaixo do viaduto daí isso aqui é casa pra elas... tem umas que não querem nem ih pro semi-aberto... teve um caso uma vez de uma menina que não ia ih pro semi-aberto daí ela introduziu droga dentro dela pra na hora da da revista de í pro semi-aberto... acharem a droga e ela tê que ficá... as funcionárias sabiam que ela que ela não queria í embora... né... não aceitaram levaram mesmo assim porque elas querem elas acham que isso aqui é casa... né... que isso aqui não é: tão ruim assim... né... que nem... ah é bem difícil... olha as criatura gostá da vida do crime sabe () assim elas tem mania de dizê porque eu puxo cadeia tantos anos como que isso ali sabe tivessem/meus deus... sabe é uma... troféu pra elas eu pergunto às vezes qué um troféu ou uma medalha? que né... eu tenho vergonha deus que me perdoe di di disse que puxei cadeia... né de dizê que eu tô aqui que eu vô voltá sabe... eu...

LOC: quanto tempo ainda tu vais ficar aqui?

INF: até o meio do ano que vem... é tem mais só esse ano ainda...

LOC: com que idade tu tá?

INF: eu to com trinta e cinco...

LOC: trinta e cinco... e dî que que tu sente mais falta?

INF: aqui?

LOC: é...

INF: do meu filho...

LOC: do teu filho...

INF: bá a gente era muito apegado...

LOC: que idade ele tem?

INF: quinze anos...

LOC: quinze...

INF: uhn uhn ele teve sábado aqui...

LOC: e ele vem te visitar sempre?

INF: uma vez por mês... uma vez por mês que a minha mãe trabalha né que cuida dele ele tava trabalhando agora ele não tá mais trabalhando mas ele... né... a minha mãe trabalha daí não é sempre que pode vim... daí quando dá ele vem... geralmente uma vez por mês...

LOC: uhn uhn e tem mais alguma coisa... que tu... sinta falta?

INF: ah eu sinto falta... ah sei lá... da vida que eu tinha né minha liberdadi né... da minha liberdadi...

LOC: e aqui existe algum tipo de liberdade? alguma... forma de tu se expressa... di tu dizer o que tu pensa di tu sei lá...

INF: nenhuma...

LOC: nenhuma...

INF: aqui quem não é do crime é totalmente reprimida pelas outras presas... ou tu pensa como elas... e né ih... age como elas né... tipo... conversa do jeito delas que nem elas conversam muito em gírias essas coisas assim sabe... ih AHN sabe não tem sabe se tu fala alguma coisa

assim... ahn... tipo... sei lá um... com mais educação alguma coisa... elas tinham que se aparece que não sei que achá que é alguém não sei o que... sabe então tu tem que se bem né... bem do nível delas... né... pra elas poderem né... ti/tipo assim de ti aceita... que assim eu tenho muito problema de adaptação...

LOC: uhn uhn ih:: alguma/tu tens alguma marca no teu corpo? alguma tô vendo que tu tens um piercing...

INF: o piercing botei aqui dentro...

LOC: botou aqui dentro... porque que tu botou?

INF: a porque me deu vontade...

LOC: te deu vontade...

INF: eu sempre quis botá na rua nunca tive coragem na rua que é né eles esterilizaram um monte de coisa daí eu vi umas guria botando aí eu digo ah eu vou botá também... e coloquei

LOC: ih tens mais alguma tatuagem?

INF: não tatuagem não mas tem várias que fazem tatuagens...

LOC: sim sim...

INF: fazem muita tatuagem bhá teve épocas que a tatuagem aqui era febre né... que nem o piercing piercing era uma febre...

LOC: e aí vem algum enfermeiro fazê?

INF: capaz... as presas mesmo...

LOC: as presas mesmo...

INF: uhn uhn eu furei minha língua foi com uma agulha de crochê... e elas segurando com um pedaço de maçã em cima pra podê atravessá... é bem...

LOC: doeu muito?

INF: não pra furá não dói dói mais pra assim sabe pra colocar o piercing e tirá aquela agulha e botá o piercing que aquilo é a mesma coisa que furá orelha... não dói nada assim o furo né... só que daí depois a recuperação depois assim uns três quatro dias é bem dolorido... que ela incha tudo né... é bem..

LOC: () faz muito tempo isso?

INF: faz ahn:: quase dois anos...

LOC: pois é... bom... deixa eu ver se tem mais alguma pergunta pra ti fazê... bom tu tinhas me falado que lê éh... romance espiritas... isso seria uma forma di tu... superá os teus problemas aqui... que que seria uma outra maneira?

INF: é uma forma de eu pode me desligá um pouco daqui... é porque bhá quando eu leu eu entro pra dentro dos livros... onti eu tava lendo assim né () que tanto que tu chora eu digo por causa do livro eu entro sabe pra dentro das história sabe... é o que me tira um pouco daqui... sabe... que me distrai um pouco assim daí eu fico lá na minha cama quieta no meu canto...

LOC: e vocês têm acesso à mídia, à televisão?

INF: sim tv rádio...

LOC: tv no quarto... na cela?

INF: uhn uhn...

LOC: teve alguma situação aqui que te marcô mais?... alguma experiência assim que ti...

INF: a eu tive uma coisa que bhá que aquilo ali vai fica marcado pra mim pra sempre um dia que duas presas brigaram... i si furaram toda de alicate e tesoura sabe... bá foi horrível aquilo ali... foi horrível... foi uma cena assim que eu sabe e eu recém tinha chegado foi... foi em janeiro eu cheguei em setembro foi em janeiro foi na na é foi... na virada do ano novo... sabe elas tinham se drogado muito assim sabe a noite toda fazia uns dois três dias que tavam se drogando daí depois quando né tipo tinha passado aquele efeito comecaram a brigá e daí se furaram toda bhá... coisa mais horrível...

LOC: e aqui então vocês têm acesso a drogas?

INF: têm...

LOC: como é que funciona isso?

INF: ah como funciona... eu não sei...

LOC: é::: bom... ih::: vocês conseguem mantê a vaidade aqui?

INF: ah: até que a gente consegue agora tem salão de beleza antes era bem menos... a genti podi né/têm maquiage que entra... a genti podi fazê a unha... arrumá o cabelo... né... têm até que dá... tipo assim a única coisa que não dá de usa um salto assim né... mas né o restante até que dá né... é um pouco limitado mais né... eu acho né que o padrão até...

LOC: vocês podem usa ahn brinco... corrente...

INF: brinco... corrente...

LOC: uhn...

INF: podi...

LOC: podi...

INF: mas tem coisas que não entra tudo né () tudo tem um jeitinho né... que nem relógio não entra essas coisas né mas sempre tem... perfume também não... algumas coisas...

LOC: e aqui assim/eu acho pela tua fala tu nunca fosse... reprimida por nada assim pelas agentes...

INF: não...

LOC: mas existe alguma penalidade alguma punição?

INF: existi dependendo do né do do sei lá já vi meninas por respondê pras agenti i í pro castigo (interrupção)

INF: ahn e aí o que é o castigo?

LOC: o castigo é tipo uma... um lugar isolado que tu fica sem tv sem rádio sem comida sem nada... só com a comida da cadeia no caso... eu já fiquei uma vez lá já... daí eu fiquei... eu fiquei dez dias lá... também...

INF: uhn uhn... e aqui vocês ahn tem médicos... di/qui... qui atendem vocêsis?

LOC: têm... meio precário assim mas têm... esse médico aqui se dependesse dele já teria feito umas cinco seis cirurgia... que tudo ele vai opera até dize pra criatura ah::: nem adianta fazê nada que vai morre daqui dois dia... até... ah::: quase assinô o atestado de óbito da presa... é porque ele é bem/e eu nem sei parece que ele nem é clínico é infectologista e o único que atende a genti... uma coisa assim... mas tem dentista também que... mal ou bem ainda chama de vez em quando... daí ginecologista a única médica melhor que tem aqui é a ginecologista... ela é super atenciosa bem sabe... até um dia a funcionária disse que eu não podia sê atendida e ela disse mas quem sabe é eu ninguém vai mandá no meu serviço... daí ela falou que né... que si as funcionária reclamasse que fosse fala com ela... que ela ia me atendê do jeito que ela achava que deveria atendê... mas em relação a tipo assim ah exames essas coisas antes era bem melhor sabe... porque eu tenho problema::: no útero eu tenho endometriose ih às vezes me atacá sabe... daí antes era bem melhor o atendimento sabe eu fazia os exames na rua tudo... agora tô esperando pra fazer uma ecografia já faz mais de um ano... e nunca não fiz... ta... em relação a exames é... né... a única coisa que fazem mais aqui é exame di sangue... exame di sangue di urina toda semana se tu quisé fazê... mas os outros né... um/uma coisa mais aprofundada que nem eu preciso fazê uma... uma ecografia transvaginal porque eu tenho problema no útero... e eu tenho que fazê um acompanhamento então né... já faz um ano que eu não faço...

LOC: uhn uhn... tá... acho... que é isso... Rosa tu tens mais algum coisa que queira me dizer?

INF: não... acho que não...

LOC: então tá... então tá ()

ANEXO 7: Transcrição da fala da Apenada 02

Duração: 29 minutos

Data de registro: 09/04/2013

LOC: Locutora

INF: Presidiária

LOC: peguei dois gravadoris pra mi... certificá porque nunca dá pra confiar nisso... então... éh:: Branca vô ti fazê umas perguntas... né... sobre... a tua vida na::... aqui na penitenciária eu queria pergunta primeiro... ãh: há quanto tempo tu tá aqui?

INF: seis anos

LOC: seis anos... e quanto tempo tu ainda vai ficá aqui?

INF: seti anos...

LOC: mais seti anos?

INF: MAIS seti anos

LOC: e como é que tu chegasse à penitenciária? o que que aconteceu contigo?

INF: eu vim presa pur... asSALto... a banco... ih homicídio

LOC: ih homicídio... ih::... ih como é que é a tua vida aqui?

INF: a minha vida é::... tranquila assim... porque:: eu sou uma pessoa:: que sou conscienci do que eu fiz... né... porque... então eu sabia que no momento em que eu viesse presa eu não ia saí tão cedo... a minha pena... É DI cinquenta e quatro anos... já teve MUITO maior... só que com a reduçããão... né... e eu trabalho desde que eu cheguei... então tá em cinquenta e quatro anos na minha pena... então eu sô tranQUIla assim... acho qui::... a primeira coisa que a gente tem que tê aqui é consciência né... tu tê consciência de que tu fez uma coisa errada...

automaticamente... já te deixa tranquila... tu fez errado tem que pagar e pronto né... então ah/o meu dia a dia é tranquilo assim eu trabalho desde que eu cheguei...

LOC: e tu trabalhas/sempe trabalhassi na mesma... função?

INF: não eu já trabalhei três anos numa firma di custura... e agora... eu... a firma fechô... e aí eu retornei pra essa firma que eu... que ah::... a firma di temperos que a gente peesa... embaaaala... faz todo aquele procedimento né... íh:: eu já tinha trabalhado um ano e pouco... agora já faz um ano que eu tô di volta...

LOC: e aí qual é a tua jornada di trabalho?

INF: eu trabalho das oito e meia da manhã... às cinco da tardi...

LOC: cinco da tardi? e aí tem pausa pro almoçoço

INF: tem... tem... das onzi e meia a uma da tardi é a pausa pru almoço... determinado pelo juiz né... porque a genti reclamô qui... a genti que trabalha de segunda a sexta não tinha pátio nunca... não tinha direito di tê um sol porque a gente ficava o dia inteiro trabalhando sábado e domingo são dias de visita na penitenciária... então a gente nunca pegava sol... então o juiz... da VEC estipulô que a genti... parasse às onzi ih meia... quinze pro meio dia na verdadi... e voltassi a uma hora pro trabalho...

LOC: e aí nesse período vocês conseguem ir pro pátio?

INF: uhn uhn a gente almoça no pátio

LOC: ah almoça no pátio?

INF: ahn ahn... almoça no pátio dá tempo di descansá um pouquinho

LOC: uhn uhn... ih:: como é que é a tua vida aqui assim? como que é tua rotina? o que tu fazes além de trabalhá? tem alguma outra coisa que tu gosta di fazê?

INF: além di trabalhá? eu gosto muito di trabalhá... na rua eu não trabalhava né... mas aqui eu trabalho desde que eu cheguei... ãhn... eu gosto di caminhá... eu levanto todos os dias/eu tenho

uma rotina né... pelo Fato de eu tá aqui há muito tempo é uma coisa... automática né... eu me acordo às cinco horas da manhã... né... caminho no corredor das cinco às seis... porque eu já tive muito muito... eu cheguei com cinquenta e oito quilos na penitenciária... e eu fui a oitenta e sete quilos... e é pelo fato de eu ter vários projétil assim... no corpo... bala né... tiro... eu... fiquei caminhando mal... fiquei puxando a perna então... eu fui na nutricionista aqui da penitenciária ela me... deu todo um::... uma aula assim di como eu poderia fazer pra reduzir meu peso né... pra tê uma boa saúde né... então eu levanto as cinco da manhã... caminho das cinco às seis... tomo meu banho... retorno pra minha cela... aí passa a gente passa nunca conferência que é uma contagem das presa todo dia às seis e meia da manhã... às sete horas eu tomo café... e oito e meia eu desço pra trabalhá...

LOC: uhn uhn... ih:: ih o que que causou esse ganho di peso aqui na prisão? tu... hã::... é foi a alimentação que tem... é::... os alimentos que são ofereciidos... ou...

INF: não... acho que é uma questão di::... da genti não se movimenta né... e a própria ansiedade di TÁ aqui dentro faz a pessoa comê sem parar... todas as mulheres chegam aqui magrinha e ficam todas gordas eNORMes... é difícil uma que saia do quase do mesmo jeito... acho que pela ansiedade mesmo assim não pela comida a comida é paga nas horas certas... eles pagam bastanti fruta... é aquilo se cuida quem qué... quem não qué... coomi tudo o que eles dão e fica enorme... (risos) que nem eu fiquei...

LOC: mas já tá recuperando então?

INF: perdi doze quilos

LOC: dozi quilos?

INF: por uma questão de saúde né

LOC: qual é a tua idade?

INF: eu tenho trinta e cinco

LOC: trinta e cinco? ih:: ãh deixa eu ver o que que eu ia te perguntá... di que tu senti falta?

INF: de que que eu sinto falta? dos meus filhos

LOC: quantos filhos tu tem?

INF: eu tenho três filhos

LOC: três

INF: quando eu vim p/prá cá... eu tava grávida di um mês... e eu não sabia que eu tava grávida... aí eu vim presa... e aí desenvolveeu aquele barrigããõ giganTESco aqui dentro da penitenciária meu filho ficou comigo até um ano e seis meses... e aí veio aquela determinação da (VEC) que crianças não poderiam ficar mais de um ano aqui... aí ele foi mandado... pra rua né pra casa da vó paterna... e já tem cinco anos...

LOC: ele vem ti visitá?

INF: às vezes... eu não gosto muito de visita... não gosto... prefiro ficá sozinha...

LOC: por que?

INF: ah (suspiro) não sei é::... sei lá... eu acho... não sei... eu acho que sou um bicho meio estranho porque eu acho assim que a minha família não tem que passá por isso di tá na porta da penitenciária TOODA semana... sabe eu trabalho DESde que eu cheGUEI... assim eu deixei a minha família bem... financeiramente... mas mesmo assim pensando que eu ia ficá muito tempo aqui... eu trabalho desde que eu cheguei... então eu vivo desse dinheiro do trabalho aqui... então eu não peço pra minha família trazê NADA pra mim... pelo contrário... mais ou menos di doois em doois meses a minha família vem me vê... que é o tempo qui... quando eu PEço assim pra eles vim... não gosto muito que eles vêm... eu tenho uma filha di dezoito anos... ih::: então eu acho assim qui é meio humilhante assim pra família né... tá viiiindo aqui... (suspiro) como é que eu vou te explicá?... eu acho... tem várias pessoas que obrigam a família a vim... sabe? tipo assim ai vem... que eu vô mi matá... vem porque eu preciso das coisa... ninguém precisa di nada dentro da cadeia... ainda mais uma cadeia dessas que todo mundo trabalha... ih ninguém ganha menos que trezentos reais aqui... com trezentos reais dá

pra vivê muito bem dentro duma penitenciária... né... então sei lá... eu... é que eu né que nem eu ti falei eu sô meia estranha assim eu não gosto di visita... não gosto que a minha família venha... ih realmente di dois em dois meses eu vejo meus filho pela saudade mesmo... mas não que eu ache que eles... d/devesem vim aqui... na minha opinião eu acho que eles não deveriam vir... mas ELES pedem pra vir... e sempre foi assim desde que eu cheguei... antes eles vinham uma vez por ano... só... nos primeiros quatro anos... só no natal... agora eles tão vindo a cada dois meses... eles tão ficando mais grandinho... meus dois gurizinho aí eles querem ficá mais perto di mim...

LOC: ahn ahn... é uma mulher... já tem dezoito anos?

INF: é tem uma filha di dezoito anos... um filho di novi anos... ih o bebezinho di cinco...

LOC: di cinco...

INF: uhn uhn...

LOC: e aí tem... a tua mãe... pai... também vêm? assim também... buscam vir?

INF: não a minha família é toda di [Torres... da praia...

LOC: a tua família] di Torres... tá...

INF: então como eles são pessoas trabalhadoras e não têm muitas condições financeiras... eu não peço pra eles vim... nunca pidi... eles vieram nos primeiros dois aanos assim... umas duas vezes... três... depois não vieram mais ih eu também não pidi...

LOC: uhn uhn... ih tu tinhas marido?

INF: tinha marido... marido preso também...

LOC: preso...

INF: uhn uhn...

LOC: ih vocês seguem se relacionando... pur...

INF: NÃO...

LOC: não...

INF: não... meu marido... depois di dois anos que eu tava aqui ele arrumô otra companhera pra é vê ele que é normal né... noventa e nove por cento dos homens que as mulher vêm presa eles arrumam otra né... ih aí ele arrumô otra companhera... ih foi tranquilo assim... eu já esperava por isso pelo fato de eu saber que eu tinha que ficar aqui muito tempo eu já esperava tudo isso... tudo o que acontece eu já espero né então eu já esperava por isso... ih agora eu tô sozinha assim... quem vive sozinha é que vive melhor

LOC: é...

INF: vive mais tranquila...

LOC: tu não procurassi... ahn::... tê um relacionamento com otra pessoa... fora da prisão... não

INF: não

LOC: não

INF: não... porque eu acho que si é pra vim aqui... uma vez duas e depois não vim mais não... é melhor fica sozinha...

LOC: uhn uhn

INF: eu nunca me relacionei com mulher aqui também... porque acho um absurdo [tem gente que não acha

LOC: uhn uhn...]

INF: mais eu acho

LOC: é comum aqui?

INF: É MUito comum... BÁ... tem mulhê que fica aqui dois meses e já fica casada aí com as otras mulhé... eu AINDA acho um absurdo depois de seis anos aqui eu ainda acho um absurdo mas... né... cada um tem seu pensamento

LOC: uhn uhn... e tu dividis cela com mais quantas pessoas?

INF: eu divido cela com mais... quatro pessoas

LOC: quatro... uhn uhn... e aí tu tens assim... a tua cama é::... é um belichi né...

INF: é um biliche dois biliches

LOC: dois biliches... ih::... tem uma parede que é tua? assim algum espaço onde tu possas colocar as tuas coisas?

INF: tem

LOC: como é que é?

INF: eu tenho embaixo da cama eu coloco todas as minhas bolsas né... a bolsa di inverno... a bolsa di trabalho... ih a bolsa di roupa di pra visita... e tem mais uma bolsinha que é di toalha nasal que é tudo separada coisa de quem está aqui há muito tempo né acostuma a separá tudo... ih i tem a minha cama assim bem estendidinha que eu adoro eu mesma estendê minha cama... a gente acaba criando um hábito né... paciência ali por enquanto provisoriamente é a minha casa né... tem que limpá bem... arrumá bem...

LOC: ih tu riscas as tuas paredes?

INF: não

LOC: tem alguma coisa... colada nelas?

INF: não

LOC: nada?

INF: não colo foto na paredi

LOC: não cola foto na paredi?

INF: não... só um... PRA dizê que não tem nada colado na minha paredi... eu desenhei um rosto... e uma grade rabiscada... di... no papel assim... eu fiz um roosto... uma graaadi... ih escrevi um pensamento meu

LOC: tu lembra o pensamento? qual é o pensamento?

INF: éh...

LOC: si tu puderes falá né... claro...

INF: não não era só um pensamento de um dia que eu tava olhando pelaaa janela... ih aí di tanto eu chegá do trabalho e ficá olhando pela janela... eu acabei... é::... tipo assim... eu sei a rotina das pessoas do condomínio aqui do lado

LOC: AH...

INF: sabe...

LOC: dá prá enxergá?

INF: ÉH::: tem umas pessoas que chegam... todo dia aí eu escrevi a respeito de uma senhora que chegava todos os dias às seis horas da tarde com uma sacola do nacional qué dizê que ela é sozinha... qué dizê que ela tem que comprá todo dia alguma coisa... então ela é uma pessoa sozinha ela não faz rancho né... e ela chega todo dia no mesmo horário com a sacola do mesmo supermercado... ih aí eu tava escrevendo a respeito daquilo... que a vida... das pessoas... passam lá fora... ih que aqui a genti fica como se tivesse enterrado vivo... tu tá assistindo TUdo... um mundo passá... mas TEU mundo é aquilo ali... não existe mundo pra TI... porque a minha vida parô no instanti em que fui presa né... eu tenho lembranças da minha caaasa... do meu caarro... do meu filho... da minha filha... ih a vida pros outros... corre né... pra genti não... parô naquele instanti... às vezes eu discuto com a minha filha quando ela vem na na visita... porque eu quero que ela tenha aquela mentalidade di quando ela tinha doze anos... sabe e ela diz assim... mãe eu cresci mãe... eu tenho dizoito anos... mas não... é como se o mundo tivesse parado pra genti... não adianta

LOC: ih aí... tem alguma outra coisa qui ti mostre qui o mundo parô? é... alguma outra coisa que tu perceba... ah::: isso aí mi diz qui o mundo parô pra mim... além desse relato da tua filha... tem alguma outra coisa?

INF: AH muita coisa... pessoas quiii::... ãh por exemplo... us filho das minha vizinha... minha filha conta que tinham tudo dez anos agora são casados são pais de família... eu vejo que o mundo... correu... ih eu continuo aqui... né... eu tenho todas é qui nem eu ti falei eu tenho todas as lembranças di quando vim presa... e automaticamente a vida da genti parô ali...

porque aqui não é uma vida né... aqui é uma so-bre-vi-vên-cia... né... a gente tá so-bre-vi-ven-do a esse lugar... então... tudo... tudo que falam a respeito da rua a gente vê que o mundo parô só pra genti

INF: mas alguma coisa em ti mudou aqui?

LOC: tudo... é a quarta vez que venho presa... desde di noventa ih seti eu vim presa a primeira vez em noventa i seti... eu vim presa em dois mil... depois eu vim presa em dois mil e seis... ih em dois mil i seti... assim... eu nunca tivi medo... di assaltá... banco nunca tivi medo... nunca tivi medo da polícia... nunca tivi medo di morrê... tanto é que eu tomei um tiro no rosto... perdi um olho... eu uso prótesi... não escuto desse ouvido... e perdi todos os meus denti... da frenti... ih aqui atrás também... por causa dum tiro que eu tomei no rosto... ih mesmo assim eu saí... ih continuei... só que assim óh... como eu sou uma pessoa... que eu não usava droga... não ia a festa... não fazia nada... tipo assim... ah como é que eu vô ti i xplicá... não sei como eu vô i xplicá... eu não tinha não robava assim pra fazê feeesta... pra mi drogá... pra nada entendeu? eu tinha aquela vida completamente ali na minha casa... eu tinha meu marido preeeso... eu ia visita ele na cadeeeia... eu tinha meus filhos fazia almoço levava eles pra escola... di carro eu tinha uma vida normal... só que tinha aqueles dois dia da semana que eu saía pra robá... ih ali eu saía pra matá ou pra morrê né? ih então mas assim óh... não me arrependo do que eu fiz também... não posso sê hipócrita di dizê que eu me arrependi... do que eu fiz porque eu não me arrependi... só eu tenho... um... assim... metas... eu traço metas na minha vida... e eu acho que PRA MIM... assim eu tenho a PLEna certeza... que pra mim não dá mais isso... né... então assim pelos meus filhos... não que eu tenha me arrependido do que eu tenha feito... eu acho que eu tinha que vivê aquilo naquele momento... pra mim foi o certo... naquele momento foi certo matá aquela pessoa porque aquela pessoa tava... treinando... assim modo di fala né...

LOC: o qui qui é treinando?

INF: tavaaa errado... então eu não me arrependo... não me arrependo de tê assaltado o banco não me arrependo de tê dado tiro na policia não me arrependo di nada assim... mas... o arrependimento vem com o tempo... com o tempo di sofrimento... ahn::... que nem eu ti falei né... eu vim quatro vezes já pra cadeia só que eu nunca tinha ficado TANTo tempo... qui nem eu tô agora... ih nunca tive uma pena tão alta né... então esse fato de eu tê ganhado um bebezinho aqui na cadeeeia né... de eu tê que me separa do meu filho... tipo assim... era até três anos que ele poderia ficá aqui comigo... tava tranquilo... de repenti... deu uma... uma... revolução na na né na (VEC) eles resolveram que as crianças tinham que ih embora... eles falaram que tinha que tê um... um tempo di adaptação... mas não teve tempo nenhum... eles dexaram as criança duas vezes pra pra visita... e na terceira vez eles vieram tirá o filho di mim... então isso me abalô muito... pelo fato de que eu Era uma boa mãe na rua... sabe? talvez não abale aquelas que usam droga... qui né... mas eu me abalei... íh aí esti negócio dos MEUS filhos... é o que levou eu a não querer mais essa vida... então assim a a minha meta é saí pra minha casa... montá uma firma com a minha irmã... minha irmã têm uma firma di... uma microempresa né... di ropa... então eu tipo assim eu quero tocá minha vida naquilo alí... eu já fui já tive pizzaria já tive várias coisas... mas nunca parei di robá... mais agora eu parei... por causa dos meus filhos

LOC: e porque tu robava?

INF: a princípio porque eu precisava... eu comecei a robá com dессesseis anos

LOC: e aí depois... A PRINCÍPIO porque precisava... mas depois tu parassi di precisá? e seguiu robando?

INF: depois eu ãh... como é que eu vou dizê... eu nunca fiquei rica mas eu não precisava roba mais se eu não quisesse... é que eu era muito nova... aí tu imagine uma guria com dezoito dezenove anos com vinte trinta mil quarenta mil pra gastá... por semana... né... só com uma filhinha piquena... era muito dinheiro era muita grana era muito... muito áh muita loucura...

era muito... sei lá eu acho que... é aquilo que eu te falei eu acho que deveria ter passado por isso ali mesmo... porque... não tirei grande proveito sempre tive bastante dinheiro mas nunca... não sei... nunca fui drogada... nunca não sei... (risos) eu acho que era pela adrenalina mesmo que eu ia... eu gostava de senti aquilo

LOC: e eu tô vendo que tu tens tatuagens... né... tem alguma outra coisa no corpo... quantas tatuagens tu tens? tu pode me falar sobre isso?

INF: eu tenho essa borboleta... porque era uma aranha... e aí fui reconhecida em um assalto fiz uma borboleta em cima... sempre foi uma aranha bem piquininha ali óh... vermelhinha com preto... eh aí eu fui reconhecida num assalto... tatuei a borboletinha... mas eu tenho horror dessa tatuagem... meus filhinhos... quando eu vim né sempre tive a minha filha e meu filho... então não têm o bebezinho porque o bebezinho eu ganhei aqui né e eu não gosto de tatuagem di cadeia... o nome do meu marido... que eu tenho nas costas...

LOC: tá... tô vendo...

INF: bem grandí... é... na hora quando eu ih embora tem que apaga né... porque eu não tenho mais marido... ih eu pretendo assim quando ih embora tirá

LOC: tirá as tatuagens?

INF: tirá

LOC: todas?

INF: essa das costa... e essa da mão... só os meus filho... porque pra sempre é os filhos né... nada é pra sempre... eu acho... eu vou sair daqui com uns quarenta anos mais ou menos... dá tempo ainda... né... di fazê muita coisa... eu tenho bastanti planos assim... bom pra mim fazê quando ih embora...

LOC: ih o qui era a aranha? o que qui representava? porque a aranha?

INF: por que?

LOC: é

INF: por que a aranha era perigosa

LOC: ah...

INF: eu acho... a aranha aquela BEM pequininha vermelhinho com preto é ela é perigosíssima ela é piquininha delicada e muito venenosa... por isso que eu fiz a aranha... que era igual eu quando eu tava robando... eu era BEM:: magrinha... BEM:: guriazinha... assim tinha uma carinha di anjo assim mais eu era um demônio... (risos) é isso...

LOC: ih assim... tens religião?

INF: região?

LOC: re-li-gi-ão

INF: religião?

LOC: isso

INF: ahn... eu não tenho religião... eu fuiii... batizada na igreja católica... mas eu GOSTo muito... do espiritismo... sempre gostei... na rua... ih aqui também... eu gosto porque faz eu me senti bem... eu não me sinto bem indo a cultos religiosos aqui dentro porque eu acho uma hipocrisia... as pessoas virem aqui dentro da... da cadeia orá por um monti di gente que não qué nem se regenerá... e não qué nada com a vida sendo que lá fora têm muitas pessoas pra ajudá... né... eu acho sinceramente qui aqui dentro da cadeia se ajuda quem qué... que noventa por cento... tão no spa... elas não querem nada com nada... então eu acho... eu gosto do espiritismo

LOC: mas aí vêm representantes de alguma igreja... pra [CÁ? por semana...

INF: vêm... ah... vêm... to]da semana têm... vêm representantis da igreja... caTÓlica... da igreja evanGÉlica... têm os espiritas do Bezerra di Menezes que ajudam muito as gurias da creche ali com doações... eles dão passe na sexta-feira... eu não vou nos passe... mas eu gosto muito di lê... lê sobre o espiritismo me faz eu me senti bem... leio todo dia um livrinho que a

genti abre... diário... TOdo dia de manhã eu abro o meu livrinho aquele de palavras do dia né... aí já me larga... tranquilo assim...

LOC: ih ahn deixa eu ver aqui... o que mais que eu tinha pra ti perguntá... tem alguma coisa que tu faça aqui na... na prisão pra ti relaxá? tu tinhas falado sobre leitura né... mas... tem alguma outra coisa... que tu gosti di fazê?

INF: não... eu gosto di lê mesmo

LOC: di lê

INF: gosto di lê... livro di espiritismo

LOC: uhn uhn... ahn::... e como é que é a convivência? com as agentis... e com as... ahn... outras a-penadas?

INF: com as apenadas é mais difícil do que com as agentis... porque... eu não sei se é pelo tempo que eu tô aqui mas... é mais difícil... com as apenadas do que com as agentis... as agentis a genti sabi que tão ali pra abri e fechá o portão e a genti/elas têm uma coisa pra falá e a genti tem que cumpri... isso é FAto né... e as presas não... as presas chegam querem manda nas outras... querem gritá... querem... e eu já sou uma pessoa meio pavio curto assim então eu não gosto... a minha convivência com as presa é bem pior do que com a polícia... eu não gosto que ninguém me imponha regra que ninguém... uhn uhn... eu puxo a minha... não atrapalho ninguém mas ninguém pode se atravessar no meu caminho também que eu não gosto

LOC: ih: quando tu tens alguma reclamação... é fácil di... tu ti comunicares com as agentis assim? é fácil a comunicação com elas?

INF: não... com/a cadeia em si aqui é uma maravilha né... porque... tu vê que numa cadeia di homi tem cinco seis mil preso... ih a pessoa bota o nomi prum... prum... atendimento ih demora dois meses... aqui tem semanalmente os atendimentos... qualquer atendimento... ih fora isso tu passa por uma agentis no corredor tu aborda ela e ela vai ali e ti manda ih alí... em tal lugar... porque cadeia é pequena né poucas presas... no seu... então acho que o atendimento aqui é bom... em vista pelo lugar... pelo fato di tá numa cadeia eu acho que é bom o atendimento... pelo menos eu fui sempre bem atendida... sempre fui bem educada também com as funcionária... só um dia que eu briguei com uma funcionária

LOC: ih... assim... Branca... deixa eu ti chama di Branca... é tens alguma outra coisa que tu queiras me contá? me dizê?

INF: a respeito da peniten[ciária?

LOC: sobre] a tua vida aqui... alguma coisa que aconteceu contigo

INF: não só isso mesmo... qui a convivência com as presas aqui é bem mais difícil do que a convivência com a polícia... muito difícil... especialmente pra mim que não uso droga... aí vem uma pessoa da rua... às vezes recém-chegada... bhá daí eu já tô naquela... maré... di trabalháá chegáá dormiii naquela rotina... e chega uma a um milhão da rua... acho que devia de sê tudo separado... presas condenadas das condenadas... provisórias das provisórias... porque as provisórias é qui enchem o saco da genti aqui

LOC: tu falassi milhã/milhão... da rua não entendi o que tu falassi

INF: é elas vêm assim... eufóricas

LOC: é essa a palavra?

INF: com a droga... com tudo... vêm naqueli ritmo né di droga... ih ih bagunça e às vezes a genti tá aqui há muito tempo a gente já ta naquele ritmo da paz né... elas atrapalham muito... eu acho que devia de sê tudo separado... eu acho

LOC: aí elas vêm pra tua cela... essas ãh::

INF: é vão pra qualquer cela né

LOC: qualquer cela

INF: qualquer cela... é tudo misturado... ih aí é ondi às vezes... acontecem as divergências né... uma presa que tá bem mais tempo... uma outra que arressém chegô... fica pedalando na menti da outra ih aí é onde acontece as brigas... mas geralmente não são levada pra... pra

polícia... não são levada pras agenti as briga... briga di galeria é resolvida dentro da galeria... não são levadas pra elas a não sê que a pessoa... se atire nos braço das agenti e di/peça socorro... sinão não... é tudo resolvido internamenti ali mesmo... sempre foi... sempre foi assim (risos)

LOC: resolvido internamenti... ih as agentis qui... êh... o que que é esse resolvido internamente?

INF: entre nós mesmas

LOC: entre vocês?

INF: entre as presas... ou discursão ou... alguém vem apaziguá... ou elas brigam mesmo... e pronto... termina ali... a não sê qui né... que uma mais escandalosa desça correndo a escada e chame a polícia né... mas geralmente é resolvido entre a genti mesmo... internamente dentro da galeria... é assim... o sistema todo é assim... né... a polícia manda... mas a polícia manda... paralelo... com as presas... eles mandam... mas a genti... as presa também mandam... é... embora eles não... eles não assumam isso né... eles sabem que tem... toda cadeia tem todas as cadeia têm... tem o controle pra fora do portão ih o controle pra dentro do portão né... e as presas têm que íh no ritmo... que a cadeia é... pra corrê tudo bem... por exemplo eu não me envolvo com nada... pra mim tá tudo bem... agora chega uma uma que já não vai aceitá é ai as regra da cadeia toda cadeia tem regra e cada galeria tem a sua regra também... então... aí já fica difícil né... mas tem um controle paralelo sim... meio das presa e meio deles embora eles nunca vão assumi isso né eles acham que têm o controle total da cadeia isso é mentira

LOC: tem alguém dentro da... di cada galeria qui... qui... é uma... figura assim... qui centraliza o poder? alguma presa qui... qui... tenha essa... essa função di gerenciá... ou é... mais ou menos espalhado entre as presas?

INF: ah... na galeria que eu moro não tem

LOC: não tem?

INF: é que nem eu ti falei né a genti mora numa galeria di trabalhadora então eu desço às oooito subo às cinco e meeeia... o portão fecha às seeeeis a gente já fica assim todo mundo muito exausto muito cansado mas nas otras galeria tem... geralmenti quem manda na galeria é quem trafica... o tráfico é que manda na cadeia... geralmente quem tem controle paralelo assim com a polícia... é quem trafica dentro da cadeia né... graças a deus na minha galeria lá onde eu moro né... na galeria onde eu moro né... ah... não tem isso... porque não tem tráfico... é uma galeria di trabalhadora... e não tem... tem algumas usuárias mas elas não incomodam... a genti e não tem ninguém que trafique lá... então... é tranquilo assim

ANEXO 8: Transcrição da fala da Apenada 03

Duração: 15 minutos e 22 segundos

Data de registro: 10/04/2013

LOC: Locutora

INF: Presidiária

LOC: então... como é que eu posso te chamá pode ser por uma cor?... pra eu não falá o teu nomi?...

INF: pode ser por Tuca mesmo

LOC: por como?

INF: TUCA

LOC: Tuca?

INF: isso

LOC: Tuca... tá... então... é:: Tuca... queriasabê... como é que tu:: âhn::... chegasse à prisão?

INF: eu cheguei à prisão através di um ERRO da jusTIça... né... da polícia civil di Gravataí... é porque eu era vítima de/eu SOU vítima de um assalto... eu sou ambulante eu viajo em ônibus vou pra São Paulo Paraguai Uruguai... Rivêra... ih:: meu ônibus foi assALTAdo... e me botaram como se eu tivesse passado informação... prosassaltanti... que até então eu não sabia di nada... daí dia três eu tive audiência que era pra mim sê ouvida não fui... mais um dos inspetores da polícia civil de Gravataí foi... então ali EU VI qui me botaram no roubo de carga di... carga não sei o que que a () tava investigando por eu morá próximo... dosassaltantis... e por eu não ter comparecido na delegacia... astrê/as duas vezes que eles me chamaram... porque uma eu fui pra São Paulo novamenti comprá roupa pra mim vendê... e a outra a minha filha tinha dentista e eu não fui... então... é por esse motivo da minha prisão porque resumindo... porque eu morava perto dos ladrão

LOC: uhnuhn

INF: por isso

LOC: foi quando isso?

INF: diaaa... minha prisão foi dia nove di julho... di junho... novidi junho de dois mil e onze... ih o meu ônibus foi assaltado dia vintisetidi março di dois mil e onze

LOC: eram/era um ônibus di linha?

INF: ônibus di turismos... di viagem

LOC: de turismo

INF: teve () perto di São Paulo... (Rio Catur) o nome da empresa...

LOC: ahn... eu moro perto da

INF: do parque alvorada

LOC: do Paraguai na verdade eu não moro no Rio Grande do Sul... ih aí às vezes a gente escuta né... assaltos e tal... ih... e a/ih quanto tempo tu ainda ()

INF: to há um ano e dez ontem... fez... sem sê ouvida pelo juiz... no caso me botaram no... robo... ih extorsão... um cinco seti artigo um cinco seti... tô há um ano ih dez sem ser ouvida pelo juiz

LOC: uhnuhn... ih... como é que é tua vida agora aqui? o quê que tu fazes aqui?

INF: agora

LOC: desde que tu entrass o que que aconteceu contigo?

INF: quando eu entrei... vim pra cá... fiquei na antiga galeria E... du E... botaram fogo na galeria outras apenadas... daí a gente foi embalada pra Guaíba... fiquei um ano ih... dois ou três meses im Guaíba... ih retornei pra cá dia vintidi... março... me trouxeram di volta sem eu pidi... me trouxeram de volta... agora eu tô trabalhando na cozinha

LOC: uhnuhn... e agora tá/tá ta bom assim o que que é mais difícil aqui? pra ti... nesse momento

INF: difícil é que eu não tenho/como eu trabalho na cozinha... eu saio às seis horas... subo não tenho ondi dormi... né... dorme no CHÃO... isso é um absurdo... né... eu durmo no chão... tô com problema numa pinta minha que provavelmente... né... então eu durmo com a dor na pinta e me acordo com a dor na pinta e tenho que dormi no chão o chão úmido todo molhado... sendo que por ser galeria trabalhadora teria que dormi todo mundo na cama... né... fora isso não tem problema nenhum

LOC: e com quantas mulheres tu divides cela?

INF: três

LOC: três

INF: duas na cama e eu no chão

LOC: ih... eu não entendi... tu chegas... seis... da tarde?

INF: eu pego seis da manhã e largo meio-dia

LOC: e larga meio-dia... e aí meio-dia... tu fazes o que depois desse horário?

INF: subo... lavo ropa... no caso poderia ir descansar... mas as cinco e meia da manhã... eu tô im pé de novo mas não posso porque não tem como botá a cela é muito pequena... somos em três... como é que eu vô coloca o colchão no chão?... né... as pessoas têm que caminhá... as pessoas têm que í no banheiro... as pessoas têm qui lavá as ropa ainda... não tem como... então tem que ficá no corredor até as cinco horas da tarde que é a horário que as duas guria que tão na minha cela saem para vir trabalhar também NA cozinha... então até esse horário têm que ficar remando pra lá e pra cá

LOC: fazendo o quê?

INF: putiando no corredor... sento... fico sentada acendo o cigarro... tomo chimarrão... converso... até chegá as cinco horas pra mim pode me deitá

LOC: e a convivência aqui com as outras apenadas é tranquila?

INF: pra mim é tranquilo... não tem nada o que falar

LOC: ih... com as agentes?

INF: também não tem nada o que reclamar... da da minha pessoa... né... tô falando DE MIM

LOC: sim... ih a:: tua cela tu me falasse que é pouco espaço mas tem algum... algum espaço que é teu assim... que tu guardas as tuas coisas?

INF: não

LOC: nem na paredi

INF: não nem na paredi

LOC: coloca nada

INF: embaixo da cama

LOC: embaixo da cama

INF: é

LOC: uhnuhn... ih a tua família vem ti visitá?

INF: vem

LOC: tu tens filhos?

INF: tenho

LOC: são quantos filhos?

INF: dois

LOC: dois meninos?

INF: uma menina com dezesseis e o Cauã com oito

LOC: uhnuhn e tu és casada?

INF: sou

LOC: teu marido [vem ti visitar?]

INF: tá preso por] que botaram ele junto comigo porque ele quis me defender na na/no ato da prisão que foi dentro da minha casa... às sete horas da manhã... invadiram a minha casa... e levaram o meu marido preso porque ele me defendeu... daí ele se encontra lá no central

LOC: lá no central

INF: é

LOC: você se comunicam... por cartas? não

INF: ah... raramente... porque é muito ruim... demora muito pra chegar carta... então daí eu...

ah::: minha filha falo com ele né... eu passo recado... ou nas audiências que a gente se fala

LOC: uhnuhn... e do que tu sentes mais falta?

INF: mais falta dos meus filho... acho que é isso... podê acompanhá né... a minha filha graças a deus tá bem encaminhada né ela tá fazendo segundo ano de magistério trabalha... o problema é o meu filho pequeno né... porque ele tem que ter uma estrutura eu nunca fiquei longe dos meu filho... nunca

LOC: e os avós deles eles vêm

INF: () é que não tem... meu pai é doenti... minha mãe é doenti... a minha mãe é doenti e analfabeta... meu pai é doenti tem estudo é ex-brigadianu e tudo mas é doenti... né... graças a deus são bem cuidados são bem alimentados... tem meus irmão também que cuidam deles () não tem problema...

LOC: e tu tens alguma... alguma tatuagem?

INF: tenho

LOC: e o que que é? pode me conta?

INF: eu tenho aqui... a pedrita e o bambam que é meus filho... as tartaruga... aqui no meu pé... tenho aqui umas florzinha tem um olho nas minhas costas e tenho dois golfinhos nas costa também

LOC: e o que signifi[ca

INF: e uma] fadinha aqui

LOC: e tem mais uma fada

INF: é

LOC: e elas tem algum significado pra ti?

INF: não

LOC: não

INF: olhei gostei e fiz

LOC: eh é... foram aqui?

INF: não

LOC: na prisão?

INF: não

LOC: foi antes?

INF: foi antes

LOC: mas aqui dá pra fazer também... não dá? ou

INF: tem gente que faz né... eu não faço... tem gente que faz

LOC: ahnahn... ih aqui tu... consegui... atendimento médico?

INF: consegue

LOC: é bem tranquilo?

INF: é

LOC: ih... ih o que que mudo em ti desde que tu entrasse?

INF: ah... sê mais humilde ainda... que tem muitas pessoas que são abandonada pela família... muitas pessoas/EU fui uma... entrei aqui... fiquei onze dias no brete sem NADA... nem papel higiênico nem absorvente... nem NADA... então eu fiquei/eu dependi de uma pessoa porque si tu olha fala ai que nojo... se é na rua tu vai olha pá pessoa tu vai fala ai que nojo... não vai chegá perto dessa pessoa... pessoa doente... cheia de problema não tem um denti na boca...

então eu dependi DEssa pessoa mim vivê os onze dias... porque não me deram NAda não dexaram entrá nada... até eu íh pra galeria... então eu aprendi a sê mais humilde ainda... vê mais o sofrimento das pessoas e tu vê as pessoas mais egoísta ainda

LOC: o que é o bretí?

INF: é o pessoal/bretí é a galeria de cima pra quem ta em investigação... como eu fiquei em investigação então fiquei onze dias lá fechada... isolada... né... não tive visita não teve pátio não tive... só alimentação... e falá com o advogado... só

LOC: e tu consegues ir pro pátio?

INF: quando tem pátio tem que íh ao pa/eu como não gosto de pátio... então pra mim... não tem problema

LOC: i::h... deixa eu ver o que ia ti perguntar... ah tá... não... então tu me falasse... que tu ficasse mais humilde aqui na prisão... né... e no teu corpo teve alguma coisa que mudou? sentisse alguma mudança no [teu corpo

INF: sim] engordei um pouquinho

LOC: engordô?

INF: engordei... um poquinho

LOC: mas porque tu fica muito tempo parada?

INF: é... devido a movimentação né... que não tenho... na rua eu trabalhava direto sem pará sempre pra cima e pra baixo... uma porque sou vendedora daí tu cobra aqui tu vai lá tu não tu não para... aqui tu não têm o que fazê... eu trabalho aquelas horinha e deu... e outra que tu não tem nem ânimo... né... não tem nem ondi tu caminha... não tem

LOC: ih::... esqueci o que eu ia ti pergunta... ah... tens religião?

INF: não

LOC: não... é que eu sei que têm alguns cultos... [algumas coisas aqui

INF: tem]

LOC: tu não ti interessas?

INF: não eu vou sim

LOC: por essas coisas

INF: eu sou batizada na católica... mas... frequento tudo que é religião... porque pra mim deus é um só até que me prove o contrário deus só existi um

LOC: uhnuhn

INF: então se tiver que ir na nana evangélica eu vou se tiver que ir na católica eu vou se tiver que ir no candomblé eu vou... onde eu me sinto bem eu vô

LOC: uhnuhn... ih::... com relação ao teu corpo... o que tu senti mais falta? assim... di alguma ropa... di alguma... coisa que tu gostava de fazer

INF: ah... uma boa manicuri o meu cabelero... coisas de mulher né... íh no dentista... ou tudo... falta tudo... um ginecologista... que tu possa sentir... ai hoje ir (aonde eu for) e... não esperar que te chamem... né... acho que em geral falta um pouquinho di tudo

LOC: uhnuhn... deixa eu ver se tem mais alguma coisa pra perguntar... tem alguma outra coisa que tu queiras me contá?

INF: não

LOC: não... sobre a tua vida aqui... nada... especial

INF: é que nem eu ti falei... eu acho que as pessoas que... crêem/eu sempre sê uma pessoa:: comunicativa até pela minha profissão... né... sê ambulanti... e até pela opção de fazer faculdade que eu fazia serviço social... parei... então eu SÔ comunicativa eu me DÔ com as pessoas então graças a deus por toda a cadeia onde eu passo eu sô... eu tenho amizadis... eu me dou bem com todo mundo... aprendi a sê MAIS humilde ainda... porque tu vê o sofrimento das pessoas... tu vê as presas abrigando presas... então tu aprendi também... dá mais valor as pessoas... acho que é isso

LOC: tu já tinha sido presa antes?

INF: não

LOC: não

INF: não

LOC: é que tu tinhas dito que fosse de uma cadeia para outra agora é isso?

INF: é saí daqui e fui pra Guaíba e di Guaíba voltei pra cá

LOC: ahnahn... e que situação assim de humilhação tu presenciaste aqui na prisão?

INF: ah vários... vários tipos... que tu possa imaginar

LOC: o que que acontece geralmente?

INF: as pessoas chegam não tem sabonete pra tomar banho... e aí tu tu vê que a fulana tem um monti né... o que que custa dá... papel higiênico... absorventi... geralmente material higiênico né... então tu vê quiquiqui... qui as pessoas têm ih... não não ajudam né... porque eu acho que aqui dentro a gente ta todo mundo é igual... independente de classe social ou não... da pessoa presa... todos nós somos apenados... então não tem... acho que deveria todo mundo se ajuda né... a gente já é julgada pela sociedade... chega dentro da cadeia daí fica mais as presa te julgando também

LOC: uhnuhn... mashã::: quanto tu tens alguma alguma::... alguma solicitação... alguma reclamação... tu faz pras agentis... alguma coisa que tu [precisa

INF: não não] quando tive que fala e pedi eu falo... é que nem eu falo pras guria... vocês têm que falá... a gente é presa... então já tamos presa... o quê que vai acontecer com nós? nos matá?... nos levá pro castigo?... eu tô há um ano e dez meses presa e nunca fui pro castigo... sempre conversei numa boa com as funcionária... tu tem que sabê se dá ao respeito pra sê respeitada... tem que saber conversá também não é tudo na estupidez na ignorância... não é porque a gente é presa que a gente tem que sê ignoranti

LOC: uhnuhn... e tu gosta do teu trabalho na cozinha?

INF: gosto

LOC: tu que escolhesse ir pra cozinha?

INF: não

LOC: não

INF: eles simplesmente me trouxeram de manhã e me falaram que eu ia ficá na cozinha... fiquei... por enquanto tô na cozinha... mas já pensei em saí da cozinha pelo fato de não ter como tu descansá... eu trabalho na geral então a gente lida com panelas enormes... com... eh a gente faz comida pra toda cadeia né na verdadi... então são muitas muitas panelas são muitas fôrmas... então tudo é em grande quantidade em grandes tamanhos... eu cheguei e me apavorei eu vi as panela que eu entrava dentro... é trabalhoso tem muita panela... então são coisas assim que tu vê... mas pra mim é tranquilo só que pelo fato de não tê onde tu descansá... é isso... eu pensei em sai da cozinha só por esse fato... não pelo serviço... mas pelo fato de descansá

LOC: então tá... mais alguma coisa?

INF: só... da minha parti

ANEXO 9: Transcrição da fala da Apenada 04

Duração: 24 minutos e 26 segundos

Data de registro: 09/04/2013

LOC: Locutora

INF: Presidiária

LOC: então... vó... me fala um pouco sobre o que tu tá fazendo agora na prisão

INF: agora eu tô/ eutralhei um ano ih:::... um ano ih dois meses no artesanato... é a minha vida eu aDoro artesanato... ganhá meu dinheriinho... não dependi de ninguém... pago até adeogado até pros meus filho cô dinheiro do artesanato... aí eu resolvi ih pá Elo... qui a Elo é uma... uma metalúrgica um troço assim... tu faz aqueles relógio de luz... eu não sei muito bem... então eu tô trabalhando nisso aí... adorei... porque ao menos eu me ocupo o dia todo... cô artesanato... ih cô cô a Elo ()

LOC: então há quanto tempo tu estás presa?

INF: um ano e sete meses ih trabalho há um ano e sete meses

LOC: uhn uhn... ih o qui qui aconteceu?

INF: aconteceu assim... eu tenho um filho preso na (Pérgia)... há quinze anos... ih:: ele tava com direito condicional não dão... porque a briga/ele baliô uns pulicial... ih: quando é a história com a polícia AÍ TUDO É COMPLICADO TUDO É DIFICÍL... não dá pra ih embora... AÍ::: eu ia lá visitá eli nu domingo... daí uma pessoa qui eu conheço ela... de presidio assim lá que... me pediu pra mim leva uma sacola... de comida pra nora dela IH LIGÔ NA MINHA FRENTE... má também não sei si do otro lado era a nora... qui a nora dela ia tá me esperando lá na (Pérgia) Charqueadas... PRA MIM INTREGÁ A SACOLA ela disse olha a mulher tá com uma blusa VER-ME-LHA ih ela vai te espera no campinho ali... tudo bem... descí... peguei a sacola... nem tinha durmido de noite que eu tava cuidando uma neta minha pra minha nora trabalhá... descí... quando cheguei lá a polícia tava me esperando... dentro da sacola tava uma sacola verde... com uma sacola e otro pote... e dentro do pote tava um revolver dez bala e cem grama de crack... eu fui presa... peguei dez ano e meio de cadeia... sete anos do tráfico... da da droga... ih três anos e meio do porte só que os sete anos é dois quinto... ih os otros é aberto então eu só me preocupo com os sete anos

LOC: uhn uhn

INF: mas... mas... foi isso aí/

LOC: tem como... reduzi a pena... [no trabalho

INF: TEM] como eu tô trabalhando... eu ganhei noventa ih:: seis dias de trabalho... qui foi pedido agora... veio ontem... ih:: eu estudo... ih eu trabalho... então... EU ACHO... qui esse ano eu vô embora... ih eu pedi a minha domiciliar porque eu tenho um filho doente tem esquizofrenia... ih ele PRECISA de mim... PRECISA de mim... aí eu não sei o que qui vai dá... porque o (Brozunski) teve aqui... ele me pediu:: atestado dele... as receita tudo... aí um amigo meu foi lá em casa... pegô e mandô a mulher dele levá... daí tá lá... tá correndo isso aí... eu não sei onde é que vai dá

LOC: uhn uhn

INF: ih se eu não ganhá também eu sei qui quando eu tô no semi-aberto eu vô consegui ()... daqui eu não posso me quexá da direção... eu não posso me quexá dos funcionário porqui podi dexa essa porta aberta SI DISSÉ QUI NÃO É PRA SAÍ eu não saio... meu serviço eu NUNca falto... eu NÃO SÔ doente... eu não tenho nada... me obrigaram a fazê uns exame aí qui eu não gosto de ih em médico... DEU NADA... EU NÃO tenho colesterol... eu não tenha NADA... NADA... eu sô magra porque eu não como

LOC: porqui qui a senhora não comi?

INF: NÃO TENHO apetite más nem em casa eu sempre fui magrinha

LOC: é?

INF: sempre... desde de criança... então/

LOC: porque eu tenho visto que as mulheres... depois qui entram na prisão engordam

INF: engordam engordam eu não... mas eu eu gosto só de café pão essas coisa... comida de sal não é co-mi-go... então eu fruta eu gosto muito... estudo lá... os professor não sei se são professor são psicólogo são amigo eu não gosto de estuda... eu não gosto... mas eu estudo porque eu quero íh embora... mas eu... eu tô indo bem eu cheguei passá agora eu tô na sétima série... só que pulam () mas eu vô

LOC: ih/ih qual é a sua idade?

INF: sessenta

LOC: sessenta... ih já tinha sido presa antes?

INF: eu tinha sido presa mais... não tem mais problema nenhum... terminô aquilo lá... foi proq/A MESMA HISTÓRIA desse meu filho qui tá lá... FOI OS MESMO QUI PREND/QUE ELE BALIÔ... vieram me prendê e me botaram na cadeia... tendeu? ih essa história de eu tá aqui hoje... eu tenho as minhas dúvida se não é esses policial... da vila jardim da décima oitava lá... si não é a MESMA HISTÓRIA... porque eles/teve uma... uma policial da décima oitava... a La/Letícia... qui me prendeu a primera vez... ih ela/daí ela foi lá na (Pergi)... e disse pro meu filho... eu vô botá a tua mãe na cadeia... ih BOTO... mas... tô trabalhando... tô ganhando meu dinheiro

LOC: ih:: a senhora tinha falado antes qui aqui é melhor qui asilo

INF: MA CLARO QUE É porque aqui ninguém me maltrata (risos) no asilo a gente vê histórias qui maltratam... aqui eu só não posso saí pra rua... má no asilo também não... aqui todo mundo... a direção basta eu manda um recado eu que-ro fá-la com a di-re-ção já me chamam... todo mundo me chama... eu sô muito bem tratada... é qui eu/

LOC: dividi cela com alguém?

INF: eu dividi dividi... tem mais quatro... eu durmo em cima porque eu gosto é beliche né eu durmo em cima porque eu gosto... porque lá tá a minha sacola e coisa de véio qui gosta de dexá as coisa no lugarzinho... ma me dô bem com as guria... não gosto de confusão de de fulia () é que nem eu digo... até pra diretora eu disse... eu posso vê uma confusão eu não me meto... sabe o qui é confusão... não vô falá... não vô falá posso vê... mais EU NÃO me meto... óh... não diminui minha pena nem aumenta... só que eu não me meto

LOC: o que qui geralmente acontece di confusão aqui?

INF: difícil... É COIsas assim... às veze brigam às veiz... mas... só... mas eu não me meto... então... qui nem eu falo... pode pegá fogo... o fogo é nesse termo mas eu não me meto em nada... se eu vejo que tão discutindo eu pego meu crochezinho meu tricozinho e deixo que discutem... né daí eu vivo bem... aí eu me dou com as presa... ih me dou com a... com a direção com a policia com todo mundo

LOC: uhn uhn

INF: com a gente na cadeia a gente tem que sabê vivê... aí vive bem... A COMIDA NÃO É:: UM paraíso mas também a gente também... vai querê filé mignon?... não é... eu pra mim tá bom

LOC: ih:: já presenciassi alguma situação de humilhação?

INF: já

LOC: podi falá sobre isso?

INF: posso... uma dando na cara da otra... às veiz por uma coisa que não tem naaada a vê... () qui eu não tenho direito di batê em ti como tu também não tem direito... às vez tem umas coisa que... não tem... preciso... não é assim qui aqui a gente tem que sabê dividi os espaço né... já vi já vi coisas tem qui eu não... não dá pra pra sê feliz... tem qui cuida o qui FAla aqui também na cadeia... lá em cima gente na galeria... aqui por aqui também tem qui vê e ficá

quieto... não pode fala... si fala dá pobema... pode fala nem pá polícia... SI ACHÁ qui não tá bom num lugar a gente si muda... acho qui não tá bom numa cela vai pra outra acha qui não tá bom numa galeria vai pra outra galeria

LOC: ah ah os problemas então são entre as presas? com a polícia não tem problema

INF: não... sabe as maior pega as menor... qui tem coisas qui eu eu acho qui não tá certo mais quem sô eu pra ()

LOC: ih será qui si::... as agentis interferissem poderia mudar alguma coisa? ou não

INF: não... não... porque ali vai pro ar isso... vai pra onde isso aí?

LOC: isso aqui? não... isso aqui fica só na... minha pesquisa... na minha tese... tô escrevendo uma tese... mas a senhora não vai sê identificada... eu não vô usa o seu nomi

INF: não... quem quem faz é as qui qui dizem qui não tem plantão qui não tem quem manda mais... quem... aí essas pessoa qui acham qui podi... qui são as melhor... mais... eu ninguém se atravessa na minha porque eu não... si eu vejo qui tá ruim eu saio da galeria... deixo que se virem... né... minha familia tá lá... só me preocupo com a minha família... mas aqui... é uma das melhores cadeia... pelo menos a gente trabalha a genti se sustenta e não depende de ninguém lá da rua... qui eu não dependo delis... eu mando meu dinherinho... porqui eu me prederam me sustenti... aí eu não gasto... meu gasto é só material higiênico... não me arrumo na cadeia por que que eu vô me arrumá na cadeia... eu tando limpinha tá bom... é... corto ó bem curtinho pra não dá trabalho

LOC: tem salão aqui né?

INF: tem tem salão... às vez eu faço minhas unha ma tava num serviço qui quebrava né... nunca tive unha comprida na cadeia tenho até unha cumprida

LOC: então qui outras mudanças a senhora percebeu no seu corpo? desde qui entro faz um ano ih seti meses né?

INF: a minha cabeça/

LOC: o que qui aconteceu?

INF: eu esQUEço das coisa esse é os poblema eu esQUEço das coisa... eu... eu tenho qui firmá a minha cabeça eu perco... eu perco minhas coisa não sei ondi é qui tá é isso tá tá me prejudicando... tá me prejudicando... mais no mais assim... não é assim a genti sabe... NESSA aqui pelo menos se a gente soubé levá a gente leva... qui nos moremo numa de trabalhador qui é aqui em cima... agora o otro lá de cima a outra ...entra tudo qui é ()

LOC: é tem... as galeria das trabalhadoras/

INF: é.. tem as das trabalhadora e lá em cima tem umas qui trabalham mas uma parte é triage que chega ih vai pra lá... o qui não vai pra Guaíba vai pra lá

LOC: lá é mais difícil

INF: eu dô graças () ... daí a gente vive com a dor tá em paiz assim... tem épocas qui tá em paiz... daqui a poco começa ()... daí apanham quieta que não pode fala também

LOC: ih tem alguma situação... éh::... pelo menos a gente escuta né... quan/na rua... di:: ah::... presas discriminando presas em função do crime... que cometeu então por exemplo/

INF: tem/

LOC: a sinhora podi sobre isso/

INF: posso quando é criANça... quando é com pessoas iDOsas assim... criança... aí sim daí... daí não pode nem entrá na galeria porque apanha... apanha () nem dexam entrá... como teve uma aí qui matô... a irmã... era por causa de marido... de home... tomô o marido da mulher né ainda foi lá baliô ãh... matô a irmã da mulher... baliô a mulher ih baliô a criança ih tá no hospital... a mãe e a filha... ih a irmã da da da mãe morreu... aí chegô aqui e teve qui/pareci qui tá em Guaíba na na... no separado... tá em Guaíba... então daí não dá porque criança... si tem um poblema né... nem assim... logo por causo de homi tarem brigando... não tem outra coisa melhor pra brigá?... daí tem essas coisa assim não é aceito... eu por mim tanto faz né porque eu não diminui minha pena né... mas o pessoal... eu não me meto

INF: ih do qui a senhora sente mais falta?

LOC: ah do meu filho esse que é doente é meu amigo é meu amigo/meu bá ele precisa MUITO de mim muito muito... ele chega a chorá quando ele vem aí chora... quando quando o irmão dele não traiz... aí um vizinho lá já tá aí traiz ele... aí o vizinho fica ali na frente ele entra... e eu deixei - eu sô pensionista sô viúva - meu cartaozinho de.. de ele... que daí a vizinha vai com ele no banco recebe... bota na conta dele... e ele recebe auxílio doença também ele é interditado pelo juiz... ele: como se () mora... a minha casa tem... três quarto aí ele mora em quatro peça na frente... ih duas atrás mora... o otro qui se elis moram juntos eles brigam... eles se avançam porque basta olhá assim já é motivo de briga... aí eles ficam sozinho... sim aí eles vão ele vai dá uma olhada ih volta pro canto dele... aí ele/a vizinha vai com eli lá... faz o rancho... ih... o outro paga o otro meu filho trabalha... é legal... eu falei pra ele... ESSE ano eu vô embora... porque agora vô pedi a remissão do colégio tudo... pra fins de progressão... esse ano eu vô embora... se deus nossa senhora quizé e deus qué... eu vô/

LOC: ih::/

INF: só qui tem uma coisa... eu vô te qui... fugi da polícia... e não fugi da justiça... porqui eu vô morrê... eu vô morrê... porqui duas veiz qui eu tô aqui óh... foram lá em casa me prendê... eu tô presa... tô aqui... tô aqui na marra... e foram lá me prendê... deram no meu guri qui é doente... ih si ele tá com esquizofrenia... ih se ele tá metido a locura... ih se avança... no mínimo vão matá o guri de graça... duas veiz... aí a vizinha entrô correndo qui ela olha entro correndo ih disse... óh... o guri até doente é o guri tem esquizofrenia... tá o atestado qui tá numa gaveta lá nos papel deli... tá até os atestado... duas veiz foram... então cê acha qui eu vô podê ficá lá? eu vô saí daqui... se eu saí qui me derem a domiciliar eu vô te qui ih lá no juiz disse óh eu te dô o endereço tu leva pá tua casa ih guarda lá... tu vai me achá... qui eu vô vim... me apresentá só qui lá eu não vô ficá... COMO É QUE EU VÔ FICÁ? si lá vão me matá?... ih sabe né eu moro em Alvorada não houve como é qui tem tem tem tem até extermínio lá... ih quem é? a própria polícia... aaa turma da brigada... e eu sei... vão me matá

LOC: ih::... a senhora falô do seu filho né... qui... tem esquizofrenia ih::... a senhora tem mais um filho qui está preso/

INF: tem mais um filho qui tá preso... em Charqueadas... tá pra íh eu acho que ele vai pra condicional... segundo o adevogado dele qui eu não tenho adevogado mais ele tem... aí do meu salário aqui eu pago o adevogado... do que eu ganho aqui eu pago pra ele... qui o otro lá tem auxílio doença e a minha pensão... então eu não preciso de nada né... isso aqui nem pago pra fazê as guria fazem por mim isso aqui eu ganho de presente também... a minha ropa eu tenho a minha ropa qui eu tenho tudo qui eu ganho das guria... todo mundo gosta/

LOC: uhn uhn/

INF: e pago o adevogado pra ele ele... qui eli é uma coisa qui não tem nada a vê

LOC: ih:: ãh::... esqueci o qui ia perguntá... a senhora é casada/

INF: sô viúva... eu sô viúva há dezoito... há QUase dezoito anos... criei meus filho sozinha... eu e deus... trabalhei cinco anos na rodoviária... trabalhei mais/trabalhava mais em condomínio na limpeza... sempre trabalhando faço os meus croché... os meus artesanatos

LOC: como a senhora ocupa seu tempo aqui? depois di trabalha né... gosta di vê novela... di/

INF: não eu faço assim eu saio oito horas oito e meia pra descê trabalhá deixando no portão oito hora eu já tô no portão sô a primera da fila pá desce... aí levanta de manhã tomo banho tomo café... arrumo a minha cama... ih já desço... aí venho trabalhá almoço a gente fica meio dia no pátio... cinco horas a gente sobe eu subo correndo... pra tomá meu banho... já também tomo meu banho e às veiz vô sem banho e sem janta pro colégio... não dé tempo qui eu tô muinto qui é dois chvero pra noventa presa né... não dé tempo... eu vô pro colégio tem que tomá banho ih saí sem janta sem comê nada... aí vô... oiti e meia eu volto... tomo meu banho janto aí eu olho só na novela da última novela lá da Salve Jorge... só aquela e também vô dormi... daí eu vô dormi () poco poco ando pelas galeria... fim de semana é qui é ruim aqui...

fim de semana não tem o qui fazê então daí eu pego meu croché eu faço... meus artesanato minhas coisa e vô VENDENDO ganhando meu dinheirinho... ()

LOC: ih:: eu acho qui eu não perguntei né da sua cela se tem uma paredi com fotos com alguma coisa assim

INF: não... não eu não prego eu não coloco nada na parede... coloquei só umas flor de artesanato mesmo de tecido... só coloquei umas flor... ih na parede não coloco nada... só tem duas sacolinha de ropa nos pé da minha cama em cima... os calçado também tá dentro da sacolinha pindurado lá

LOC: ih/

INF: qui é bem limpinha é bem pintadinha que foi pintado lá é bem limpinha não é... a nossa cela é uma das mais cheirosa

LOC: É::?/

INF: É::/

LOC: qui bom está tudo... arrumadinho [pra se senti bem

INF: é pra se senti bem] tudo limpinho... tudo direitinho... os meus cobertor... () não tem muinto frio... eu ponhei até uma capa no cobertor porque daí é mais fácil de lava porqui a genti não consegue SEcá... o poblema é SEcá... então eu ponhei/fiz uma capa no cobertor... porqui daí não precisa fica lavando sempri... eu tiro a capa sempre... lavo ponho o cobertor estendo pra pegá um ar

LOC: a senhora tem tatuagem?

INF: não/

LOC: não.. nada?

INF: nem piercing... tatuagem... sô contra isso/

LOC: é contra?

INF: é muinto feio

LOC: ih:: a senhora tem religião?

INF: eu sô... de casa eu sô católica... mais eu gosto muito da deus é amor desde lá da rua... única coisa é cortá o cabelo qui deus é amor ma o meu cabelo eu passo a mão aqui já me estorva... eu corto... deus sabe porque por que eu... mas eu creio muinto em deus sei que ele sabe porque ele porque que ele me ponhô aqui... ih um dia eu vô saí daqui... não sei quando mais vô... gosto muito de uma praia... único divertimento si deus fez coisa melhor no mundo não mostrô... pode sê deserta mais eu gosto do mar... água... () saí daqui... eu vô pra praia eu vô mora na praia... nem que eu alugo ali... minha morada é muito boa... então nem que eu alugo ali... mas eu vô pra praia... quero que meus últimos dias vai sê na beira da praia... pode sê até deserta

LOC: tem mais alguma coisa qui a senhora qué me contá? da vida na prisão?

INF: na vida na prisão... não é isso aí... ih aqui quem qué... quem se a gente for... boa presa é respeitada também... é só isso

LOC: respeitada [pelas otras presa

INF: pelas otras presa] e pela polícia também... se a genti for uma boa presa... não fica incomodando... por nada tá... aí até os funcionário são boa gente... TÊM VEZ QUI EU venho no jurídico já vô fala cô otro jurídico aqui falo com a/passo pela diretora... dona Marília eu quero falá com a senhora... () vem cinza... ih eu tô ali... na na Elo... mais... o meu sonho é voltá pro artesanato... eu vô voltá pra lá... porque eles disseram só vai fazê um teste lá... então faiz quasi dois meses já ... aí eu vô ficá ali até eu acho qui junho por ali... e daí eu vô esperá o meu semi-aberto lá... lá no artesanato... qui eu gosto daí eu ajudo as guria eu ensino elas... ih::... às vez chega pessoa qui não sabe mexê em máquina eu ajudo nas máquina

LOC: certo então